

MARLON LEAL RODRIGUES

MST: DISCURSO DE REFORMA AGRÁRIA PELA OCUPAÇÃO

Acontecimento discursivo

Tese apresentada ao Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Sírio Possenti

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Campinas-SP

2006

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

IEL

INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

MARLON LEAL RODRIGUES

MST: DISCURSO DE REFORMA AGRÁRIA PELA OCUPAÇÃO

Acontecimento discursivo

TESE DE DOUTORADO

EM

ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

ORIENTADOR

PROF. DR. SÍRIO POSSENTI

CAMPINAS-SP

2006

UNIDADE BC
Nº CHAMADA: _____
T/UNICAMP R618m
V. _____ EX. _____
TOMBO BCCL 73838
PROC 16.145-07
C _____ D α
PREÇO 11,00
DATA 28.8.07
BIB-ID 420881

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

R618m

Rodrigues, Marlon Leal.

MST : discurso de reforma agrária pela ocupação : acontecimento discursivo / Marlon Leal Rodrigues. -- Campinas, SP : [s.n.], 2007.

Orientador : Sírio Possenti.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Análise do discurso. 2. Ideologia. 3. Reforma agraria. 4. Movimento dos sem terra. 5. Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. I. Possenti, Sírio. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

oe/iel

Título em inglês: Movement of rural workers without land : discourse of land reform by occupation : discursivy fact.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Discourse analysis; Ideology; Land reform; Movement of without land; Movement of Rural Workers Without Land.

Área de concentração: Lingüística.

Titulação: Doutor em Lingüística.

Banca examinadora: Prof. Dr. Sírio Possenti (orientador), Profa. Dra. Marlene Durigan, Profa. Dra. Suzy Rodrigues Lagazzi, Profa. Dra. Jauranice Rodrigues Cavalcanti, Profa. Dra. Carmen Zink Bolognini. Suplentes: Prof. Dr. Jonas de Araújo Romualdo, Profa. Dra. Tânia Maria Alkmim e Profa. Dra. Marina Célia Mendonça.

Data da defesa: 12/01/2007.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Lingüística.

BANCA EXAMINADORA

BANCA EXAMINADORA:

PROF. DR. SIRIO POSSENTI

PROF. DR. MARLENE DURIGAN

Campinas, 12 de janeiro de 2007.

Sirio Possenti

Sirio Possenti (matr. 053856)
Presidente

Suzy Maria Lagazzi

Suzy Maria Lagazzi Rodrigues
Membro

Carmen Zink Bolognini

Carmen Zink Bolognini
Membro

Marlene Durigan

Marlene Durigan
Membro

Jonas de Araújo Romualdo

Jonas de Araújo Romualdo
Membro

PROF. DR. JONAS DE ARAUJO ROMUALDO

PROF. DR. TÂNIA MÁDIA ALKIMIM

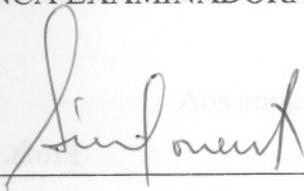
PROF. DR. MARINA CÉLIA MENDONÇA

Este exemplar é a redação final da tese / dissertação aprovada pela Comissão de Defesa de Tese

30/04/07

Sirio Possenti

BANCA EXAMINADORA



ORIENTADOR: PROF. DR. SÍRIO POSSENTI

PROFa. DRa. MARLENE DURIGAN

PROFa. DRa. SUZY RODRIGUES LAGAZZI

PROFa. DRa. JAURANICE CAVALCANTI RODRIGUES

PROFa. DRa. CARMEN ZINK BOLOGNINI

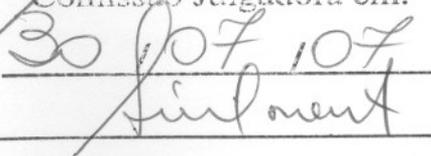
SUPLENTES

PROF. DR. JONAS DE ARAÚJO ROMUALDO

PROFa. DRa. TÂNIA MARIA ALKIMIM

PROFa. DRa. MARINA CÉLIA MENDONÇA

Este exemplar é a redação final da
tese / dissertação e aprovada pela
Comissão Julgadora em:

30/07/07


Avaliação: _____

DEDICATÓRIA

In memoriam

Profa. Dra. Sílvia Barbi Helena Cardoso.

Ao Prof. Dr. Sírio Possenti
Pela orientação e paciência.

A minha esposa Cristina
e aos meus filhos, Mariá e Pedro, pela ausência.

À minha mãe, Marina, pela cumplicidade.

Ao meu pai, Olívio.

Aos meus irmãos, Márcio, Renata e Rosany.

À profa. Dra. Marlene Durigan.

Ao meu amigo Luzimar Goulart Gouvêa.

Ao meu amigo Paulo Cezar Tafarello.

À minha amiga Valéria Faria Cardoso.

AGRADECIMENTOS

Aos amigos pela cumplicidade e paciência

Jauranice Rodrigues Cavalcanti,

Marina Célia Mendonça,

Wedencley Alves Santana.

Aos funcionários da Secretaria da Pós e da Biblioteca do IEL,

A ANCA – Associação Nacional de Cooperativas Agrícolas,

AO CNPq pela bolsa que me possibilitou a pesquisa.

RESUMO

Um acontecimento discursivo, quando escapa à absorção da memória discursiva, pelo seu efeito de sentido, ele perturba, desestabiliza, não somente a própria memória mas especialmente as redes e os trajetos de filiações históricas nas quais ele rompe. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST –, nesse sentido, não apenas perturba e desestabiliza, inscrevendo-se discursivamente na ordem do discurso do Estado, mas rompe, perfura, a memória discursiva e as redes e trajetos de filiações históricas, fundando seu próprio discurso, o que implica constituir um espaço material de existência, uma posição-sujeito de oposição e de afronta ao Estado. Fundar um discurso que lhe seja próprio – Discurso de Reforma Agrária pela Ocupação – pelo seu efeito de sentido é também promover uma série de rupturas, de deslocamentos, de ressignificação na ordem discursiva vigente do espaço que lhe serviu de “solo” e nos espaços do próprio. O MST, nesse processo de constituição e confronto com as condições materiais de existência, com o Estado, acaba reivindicando uma identidade na relação tensa entre autodenominação (como o movimento se denomina) e a denominação dos outros (como o movimento é denominado). Nesse movimento tenso dos sentidos e das representações discursivas, o MST se desloca de seu espaço histórico. Ele constitui o espaço de “acampamento, ocupação, assentamento, marchas, caminhadas entre outros” e também rompe com ele para enunciar em um espaço que não lhe é próprio, o urbano, para impor sua presença, seu discurso e, acima de tudo, sua posição-sujeito de liderança política. Enunciar em um espaço político historicamente marcado por outros sujeitos é “ocupar” simbolicamente esse espaço também como seu, marcando-o como uma extensão das questões ligadas à terra e tornando a questão da reforma agrária (de uma categoria de sujeitos) uma questão nacional, obrigando, desse modo, o seu reconhecimento tenso pelo próprio Estado. A imposição de seu discurso se constitui também como uma relação e disputa de poder com o Estado, como nos seguinte enunciados: (222) “**TRAIRAM ESSE POVO** / Reforma Agrária é só na marra!”, (223) “Na luta se conquista”, (224) “Lutar e vencer”, (225) “Continuaremos ocupando terras, derrubando as cercas do latifúndio desmascarando as ações criminosas da UDR (União Democrática Ruralista)”, (176) “Reforma agrária: Governo não faz, Nós vamos fazer”, (168) “**Terra e poder não se ganham, se conquistam!**”, (155) “Só nos resta

fortalecer a nossa organização, nas bases. Está provado que não podemos esperar pelo governo porque **terra não se ganha, se conquista**", (156) "Afinal, para os sem terra nunca teve moleza mesmo. E ter cada vez mais presente a certeza de que "TERRA E PODER NÃO SE GANHAM, se conquistam"!", (106) "Vamos sacudir o Brasil inteiro! Terra não se ganha, se conquista!", (107) "O governo não faz, nós vamos fazer", (690) "NOSSA LUA CONTRA O IMPÉRIO". Esse poder, esse discurso e essa posição-sujeito do movimento vêm, ao longo dos anos de existência, desde o primeiro boletim (1982) até hoje, causando constrangimentos ao Estado e controvérsias e polêmicas, quer pela sua atuação, quer por suas posições políticas e ideologias referentes aos temas, aos objetos, às coisas-a-saber que estão em sua ordem de atuação ou fora dela, como no enunciado (690) – "NOSSA LUTA É CONTRA O IMPÉRIO" –, que o MST incorporou como elemento de seu discurso. Se o discurso do MST rompe com os discursos anteriores na luta pela terra, o MST também se impõe certos limites na relação entre acampar, ocupar e assentar, pois se "acampar" e "ocupar" constrangem o Estado, "assentamento" já é o limite de suas práticas discursivas, uma vez que o "assentamento" se constitui na ordem discursiva do Estado. Assim, a existência do MST estrategicamente oscila, pelo seu efeito de sentido, entre a ordem discursiva da legalidade e a da marginalidade. Compreender alguns aspectos desses movimentos de tensão dos sentidos, de alguma forma, é também conceber o quanto o MST ressignificou a cena político-ideológica nos últimos 24 anos.

Palavras-chaves: discurso; ideologia; terra; ruptura; novo.

ABSTRACT

A discursive event, when it escapes to the absorption of the memory by its effect of the meaning, it disturbs, destabilizes, not only the own memory but especially the linkings and the ways of historical filiations in which it breaks. the Movement of the Rural Workers Without Land - MST -, in that sense, not just disturbs and it destabilizes, enrolling discursively in the order of the discourse of the State, but it breaks, it perforates, the discourse memory and the linkings and ways of historical filiations, but building its own discursive, the one that implicates to constitute a material space of existence, a position-subject of opposition and of reform and of insult to the State. To found its own discourse - Speech of Land reform for the Occupation - for its sense effect is also to promote a series of ruptures, of displacements, of remeaning in the effective discursive order of the space that served its "soil" and in the spaces of its own. MST, in that constitution process and confrontation with the material conditions of existence, with the State, ends up demanding an identity in the tense relation among autodomination (like the movement is denominates) and the denomination of the other ones (like the movement is denominated). In that tense movement of the senses and of the representations, MST moves its historical space. It constitutes the space of "camping, occupation, establishment, marches walked among other and it also breaks up with it to enunciate in a space that is not its own, the urban, to impose its presence, its discourse and, above all, its position-subject of political leadership. To enunciate in a political space historically marked by other subjects is also occupy symbolically that space as theirs, marking it as an extension of the linked subjects to the land and, above all, becoming the question of land reform (of a category of subjects) a national subject, forcing, this way, its tense recognition for the own State. The imposition of its speech, it also constitutes as a relationship and poser dispute with the State, as in the following statement: (222) "they had BETRAYED THOSE PEOPLE / Land reform is isolated!" (223) "in the fight it is conquered", (224) to "Struggle and to expire", (225), we will "Continue occupying lands, dropping the fences of the latifundium exposing the criminal actions of UDR (Union Democratic Ruralist), (176) "Land reform: Government doesn't do, We will do", (168) "Land and power don't win, they are conquered! (155) we "only have to to strengthen our organization, in the bases. It is proven that we cannot wait

for the government because land is not won, it is conquered, (156) "After all, for without land people never had softness even. And to be more and more sure that land and power don't win, they are conquered! (106) we will revolutionize whole Brazil! Land is not won, it is conquered", (107) "The government doesn't do, so, we will do, (690), Our Fight is against the Empire". The power, that discourse and that position-subjects of the movement come, along the years, from the first bulletin (1982) until today, causing embarrassments to the State and controversies and, because of its political positions and ideologies regarding the themes, to the objects, to the thing-to-knowledge that are in its order of performance or out of it, as in the statement (690) - OUR FIGHT is AGAINST THE EMPIRE" - that MST incorporated as element of its discourse. If the discourse of MST breaks up with the previous discourse in the fight for the land, MST is also imposed rights limits in the relationship among camping, to occupy, therefore if "camps" and to "occupy" constrains the State, "establishment" is already the limit of its discursive practices, once the "establishment" is constituted in the discursive order of the State. Then, the existence of MST strategically wobbles, for its sense effect, between the discursive order of the legality and the delinquency. To understand some aspects of those movements of tension of the senses, it is also to conceive, somehow, how the MST remeant the political-ideological scene in the last 24 years.

Key words: discourse, ideology, land, rupture, new.

SUMÁRIO

Introdução.....	13
1. Objeto e Objetivo.....	18
2. Justificativa.....	20
3. Metodologia.....	21
4. Quadro formal.....	28
4.1 Discursos: classificação.....	32
5. Capítulo I: <i>Introdução ao estudo da ideologia que sustenta o MST</i>	33
6. Capítulo II: Do boletim ao jornal: suporte, gênero e discurso.....	34
7. Capítulo III: Discurso e identidade.....	35
8. Capítulo IV: Alguns aspectos das condições de um acontecimento discursivo.....	35
9. Capítulo V: Discurso de Reforma Agrária pela Ocupação.....	36
10. Capítulo VI: MST: Poder, sujeito e discurso.....	37
Capítulo I: <i>Introdução ao estudo da ideologia que sustenta o MST</i>	38
1.1 Constituição do <i>corpus</i> e metodologia.....	40
1.2 Das análises: constituição discursiva.....	40
1.3 Dos sem terra aos sem-terra: posição sujeito.....	49
1.4 Os sentidos de “Lei” no discurso do MST.....	53
1.5 O sujeito e a constituição do poder do MST.....	54
Capítulo II: Do boletim ao jornal: suporte, gênero e discurso.....	61
2.1 Um pouco de história.....	62
2.1.1 Jornal Sem Terra: uso e circulação.....	65
2.1.2 Jornal.....	67

	11
2.1.3 Jornal: contato, observação e relato.....	67
2.2 Suporte material.....	71
2.3 Gênero do discurso.....	97
Capítulo III: Discurso e Identidade.....	104
3.1 Autodenominação: construção de identidade de si.....	110
3.2 Denominação: movimento de identidade do outro.....	120
Capítulo IV: Alguns aspectos das condições de um acontecimento discursivo.....	125
4.1 Complexo discursivo: posição sujeito, temas e objetos.....	126
4.1.1 Posição sujeito.....	130
4.1.2 Complexo de objetos e de temas.....	141
4.2 Tematizações	143
4.2.1 Agricultor.....	143
4.2.2 Terra.....	149
4.2.3 Direito.....	160
Capítulo V: Discurso de Reforma Agrária pela Ocupação.....	173
5.1 Espaço e discurso: movimento de rupturas de sentidos.....	175
5.1.1 O espaço de atuação: demanda de sentidos.....	175
5.1.2 Campo: condições materiais históricas de existência.....	180
5.1.3 Assentamento: ápice e limite de um espaço.....	183
5.1.4 Ocupação: caminhada, caravana, jornada, marcha, mobilização, passeata (imposição dos sentidos).....	186
5.2 Discurso.....	198

Capítulo VI: MST: Poder, Sujeito e Discurso.....	210
6.1 Poder em Foucault: em busca de uma certa síntese.....	211
6.2 “O sujeito e a constituição do poder do MST”.....	216
6.3 O poder no/do discurso do MST.....	220
6.3.1 A constituição do poder do MST.....	221
6.3.2 Sentido do poder do MST.....	225
Considerações finais.....	228
Referências bibliográficas.....	235
<i>Corpus</i>	242
Anexo I.....	242
Anexo II.....	247

INTRODUÇÃO

Se não houver o amanhã / brindaremos o ontem / e
saberemos então / onde está o horizonte. Por mais que se
queira / transformar em nada, saibam que a / história é
como a madrugada, quem / acorda cedo faz o amanhecer
(Bogo, 1988).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST – teve sua origem em Ronda-RS, na Encruzilhada Natalina, com acampamento inicial de quinhentas famílias de “agricultores sem terras” (B.02/02/28/05/1981¹). Apesar de todas as tentativas do governo do Estado do Rio Grande do Sul, que se utilizou de diversos recursos, entre eles, a Polícia Militar, e do governo federal (Forças Armadas, o Exército), que enviou o Exército para pressionar o movimento a se dispersar e assim acabar com o acampamento, - o Estado; o governo estadual e o governo federal entendidos como *Aparelhos Ideológicos do Estado* (Althusser, 1985: 68) - não foi possível ou conseguiram evitar o surgimento do movimento enquanto *acontecimento discursivo* (Pêcheux, 2002), ou seja, apesar dos *procedimentos de controle e seleção dos discursos* (Foucault, 2001: 9-10), o movimento resistiu impondo a sua existência diante dos Aparelhos Ideológicos do Estado. Essa ritualização também aconteceu com o apoio dos demais movimentos populares e perante a sociedade civil como um todo.

Pode-se considerar que o discurso do MST é o mesmo discurso dos sem-terra² agricultores: é o conjunto dos sujeitos agricultores sem-terra que constitui o discurso do MST. Nesse sentido, o MST é sujeito de um discurso, do discurso dos agricultores sem terra, constituído em sem-terra. Assim, quando o MST se pronuncia discursivamente, o discurso dele é o mesmo discurso dos sem-terra, portanto o MST pode ser tomado como sujeito de um discurso. No dizer de Cardoso (2003: 671):

não é possível calar um sem-terra. Cala-se um Jeca, mas não um sem-terra, porque o trabalhador rural se fez sem-terra quando se tornou sujeito de um discurso próprio. A

¹ A referência (B.02/02/28/05/1981) corresponde: B = Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem terra; 02 = número do Boletim; 02 = número da página; 28 = dia; 05 = mês; e 1981 = ano do Boletim, 1981.

² Utilizarei a forma “sem-terra” quando a referência for minha. Convém ressaltar que, no discurso no movimento, há a oscilação entre “sem terra” e “sem-terra”.

melhor coisa que pode acontecer a um grupo de indivíduos é que ninguém fale em nome deles, mas que falem por si mesmos, contem a sua realidade e lutem por suas causas.

Esse acontecimento discursivo, MST, constituiu-se ao se oporem procedimentos de *interdição e controle dos discursos e dos sujeitos* (Foucault, 2001: 9), assim relatados pelos sem-terra em seus discursos, como nos seguintes enunciados:

VI. Repressão – Para ressaltar as pressões e outros métodos de intimidação além da presença constante de policiais militares, domingo, último, por ocasião de uma procissão realizada pelos agricultores, foram identificados dois agentes da Polícia Secreta (DOPS) infiltrados na procissão; quando os agricultores insistiram na identificação dos dois estranhos, este fugiram embarcando num Volks azul (B.02/03/28/05/1981).

e

COM SIRENES LIGADAS, METRALHADORAS E FUZIS A POLÍCIA CHEGOU EM ENCRUZILHADA NATALINO

Até aquela sexta—feira, num final de tarde, quando policiais quebraram a rotina das 600 famílias acampadas em Encruzilhada Natalino, os colonos sem—terra não tinham sido vítimas de tamanha repressão, e nem o acampamento palco de cenas de tanto terror e medo, desde sua existência, há mais de quatro meses.

Utilizando duas viaturas com sirenes ligadas, fortemente armados com fuzis e metralhadoras, um contingente da Polícia Militar de Passo Fundo invadiu o acampamento provocando enorme pavor entre as famílias, principalmente, entre as crianças que brincavam ao longo da estrada. Depois de percorrerem todo o acampamento em alta velocidade, com o barulho ensurdecedor das sirenes, os camburões pararam em frente aos barracos. Em seguida, reuniu—se uma multidão de colonos curiosos. A reação dos policiais foi imediata prenderam um agricultor e a algemaram na parte de uma das viaturas para “servir de exemplo”, segundo o comandante da “operação”

(...) na madrugada de sábado, um dia depois da invasão do acampamento pelos policiais militares, os colonos sofreram nova investida de provocadores. Um contingente de soldados do IIIo. Exército, supõem os agricultores de algum batalhão de Passo Fundo, passou pelo acampamento atirando pedras nos barracos e insultando as famílias com frases como: “tropa de vagabundos, bandos, bandidos”, “vão procurar terra no inferno” (B.02/04/28/05/1981).

Nessas condições de tensão, por um lado, o discurso do MST e o próprio movimento, “circulam” livremente, inscrevendo-se no discurso do próprio Estado, com o seguinte enunciado: “o que querem os colonos? – terra para trabalhar; que se cumpra a lei que assegura aos colonos o direito a um pedaço de terra” (B.01/03/15/05/1981). Nesse sentido, como o Estado vai evitar a circulação de sujeitos que se inscrevem na ordem da legalidade? Por outro lado, enfrentam os procedimentos do Estado, ora como nos

enunciados acima, ora com outros enunciados:

colonos reafirmam disposição de ficar no Estado. E não aceitam intervenção no acampamento. Os 180 representantes das mais de 500 famílias acampadas foram seqüestradas por forte aparato. Eles vieram reivindicar terras no Estado junto ao governo. Os colonos rejeitaram a proposta de que o INCRA tomasse conta do acampamento (B.10/01/07/08/1981).

Essa situação de conflito pela terra se constitui a partir do momento histórico pelo qual passava o país: a expectativa do fim do período da ditadura militar, a campanha por Eleições Diretas para Presidente da República, a luta pelos direitos dos trabalhadores, como o direito à greve, pelo fim do bipartidarismo, pelo reconhecimento das minorias no sentido de representação social, como a dos negros³, como a das mulheres⁴, pelo direito à terra entre outros. Foi nessas circunstâncias políticas conjunturais de tensão entre posições discursivas (movimentos populares, de um lado, e o Estado, do outro) que o MST deparou com o discurso do Estado⁵ (é de conhecimento comum que os governos militares chegados ao poder por golpe de estado são autoritários em suas ações e atitudes, o que não quer dizer que os governos eleitos democraticamente também não o sejam). É notório que os governos militares possuem uma posição política de oposição às questões colocadas por movimentos populares. A forma de relacionar-se com os movimentos populares, entre outras, era evitar, por meio dos Aparelhos Ideológicos do Estado, a irrupção de discursos e sujeitos que porventura viessem a enfrentar ou questionar o poder do próprio do Estado ou do governo

³ A proposta de “cotas” para negros nas universidades públicas prestarem o vestibular em si é parte das “Políticas Afirmativas”, que visam, entre outras questões, a diminuir a diferença representacional nos espaços sociais entre não negros e negros, uma vez que, de acordo com o IBGE – Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico – e outros institutos, o negro em todos os aspectos representacionais está historicamente em desvantagem. Vinte e seis (de acordo com o IV Congresso de Pesquisadores Negros, Salvador-BA, 2006) universidades públicas aderiram ao projeto das “cotas”, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul é uma delas (20% para negros e 10% para índios).

⁴ Não somente o negro está em “desvantagem” representacional e certos espaços sociais, mas também a mulher, apesar das diversas conquistas femininas. Para diminuir a diferença entre a mulher e o homem, foi feita uma lei que obriga os partidos políticos a terem em seus quadros cerca de trinta por cento de mulheres, como uma forma de diminuir a diferença.

⁵ Governo militar naquele momento histórico. Cumpre ressaltar que os sucessivos governos “civis” também travaram uma luta contra o MST, ou seja, a repressão não foi exclusividade do último governo militar. Durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), várias leis foram feitas para coibir as práticas do MST. Alguns governos estaduais, dependendo do partido eleito, tomaram as atitudes mais ou menos ostensivas, como os estados do Pará (massacre de Eldorado dos Carajás) e do Paraná (ambos do PMDB) e os estados do Rio Grande do Sul (1998-2002, PT) e Mato Grosso do Sul (1998-2007).

militar.

Esse enfrentamento entre o MST e o Estado configura, no entanto, um aspecto importante da dinâmica social no contexto político-histórico.

O MST, enquanto sujeito de um discurso próprio na luta pela Reforma Agrária pela Ocupação, ao longo de sua existência, lança-se, em meados dos anos 90, como vanguarda dos movimentos populares e partidos de esquerda no país com o seguinte discurso: “o MST vai incorporar essa posição de vanguarda” (Rodrigues⁶, 2001: 62): “se propõe como vanguarda política (...), um espaço deixado pelos partidos políticos ditos de esquerda (idem, 66), e vai “enunciar-se como vanguarda da luta política e de um movimento revolucionário enquanto *agricultor*” (idem, 80), o que se configura como algo inusitado no discurso socialista. Importa considerar que, no final dos anos 80 e início dos anos 90, o movimento operário entra em refluxo, deixando, assim, de centralizar boa parte do debate de reivindicação popular. Nesse momento, é o discurso do MST que passa a propor palavras de ordem, convocar os demais movimentos para lutarem juntos pelos direitos sociais com os seguintes enunciados:

“Há uma necessidade que todas as forças políticas, sindicais, populares, agrárias, apresentem um plano alternativo, que questione o capitalismo, suas crises descarregadas sobre os ombros dos trabalhadores, e que aponte o socialismo, como uma necessidade para a classe trabalho” (JST.02/99/12/1990),

“É hora de mobilização e de lutas. Com posição forte e decidida, juntamente com o movimento sindical e popular atuante, conquistaremos as vitórias e mudanças sociais, econômicas e políticas que o Brasil necessita” (JST.02/145/03/1995),

“As massas são as únicas que possuem a força suficiente para alterar o curso da história e a correlação de forças políticas na sociedade” (JST.02/166/02/1997).

Ora, lançar-se como vanguarda política, sendo um movimento de agricultores, em um momento de franca ascensão do neoliberalismo, é, além de *inusitado*, algo que supera, em certa medida, alguns aspectos do discurso do *Manifesto do Partido Comunista* (1990: 75) de Marx e Engels, segundo o qual “apenas o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária”; o do Partido dos Trabalhadores (Pedrosa, 1980: 61), para quem “o PT

⁶ Este trabalho é uma continuidade da dissertação de mestrado que defendi em 2001 orientado pela Profa. Dra. Sílvia Helena Barbi Cardoso (UFMS, Câmpus de Três Lagoas). Dessa forma, ao longo desta tese, as referências feitas marcam não um argumento de autoridade, mas uma forma de indicar que as considerações possuem uma certa ancoragem em um outro trabalho e que as referências, devem ser consideradas como uma forma de retomada, como continuidade da análise de alguns aspectos discursivos do MST.

define-se como partido das massas populares, unindo, ao lado dos operários, a vanguarda de toda população explorada, todos os outros trabalhadores”; e o da CUT, Central Única dos Trabalhadores, “A Cut é uma central sindical unitária, classista, que luta pelos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores” (Giannotti e Neto, 1991). A superação *inusitada* se dá pelo fato de o movimento de agricultores se colocar como vanguarda política, pois aqueles que historicamente são considerados a classe legítima e defensora das causas populares, conforme se lê no discurso do *Manifesto do Partido Comunista*, no discurso do Partido dos Trabalhadores e no discurso da Central Única dos Trabalhadores, tinham sido, até então, o operariado. É na inversão de posição que está o ponto de superação. O operariado, que sempre foi a vanguarda política dos movimentos populares, deixa de sê-lo, enquanto os agricultores, que sempre foram considerados como uma classe atrasada, deixam de sê-lo também: os agricultores se constituem em vanguarda política, um espaço vazio deixado pelo operariado.

Desde o início de sua existência, o PT⁷ centralizou e catalisou gradativa e significativamente um discurso político mais aguerrido (juntamente com outros movimentos populares e partidos) na década de 80 e início da de 90, razão pela qual foi reconhecido como vanguarda, mesmo não sendo uma unanimidade perante a classe trabalhadora: O PT não superou, todavia, o discurso dos partidos e movimentos que o antecederam. Também não superou os movimentos dos que conviveram e dos que convivem com ele, como o discurso dos partidos de esquerda, movimentos estudantis, operários, de camponeses e movimentos guerrilheiros, entre outros.

Não pretendo insinuar que o PT deveria ter como proposta a superação dos movimentos que o antecederam. O “estranhamento” está no fato de o PT, enquanto sujeito constituído no discurso comunista de uma de suas correntes, deixar o lugar de uma esquerda revolucionária, de acordo com as tendências majoritárias do Partido, a “Articulação”, e mover-se “sorratamente” para a oposição, o que implica redirecionamento ideológico. Ser, pois, de oposição, dependendo do contexto, não quer dizer necessariamente ser de esquerda, e, em se tratando de um partido de esquerda (muito

⁷ Essas considerações demasiadas a respeito do *Partido dos Trabalhadores* têm como objetivo demonstrar que a “ascensão” do MST está de alguma forma relacionada com o refluxo do PT das questões mais amplas dos interesses dos trabalhadores de forma geral, questões essas que eram prioridades para o PT nos anos 80.

embora não tenha deixado de ser de esquerda), afigura-se um deslocamento de princípios programáticos, como é possível constatar nas seguintes declarações, após as últimas eleições: (119) Não quero fazer revolução, quero governar (Ver. *Veja*, Déda, 2000); (120) Nossa campanha foi sobre questões municipais. Não adianta tornar a disputa essencialmente ideológica e política (Rev. *Veja*, Lima, 2000); (121) é um partido de mobilização social, de oposição (...) como um partido de governo (Rev. *Veja*, Genro, 2001); (122) Não vou fazer um discurso ideológico, sou homem de diálogo (*TV Cultura*, Genoíno, 1999)⁸.

Se o agricultor sem-terra se fez sujeito de seu próprio discurso, conforme afirmou Cardoso (2003), ao constituir seu discurso tendo como referência os discursos do *Manifesto do Partido Comunista*, do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores – CUT –, então como pode o MST, a partir do discurso de Reforma Agrária pela Ocupação, lançar-se como vanguarda política nesta virada de século, enquanto o PT e a CUT entram em refluxo no início dos anos 90? Importa considerar, também, que a retirada do PT do âmbito de posições mais “aguerridas” acarretou um enfraquecimento de questões pertinentes às causas dos trabalhadores e dos movimentos populares que tinham o PT e as esquerdas como referência.

As considerações feitas até aqui são pontos iniciais desta pesquisa, pois busco analisar como os agricultores rurais sem-terra “fundam” um discurso novo como o Discurso de Reforma Agrária pela Ocupação.

1. Objeto e objetivo

O surgimento de um acontecimento discursivo não é um fato rotineiro, nem intencional e nem mesmo elaborado, mas constituído no bojo das relações de *reprodução/trans formação das relações de produção* (Pêcheux, 1997: 191) sociais nas

⁸ Essas declarações são de candidatos petistas que foram vitoriosos, a que se contrapõem os discursos “mais aguerridos” dentro do próprio Partido. É flagrante o distanciamento ou a negação “da revolução”, como em Déda; a negação da política como espaço ideológico, como em “não adianta tornar a disputa essencialmente ideológica e política”, de Lima; e a negação da ideologia, em Genoíno. Pode, assim, ocorrer, de alguma forma, que o PT esteja se distanciando das posições que assumiu desde sua fundação. As declarações acima se aproximam dos discursos dos partidos de direita em alguma instância.

quais se dão os *processos discursivos* (idem, 161): um discurso novo é constituído no bojo das relações sociais políticas dadas as *condições de produção* (Pêcheux, 1969: 75).

Nesse sentido, o objeto específico de estudo desta pesquisa é o discurso da Reforma Agrária pela Ocupação, suas condições de irrupção, sua forma de materialização discursiva e seu efeito de sentido em relação a outros discursos já inscritos, pelo operariado, por exemplo. Considerando que o surgimento de um discurso não é acontecimento corriqueiro, proponho duas questões. A primeira diz respeito ao fato de esse discurso ser novo⁹. E como um discurso novo na história da luta pela terra no Brasil, outras questões se põem: a) que condições materiais de existência histórica propiciaram seu surgimento? b) Considerando esse surgimento uma ruptura em relação aos discursos anteriores na luta pela terra, como se deu essa ruptura? c) quais acontecimentos históricos a sua volta propiciaram sua irrupção? d) Na mesma medida, quais acontecimentos a sua volta tentaram evitar sua irrupção? e) quais temas, objetos, controle de sistema o constituíram em seu repertório discursivo? f) quais enunciados colocaram em prática “todo jogo de regras” que definem o que pode e o que não se pode constituir como elemento do discurso?

Estas são algumas das perguntas que norteiam a análise do discurso de Reforma Agrária pela Ocupação e as condições de existência do MST.

Se o objeto de estudo é o discurso de Reforma Agrária pela Ocupação, o objetivo deste trabalho constitui-se em analisar alguns aspectos do quadro histórico das práticas discursivas no momento em que o MST se constituiu. Destaca-se que o momento de constituição do MST coincide com o momento de franca ascensão de uma pauta política que estava interdita pelos governos militares desde 1964, quando estes deram um golpe de estado. A re-inscrição desta pauta trouxe à cena política movimentos estudantis, movimentos populares, movimentos operários, movimentos feministas, movimentos culturais, entre outros.

Apesar das tentativas de interdição desses movimentos pelo regime militar, tanto na instância discursiva, como censura dos discursos, quanto na instância dos sujeitos, como perseguição, prisão, tortura, exílio, mortes, as práticas do regime militar no final dos anos

⁹ A questão de o discurso do MST ser novo ou não foi inicialmente abordada de forma introdutória na minha dissertação de mestrado (2001). Faço uma retomada dessa questão. A minha posição permanece a mesma: o MST funda um discurso novo.

setenta e início dos oitenta não conseguiram evitar o ressurgimento das grandes manifestações populares, como o movimento pelas “Diretas Já”, por exemplo.

Se, por um lado, os grandes movimentos populares, cuja vanguarda era o operariado, provocaram neste último século uma “transformação drástica” na estrutura social e política nos países em que se efetivaram, por outro lado não o fizeram sem a promessa de reforma agrária, particularmente para os camponeses. A propósito desta consideração, Lênin, o grande líder da revolução russa, declarou que “a chave da revolução está no campesinato” (Gomes, 1999), mesmo sendo esse segmento dito como “atrasado” e desconsiderado pelo discurso do *Manifesto do Partido Comunista* (1990).

Já no final dos anos oitenta e início dos noventa, com o refluxo ou retirada das bandeiras da agenda política, citadas anteriormente - fato que propiciou, no geral, também uma certa hegemonia no Brasil do discurso da globalização e do neoliberalismo - as questões que diziam respeito à terra foram gradativamente sendo ressignificadas enquanto prática e discurso “promovidos” pelo MST.

Na verdade, os sem-terra, desde o início dos anos oitenta, estavam “sorratamente” constituindo os seus sentidos da luta pela terra. Nesse período, é possível considerar os sem-terra com menor representatividade ou com menor importância em decorrência de as “atenções” estarem voltadas para o operariado e os movimentos populares.

2. Justificativa

A relevância deste projeto está em analisar o discurso de Reforma Agrária pela Ocupação e alguns de seus aspectos de condições de surgimento, compreender um pouco da dinâmica discursiva do MST, que conseguiu reinscrever, na “agenda política nacional”, algumas questões sociais abandonadas (discurso ideológico “mais aguerrido”, revolução, luta de classe, transformação social) pelos grandes movimentos populares e alguns partidos de esquerda. Analisar, ainda, como o MST “impõe” sua presença diante do Estado, condição que torna o MST o outro do Estado.

A partir dessas considerações, tem-se a possibilidade de compreender o acontecimento chamado MST, em um momento de “avanço” da tecnologia, do consenso da

globalização e do neoliberalismo, e ainda de uma certa unanimidade de que as questões sociais relacionadas à teoria marxista são “coisas velhas”, ultrapassadas, e dizem respeito a “pessoas” que não compreenderam a nova era pela qual passa a humanidade. Nesse sentido, o MST irrompe no final do século XX como um “contrasenso”.

Ainda um último aspecto que elenco como importante é o de questionar se o MST pode vir a ser, se já não é, o início de uma “nova versão” ou continuidade, uma versão brasileira, dos grandes movimentos populares que “sacudiram” a América Latina e ainda resistem. Ou dito de outra forma: será que o espectro que rondou a Europa está de volta?

3. Metodologia

Analisar discursos possui um princípio norteador: “toda descrição abre sobre a interpretação” (Pêcheux, 2002: 54) e/para que “através das descrições regulares de montagens discursivas, se possam detectar os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição [do analista] reconhecidas com tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados” (idem, 57). Para Pêcheux (2002: 57), a interpretação é “uma questão de ética e política: uma questão de responsabilidade”. Para Orlandi (1999: 64), a interpretação é uma questão de “capacidade analítica do pesquisador, pela habilidade que ele pratica a teoria, face a sua responsabilidade teórica”. A interpretação se constitui a partir de determinados procedimentos metodológicos, por mais elementares que sejam, como recortar um enunciado a ler e elaborar uma pergunta a seu respeito.

Considerando que o discurso “é concebido como um fenômeno observável, um objeto empírico, constituído de uma seqüência linear de enunciados. É um acontecimento histórico” (Cardoso: 1994: 211) e enquanto hipótese de trabalho ele “serve apenas para certos fins teóricos de análise” (idem, p. 212). Os recortes do discurso em enunciados “não chegam a constituir um sistema, pois perdem sua “evidência” toda vez que questionamos sua validade. Os recortes são sempre interpretativos” (idem, p. 213).

A Análise do Discurso, no entanto, não possui uma metodologia específica, um modelo, um esquema já dado que permita ou pudesse apenas “enquadrar” os dados, nem uma forma de trabalhá-los. Isso significa que cabe ao analista adotar “princípios e

procedimentos” (Orlandi, 1999: 59) a partir das perguntas e dos objetivos em relação aos dados. A construção de *dispositivos* (id.) de análise é condição, a princípio, para desenvolver um conjunto de práticas sobre os dados, de formas de trabalhar os dados que por fim se constituem em procedimentos metodológicos.

Talvez seja óbvio, mas analisar discurso coloca em questão o que analisar, primeiro passo metodológico, que se desdobra “automaticamente” em algumas perguntas a fazer, um objetivo a construir, algumas hipóteses, um objeto do discurso, um *corpus* a ser recortado ou construído e, desse recorte extrair somente o que for significativo e relevante para as questões elaboradas. Isso significa que em um dado *corpus* nem tudo vai ser analisado, porém não equivale a dizer que o que ficou de fora da análise não seja significativo ou relevante, mas apenas que são as perguntas, os objetivos, as hipóteses e o objeto do discurso que norteiam, em alguma instância, o recorte para análise.

É importante ressaltar que utilizarei o dado tipo *rentável* (Possenti, 2002: 31). A seleção dos dados que constituem o *corpus* é, em geral, um passo estratégico (metodológico) do analista, pois, de acordo com Maingueneau (1993: 20), “cada *corpus* estabelece problemas específicos”. Ainda, a respeito do dado, de acordo com Possenti (2002: 33),

o dado existe independentemente do pesquisador, por mais que seu status dependa da teoria. Afirmar que o dado existe independentemente do investigador não significa dizer que ele determine as opções e ações do investigador (...) é preciso admitir que o mundo existe independentemente da teoria.

O *corpus* é composto de editoriais dos boletins e dos jornais do MST que compreendem o período de 1981 (no. 01, 15/05/1981) até 2004, (no. 240, 05/2004). A escolha dos editoriais se dá em virtude de conterem, em seu aspecto e em seu formato material, de forma “objetiva” e assumida, as orientações, as propostas, os objetivos, as reflexões, as bandeiras e o programa político do movimento. Além disso os editoriais constituem um lugar em que os discursos e as ideologias se materializam com certo efeito, força e poder.

Os editoriais do Boletim e do Jornal Sem Terra foram o primeiro recorte de universo de possibilidades ou de “universo discursivo” (Maingueneau, 1993: 116). A

escolha dos editoriais se justifica por ser um espaço privilegiado de orientação “programática” quer de jornais e revistas de movimentos populares, de partidos políticos ou de jornais e de revistas de comunicação de massa, o editorial é um espaço que melhor expresse as orientações ideológicas assumidas ou não como posições ideológicas.

A entrada no *corpus* para proceder a outros recortes de enunciados nunca é fácil, os discursos não “falam” por si só, a entrada no *corpus* foi feita com a elaboração de algumas perguntas, com alguma intuição e também com um pouco de atenção para as incidências de “curiosidades discursivas” que a princípio não revelam possuir relação “direta” e “indireta” com os objetivos propostos, mas que no decorrer do contato e trabalho de “idas e vindas” com o *corpus* elas acabam às vezes por significar algo importante, isso aconteceu, mas não foi uma constante.

A partir das perguntas fui procedendo aos recortes de enunciados que respondiam e possuíam alguma relação “direta” e “indireta” com os objetivos. Outro ponto importante é que no decorrer do contato com o *corpus* algumas perguntas iam sendo re-elaboradas e até mesmo abandonadas em detrimento de outras. O contato com o *corpus* é um momento tenso.

É importante ressaltar que os enunciados em AD não equivalem à oração, a proposição, a frase ou aos atos de fala. A sua materialidade lingüística pode coincidir como sintagmas verbal ou nominal ou como período composto de extensão relativa de um texto pequeno ou parágrafo. O enunciado ainda pode possuir em sua composição outras materialidades não lingüísticas, como quadro, pintura, charge, tira de jornal, formas de composição, arte gráfica, cores etc..

A delimitação do enunciado é um trabalho do analista que em grande maioria a partir das perguntas e questões que já estão elaboradas previamente, mas não fixas, uma vez que o recorte não pode ser aleatório a ponto de causar algum tipo de estranhamento entre aquilo que o sujeito em sua posição discursiva materializou lingüisticamente e aquilo que o analista recortou. Ou seja, tive o cuidado de no recorte não deturpar nem a estrutura lingüística nem a linearidade construída pelo sujeito no fio do discurso. O recorte dos enunciados pode ser considerado como uma etapa da análise muito significativa uma vez que ao recortar os enunciados, o fiz já pensando naquilo que ele pode oferecer de produtividade.

À medida que ia recordando os enunciados, cerca de mil, ia enumerando-os e fazendo referência ao *corpus*. Isso é importante porque no momento da análise, foi comum ter que voltar várias vezes ao *corpus* para verificar alguns aspectos dos enunciados em relação a sua linearidade, ou seja, o que tinha antes e o que tinha depois do recorte. Em muitos casos na hora da análise o recorte foi refeito, ampliado ou diminuído para prestar melhor a análise. Essa estratégia apresenta uma vantagem de contar apenas aquilo que é interessante para o analista, evita recortes grandes sem perspectiva de análise, mas que para um possível leitor pode oferecer questionamentos ao analista porque não analisou isto ou aquilo etc. No decorrer das análises muitos enunciados foram abandonados ou porque eram paráfrases de outros “em maior ou menor grau” ou porque não fazia mais sentido, neste caso cabe ao analista verificar quais dos enunciados se prestam melhor aos seus propósitos.

A quantidade de enunciados é em decorrência de dois fatores: o tamanho do *corpus*, editoriais de 1981, no. 01 até 2004, no. 240, eu queria poder olhar de uma perspectiva histórica abrangente, ou seja, queria constatar os discursos que iam se inscrevendo “a cada momento” de existência do movimento e sua relação com a conjuntura. Foi uma opção metodológica trabalhar com um *corpus* considerável, se de um lado foi trabalhoso e cansativo, em contra partida, pude escolher aqueles que se prestavam melhor às análises e aos agrupamentos provisórios, no total fiquei com seiscentos e noventa enunciados.

Depois de recortados, os enunciados ainda não falam por si só, a partir das perguntas e dos objetivos e também das descobertas (curiosidades e intuição) com o *corpus*, outras questões foram surgindo, mas não a ponto de abandonar os objetivos e propósitos que me levou ao *corpus*, caso isso ocorra, talvez o analista tenha outro projeto de pesquisa ou a constituição do *corpus* não foi adequada. Um ponto fundamental antes de iniciar as análises foi após o recorte, fui refletir sobre o conjunto de enunciados em sua totalidade e esboçar um primeiro esquema geral da tese, primeiro em partes provisórias e depois em capítulos, já um pouco mais estáveis, mesmo que de forma elementar e provisória. Foi no decorrer das análises que as partes e os capítulos foram se constituindo e se configurando estavelmente.

Assim, depois do recorte dos enunciados, fiz o esquema geral, ainda que elementar da tese, fui separando conjuntos de enunciados de acordo com os objetivos e

propostos gerais, os agrupamentos de enunciados são sempre provisórios nesse primeiro momento podendo até mesmo participar de vários agrupamentos.

Um aspecto importante dos enunciados é que eles se prestam a uma série de análises e abordagens de acordo com as perguntas que se faz a eles, de acordo com o agrupamento em que estão inseridos ou organizados. Ou seja, à medida que tenho várias perguntas ao mesmo enunciado ele vai se prestando às análises. Não cheguei esgotar analiticamente nenhum enunciado, confesso que fiquei predisposto, mas não o fiz, o que não quer dizer que não seja possível esgotá-lo.

Uma vez separado os agrupamentos por capítulos e/ou partes, fiz um outro recorte a partir dos objetivos e delimitações específicos dos capítulos, ou seja, esquematizei os agrupamentos considerando suas especificidades. Assim, no decorrer das análises por capítulos ou partes, um retorno ao *corpus* foi uma constante como também um reajustamento dos agrupamentos, considerando a exclusão de certos enunciados, inclusão de outros, e a redefinição linear ainda de alguns. Isso para atender a demanda das questões, dos objetivos e das perguntas.

Há uma tensão entre as questões, os objetivos e as perguntas em relação aos enunciados. Salvo os objetivos, desde que consistentes, eles não se alteram no contato com o *corpus*. Mas as questões e as perguntas não apenas no contato com o *corpus*, mas sobretudo no momento crucial das análises, elas e eles se constituem de uma relação ou um jogo tenso. Lembrava sempre de Pêcheux (2002: 57): “face às interpretações sem margens nas quais o intérprete se coloca como ponto absoluto, sem um outro nem real, trata-se aí, para mim, de uma questão de ética e política: uma questão de responsabilidade”. Em alguns momentos os enunciados questionavam as questões e as perguntas como querendo dizer que elas não eram adequadas para eles; e em outros casos a relação era inversa, as perguntas e as questões questionavam se de fato os enunciados possuíam algum tipo de relação com elas. Este momento é delicado e “perigoso”, o que ocorre é um estranhamento, corre-se o risco de “forçar” ou construir uma análise sem consistência, sem um amparo quer nas materialidades discursivas, quer nas filiações históricas e redes de memória discursiva.

Como tinha como proposta uma perspectiva histórica, adotei metodologicamente o ponto de vista da progressão linear de enunciação na maioria dos agrupamentos para

análise. Iniciei as análises pensando na progressão e desenvolvimento discursivo do movimento como condição de poder “capturar” momentos de “surgimento” de algo diferente, algo novo que ainda não havia se revelado nas práticas discursivas. Foi nesse sentido que foi possível analisar o desenvolvimento discursivo do movimento como a posição de sujeito histórico na ordem do Estado, como agricultor, para sujeito revolucionário que questiona o próprio Estado e assim se tornando o outro do Estado.

Analisei também os pontos de tensão discursiva, a constituição: posição sujeito, discursos, objetos, temas, transposições de espaço, interlocutores, constituição do instrumento discursivo, pontos de ruptura etc.. A visão linear de enunciação favoreceu de forma considerável as análises. Aliás, a estrutura da tese e dos capítulos seguiu com certa regularidade este esquema.

Outro ponto importante foi a proposta metodológica de análise que privilegiei: uma abordagem equilibrada entre as materialidades discursivas e a abordagem histórica, pelo menos acredito que conseguido. Esse fato é importante porque é comum em muitos trabalhos em Análise do Discurso o analista privilegiar ou uma abordagem das materialidades discursivas ou uma abordagem mais histórica. Tive a impressão que as escolhas metodológicas sempre implicam em perdas, quando optei pelo um período longo (1981 – 2004), perdi, por exemplo, em muitos casos, a conjuntura precisa de enunciação, tive apenas, em alguma instância, aquilo que o conjunto de enunciados se referiam como pontos de ancoragem históricos.

Assim, procurei não apenas analisar alguns aspectos das materialidades discursivas como também relacioná-las a historicidade que a constituem com as condições históricas que favorecem sua materialização discursiva e de tudo que pode decorrer. Ainda um último aspecto das análises, o conhecimento de alguns fatores históricos do analista se constitui em muitos casos de um fator significativo de ancoragem das materialidades discursivas e ancoragem histórica. Ou seja, certas especificidades dos enunciados, dos agrupamentos e/ou dos discursos dependem do tipo de conhecimento que o analista se imbuíu para elaborar questões, objetivos e adentrar nas análises.

A partir do exposto, é possível resumidamente elencar as etapas que constituem metodologicamente a análise, elas são as seguintes, não necessariamente nessa ordem:

- a) definição: de objetivo, de objeto, elaboração de hipótese e perguntas a fazer;
- b) proceder ao recorte de um *corpus* de todo *corpora* de um determinado *universo discursivo* (Maingueneau, 1993: 116);
- c) a partir desse *corpus* e das questões da letra “a”, proceder ao primeiro recorte de enunciados (Pêcheux, 1969: 100) e suas paráfrases (Fuchs, 1982: 29) significativos e relevantes (ainda que de forma intuitiva) que possam ser material de análise. É importante numerá-los e fazer as devidas referências ao *corpus*;
- d) agrupar os enunciados considerando suas especificidades de sentidos, de objetos e de temas materializados nos discursos;
- e) classificar os grupos de enunciados em discursos, dando-lhes uma configuração;
- f) analisar os discursos (enunciados desse discurso) quanto a sua posição ideológica, sua relação com outros discursos, redes de filiações históricas quanto ao interdiscurso e à memória discursiva;
- g) analisar nos discursos as posições sujeito nas suas relações com as estruturas sociais;
- h) analisar agrupamentos de enunciados independentemente de se constituírem em discursos com o objetivo de verificar certas especificidades: analisar a “progressão e transformação” de sentidos considerando a sua materialidade; analisar conjuntos de enunciados que marcam aspectos da identidade dos sujeitos; analisar conjuntos de enunciados que materializam objetos e temas de discurso;
- i) proceder a um segundo recorte e exclusão de enunciados: durante o percurso de análise, constata-se que alguns dos enunciados não foram analisados ou porque havia outros que se “prestavam” melhor a análise ou porque, durante o percurso de análise, eles deixaram de fazer sentido;
- j) voltar ao *corpus* para efetuar um outro recorte específico a partir de certos enunciados. Qualquer tentativa de agrupamento de certo conjunto de enunciados, provoca exclusão de outros enunciados no entanto é importante considerar que os agrupamentos são, em alguma medida, instáveis e por isso podem revelar algum ponto de vista do analista. Os agrupamentos são sempre provisórios e instáveis se o discurso mudar em decorrência de sua relação tensa com outros grupos de enunciados ou conjuntura política distinta, que ressignificam algumas unidades que aparentemente eram consideradas como estáveis em relação aos sentidos.

Se até aqui foi feita referência somente ao discurso de Reforma Agrária pela Ocupação e não aos discursos do MST é tão somente para proceder à análise, pois os discursos são constituídos em suas relações com outros discursos, trazem em sua constituição outros discursos necessariamente.

Assim, a metodologia foi sendo construída ao longo do trabalho e face à própria demanda dos objetivos e dos objetos da pesquisa. É importante ressaltar que tive a “impressão” que o percurso metodológico se um lado se apresentava produtivo, de outro, parecia que “perdia” algo por seguir este ou aquele caminho. Considero, ainda que elementarmente, que este fato metodológico se constitui em um dos próprios da análise do discurso, uma característica peculiar face à teoria, ao objeto, ao objetivo e ao analista.

4. Quadro formal

Este trabalho inscreve-se na perspectiva teórica da Análise do Discurso Francesa (AD), considerando que ela articula, em seus fundamentos, a lingüística (Saussure), o marxismo (releitura de Althusser) e a psicanálise (releitura de Lacan). Não se trata apenas de relacionar esses três campos em suas especificidades, mas de como verificar como eles estão relacionados e como a Análise do Discurso concebe teoricamente esses campos e fundamenta-se. De acordo com Pêcheux e Fuchs (1975: 163-4), a Análise do Discurso considera:

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações , compreendida aí a teoria das ideologias; 2. a lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo; 3. a teoria do discurso, como teoria das determinações históricas dos processos semânticos.

Convém explicitar ainda que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica).

Orlandi (1999: 19-20) ao refletir e comentar a respeito dos fundamentos da Análise do Discurso considera que:

- a. a língua tem sua ordem própria mas só e relativamente autônoma (distinguindo-se da Lingüística, ela reintroduz a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem);
- b. a história tem seu real afetado pelo simbólico (os fatos reclamam sentidos);

c. o sujeito da linguagem é descentrado pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo com elas o afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia.

As palavras simples do nosso cotidiano já chegam até nós carregadas de sentidos que não sabemos como se constituíram e que no entanto significam em nós e para nós.

Desse modo, se a Análise do Discurso é herdeira das três regiões do conhecimento – Psicanálise, Linguística, Marxismo – não o é de modo servil e trabalha uma noção – a de discurso – que não se reduz ao objeto da Linguística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Interroga-se a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele.

(...) A análise de discurso, trabalhando na confluência desses campos de conhecimento, irrompe em suas fronteiras e produz um novo recorte de disciplinas, constituindo um novo objeto que vai afetar essas formas de conhecimento em seu conjunto: este novo objeto é o discurso.

Possenti (2004: 357) aborda os fundamentos da Análise do Discurso a partir de “gestos de ruptura” considera que a

ruptura pode dar-se de duas formas: (a): em relação a uma teoria científica (...), quando uma teoria desloca outra, toma o seu lugar, no mesmo campo anterior (ou coexistência) ou construindo outro (...); (b) e em relação a uma ideologia, ou a um conjunto delas, “transformando” o campo em objeto de ciência, ou seja, passando a tratá-la segundo procedimentos científicos específicos.

Ele reflete como a Análise do Discurso se fundamenta ao constituir uma reivindicação de um espaço que lhe seja próprio ao “promover” “gestos de ruptura”:

a) “do campo da interpretação”:

a AD rompe com a concepção de sentido com projeto do autor; como a de sentido originário a ser descoberto; com a concepção de língua como expressão de idéias de um autor sobre as coisas; com a concepção de texto transparente, sem intertexto, sem subtexto; com as noções de contexto cultural dado com se fosse uniforme (p. 360).

b) “da língua”:

a língua não é transparente, mas tem uma ordem própria (que a linguística descreve). (...) Sua especificidade é o campo do sentido. A AD fala da medida em que as concepções da linguística afetam o campo do sentido. (...) Assim, não é verdade que a AD seja anti-linguística. Pelo contrário: não há AD sem linguística. Ela apenas coloca a língua em seu lugar, ou seja, reconhece sua especificidade, mas lhe limita o domínio (p. 361).

c) “da pragmática”:

a ruptura com a pragmática tem como uma das conseqüências a ruptura com a psicologia, especialmente em sua modalidade cognitiva, tanto porque implica um certo conhecimento (da língua, do mundo, das regras), quanto, e principalmente, porque essa psicologia desconhece o inconsciente (p. 364).

d) “do texto”:

seria necessário não somente afastar-se da concepção de texto que combate, mas especificar mais claramente a concepção que aceita, ou seja, substituir uma teoria do texto por outra. Minimamente, o texto deveria ser concebido como uma das manifestações do próprio discurso. A tese de que constitui sua materialidade lingüística deveria ser mais especificada (p. 366).

e) “das condições de produção”:

“essa afirmação [Pêcheux, 1969: 75] assinala, de fato, a ruptura com a pragmática em um de seus fundamentos. Tipicamente, a pragmática (e algumas teorias da conversação e de texto, que se apresentam como discurso) concebe o ‘exterior’ relevante em termos de contexto. (...) Em relação a cujo funcionamento os falantes teriam um domínio quase total (eles sabem o que pode ocorrer em contextos (...) quais são as regras, os *scriptis* a serem seguidos) (p. 366).

f) “do sentido”: a AD

apresenta uma versão peculiar: o sentido de uma palavra (ou expressão mais ou menos equivalente se resolve na medida em que uma delas pode ser substituída por outra, no interior de uma certa FD. Assim, o sentido é um efeito de substituíbilidade das expressões, sendo que o conjunto delas produz (pode produzir) um efeito de referência (p. 371-2).

g) “da enunciação”:

as abordagens discursivas do tema são um tanto um ruptura em relação as suas concepções simplesmente lingüísticas, obrigando a situar as ‘marcas’ em domínios do imaginário, além de fazer ver, no fio do discurso, as ‘manobras’ a que a enunciações obriga (chamando atenção para o real da língua) (p. 378).

h) “do acontecimento”:

permite romper, em primeiro lugar, com uma história que procurasse em tudo o sentido. Em segundo lugar, com a relação discurso-enunciação como evento singular. Além disso, poderia permitir especificar mais finamente os elementos que, em um discurso, de fato escapam aos sujeitos e aqueles de que eles têm conhecimento, conforme estejam em uma ou em outra camada, assim, como acontece com os diversos tipos de acontecimentos históricos, segundo Foucault.

Esta concepção está situada claramente na ruptura com qualquer concepção de história linear e teleológica. E, em especial, a noção de acontecimento é totalmente outra (p. 381).

i) “do interdiscurso”:

o que podemos perceber é que a noção de interdiscurso, inclusive em seus desdobramentos, rompe com conceitos que, de alguma forma, fundamenta-se sobre os pressupostos da homogeneidade e do centramento, seja do discurso, seja do sujeito. Isto é, para a AD, os discursos não são independentes uns dos outros e não são elaborados por um sujeito.

j) “do sujeito”:

Para a AD, não há falante, locutor, muito menos emissor. Há sujeitos (alternativamente, enunciador). O que é, evidentemente, na esteira das rupturas com a pragmática e com as teorias lingüísticas dominantes, outro ruptura, talvez a mais importante para a teoria (p. 386).

A AD rompe com a concepção de sujeito uno, livre, caracterizado pela consciência (isto é, sem inconsciente, sem ideologia) e tomado como origem. No entanto, continuam em aberto muitas possibilidades de especificação: Para Pêcheux (1975: 171) escrevem que ‘o que falta e o que ainda falta parcialmente é uma teoria não-subjetiva do sujeito em sua situação concreta de enunciador (p. 388).

l) “ciência?”:

Provavelmente, a AD quis ser científica. Provavelmente, não é, nunca foi. E nisso não vai uma avaliação de demérito, antes pelo contrário. Talvez se possa dizer da Análise do Discurso o que Foucault disse do marxismo e da psicanálise: são muito importantes para serem ciências. É possível que possa situar a AD num dos limiares – talvez o da epistemologização (...).

Se a AD não é uma ciência, é justo, mesmo assim, falar de ruptura?: Creio que sim. Os movimentos de ruptura são análogos no campo científico, nos outros domínios dos saberes e também no das ideologias. Assim, contrapor a AD a outras soluções não é apenas um reconhecimento do interdiscurso. Trata-se de um gesto do qual resulta de produção do conhecimento (p. 389).

O percurso traçado até aqui a respeito dos fundamentos da Análise do Discurso apresenta um aspecto duplo, o da articulação e o da ruptura, como referência às condições

materiais e históricas em que os discursos são produzidos, oferecendo, assim, uma perspectiva de análise que melhor atende ao objeto e objetivo desta pesquisa.

As instituições históricas e os discursos, nesse sentido, são considerados como categorias que se constituem mutuamente, no entanto, com base em mecanismos e com funcionamentos específicos, mas não independentes; no caso do MST, por mecanismos da ordem do discurso político. Dessa forma, tem-se um contexto sócio-histórico que considera a enunciação dentro do quadro das instituições, lugar de materialização, circulação e ritualização dos discursos no âmbito das disputas sócio-históricas, políticas.

A AD, situando-se, assim, no limite do lingüístico com o histórico social, permite um trabalho de reflexão e de análise que recai sobre a construção das significações e sobre as condições históricas em que os discursos são produzidos.

4.1 Discursos: classificação

Interessa, aqui, na classificação dos “textos” simbólicos/empíricos por nós analisados¹⁰ (sempre considerada uma classificação instável), levar em conta as formações discursivas que os atravessam (política de direita, política de esquerda, de revolução, de repressão, de luta de classe entre outras), assim como as atividades/práticas humanas (agricultor, jornalista, professor, político, advogado, liderança de grupos sociais entre outras), que podem corresponder, de forma geral, a certos *gêneros de discursos* (Bakhtin, 2000: 81), tais como: discurso literário, científico, jornalístico, publicitário, didático, acadêmico, religioso, institucional. É pertinente, também, a natureza do *suporte* ou *mídium dos discursos* (Maingueneau, 2001: 71-2) utilizado: jornal, reportagem, relato oral, conversação oral, entrevista.

A escolha acima se justifica porque os textos que constituem o *corpus* pertencem, quanto às atividades humanas implicadas, ao discurso jornalístico e institucional (o jornal é uma instituição do Movimento). Quanto à natureza, os editoriais dizem respeito ao gênero do discurso.

¹⁰ Para ser totalmente coerente com o que disse, não espero que esteja desvendando o caráter ideológico dos sentidos numa confortável posição isenta de qualquer ideologia. Se o trabalho da ideologia é produzir evidências, tenho, no entanto, a ilusão de que, ao desvendar o mecanismo ideológico dos discursos, coloco-me num lugar neutro.

O desafio em nossa análise do discurso de Reforma Agrária pela Ocupação é determinar os discursos em que ele se apóia, as posições que os sujeitos podem (puderam) ocupar para constituírem sua identidade, aquilo que os sujeitos podem e devem dizer, ou puderam e tiveram que dizer na constituição e evolução desse discurso e, conseqüentemente, do Movimento.

Os gêneros de discursos, entendidos em sua classificação, servem como referência para ordenar e organizar as várias “vozes” ou discursos e também para poder analisar suas múltiplas relações discursivas, pois a tipificação pode revelar-se uma metodologia para se trabalhar com certa quantidade de relações, de elementos, de unidades instáveis. Agrupá-las é sempre conseqüência de, naquele dado momento, adquirirem alguns traços de unidade ou coerção.

5. Capítulo I: *Introdução ao estudo da ideologia que sustenta o MST*

Esse capítulo consiste de resultados de minha dissertação de mestrado, que incorporo à tese, para analisar, em particular, o Discurso de Reforma Agrária pela Ocupação e suas condições de surgimento, enquanto acontecimento discursivo, no quadro dos discursos políticos de esquerda.

Foram abordados aspectos da *cena enunciativa* (Cardoso, 1999a) que constituiu a possibilidade de o movimento, iniciado na Encruzilhada Natalino, de Ronda Alta-RS, se enunciar como “agricultor” para se constituir em “sem-terra”. A partir da cena enunciativa foi possível analisar alguns discursos que caracterizam o perfil discursivo do movimento.

A primeira enunciação do movimento partiu do Discurso Institucional ou Fundador em que o movimento se enuncia no quadro do discurso do Estado, enquanto agricultor, a partir do discurso da Constituição Federal, no entanto ele irá negar esses sentidos e afrontar o próprio Estado com outros discursos.

No processo de constituição discursiva do movimento, caracterizei outros discursos que marcam posições ideológicas específicas, como: o Discurso de Reforma Agrária, que funda a razão pela qual o movimento existe e se inscreve na ordem do discurso do Estado; o Discurso de Reforma Agrária e Movimentos Populares, que lhes possibilita situarem-se no âmbito dos movimentos populares na luta por seus direitos,

condição que lhes permite dialogar com a sociedade, com sindicatos, com partidos políticos, com as outras categorias e movimentos populares, estabelecendo assim relações interdiscursivas com outros discursos, como o discurso socialista, por exemplo.

O Discurso de Organização e Estruturação do MST é o que possui um sentido mais enfático e preponderante; é o discurso a que o movimento mais se dedica por ser a condição de materialização de outros discursos. O Discurso Socialista é incorporado como uma alternativa ao sistema capitalista não somente para os sem-terra como também às demais classes trabalhadoras. O Discurso de Reforma Agrária pela Ocupação não é apenas um trabalho de paráfrase; é a marca que identifica e também caracteriza o movimento: o discurso de afronta, de desafio ao Estado, é o discurso novo que marca o acontecimento de agricultor rural para agricultor sem-terra. O último discurso que constitui o repertório do movimento é o Discurso da União, pois qualquer categoria que se inscreve perante o Estado para reivindicar seus direitos sempre o fez, historicamente, com a união da própria categoria e a união com os demais movimentos populares.

Outros aspectos desse capítulo dizem respeito à constituição de posições discursivas: de agricultor desprovido de terra para trabalhar – na ordem do discurso do Estado - para a posição de agricultor sem terra revolucionário – fora da ordem do discurso do Estado -. Foram abordadas algumas posições como: Sujeito Histórico, Sujeito Reivindicador, Sujeito Exigente, Sujeito Revolucionário ou Sem-Terra. Ainda foram analisados alguns sentidos atribuídos à Lei pelo movimento e a constituições do poder do MST.

6. Capítulo II: Do boletim ao jornal: suporte, gênero e discurso

Nesse capítulo, analisei o suporte material discursivo do movimento, o boletim, espaço de materialização de gêneros discursivos e de discursos do MST, que, dada a sua relevância e significado para o próprio movimento, se transformaram em “Jornal dos Sem Terra”, embora essa passagem de boletim para jornal tenha sido um trabalho tenso de significação e ressignificação. Assim, foi analisado apenas o cabeçalho, evidenciando-se algumas de suas transformações de sentido e de formato. A diversidade de formato

apontava para a necessidade de uma estabilidade de sentido, o que veio a acontecer quando o boletim passou a ser jornal.

O gênero de discurso foi outro ponto importante na constituição do Boletim, razão pela qual analisei brevemente alguns gêneros que constituíram seus primeiros números. A transformação do gênero discursivo está relacionada com a mudança do boletim em jornal, ou seja, alguns gêneros se transformam à medida que os discursos vão se “transformando”, desaparecendo. Outros vão se inscrevendo também, o que implica uma mudança sempre conflitiva na posição discursiva do movimento. O mesmo recorte que serviu para analisar o gênero discursivo serviu também para classificar por qual tipo (entendido como tipificação), de discurso o movimento se enunciava.

7. Capítulo III: Discurso e identidade

Esse capítulo foi destinado à análise da formação da identidade do agricultor que se constituía no Boletim. O recorte diz respeito à autodenominação: de um lado, como o movimento se autodenomina; de outro, como os outros denominam o movimento. Isso é relevante porque esses dois movimentos implicam atribuir sentidos às vozes distintas, tanto a de quem nomeia quanto a de quem é nomeado.

A análise apontou a tensão entre o *pré-construído* (Pêcheux, 1997: 163) sobre o agricultor, considerado como uma categoria ampla de sentidos estáveis e históricos, e o acontecimento discursivo, a surpresa do novo, “sem terra”. Uma das causas dessas tensões repousa no fato de que esse acontecimento vem reivindicar algo “estranho” em relação ao que se espera ou ao que se concebe a respeito do agricultor, pois a tensão vem desestabilizar a *memória discursiva* (Pêcheux, 1999: 52) de agricultor. Ao mesmo tempo em que reivindica um outro espaço, esse movimento implica um processo de ressignificação do que se concebe de agricultor, seja pelo próprio movimento seja pelo outro (sindicatos, igrejas, partidos políticos, movimentos populares, simpatizantes, apoiadores).

8. Capítulo IV: Alguns aspectos das condições de um acontecimento discursivo

Foram abordados, nesse capítulo, alguns aspectos do complexo que constitui os discursos dos MST. Eles dizem respeito aos temas, aos objetos, às posições sujeitos, às ideologias, aos espaços sociais, às filiações históricas em *redes de memória* (Pêcheux, 2002), às tensões na significação e/ou ressignificação dos sentidos e ao efeito dessa complexa constituição na instância do discurso político nacional a respeito do que significa o agricultor. Essas questões revelam uma disputa acirrada pela existência de se enunciar, mas uma enunciação que reivindica um lugar próprio e específico. Esse fato provoca um deslocamento dos sentidos na luta pela terra, de forma que ressignifica sujeitos e discursos: o Estado é convocado a se posicionar em face do surgimento das demandas que se constituem historicamente.

Essa posição do MST perturba uma certa memória discursiva a respeito dos sentidos e dos discursos históricos sobre o agricultor no Brasil e no seio do movimento operário internacional, em um discurso mais amplo, de alguma forma.

9. Capítulo V: Discurso de Reforma Agrária pela Ocupação

Nesse capítulo, analisou-se como o espaço, o sujeito e o discurso são tomados enquanto processo de movimento de rupturas de significação - com certa estabilidade de sentido até a conjuntura dada (1982), o que não quer dizer sem tensão e sem conflito, para a constituição: da prática denominada de “invasão”, para o Estado, e “ocupação”, para o sem-terra no espaço terra; do sujeito agricultor sem terra para o sujeito agricultor sem-terra; do discurso de reforma agrária para o discurso de reforma agrária pela ocupação.

A questão foi analisar o movimento tenso, no “limite” ou para além dele, de sentidos de significação e ressignificação que, a partir de uma conjuntura dada, em que o movimento irrompe como rupturas, desestabiliza todo um complexo discursivo e assim provoca um “furo” nesse complexo discurso. Discurso como efeito e como condição para reivindicar uma existência na ordem do discurso, uma situação inusitada para um movimento de agricultores reivindicando reforma agrária “que vem perturbar a rede” de memória (Pêcheux, 1999: 53). Este é um dos efeitos de sentido do Discurso de Reforma Agrária pela Ocupação: desestabilizar uma certa rede de filiação histórica.

10. Capítulo VI: MST: Poder, sujeito e discurso

O objetivo desse capítulo foi analisar um dos aspectos da constituição do poder no/do sujeito MST imbricado no seu discurso, ou seja, procuro compreender como o MST constitui seu poder, que tipo de *sentido* (Pêcheux, 1988) é possível atribuir a esse poder, o que implica dizer que o MST possui algum tipo de poder, quais são os prováveis efeitos desse poder; qual é a origem dele; como ele se materializa; qual é o outro do MST; como se dá o seu funcionamento.

Capítulo 1¹¹

Introdução ao Estudo da Ideologia que Sustenta o MST

A linguagem está sempre povoada pelo outro, pelo ausente, pelo distante, pelo longínquo; ela é atormentada pela ausência. Não é ela o lugar de aparecimento de algo diferente de si e, nessa função, sua própria existência não parece se dissipar? (...) Trata-se de suspender no exame da linguagem, não apenas o ponto de vista do significado (o que já é comum agora), mas também o do significante, para fazer surgir o fato de que ambos existe linguagem, de acordo com os domínios de objetos e sujeitos possíveis, de acordo com outras formulações e reutilizações eventuais (Foucault, 1986: 128-9).

Este capítulo¹² é uma resenha de minha dissertação de mestrado. Uma justificativa possível para incluir este texto é o fato de ser apenas um ponto de partida. De fato, é a partir dela que se desenvolve esta tese, uma vez que um dos discursos, *Reforma Agrária pela Ocupação*, analisado durante o meu mestrado, é objeto central de investigação desta pesquisa.

Assim, a proposta é abordar, de forma sintética, a constituição do arcabouço discursivo-ideológico do MST. Uma das questões que propus foi analisar os discursos que dão identidade ao agricultor sem-terra. Dito de outra forma, verificar quais são os discursos que um agricultor sem terra precisa enunciar para se constituir discursivamente como um agricultor sem-terra.

O ponto de partida para analisar o perfil discursivo-ideológico do MST foi considerar como um *acontecimento discursivo* (Foucault, 2001: 54) nos quadros institucionais, como um fato sócio-histórico das *interdições tanto do sujeito quando do discurso* (idem, p. 9).

¹¹ Os enunciados deste Capítulo estão no anexo I, os enunciados do restante da tese estão no anexo II.

¹² Título de minha dissertação de mestrado defendida na UFMS, Câmpus de Três Lagoas, MS, em 2001.

O discurso do sujeito MST se constitui, dessa forma, no “quadro dos discursos sobre a função social da terra”. Discurso que pode ser abordado, em alguma medida, de três perspectivas: a) a luta pela terra no Brasil desde a invasão pelos portugueses; b) uma luta mais ampla que remonta aos tempos bíblicos; c) uma luta mais recente, a partir do advento do marxismo. Essas perspectivas se inserem no quadro ainda mais amplo de exclusão e marginalização históricas.

O MST é um movimento que se enunciou pela “primeira vez” na Encruzilhada Natalino - Ronda Alta-RS (15/05/1981, data do primeiro Boletim Sem Terra), em um momento histórico de luta pelos direitos sociais e pela democratização do país. Momento também em que o operariado, juntamente com outros movimentos populares, se colocava como liderança de questões sociais. A “sombra” da liderança operária, o MST, foi-se solidificando, organizando-se em todos os Estados e, particularmente, sendo reconhecido, até mesmo pelo Estado, pela sua forma de ação peculiar: a ocupação de terras como meio de pressionar o Estado a cumprir o que reza o Estatuto da Terra de 1968 e, a partir de 1988, a Constituição Federal.

É um movimento que causa polêmica, controvérsia, provoca debate, condição que justifica, entre outras, sua aparição rotineira como destaque em jornais, revistas, noticiários e telejornais no país. Se, de um lado, o MST possui opositores a sua causa, de outro lado o movimento acumula apoio no Brasil e no exterior.

Uma das questões analisadas diz respeito ao deslocamento de posição discursiva do MST e dos partidos de esquerda. À medida que o Partido dos Trabalhadores – PT - não se posicionava mais como liderança dos movimentos populares nos anos 90, deixando assim de centralizar uma pauta de debate de proposições, o MST ia ocupando essa posição singularmente, como é possível observar no seguinte discurso do MST em relação ao PT e aos demais partidos de esquerda, (*Revista Sem Terra*, 1999: 1):

a indústria da afirmação de que a *esquerda não tem projeto* e que vem sendo o mote para o imobilismo, somado ao delírio de que é possível um Governo de centro-esquerda encabeçado por FHC e seus tucanos e depurado de ACM e Cia., e acrescenta a visão linear, institucional e administrativa de que ‘faremos bons governos e em 2002 teremos força para crescer e eleger o presidente etc. etc.’, além de proverbial bom-mocismo que assola amplos setores da oposição no atual quadro, para além de equívocos políticos, dizem respeito de intenções de colaboração de classe. Resistir independe de qualquer desses engodos. Resistir significa agir organizadamente na direção de impedir perdas de direitos já conquistados, implica na ação organizada dos sujeitos desses direitos, e

independe de ter ou não um projeto, de haver ou não eleições. E não há qualquer dúvida de quais são os interesses e direitos em jogo. E não há também qualquer dúvida de que o povo amplia sua organização no bojo de movimentos e lutas em torno de objetivos que avançam durante o processo. Nós continuamos a resistir e a construir nosso projeto. Junte-se a nós.

Esse tipo de crítica do MST ao PT e à oposição é significativa se for possível considerar os dois deslocamentos de posição sujeito: o PT se desloca da posição de *esquerda* para a posição de *oposição*, enquanto o MST se constituiu “à sombra do PT” com uma liderança localizada, ocupando, assim, esse lugar de *esquerda* deixado pelo PT e, conseqüentemente de liderança dos movimentos populares.

1.1 Constituição do *corpus*¹³ e metodologia

O primeiro texto que constitui o *corpus*¹⁴ é o Boletim dos Sem Terra número 01 (1981), que, a partir do número 36 (07/1984), se transformou em *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*. No jornal, foi privilegiado o espaço dedicado aos editoriais para o recorte dos enunciados “significativos”, considerando que o editorial se constitui de um tipo síntese, de posição política e de orientação política do que vai, em grande medida, no corpo do jornal.

Os enunciados recortados foram agrupados em discursos, considerando que os enunciados são paráfrases (Fuchs, 1982: 24) uns dos outros, em maior ou menor medida no que diz respeito aos sentidos de outros enunciados.

Dos discursos agrupados, foram caracterizados os mais “significativos” quanto à constituição da identidade do MST, sem perder de vista o período histórico, a partir do Boletim no. 1, de 15/5/1981, até ao JST no. 189 de 5/1999. Ressalte-se que, de cada discurso (Pêcheux, 1969: 77), foi selecionado um enunciado de base, por ele conter certa “síntese” e ainda ser capaz de representar os demais enunciados que configuram o discurso.

1.2 Das análises: constituição discursiva

¹³ O *corpus* deste capítulo está no anexo que foi analisado na minha dissertação de mestrado.

¹⁴ Os enunciados que me refiro neste estão no anexo I.

Se, de acordo com Cardoso (1999a: 38), “usar a linguagem de maneira significativa é produzir discursos”, analisá-los é considerar, de forma indispensável, as *condições de sua produção* (Pêcheux e Fuchs, 1975: 77). Cardoso (1999a) especifica e descreve os elementos que constituem as condições de produção do discurso: *um locutor; um alocutário; um referente; uma forma de dizer; um contexto em sentido estrito; um contexto em sentido lato*.

A partir do quadro de Cardoso, tem-se a seguinte *cena enunciativa* do MST:

- a) *um locutor*: o sujeito MST na sua posição sócio-histórica de movimento social nascido nos últimos 20 anos na luta pela terra. Sua enunciação diz respeito a uma posição “crítica” sobre a questão da terra e da reforma agrária. É aquele que tem algo a dizer para seu interlocutor.
- b) *um alocutário*: a enunciação do MST se faz de dois movimentos: o interno, que é voltado para o próprio movimento, considerando a dimensão do movimento e o trabalho de constituição dos sem terra para os sem-terra; o outro movimento abrange a dimensão externa, em que estão o Estado, os demais movimentos populares, alguns partidos ditos de esquerda, a sociedade civil de forma geral, considerando-se as posições históricas distintas. É *aquele para quem se diz o que se tem a dizer*.
- c) *um referente*: uma enunciação significativa sobre a terra e sobre a reforma agrária, considerando os sentidos e os sistemas de significação de coerção e restrições dos sujeitos, dos discursos e dos objetos.
- d) *uma forma de dizer*: discurso político, na modalidade escrita, considerando o jornal como suporte material e o editorial como gênero. O Boletim/Jornal é, nesse sentido, um lugar de “manifestação” da materialidade dos discursos do MST.
- e) *um contexto em sentido estrito*: ocupação da Encruzilhada Natalino-RS e a primeira edição do “Boletim Sem Terra” e suas sucessivas edições, até se transformar em Jornal, como forma de enunciação do movimento.
- f) *um contexto em sentido lato*: o MST marca sua posição de movimento popular de massa, cuja temática, objeto e modalidade enunciativa se constituem a partir de certos sistemas de restrições no quadro das instituições sociais nos últimos vinte

anos de existência do movimento. Discurso produzido no quadro das instituições: sindicato, igreja, família, política, entre outras.

Tendo esse quadro como uma *cena enunciativa* (Cardoso, 1999a), o movimento vem se constituindo como sujeito com certos discursos a partir de certas posições ideológicas. Importa ressaltar que a *cena enunciativa* refere-se à descrição de um dos aspectos do período histórico de enunciação e não necessariamente o aqui e agora da enunciação dos sujeitos nos quadros institucionais considerando as suas margens e seus limites.

A partir das caracterizações dos discursos mais significativos, foi possível afirmar que se trata de “dizeres” ou discursos específicos a serem enunciados por um sujeito sem-terra, à medida que se excluem outros “dizeres” ou discursos e outros sujeitos da “esfera” dessa enunciação, como será visto a seguir. Ao usar o termo “discursos” e não “discurso”, procurou-se para marcar a heterogeneidade que constitui o discurso do MST, o que é também uma questão metodológica.

O Discurso Institucional ou Fundador se configurou no primeiro ato enunciativo que fundou os objetos (terra, direito, reforma agrária) que constituem a existência do MST. Esse discurso é representado pelo enunciado de base (63): “é assegurado a todos a oportunidade de acesso a terra, condicionada pela sua função social”. Os demais enunciados desse discurso são paráfrases do de base, como: (3), “terra para quem nela trabalha”; (4), “todos têm os mesmos direitos e tudo tem que ser dividido”; (6), “sem reforma agrária não há democracia”, entre outros.

Nesse momento histórico, 1981, o agricultor sem-terra é um sujeito autorizado a enunciar no quadro das instituições, no interior do discurso do Estado, conforme a Constituição Federal. Como o Estado poderia interditar um sujeito que reivindica o que prescrevem alguns artigos que ela proclama, como é o caso do 1º.; 3º., I; 5º., XVIII, XXII e XIII; 6º.; 7º.; 8º, entre outros? Se o MST se vale dessa relação com o discurso da Constituição Federal, ele o faz como uma forma estratégica de se enunciar, considerando também que os sentidos não são os mesmos da Constituição. O MST nega esses sentidos da Constituição Federal, acabando por afrontá-los em outros discursos.

Esse discurso de Reforma Agrária é constituído a partir do anterior. No entanto, se o Institucional ou Fundador mantém relações discursivas com o discurso do Estado - e isso funda a enunciação dos sem-terra -, já o de Reforma Agrária garante a razão pela qual o enunciador existe e se inscreve na ordem do discurso político diante do Estado, considerando que o discurso sobre a terra possui certos sentidos e valores atribuídos historicamente pelo agricultor sem-terra.

O enunciado de base (9), “a reforma agrária solucionará os problemas de campo brasileiro”, contém sentidos distintos que “ultrapassam” aqueles que fundaram a enunciação do MST, pois o discurso de Reforma Agrária tece seus sentidos a partir dos discursos da Revolução Russa, da Cubana, da Chinesa, entre outros, todos inscritos no interior do discurso marxista. Para que isso ocorra, o sujeito sem-terra imprime sentidos significativos de exigência, de imposição, de luta e de desafio, como nos enunciados: (11), “exigimos reforma agrária. Terra para os sem terra”; (17), “é preciso aperfeiçoar a lei de desapropriação e de emissão de posse, para acelerar a solução dos conflitos”; (95A), “reforma agrária não terá espaço se não tivermos outro modelo econômico, outro projeto de sociedade”.

Na relação com outros discursos, além dos movimentos revolucionários, o MST também recupera, no plano da memória discursiva (Pêcheux, 1999: 56), a luta do povo Hebreu guiado por Deus sob a liderança de Moisés, em busca da terra prometida. É possível afirmar que são os mesmos discursos de luta pela terra, mas são ressignificados (tanto o bíblico quanto o revolucionário) ao serem enunciados pelo sem-terra, considerando que as condições de produção do discurso não se mantêm; apenas os enunciados se repetem parafrasticamente em um processo de reelaboração (tenso, instável, dinâmico), à medida que se incorporam outros valores determinados pelo próprio movimento e pelas condições materiais e históricas.

O Discurso de Reforma Agrária e Movimentos Populares é, em certa instância, um trabalho discursivo de paráfrase do anterior. Se ele preserva alguns elementos, como o de reforma agrária, inscreve sua luta no âmbito dos movimentos populares, condição que permite dialogar com os demais movimentos populares, como uma forma de mobilização

social e de estabelecer conexões da luta dos sem-terra com as outras categorias de trabalhadores e movimentos populares. Essa posição sujeito é tecida dos discursos das revoluções socialistas, que, para alcançar seus propósitos, necessitaram da participação dos diversos segmentos de excluídos e marginalizados da sociedade, em especial dos agricultores.

Assim, o enunciado considerado de base é o (24): “reforma agrária, uma luta de todos”. Ele estabelece relações interdiscursivas por aliança com o discurso de outros movimentos populares, condição que, além de lhe permitir enunciar de um lugar de conflito social, ainda lhe garante tornar sua causa revestida de certa “visibilidade” e relevância para os demais movimentos, bem como ressignificar sua posição histórica de agricultor sem-terra. É uma condição em que o movimento não mais está a “reboque” de outros movimentos, mas como liderança e pólo catalisador das questões sociais mais amplas (educação, saúde, emprego, cidadania, democracia, desenvolvimento, projeto de nação, entre outros).

É um tipo de estratégia que incorpora elementos discursivos de outros movimentos populares, à medida que inscreve a questão da terra em um quadro mais amplo de problemas sociais. Os enunciados desse discurso: (21), “temos, portanto, de buscar apoio junto aos trabalhadores da cidade”; (22), “é imprescindível que nossas lutas sejam cada vez mais massivas e envolvam outras entidades e organizações da sociedade civil”; e (25), “reafirmamos a necessidade de grandes mobilizações de massa como única força capaz de alterar os direitos da classe trabalhadora no campo e na cidade”, configuram um tipo de relação das questões ligadas à terra, do MST, com os demais movimentos populares.

O Discurso de Organização e Estruturação do MST se constitui em uma das características peculiares de um grande movimento popular de massa pela capacidade de se organizar de tal forma que essa organização sirva de suporte às atividades práticas/discursivas. O movimento dos sem-terra assimilou essa posição discursiva dos movimentos socialistas que culminaram em revoluções: o Partido Bolchevique de Lênin, a Revolução Cubana, de Fidel Castro e Che Guevarra, a Chinesa, de Mao Tse-Sung, a Mexicana, entre outras.

Esse discurso da Organização e Estruturação do MST toma o próprio agricultor sem-terra como referente; por um outro lado, e, de outro, em decorrência de sua posição de vanguarda, ele vai também se enunciar para os demais movimentos populares.

O enunciado de base desse discurso configura a importância do movimento para construir uma organização significativa: (32) “para vencer é preciso lutar, para lutar é preciso organizar”. A partir de uma relação de interdiscursividade de aliança com outros movimentos socialistas, o MST subverte esses discursos revolucionários, pois os demais movimentos tiveram o operariado como liderança política desde as concepções de Marx (*Manifesto do Partido Comunista*). A importância dos agricultores como força política só foi reconhecida, no entanto, em momentos decisivos das revoluções, como é caso de Lenin e Fidel Castro, considerando ainda a análise de Hobsbawn (1998), para dar “o desfecho às revoluções”.

Essa subversão dos sentidos não foi aleatória; ela se sustenta na liderança político-ideológica em que o movimento se constituiu durante a sua caminhada. Assim, nos enunciados: (29), “só nos resta fortalecer a nossa organização nas bases. Está provado que não podemos esperar pelo governo, porque **terra não se ganha, se conquista**”; (31), “vamos consolidar a organização na base, transformando o Movimento dos Sem Terra em um verdadeiro movimento de massa”, é possível considerar que a organização se constitui de um sentido e de uma condição fundamental, um tipo de poder para se constituir em sujeito perante o Estado e os demais movimentos populares.

No enunciado (29), o sentido da expressão *se conquista* em relação a *terra* no fio do *intradiscurso* (Pêcheux, 1997: 167) corresponde a um processo de significação que vai desde a organização dos agricultores sem terra em sem-terra até os embates no nível do discurso (com o Estado, em particular), até a ação de acampar diante da terra reivindicada e posteriormente adentrar nela.

O MST incorporou o Discurso Socialista, a partir do *Partido do Manifesto Comunista* de Marx e Engels, como o fizeram o PT e a CUT, enquanto movimentos sociais de massa de grande proporção, com objetivos específicos e definidos.

O MST, além de se constituir no discurso socialista, também aponta para outros movimentos populares como condição de reivindicação de seus direitos, além de alternativa ao sistema capitalista para a classe trabalhadora.

É importante considerar que o discurso socialista assumiu diversos sentidos, que em muito se distanciam do sentido fundador de Marx. Conforme Eagleton (1997), esse fato ocorreu em decorrência de os intelectuais e os marxistas não conseguirem compreender as idéias de Marx em uma nova conjuntura histórica. O MST vai subverter, em alguma instância, essa posição, pois, no discurso socialista, os agricultores pertenciam ao *lumpem-operariado* (Marx e Engels), condição que sempre privilegiou o operariado como a única classe com as características próprias de levar o movimento à revolução socialista.

O enunciado de base (35), “todos têm os mesmos direito, tudo tem que ser dividido”, contém algumas das propostas socialistas consideradas no interior do discurso do MST. As unidades “todos”, “direito” e “dividido” possuem um sentido amplo que abrange a todos os trabalhadores, os excluídos e os marginalizados. O sentido dessas unidades no discurso capitalista é, de forma geral, posto como um ideal, enquanto no discurso Socialista do MST deve ser um fato, uma realidade simbólica/empírica.

Há um sentido significativo no discurso socialista: é o fato de o *agricultor* se enunciar como liderança e como vanguarda política, pois ocorre que o MST inverte a posição em relação ao operariado enquanto liderança política e força revolucionária. Isso representa que o MST provoca um redirecionamento dado às condições contextuais e históricas, uma vez que o operariado entra em refluxo em escala mundial. No Brasil ocorre a ascensão dos agricultores como força política.

Se os demais discursos do MST se constituem a partir de outros em uma relação de interdiscursividade, o Discurso de Reforma Agrária pela Ocupação não é apenas um trabalho de re-configuração discursiva, mas já se configura em um **discurso novo**, um acontecimento, em relação aos demais discursos dos movimentos de luta pela terra que antecederam ao MST, o que não quer dizer que o **novo**, enquanto acontecimento, seja totalmente independente dos anteriores, ou seja, livre das redes e filiações históricas. Esse discurso **novo** representa, entre outros aspectos, a contribuição histórica do MST.

Um dos sentidos desse discurso é de afronta, de desafio, de imposição diante do Estado, que não consegue *interditar* nem o sujeito nem a enunciação desse discurso. Os seguintes enunciados configuram bem essa posição do MST: (58), “a paciência esgotou e os sem terra partem para iniciativas mais eficazes para garantir seus direitos”; (60), “a luta pela conquista da terra passa também pela conquista do poder e que a reforma agrária é uma necessidade que independe de ser legal ou não. Ela terá que ser feita na lei ou na marra”; e (88A), “agora quem deve fazer a reforma agrária somos nós”.

É um discurso que questiona o próprio Estado, sua função social, seus princípios e suas ações. Esse tipo de posicionamento culmina por fundar uma nova prática social para os sem-terra cujo enunciado de base esse discurso representa: (46), “ocupar, resistir e produzir”. As unidades desse enunciado representam os objetivos e concepções do MST, é uma superação dos movimentos que o antecederam.

Além dessas considerações, torna-se importante ressaltar que, para poder enunciar determinados discursos, o sujeito não pode ser qualquer um; precisa investir-se de poder e ser reconhecido pelo seu interlocutor, condição que não é “pouca coisa” diante do Estado. O reconhecimento do Estado representa que o próprio Estado não mais consegue *interditar* o seu opositor ou o seu outro. O MST é o outro do Estado, um Estado afrontado tanto na prática quanto discursivamente. O MST impõe seu discurso, sua prática, sua presença, apesar das inúmeras tentativas do Estado de *interdição*, de desqualificação, tanto do sujeito quanto do discurso. Esse fato na luta política não é “pouca coisa”.

O Discurso da União, entre os demais discursos, é de uma fundamental relevância, pois nenhum grupo ou categoria que queira permanecer como agente de debate de questões políticas localizadas, como a reforma agrária, ou política nacional, não pode prescindir da união interna, da coesão do próprio movimento, ou da união externa com outros movimentos sociais, uma vez que a união diz respeito ao tipo de organização e à própria existência do grupo. A união é constituída a partir do tipo de ideologia que constitui os sujeitos e seus discursos. Dito de outra forma, cada tipo de sujeito e de discurso se configura em um tipo específico de organização.

Não é sem propósito que o MST estabelece uma relação de interdiscursividade com o discurso do *Manifesto do Partido Comunista*. Esse tipo de relação discursiva não

corresponde a um simples “ajuntamento”, mas, sobretudo, a um posicionamento ideológico enquanto estratégia discursiva e de ação (pragmática), condição que garante a existência do grupo. Reivindicar algumas questões sociais localizadas sem estar unido e organizado pode conduzir ao isolamento, ao esvaziamento político, condição que enfraquece a sua relevância social.

O MST assimilou bem esse discurso, uma vez que o alcance do seu discurso de união possui dois interlocutores: um é o próprio movimento; o outro, as demais classes marginalizadas, como o proletariado, os índios, os sem-teto, os negros, as mulheres, entre outros.

O enunciado de base desse discurso - (48), “trabalhador rural e urbano, organizem-se (...) Ajude a fazer a história dos oprimidos” - representa a dimensão do discurso do MST e sua posição em relação aos demais movimentos populares, como foi visto anteriormente. A enunciação e o seu efeito de sentido dependem do tipo de posição que o sujeito ocupa no espaço político ou na *cena enunciativa*. O MST consegue enunciar a partir do discurso da União, entre outros, em decorrência de sua posição sujeito ser reconhecida, não só pelo Estado, mas também pelos demais movimentos populares.

Inscrito na ordem do discurso político, o sujeito MST posiciona-se, impõe-se de forma modalizada: primeiro, repete o seu discurso a partir de relações interdiscursivas de outros movimentos históricos; depois, acrescenta e subtrai algumas unidades à medida que se torna o discurso do MST e não o discurso dos outros movimentos. Para poder enunciar de determinado espaço, o sujeito MST domina alguns e divide outros de forma tensa e instável. Nessa relação, os sujeitos e os discursos se reconhecem, se identificam, se toleram, se reencontram, se aliam e se opõem.

Os variados discursos do MST e suas relações interdiscursivas representam a possibilidade de delinear em algum aspecto o perfil do agricultor sem-terra, alguns de seus anseios, suas razões e alguns dos motivos de sua constituição político-ideológica. Isso ocorre justamente em um momento de avanço tecnológico, desenvolvimento científico, vivendo sob o vigor da modernidade e, ainda, vivenciando a soberania do neoliberalismo. Seria o MST o início de um tipo de revide ao neoliberalismo?

1.3 Dos sem terra aos sem-terra

Para Pêcheux (1997: 160-1), a constituição do sujeito se dá na e pela linguagem, ou seja, a formação discursiva o interpela na mesma medida que o constitui. Essa existência do sujeito implica enunciar de certos lugares sociais marcados, lugares que em alguma instância determinam certos tipos de enunciação de que um sujeito precisa para formar sua identidade social. Nesse sentido o sujeito é constituído historicamente nas relações, e só nelas, “das redes de memória e dos trajetos sociais” (Pêcheux, 2002: 56). O sujeito é, ainda, efeito e sentido de suas práticas, “uma vez que não existe prática sem sujeito” (Pêcheux, 1997: 213).

Considero que o MST, ao inscrever seu sentido na história e conseqüentemente na memória discursiva (pelo menos nesses vinte anos), termina por garantir uma identidade a partir de alguns lugares e discursos específicos. Dito de outra forma: para o sujeito enunciar como “sem-terra”, exige-se que cumpra rituais construídos historicamente. No entanto, sendo uma constituição histórica, o sujeito sem-terra ocupa certos lugares e enuncia certos discursos a partir de conjunturas políticas específicas ao longo de sua existência. Assim, os discursos que lhe dão identidade apontam também os lugares sociais de sua enunciação e suas conjunturas sociais e históricas.

Ressalto que, se me refiro às posições sujeito (como se verá a seguir) que constituem o MST (histórico, reivindicador, exigente, revolucionário ou sem-terra), é apenas como uma referência metodológica de análise, uma vez que o sujeito é heterogêneo. A existência de uma não implica oposição ao outro. Ao se posicionar em uma ou outra posição conjunturalmente, o MST está enunciando estratégica e tensamente, de acordo com a conjuntura social. O que se analisa é um tipo de transformação, de gradação e de posições que se formam ao longo da existência do movimento, aí incluindo as posições em que o movimento, em sua prática “promove”, uma ruptura, pois os lugares sociais não lhe são dados, assim como os discursos que os constituem.

A primeira enunciação do MST foi como Sujeito Histórico e também “a porta de entrada” na ordem do discurso político. O sujeito se enuncia como *agricultor*: (1), “como agricultor achamos que temos o direito de ter um pedacinho de terra”. Deve-se entender

que o sujeito *agricultor* é uma categoria que tem seu sentido constituído no sistema capitalista e pode ser qualquer homem do campo, trabalhador, mas não proprietário de terras.

Os sentidos de *agricultor* nesse discurso inaugural são os mesmos que se encontram na memória discursiva de um discurso até então hegemônico: pobre, analfabeto, simplório, ligado à terra, pessoa rude, mas honesta, inofensiva, sem voz, não reclama de nada, conformista com os desígnios que considera serem a vontade de Deus e do destino, entre outros. Esses são alguns dos sentidos encontrados na literatura, no cinema, nas novelas, nas conversas informais no discurso do cotidiano.

Enunciar como *agricultor* também é, nesse sentido, um direito assegurado e reconhecido na Constituição Federal enquanto associação, profissão, categoria, com direitos e deveres.

Sujeito Reivindicador. Há um sutil deslocamento de sentido e mudança de posição: passar de sujeito histórico para sujeito reivindicador ainda é permanecer na ordem das legalidades, autorizado pelo Estado; no entanto é um sujeito que está deixando, de um certo modo, a passividade característica do sujeito histórico que é retratado na literatura brasileira de ficção, no cinema e no senso comum. A propósito, para exemplificar, *O Jeca Tatu*, de Monteiro Lobato, é um exemplo muito conhecido. Essa representação foi utilizada com grande sucesso no cinema por Mazzaropi (Gouvêa, 2001).

Ser um sujeito reivindicador já implica saber que possui direitos e que pode reivindicá-los; é uma posição que rompe com um certo sentido de passividade, embora essa posição ainda não remeta a nenhum tipo de posição ou de discurso de memória discursiva de movimentos populares. Os enunciados: (3) “terra para quem nela trabalha”; (14) “terra para quem nela trabalha e precisa sobreviver”, entre outros, são representantes dessa posição-sujeito. Importa considerar que reivindicar perante o Estado, mesmo que autorizado, pode ser significativo à medida que o sujeito está se constituindo como movimento popular.

Sujeito Exigente. Se, nas posições anteriores, foi constatada uma estabilidade de sentido do sujeito agricultor perante o Estado, com o sujeito exigente há uma evolução ou

deslocamento significativo de lugar do sujeito com uma conseqüente ressignificação dos sentidos. Agora não basta mais enunciar de um lugar histórico e reivindicar os direitos; é preciso posicionar-se de forma contundente diante do Estado. É preciso exigir; é preciso ser outro sujeito e enunciar de outro lugar e de outra forma, com outros sentidos.

Nos enunciados: (11), “exigimos reforma agrária, terra para os sem terra”; (56), “imediata solução para os colonos sem terra da Encruzilhada Natalino, através da aplicação do Estatuto da Terra”; (80), “os trabalhadores da terra, querem uma autêntica reforma agrária... terra para quem nela trabalha e dela precisa sobreviver”, é possível considerar uma postura de exigência, de imposição, uma certa relação discursiva com a memória do discurso do movimento operário.

A exigência, em alguma instância, implica estar em algum tipo de organização estruturada, estar investido de algum poder, e, essencialmente, constituir-se enquanto interlocutor do Estado, ou seja, ser o outro do Estado. Isso é significativo no âmbito dos conflitos sociais, pois ser o outro do Estado não é “pouca coisa”; não é ocupar uma posição qualquer, confortável. Essa posição atrai não somente a atenção do Estado, mas, sobretudo, os procedimentos de interdição tanto dos sujeitos quanto dos discursos, isso porque não é um outro apenas “inconveniente”, mas um outro que passa a afrontar o Estado, querendo “ditar” o que ele deve e não deve fazer na questão da terra. Neste caso, dividir espaço enunciativo com o próprio Estado não é algo fácil ou “pouca coisa”.

O deslocamento de sentido de reivindicador para exigente supõe um tipo de desestabilização dos sentidos do sujeito, agricultor, até então, pois a mudança de posição se dá de forma tensa e conflitiva entre sujeitos e lugares, passando de uma posição sem poder, ou com algum poder pouco significativo, para uma posição com poder significativo.

Sujeito Revolucionário ou Sem-terra. A constituição de vários lugares com suas respectivas posições e discursos não quer dizer que o sujeito deixe de existir na passagem de uma posição para outra, ou no ou deslocamento discursivo estratégico, do sujeito histórico para o sujeito reivindicador e deste para o exigente. O deslocamento de posição configura também um tipo de estratégia de enunciação diante do Estado, de acordo com as condições de produção dos discursos. Dito de outra forma: de acordo com a situação, a enunciação se torna uma estratégia discursiva e de posições.

Essas considerações são significativas, pois, se o sujeito exigente é um impositor perante o Estado, ele se deslocou para uma posição mais contundente, a de sujeito revolucionário ou sem-terra, posição que não mais está na ordem das legalidades ou do discurso, posição que passa a afrontar o Estado, a questionar sua função social e, além de tudo uma posição que chega a propor a substituição do Estado. Pode-se afirmar que agora o MST possui uma relação discursiva, uma aliança privilegiada, com os movimentos populares de esquerda, sobretudo com uma esquerda revolucionária. A bem da verdade, seria com algumas “tendências partidárias” (PT) que assume a posição de revolucionário.

Os seguintes enunciados: (44), “reforma agrária, ‘a guerra é pra valer’”; (47), “com certeza teremos um ano quente e vermelho”; (73), “reforma agrária: governo não faz, nós vamos fazer”; e (95 A), “a reforma agrária não terá espaço se não tivermos outro modelo econômico, outro projeto de sociedade”, configuram bem a posição de sujeito sem-terra ou revolucionário.

Assim, a questão para o sujeito sem-terra não diz respeito apenas à reforma agrária, mas aos discursos mais amplos do cenário político, como educação, saúde, cidadania, projeto nacional, dívida externa, entre outros. A abrangência de temas e de espaços sociais que extrapolam a questão da terra e da reforma agrária se constituiu em um novo tipo de sujeito¹⁵, que lhe garante a posição de liderança e vanguarda política a partir dos anos 90, pois o MST centraliza muito dos debates abandonados pelos partidos de esquerda e pelo movimento operário.

A partir dessas considerações, importa ressaltar que a grande mídia “festivamente” já se havia incumbido de enunciar o fim do sistema comunista. Então, como atribuir sentidos a esse discurso do MST? Atribuir sentidos a esse discurso do MST seria admitir que o espectro que rondou a Europa e o mundo está de volta, ou que a tese do fim da história e da ideologia foi uma fabricação a serviço das elites, de forma que ela [a mídia] terá que se esforçar muito para continuar com essa fabricação, ou, talvez, admitir verdadeiramente que o espectro está de volta, considerando que a existência do MST não é uma invenção discursiva, e sim um fato simbólico/empírico, uma evidência incômoda.

¹⁵ Se defendo que o MST funda um “novo” discurso constitutivo de uma “nova” prática social, o efeito desse discurso e dessa prática não poderia deixar de também constituir um “novo tipo de sujeito”.

1.4. Os sentidos de “Lei” no Discurso do MST

A constituição da posição sujeito do sem terra agricultor para o sem-terra revolucionário implica uma relação tensa com as instituições oficiais, com a ordem da legalidade. Como foi visto no tópico anterior, o deslocamento também se constitui a partir dos sentidos e dos valores que o MST atribui às instituições e ao papel social delas. Assim, o sentido de lei, ao longo da existência do movimento, sofre deslocamentos à medida que o movimento se impõe perante o Estado.

Os vários sentidos de “Lei” no discurso marcam uma estratégia enunciativa e conjuntural.

Sentido de Convicção na Lei. Os seguintes enunciados: (6), “sem reforma agrária não há democracia”; e (17), “é preciso aperfeiçoar a lei de desapropriação e de emissão de posse, para acelerar a solução dos conflitos”, configuram o sentido de confiança, de crença, de positividade nas leis, pois o MST incorpora o discurso do Estado para que seu discurso tenha direito assegurado de circular na ordem das legalidades.

Ao enunciar certos sentidos sobre a lei (emitir juízo e valores positivos à lei), o MST demonstra, no entanto, conhecimento das leis, é de solicitar ao Estado que faça cumprir o que ele mesmo prescreve enquanto direito assegurado, pois é o próprio Estado que controla e organiza os discursos e os sujeitos.

É importante ressaltar que o sentido de convicção nas leis é uma posição instável, no fio do discurso MST, repartindo seu espaço com outros sentidos, como se verá nos próximos tópicos.

Sentido de Desconfiança na Lei. O locutor nessa posição não mais reivindica que o Estado cumpra a sua função de garantir o direito aos agricultores sem-terra. A lei sofre um deslocamento significativo de convicção para desconfiança. Desconfiar das leis, ora, é o mesmo que desconfiar do Estado que as organiza, controla e aplica.

Ao se posicionar de forma contundente, o movimento constrói uma posição/postura de descrença no Estado. O direito e as leis nos sistemas ditos democráticos são, de forma geral, postos como ideais, como algo a ser alcançado. Assim, para que se

cumpram muitos desses ideais, a mobilização política tem sido, em grande medida, uma das “soluções” para os movimentos populares.

Os seguintes enunciados correspondem ao discurso de desconfiança nas leis: (25), “reafirmamos a necessidade de grandes mobilizações de massa como única força capaz de alterar os direitos da classe trabalhadora no campo e na cidade”; e (27), “é fundamental a união e a organização daqueles que não têm terra e lutam por seus direitos”.

Sentido Negativo de Lei. Esse novo sentido de lei marca esse novo discurso do MST, que se coloca de forma incisiva diante do Estado, não mais para reivindicar ou exigir, mas para desafiar o poder constituído, com a finalidade de alterar as relações de poder. Esse novo sentido atribuído à lei corresponde àquela posição do sujeito sem-terra, que se inscreve na ordem da marginalidade.

A lei, para o MST, agora não vale mais nada, não tem sentido algum, fato que se pode constatar nos seguintes enunciados: em (29), “terra não se ganha, se conquista” (conquistar terra não está previsto na lei, o que remete à questão do confronto direto); em (71), “a luta faz a lei. Vamos à luta”; (73), “governo não faz, nós vamos fazer” e (88A), “agora quem deve fazer a reforma agrária somos nós”. Não há mais por que esperar pelas leis, pelo Estado. É o movimento que ditará como deve ser feito o cumprimento da lei e quando, tendo-se em conta que o sujeito fala de um lugar marginal, o que corresponde à tomada da palavra para investir-se de poder, que, rigorosamente, só advém do Estado.

Esse sentido negativo de lei impele, pois, o MST a desafiar o Estado, a lutar pela divisão do espaço do poder. Cumpre ressaltar que tal embate não é pacífico, é por demais conflitivo, constituído de idas e de vindas, tanto do MST, quanto do Estado, mais daquele do que deste.

1.5 O sujeito e a constituição do poder do MST

O poder conquistado é constituído na ordem discursiva da marginalidade, não concedido pelo Estado. É o poder conquistado, poder advindo do próprio movimento, considerando a sua organização, o tipo de relação com outros movimentos populares, e de alguns Aparelhos Ideológicos do Estado, como associações, sindicatos, igreja, partidos

políticos, colaboradores, além de algumas personalidades nacionais e internacionais, que, em certa instância, são verdadeiras instituições enquanto efeito de sua posição social.

Esse poder, o MST o tem conseguido, em grande parte, pela sua atuação instável e conflituosa, quer no nível do discurso, quer no nível de uma instância empírica e pragmática. Nessa relação, o que está em jogo não é o objeto pelo qual se luta (a terra), mas o próprio discurso e o desejo de poder (Foucault, 2001: 10).

Nesse embate, o MST oscila, estrategicamente¹⁶, entre a ordem do discurso da legalidade (como em (110), “precisamos conquistar mais terra, mais escola, mais dignidade”) e a ordem da marginalidade (como em (74), “já que na lei os nossos direitos não vêm, conquistaremos na marra! Quem não tem direito de fazer as leis, não tem obrigação de respeitá-la”, e (114), “e com o aumento dos problemas, cai a máscara de ‘modernidade’ desse governo”). É fácil compreender que o Estado tente impor procedimentos ao MST por vias oficiais, repressão, prisões, processos judiciais, e por meios não oficiais: via latifundiário e suas organizações (UDR – União Democrática Ruralista) e ainda com o apoio da grande mídia, o que, segundo Arbex (1999: 19), “tem feito com maestria”, como em “o governo FHC... está contra o MST... e conta para isso com o apoio irrestrito e total da mídia” e “há uma investida furiosa da imprensa grande contra o MST”.

Tais denúncias de Arbex possibilitam afirmar que o interesse do Estado é fazer que cada vez mais o MST fique na ordem da legalidade discursiva e cada vez menos na ordem do discurso da marginalidade.

Esses procedimentos procuram “ocultar”, não só a questão da terra e seus sentidos, quer sejam do MST, quer sejam do Estado, mas, sobretudo, **a fragilidade do discurso hegemônico da globalização**. De fato, esse discurso da globalização é consagrado pela mídia. Em Toledo (2000: 16), lê-se: “se há uma razão que justifica a globalização é a democracia, a liberdade e os direitos humanos. Sim, que venham o FMI, a internet, a CNN e a globalização”; em Morris (2000: 12), “nenhum candidato pode lutar contra a globalização”; no historiador Paul Johnson (2000: 164), “o capitalismo, então

¹⁶ Ao me referir à ordem da legalidade e à ordem da marginalidade, não quero dizer que estrategicamente há apenas essas duas ordens, mas que essas duas ordens são as mais significativas.

como hoje [neoliberalismo, globalização] tem a ver com a liberdade e não com ações do governo”; em Gros (2000: 15),

a desnacionalização da economia é uma inevitabilidade. Mas é claro que precisamos ter empresas brasileiras competindo. Somos a nona economia do mundo, e não consigo nos imaginar sem ter multinacionais. Os países menores têm, por que não podemos ter?.

Ora, que poder no Brasil pode hoje revelar tal “fragilidade” discursiva senão o poder político que o MST representa? Essa pretensa hegemonia da globalização o MST “constrange” e “afronta” com enunciados como (116): “vimos debater com a população os problemas do país, discutir saídas e ações”. Esse enunciado, entre outros, deixa flagrar a inversão de papéis, tendo em conta que quem deveria ter a prerrogativa de propor saídas e ações para os problemas sociais do País é o poder constituído, o único poder globalizado, segundo a lógica do fim da história e do fim das ideologias.

Nas análises, procurei demonstrar como foi possível a inscrição de tantos sentidos na ordem arriscada do poder. Inscrição de um discurso que se submetia aos sentidos do discurso do Estado - isso em um primeiro momento enunciativo, somente de forma temporária - para, em seguida, afrontar esses mesmos sentidos e o próprio Estado, de forma a oscilar sempre entre a ordem da legalidade e a ordem da marginalidade, discursiva e empírica.

O MST toma a palavra, rompe com os procedimentos de interdição dos discursos e dos sujeitos, vai para o embate social e discursivo e faz que o seu discurso circule, apesar da *pesada materialidade dos sentidos* (Foucault, 2001), do controle do Estado e das tentativas de desqualificação pela mídia, como as da *Revista Veja*, da *TV Globo*, da *Folha de São Paulo*, de *O Estado de São Paulo*, entre outras revistas e jornais que assumiram o discurso hegemônico do Estado (exceto as revistas *Caros Amigos* e *Carta Capital*¹⁷).

¹⁷ Considerar essas *revistas* como exceção decorre de alguns fatores: a *Revista Caros Amigos* possui uma coluna escrita por um dos líderes do MST, João Pedro Stédeli; a *Carta Capital*, em suas matérias a respeito do MST, coloca-se em uma posição “crítica diferenciada” sobre os movimentos populares e a problemática social. Ora, que revista teria um líder de movimento tão “polêmico” como colunista? Que revista hoje faz uma discussão “diferenciada” a respeito dos problemas sociais? Isso não quer dizer que não haja outras revistas que tenham um

É importante ressaltar que o advento de um discurso novo é um acontecimento não muito comum ou corriqueiro na história da humanidade. É provável afirmar que o MST conseguiu fundar seu próprio discurso, em relação aos demais discursos dos movimentos populares de esquerda e a despeito de todas as tentativas de frustrá-lo, o que pode ser considerado como algo relevante socialmente. Conforme afirma Cardoso (2001: 669),

(...) não é possível calar os sem-terra. Cala-se um Jeca, mas não um sem-terra, porque o trabalhador rural se fez sem-terra quando se tornou sujeito de um discurso próprio. A melhor coisa que pode acontecer a um grupo de indivíduos é que ninguém fale em nome deles, mas que falem por si mesmos, contem a sua realidade e lutem por suas causas.

O MST subverte, assim, o discurso hegemônico, provoca um grande desconforto para as instituições oficiais, com enunciados do tipo dos que serão elencados a seguir, ainda que a mídia os acuse de serem "anacrônicos", "repletos de jargões comunistas", "desfocados para o atual momento político". Veja-se em: (36), "nós estaremos construindo um país justo onde todos tenham a chance de viver e produzir com dignidade"; (37), "junto com os trabalhadores, lutarmos para derrubar a burguesia e construir uma sociedade socialista"; (38), "terra e poder não se ganham, se conquistam" e (41), "um projeto que recupere a soberania nacional. Que distribua riqueza e renda e diminua as diferenças sociais".

Quando afirmei que o MST, em sua trajetória, funda um **novo** discurso, estava me referindo particularmente ao discurso da Reforma Agrária pela Ocupação, como forma de luta e resistência pela terra. Defendo que esse discurso é a marca mais significativa da relevância histórica do movimento.

É nesse discurso da Reforma Agrária pela Ocupação que o MST se coloca como aquele capaz de falar não só pelos camponeses, de contar a sua realidade, de lutar por suas causas, mas também por outros trabalhadores, tendo como interlocutor, agora aberta e declaradamente, o Estado, um "opponente" afrontado. Esse afrontamento é uma das condições e efeito que possibilita que o discurso "ocupar, resistir e produzir" faça sentido. O afrontamento possui algumas características: o Estado foi obrigado a reconhecer a existência MST até como condição para tentar interdita-lo; e o MST não só questiona o

posicionamento "crítico e diferenciado". Para constatação de tal fato, ver as sucessivas matérias a respeito do MST desde seu surgimento.

Estado em suas atribuições como também o desafia discursiva, simbólica e empiricamente. Isso pode ser constatado nos acordos entre o Estado e o MST, além das leis que o próprio Estado promulga para “dificultar” as ações do movimento.

Esse discurso de Reforma Agrária pela Ocupação coloca o MST na liderança dos movimentos populares no Brasil. É importante ressaltar que o MST possui reconhecimento internacional por sua causa e forma de ação.

O MST, em seu *Jornal Sem Terra*, edição especial no. 01 jul/ag/set 2000, publicou uma relação de apoio em forma de mensagens, telegramas e cartas.

O lingüista Norte-Americano Noam Chomsky, também conhecido por suas posições críticas ao governo de seu país, em 2000 enviou uma carta aberta ao Presidente Fernando Henrique Cardoso:

Ao Presidente Fernando Henrique Cardoso e ao ministro Raul Jungmann, venho, através desta, expressar minha preocupação com as notícias de que o governo estaria oprimindo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra por receber contribuições voluntárias de seus membros, uma prática comum adotada internacionalmente por sindicatos e muitas organizações – ocorrendo normalmente de forma involuntária como condição para associação. Espero que sua intenção não seja criminalizar o MST, utilizando esse ou qualquer outro método. O MST tem realizado um trabalho extraordinário de mobilização popular e defesa dos interesses da população mais pobre e sofredora, uma (*sic*) grave problema do Brasil, como é sabido, devido à grande concentração de riquezas que convive com uma imensa pobreza. Essa desigualdade destaca-se no Brasil, apesar de representar um problema crescente em todo mundo, e persiste no meio rural, apesar das tentativas do governo de realizar a reforma agrária. As realizações do MST representam uma fonte de inspiração em todo mundo e tornam-se ainda mais impressionante diante deste clima de forte repressão, incluindo muitos assassinatos. Gostaria de unir-me àqueles que apóiam estas realizações, as quais são raras ou mesmo únicas no mundo, e que não devem ser reprimidas. O MST deveria evocar orgulho entre brasileiros, da mesma forma que evoca grande admiração e esperança em outros países (JST, 2000: 11).

Outras personalidades nacionais e internacionais que se destacam de alguma forma em sua área de atuação também prestaram solidariedade ao MST: Jacques Derrida, filósofo Francês (JST, 2000); Rigoberta Menchú Tum, Prêmio Nobel da Paz, Guatemala ((JST, 2000: 11): “expressamos nossa solidariedade ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, vítimas de uma clara e evidente perseguição política do governo brasileiro”); James Petras, professor em Nova York (EUA); José Saramago, escritor português e Prêmio Nobel de Literatura; Sebastião Salgado, fotógrafo premiado internacionalmente; Milton Santos, professor e geógrafo com prestígio internacional; Fábio Konder Comparato, professor;

Ariano Suassuna, escritor; Augusto Boal, teatrólogo; Emir Sader, professor; Marieta Severo, atriz; Caco Barcelos, jornalista; Dom Pedro Casaldáliga (JST, 2000: 1): “bendito seja o MST”; José Aparecido, diplomata e embaixador cultural na Europa; José Wilker, ator; Leonardo Boff, teólogo e professor; Mario Lago, ator; Martinho da Vila, cantor, compositor e escritor; Reginaldo Oscar de Castro, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil; Chico Buarque de Holanda, escritor, compositor reconhecido também por sua participação e apoio aos movimentos populares; Oscar Niemeyer, arquiteto; Patativa do Assaré, maior poeta camponês do Brasil, e FENARJ – Federação Nacional dos Jornalistas (JST, 2000: 11):

Vem a público protestar contra a campanha, orquestrada pelo governo federal, de satanização do MST (...) com o apoio de certos meios de comunicação social. O último lance dessa campanha é a denuncia feita pelo MST de utilização de verba pública pelo Jornal *Folha de São Paulo*, na pessoa do colunista Josias de Souza, chefe da Sucursal de Brasília. O referido jornalista, para fazer a matéria de denuncia contra o MST, utilizou carro e motorista do INCRA/PR, e percorreu vários assentamentos no interior do Paraná (...) Para lutar por uma vida digna no campo é preciso lutar contra todo um sistema econômico e político. Para luta pela terra é preciso lutar pela democracia, a cidadania e por uma sociedade justa e solidária.

De volta ao ponto. Esse discurso subverte os sentidos da atual esquerda do país, representada pelo PT, se se considerar que, na eleição de 2000, para prefeito e vereadores, esse partido comemorou as vitórias nas urnas com algumas declarações e discursos, como as que se destacam abaixo, confirmando, assim, uma distância, um deslocamento de sentido das posições ideológicas do passado: “nossa campanha foi sobre questões municipais. Não adiantava tornar a disputa essencialmente ideológica política” (Newton Lima) “não quero fazer revolução, quero governar” (Marcelo Déda); “a vitória é o passo final do duro aprendizado pelo qual passamos para entender como continuar sendo um partido de mobilização social, de oposição (...) como um partido de governo” (Tarso Genro).

Esta pesquisa leva a considerar que o MST não surgiu aleatoriamente; foi-se construindo a partir das injustiças sociais e históricas, entre elas a que exclui o homem do campo do processo social, o que permite dizer que as elites governamentais são responsáveis pela existência do Movimento e ainda o “alimentam”.

Uma das conclusões é que a relação entre as instituições e o MST representa o maior e mais significativo conflito do final do século XX e início do XXI no Brasil. Compreendê-lo já é lançar luz sobre a realidade que circunscreve e constitui a sociedade, os discursos, os sentidos e seus movimentos.

Capítulo 2¹⁸

Do Boletim ao Jornal: suporte, gênero e discurso

Por fim, não somos transparentes, não somos límpidos, não somos e não estamos sempre iguais, ao contrário somos e não somos o que gostaríamos de ser, temos nossas dependências do que é nossa história, do que nos cerca, do que nos faz capazes de responder e assumir um lugar (Geraldi, 2003: 256).

A proposta aqui é analisar alguns aspectos que constituem as condições de “surgimento” do Discurso de Reforma Agrária pela Ocupação tendo como referência o *corpus* para este capítulo: “*Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra*”, de no. 01 (01/28/05/1981¹⁹), até o no. 35 (01/04/1984). O motivo desse recorte para este capítulo se dá em decorrência de o Boletim de no. 36 (01/07/1984) se transformar em *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*.

É importante considerar que a transformação do boletim em jornal não é apenas uma mudança de suporte ou *mídiu*m discursivo, suporte dos discursos, mas um “estágio” ou “nível” de solidificação discursiva, material e organizativa: o movimento pode representar, entre outras coisas, a formação/surgimento de uma identidade tal, que passa a significar o outro do Estado, ou seja, o MST se constitui por oposição ao Estado na questão da terra, a princípio. Ter o Estado como interlocutor direto por oposição não é para qualquer movimento popular de massa.

Para que se possa constituir uma auto-afirmação diante do Estado, tal que garanta a existência do movimento e também a demarcação do espaço político ideológico (Pêcheux, 1997) em face dos demais movimentos populares e para a sociedade como um todo, essa posição não é “pouca coisa”.

Talvez essa passagem do Boletim para o Jornal seja o momento em que a questão da terra deixou de ser uma questão restrita ao movimento de agricultores para se

¹⁸ Os enunciados analisados daqui em diante estão no anexo II.

¹⁹ A referência (01/15/05/1981): 01 = número da página; 01 = número do Boletim/Jornal; 15 = dia; 05 = mês; 1981 = ano. Nem todos os números dos Boletins e dos Jornais irão marcar o dia; em muitos só virão o mês ou os meses.

transformar em uma questão social, ou seja, a questão “terra” diz respeito a toda a sociedade e não mais somente aos agricultores.

Importa analisar alguns aspectos da dinâmica que serviu de “solo” ou as condições materiais de existência e de produção dos discursos nos quais o discurso de Reforma Agrária pela Ocupação irrompe enquanto acontecimento, de forma que escapa à absorção pela memória e também à não inscrição na história.

2.1 Um pouco de história

Aqui serão abordadas algumas das características discursivas do Boletim - editado pela *Comissão Pastoral da Terra e pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos e Pastoral Universitária (RS)* - que se transformou em Jornal editado pelo próprio Movimento - publicação mensal do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra da Regional Sul. Posteriormente, quando o movimento se articula nacionalmente (1984), o Boletim no. 35 (04/1984) passa a Jornal, editado por uma equipe de jornalistas, colaboradores (sindicatos, “Pastoral da terra”, estudiosos); em 1985 (no. 43, março-abril), o Jornal é transferido para São Paulo e passa a ser editado pela ANCA – Associação Nacional de Cooperativas Agrícolas (SP).

Desde o seu formato material de Boletim, ele tem sido um instrumento discursivo de informação, de denúncia, de debate, de orientação ideológica e de formação política. O MST, como os grandes movimentos populares de “massa” e partidos revolucionários, não “abriu mão” de constituir um jornal próprio. Aliás, o uso e a prática do jornal são algumas características que dão identidade aos movimentos populares de grandes proporções.

Assim, o advento que se institui em Ronda Alta-RS, Encruzilhada Natalino, apresenta-se como uma manifestação de massa de trabalhadores rurais que perderam sua terra, conforme enunciado (11), com “(...) mais de 500 famílias de agricultores que vivia naquela região (Alto Uruguai), como pequenos arrendatários, posseiros da área indígena, peões, diaristas, meeiros, agregados, parceiros, etc...” (B.01/01/15/05/1981), ou seja, de agricultores sem-terra. Esse acontecimento, além de ser um fato recente e histórico na luta pela terra no Brasil, ficou registrado não somente na grande mídia (jornais, revistas, televisão), mas também no suporte material discursivo no formato de *Boletim Informativo*

da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra, no. 1, que foi datilografado e xerocopiado para distribuição.

O discurso que ali se enunciava enquanto *acontecimento discursivo*, como um “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (Courtine, *apud* Pêcheux, 2002: 17), as palavras de ordem ainda modalizadas, pelo seu efeito de sentido, os objetivos imediatos, as metas, as propostas, o apoio de outras categorias para a situação das famílias de sem-terra, juntos, iriam se tornar o discurso do MST.

À medida que o movimento foi se consolidando política e organizativamente, o Boletim foi tomando um aspecto mais acabado. O cabeçalho, por exemplo, foi sofrendo alterações já a partir do número dois.

A instituição do editorial no número 26 (08/1982) era o “prenúncio” de que poderia tornar-se um jornal, o que de fato aconteceu no número 36 (07/1984). Assim, o boletim transforma-se em jornal, editado pelo *Movimento dos Trabalhadores Sem Terra da Regional Sul* e, posteriormente, pela ANCA – Associação Nacional das Cooperativas Agrárias. Essa passagem implica obedecer a alguns rituais: ter uma equipe de redação, ter um administrador, ter jornalista que assine, conselho editorial, periodicidade, tiragem definida, distribuição regular, planejador gráfico, revisores, ilustrador, um endereço fixo para correspondência, uma sede, referência de quem o imprimiu, entre outras exigências. Entre outras questões, o jornal do movimento marca um discurso “próprio”, que gradativamente vai reivindicando e construindo tensamente uma identidade do MST, que irá diferenciá-lo dos demais movimentos de luta pela terra.

Se, de um lado, o movimento é considerado como “marginal, bando de invasores, radicais, baderneiros etc.” - o que em certo sentido leva a considerá-lo fora da dita “legalidade” -, particularmente pela *Revista Veja* em suas sucessivas edições -, de um outro lado, o jornal do movimento cumpre os rituais, dos quais fala Foucault (2001: 10), das *sociedades produtoras de discursos*. Isto é: um movimento dito marginal e fora da ordem das legalidades institucionais constitui um instrumento de comunicação e divulgação interna e externa de suas práticas e propostas político-ideológicas - de afronta ao Estado, inclusive -, no âmbito da legalidade (cumprindo os mandados judiciais: retirada ou desocupação de terras reivindicadas; solicitando vistorias do INCRA e de outros órgãos sobre as terras reivindicadas). Uma das considerações é que o Jornal possui dois objetivos:

de um lado, ele é voltado para o próprio movimento; de outro, destina-se à sociedade de forma geral.

Se o discurso e o efeito (prática) desse discurso de ocupação/invasão colocam o MST na “marginalidade” (reivindicar está prescrito na Constituição Federal, mas ocupar/invasão não, considerando que a propriedade privada é um dos marcos intocáveis do sistema capitalista), de outro lado o seu instrumento discursivo fundamental está assentado nas bases da legalidade, ou seja, está previsto na ordem da estabilidade discursiva, porque cumpriu os procedimentos jurídicos para circular.

Com o advento da Revolução Francesa e posteriormente o do marxismo, o panfleto, o boletim, o cartaz, o comunicado, e, em especial, o jornal, tornaram-se não apenas instrumentos discursivos de diálogo, de debate, de informação, de formação política, de luta, de reivindicação, mas, sobretudo, instrumentos de formação ideológica de classe, de grupos, de movimentos populares. Eles, de forma geral, se constituem de propostas de reivindicações básicas de grupos ou de categorias, e, dependendo da constituição político-ideológica, transformam-se em instrumento de proposta de mudança social, de convocação (categorias, explorados, marginalizados, grupos minoritários), de debate político, de crítica social.

O conteúdo discursivo que se materializa (de forma pontual ou de forma geral) tem, como efeito, entre outros, estabelecer contato direto ou indireto com organizações, com partidos políticos, com sindicatos, com associações, com movimentos populares, com agremiações, com entidades, com a população de forma geral. O Jornal, mesmo possuindo essas características, é vendido, em sua grande maioria, pelos/para os militantes.

Um dos objetivos do Jornal, além dos citados acima, é que, em torno dele, os membros do movimento promovam discussão, formas de ações, debate de propostas, informação e análise de conjuntura: um trabalho de “esclarecimento” político e ideológico do movimento. Esse trabalho, enquanto prática discursiva com o jornal e sobre o jornal, é tanto interno quanto externo. O trabalho interno se apresenta como um tipo de “manutenção, atualização”, de formação política, um espaço de reflexão ideológica, de diálogo das propostas da organização, ao passo que o trabalho externo é a possibilidade de estabelecer contato direto ou indireto com os simpatizantes, com os cooperadores, como forma de apoio e de divulgação da organização e de adesão a sua causa.

Convém ressaltar que se de um lado há os simpatizantes e colaboradores do MST, também há os antipatizantes e opositores do movimento.

2.1.1 Jornal Sem Terra: uso e circulação²⁰

Farei uma descrição do *Jornal dos Sem Terra* – JST – no que diz respeito a sua circulação e seu uso em alguns espaços sociais internos e externos ao MST. A importância dessa descrição está relacionada ao fato de que o JST constitui o *corpus* desta pesquisa.

Tomar a circulação e uso do “Jornal dos Trabalhadores Sem Terra” como objeto de análise na perspectiva metodológica da etnografia (Malinowski, 1938) é significativo, uma vez que o Jornal se configura em um instrumento lingüístico constitutivo do movimento nos acampamentos, nos assentamentos e também para a sociedade de uma forma geral.

A escolha do jornal como instrumento lingüístico, de distribuição local, regional e nacional, bem como a dos espaços sociais, dois acampamentos, Diretório Acadêmico dos Estudantes (DCE-UNICAMP), Associação Nacional de Cooperativa Agrária (ANCA), tem algumas razões. Uma delas está no fato de o jornal ser concebido pelos sem-terra como uma configuração de dizeres que corresponde a uma imagem específica de si mesmo a partir do tipo de circulação, àquilo que os sem-terra pensam de si a partir do lugar social que ocupam. Em contrapartida, essa mesma construção de imagem atende também a um “público” externo, heterogêneo, que, dependendo do lugar social que ocupa, constrói uma imagem específica dos sem-terra.

É importante considerar que os espaços sociais são, em certa medida, configurados por certas regras sociais de circulação, de uso ou de distribuição, que constituem um ritual que controla o tipo de prática, de uso, um tipo de circulação, ambos constitutivos.

A circulação do jornal está ligada basicamente aos seguintes fatores: ao tipo de suporte, ao tipo de conteúdo que ele veicula e ao uso que é feito do jornal nos espaços sociais internos e externos ao MST. Esses fatores também dizem respeito à identidade que

²⁰ Este tópico é uma síntese do trabalho de qualificação em Sociolingüística, orientado pela Profa. Dra. Tânia Maria Alkmim. Significa as questões teóricas, conceitos, neste tópico não são significadas da mesma forma que na Análise do Discurso.

o movimento constrói de si e à identidade que movimento constrói do jornal. Essas construções são marcadas pela tensão interna e externa ao movimento.

Os espaços sociais comportam e regem uma diversidade de modos de existência, de valores, de crenças, de sentidos, de objetos, de linguagem. Nos espaços, ainda conforme Blom e Gumperz (idem, p. 45), “as situações sociais criam a base para a ocorrência de uma escala limitada de relações sociais dentro da ordem de conjuntos específicos de *status*”.

Outra especificidade dos espaços sociais é que eles são marcados por um tipo de identidade que pode ou não corresponder, direta ou indiretamente, a um tipo de ideologia, pois, de acordo com Aléong (2001: 149), “a língua pode servir de meio para sublinhar uma distinção social”, com maior ou menor opacidade dos dizeres. Assim, os espaços sociais “condicionam o conteúdo e as formas de intenção lingüística”, uma vez que “a língua é o meio de exprimir a qualidade das relações sociais, pode se conceber a existência de normas sociais de comportamento lingüístico” (Aléong, 2001: 150).

É notório que os meios de comunicação social possuem uma roupagem ideológica, mesmo negando-a sob o signo da neutralidade de informação. A comunicação social aponta para objetivos e interesses específicos a partir de seus interlocutores ou grupos, considerando que a forma de interação entre os meios de comunicação e seus interlocutores varia conforme a categoria ou grupo social para, assim, atender a (constituir) certas demandas que representam os interesses mútuos, mas não no mesmo nível. O conjunto de idéias, de práticas, de estratégias, de modalidades enunciativas é, no entanto, posto sob o signo da neutralidade da **informação social** nos espaços específicos. Assim, a televisão, o jornal, a revista, mais recentemente a *internet* (rede mundial de computadores), o cinema, em certa medida, o panfleto, o boletim e o informativo são instrumentos lingüísticos que atendem a objetivos explícitos e/ou implícitos para satisfazer a necessidades e interesses sociais.

Convém ressaltar que os interesses e as necessidades são heterogêneos, embora possuam algo em comum, que permite a identificação de seu pertencimento a um grupo ou a uma categoria específica. Nessa complexa relação entre interesses sociais e instrumentos lingüísticos de massa e de comunicação, o que está, em alguma instância, na base dessas proposições, é a configuração do formato, sempre inacabado, de identidades que se ritualizam cotidianamente.

2.1.2 Jornal

Um dos objetivos do jornal é o de que, em torno dele, os membros da organização promovam discussão, debate, façam um trabalho de esclarecimento político que parta de uma posição social de grupo ou de classe. Esse trabalho é tanto interno quanto externo. O trabalho interno é um tipo de manutenção, de atualização, de formação política, de espaço de reflexão e de diálogo sobre as propostas da organização, ao passo que o trabalho externo é a possibilidade de estabelecer contato direto com simpatizantes, com cooperadores, como forma de apoio e de divulgação da organização e adesão à causa do movimento.

2.1.3 Jornal: contato, observação e relato

Nos anos de 2003 e 2004, fiz duas visitas aos Acampamentos “Nova Conquista”, Castilho-SP, e “União da Vitória”, na cidade de Suzanápolis-SP.

A circulação e o uso do Jornal nos acampamentos estão relacionados ao tipo de organização local. De acordo com Cristiane (editora do Jornal), o tempo de existência do acampamento é um dos indicadores para a circulação, uso e prática do Jornal, embora não seja o determinante. A circulação e uso do Jornal passam pelo custeio, pela distribuição nas secretarias regionais, locais e até pelo tipo de significado que o grupo confere ao Jornal, entre outros fatores

No acampamento “Nova Conquista”, não consta nenhuma referência a respeito do uso e da prática do Jornal, não há circulação do Jornal, como também não foi feita nenhuma referência à frequência de leitura e nem à atitude em relação ao Jornal. Merece destaque o fato de que o Coordenador Regional (de Araçatuba a Castilho-SP) possuem assinatura do Jornal, enquanto a Coordenadora não, condição que não a impedia, no entanto, de possuir e ler o Jornal.

O fato de o acampamento ser “novo” (sete meses de existência) pode ser um dos motivos da falta de prática e uso, se se levar em conta que há acampamentos com cinco e seis anos de existência esperando a desapropriação da terra reivindicada. Para a circulação do Jornal e tudo que daí possa decorrer, esse fato é significativo.

Foi observado que a prática e uso do Jornal não estão relacionados diretamente à circulação no acampamento; dependem também, em alguma instância, do tipo de participação e atividade desenvolvida no acampamento pelas lideranças, como encontros, passeatas, cursos (como o do Padre René), manifestações.

Dos informantes entrevistados (sete) apenas um não conhecia o Jornal, como também não conhecia nenhum tipo de material do MST (jornal, revista, cartilhas, livros, informativos entre outros) e também apenas um possuía-o. O conhecimento de algum tipo de material do MST não chega a garantir a sua aquisição direta (coletiva ou individual), a sua circulação e o seu uso no acampamento. Esse fato ainda, de alguma forma, inviabiliza práticas de leitura do Jornal.

Ter o Jornal no acampamento não garante a sua circulação e a sua leitura; no entanto é significativo porque alguns acampados demonstraram conhecer-lhe o conteúdo e emitiram opiniões, como a importância dele para o movimento.

No acampamento “União da Vitória”, o Jornal é considerado como um instrumento que não só representa e constitui de que foram constatadas algumas atitudes que demonstram representações distintas do Jornal e não tão homogêneas internamente; representações que correspondem aos aspectos “subjetivos” (gostar, ler, conhecer, Jornal como “cartão postal”) e aos aspectos “objetivos” (caráter político). Essa tensão demonstra um tipo atitude e de representação, mas antes marca a dinamicidade na constituição da representação do Jornal e formação do movimento.

O aspecto “função” do Jornal revela uma atitude tensa, um tipo de representação diversificada no mesmo acampamento, pois os acampados concebem-na como um “contraponto” aos jornais da “grande mídia”, até como elemento que “ajuda financeiramente” aos assentamentos. A “função” do Jornal também representa a sua diversidade de uso, de prática e de circulação.

Em relação aos aspectos como uso e prática, artigos do Jornal, a atitude dos acampados configura-o como um ideal, posição comum de que o Jornal deve ser lido, divulgado, precisa circular, e de que todos devem saber o que ele contém. É um tipo de reconhecimento de que o Jornal representa o movimento tanto interna quanto externamente.

Mais de cinquenta por cento dos informantes têm entre 5 a 7 anos de acampados. Esse fato é importante, pois o tempo de acampado representa um tipo de “vivência e

experiência” no movimento, condição que implica participar das atividades não somente do acampamento, mas também do movimento como um todo.

O tempo de “vivência e experiência” no movimento contribui para o acampado ter contato e conhecimento do material do MST, aí incluído o Jornal, o que não quer dizer que todos o possuam ou que sua circulação e o conhecimento dele garantam a sua leitura.

Foi constatado que a maior ou a menor frequência de leitura está relacionada com um tipo de política de leitura do Jornal. Quando a frequência é baixa, indica não haver política de leitura; ao contrário, indica haver políticas específicas (coletivas, periódicas, grupos de estudos, informativas).

Fiz duas visitas à ANCA (São Paulo-SP); na primeira, não foi possível fazer uma entrevista, o que aconteceu na segunda visita, em uma ante-sala. O gravador sobre a mesinha deixou a Cristiane (editora do Jornal) bastante incomodada durante o tempo da entrevista, que durou cerca de uma hora. Ela comentou a respeito de sua trajetória desde a faculdade até ir trabalhar como editora do Jornal.

O funcionamento do Jornal, desde a sua fase de Boletim, vem se desenvolvendo gradativamente para atender às necessidades de manter informados o acampado, o assentado, os colaboradores. Ele funciona nos padrões convencionais: editor, revisor, produção, rede de distribuição, setor de assinaturas, colaboradores fixos e eventuais. Quanto aos textos, eles seguem o seguinte gênero: cartas, entrevistas, crônicas, *charges*, reportagens, calendário de atividades, histórias em quadrinhos, entre outros. As notícias são tanto de caráter nacional quanto internacional.

O Jornal objetiva, de forma específica, circunscrever um espaço social próprio ao movimento, pois, para além de “formar politicamente” os sem-terra e os simpatizantes, ele também procura manter informados seus interlocutores. Ele objetiva a integração da luta pela terra, além de estimular um diálogo com a sociedade de forma geral. As propostas de prática e uso do jornal dizem respeito tanto às individuais quanto às em grupo. Em lugares onde há maior organização, é o objeto de estudos e debate.

No DCE, entrevistei Marcelo, aluno do curso de Engenharia de Alimentos. Essa entrevista foi significativa, considerando que é um espaço de circulação externo ao movimento. Nesse sentido, o Jornal cumpre uma de suas funções: circular externamente aos acampamentos e aos assentamentos. É importante ressaltar que, no DCE, havia cartazes de

Che Guevara, do MST, das Campanhas Nacionais promovidas pelos movimentos populares. A gestão anterior do DCE tinha uma assinatura do Jornal.

Nos relatos, o entrevistado narrou como ficou conhecendo o movimento, condição que propiciou o contato com o Jornal. Marcelo não possui assinatura, mas lê com frequência, porque, na cidade de Campinas, há uma sede regional do MST, onde se realizam reuniões, debates, análise de conjuntura, cursos de “formação política”, tanto para quem é do movimento quanto para quem é simpatizante. A circulação do Jornal se dá de “mão em mão”, com “quem está mais próximo”.

É significativo observar que a prática e uso do Jornal funcionam, para além de um objeto de informação e comunicação social do movimento, como um instrumento de formação política interna e externa a ele, o que não quer dizer da mesma forma e do mesmo nível em todos os espaços. Ele se constitui em um espaço de encontro e de reconhecimento dos sem-terra. Esse encontro e reconhecimento são realizados de forma direta (com a circulação do jornal no acampamento) e de forma indireta (quando os sem-terra entram em contato com o jornal em situação externa e diversa ao acampamento).

A circulação do jornal no acampamento corresponde a uma política de leitura do movimento, no entanto a circulação, o uso e a prática estão relacionadas às posturas políticas de leituras regionais e localizadas. De forma geral, essa situação não impede que o jornal “cumpra”, mesmo que de forma parcial, aspectos de sua função (informar, formar “consciência”, promover debate, esclarecer ações e conduta do movimento, estabelecer contato com todos os membros do movimento).

A circulação, o uso e a prática do Jornal atendem, ainda, a uma certa especificidade dos espaços sociais, de acordo com Aléong (2001, p. 149): os espaços “condicionam o conteúdo e as formas de intenção lingüística”, posto que “a língua é o meio de exprimir a qualidade das relações sociais, pode se conceber a existência de normas sociais de comportamento lingüístico”. Essas considerações são significativas para compreender um aspecto não somente da dinâmica do movimento, mas, sobretudo, da relação constitutiva do instrumento lingüístico e o sem-terra; não apenas como um ponto de encontro e espaço agregador, mas também como um marco de construção de identidade.

As atitudes em relação ao Jornal demonstram que seu uso, sua circulação e sua prática ocorrem de forma heterogênea a partir da relação entre o que seria o ideal (o que se

espera) e suas representações localizadas. Essas representações, embora heterogêneas, possuem algo em comum: a importância em maior ou menor grau do Jornal para os sem-terra. Há um reconhecimento, mesmo que parcial, de sua significação.

2.2 Suporte²¹ material²²

De acordo Maingueneau (2001: 71-2), para o suporte material do discurso

é necessário reservar um lugar importante ao modo de *manifestação material* dos discursos, ao seu *suporte*, bem como ao seu modo de difusão: enunciados orais, no papel, radiofônicos, na tela do computador etc. Essa dimensão da comunicação verbal foi durante muito tempo relegada a segundo plano. (...) Hoje estamos cada vez mais conscientes de que o mídiun não é simples “meio” de transmissão do discurso, mas que ele imprime um certo aspecto a seus conteúdos e comanda os usos que dele podemos fazer. O mídiun não é um simples “meio”, um instrumento para transportar uma mensagem estável: uma mudança importante no mídiun modifica o *conjunto de um gênero de discurso*.

Uma das características importantes do “meio” é o seu caráter escrito, que “não é uma mera representação do oral, nem o impresso uma simples multiplicação do escrito. Oral, escrito são *regimes* de enunciações distintos” (idem, 79), uma vez que o boletim possui a finalidade de ser um texto breve, de caráter informativo, destinado a circulação interna ou externa, a divulgação, quer seja de órgãos oficiais, quer seja de classe ou de instituições.

O boletim e o jornal, enquanto suportes materiais dos discursos de movimentos, configuram-se em um lugar de materialização/constituição dos discursos dos agricultores sem-terra. É importante considerar que o acabamento, o formato e a especificidade do instrumento de comunicação interna e externa do MST vão se transformando em seus aspectos materiais e discursivos, à medida que o próprio movimento solidifica sua posição política, como é possível observar com os seguintes enunciados materializados no suporte e constitutivos dele: (01), “como agricultores achamos que temos direito a ter um pedacinho

²¹ Por suporte material, instrumento material dos discursos ou meio, entende-se o lugar material específico de realização ou materialização dos discursos enquanto espaço de difusão, para circulação dos discursos como boletim, jornal, livro, cartilha, panfleto, filme, rádio, televisão, *internet* (rede mundial de computadores), faixas, cartazes, bonés, camisetas, painéis, cartazes gigantes destinados a propaganda, revista em quadrinho, prospectos de evento etc.

²² A respeito das considerações sobre o jornal do MST, ver capítulo 2.

de terra para plantar alimentos para nossas famílias e para os da cidade” (B.01/01/15/05/81), (02), “propostas mostram o avanço do movimento. Conquistar terra e uma nova sociedade” (B.10/35/04/84) e (03), “1984 foi um ano marcado por muitas injustiças no campo. 1985 vai ser diferente. Os trabalhadores estão compreendendo que só a organização pode lhes garantir dias melhores” (JST.01/41/12/84-01/85).

É possível constatar que o primeiro enunciado, (01), diz respeito a um discurso de um sujeito histórico e reivindicador (como analisado no capítulo anterior), enquanto categoria de trabalhadores prescrita no discurso do Estado. O aspecto material do suporte, ou seja, do boletim, era ainda “rudimentar”: datilografado, sem editorial, contendo narrativas da situação do movimento e mensagens de apoio de outros movimentos e categorias, de forma geral.

O segundo enunciado, (2), possui sentido de um discurso de posicionamento firme, mais consistente e determinado. Nesse momento, o Boletim é diagramado eletronicamente, possui editorial, uma tiragem determinada, *charges*, ilustrações, fotografias, um expediente, um calendário nacional de atividades, e as matérias dizem respeito às lutas desencadeadas pelo movimento, como também às conquistas e às dificuldades.

O sentido do último enunciado, (3), diz respeito a um discurso de balanço da situação do movimento e também a um discurso de organização que seja capaz de sustentar as ações e propostas do movimento. Nesse momento, já não é mais um boletim e sim um jornal oficial de um movimento de caráter regional, compreendendo os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Ele possui certas características, desde um “jornalista responsável”, um corpo de editores, até um planejamento gráfico e artístico, ilustração, um administrador, um distribuidor, conforme citado anteriormente. Alguns desses aspectos estavam presentes nos últimos Boletins antes de se transformar em Jornal.

À medida que o movimento foi se consolidando política e organizativamente, o boletim foi tomando um aspecto mais acabado. O cabeçalho foi sofrendo alterações já a partir do número 01 para o número 02. Sobre o cabeçalho já modificado (no. 02), na parte esquerda do nome “SEM TERRA”, aparece uma tarja em diagonal em letras pequenas, em

duas linhas: “BOLETIM INFORMATIVO DA CAMPANHA / DE SOLIDARIEDADE AOS AGRICULTORES SEM TERRA”.

Na primeira página do Boletim número 01 (15/05/1981), os textos são divididos em colunas. No número 03 (14/06/1981), aparece a primeira fotografia na capa; no número 09 (22/07/1981), aparece um cartaz reduzido sobre o dia do colono; no número 12 (05/10/1981), aparece o primeiro texto em duas e três colunas, a partir da página dois, fato que será uma constante e que representa uma mudança significativa em relação aos textos “corridos e datilografados”. Na edição especial de 23/02/1982, surge uma história em quadrinhos contando a história do nascimento do movimento; no número 20 (26/04/1982), a página número dois possui uma configuração gráfica de várias colunas em letras bem pequenas, o que representa um trabalho de tipografia e não mais de datilografia em duas ou três colunas; no número 21 (10/05/1982), aparecem alguns desenhos estilizados junto a alguns textos, inclusive no cabeçalho.

Outro aspecto significativo é que o Boletim deixa de ser datilografado e passa a ser um trabalho gráfico mais elaborado; no número 23 (2ª. quinzena/06/1982), na página número dois, aparece a primeira charge; no número 26 (2ª. quinzena/08/1982), é instituído um espaço, ainda que pequeno, para o editorial, mas que irá ocupar um espaço cada vez maior na página número dois.

Assim, o Boletim vai adquirindo configurações trabalhadas que correspondem também à constituição tensa de identidade e de posicionamento discursivo e organizativamente firme. O número 35 (04/1984) é o último como Boletim; nele, já há o anúncio na página número dois, de que a próxima edição será *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*:

(68)²³ “em junho está prevista a primeira edição do Jornal dos Trabalhadores Sem Terra, formato tablóide – isto quer dizer, o dobro do atual boletim -, 12 páginas, tiragem inicial de 10 mil exemplares e com circulação na Regional Sul e outros estados do país. A decisão de transformar o boletim em jornal foi tomada durante o Encontro Nacional dos Sem Terra, realizado em Cascavel (PR), no começo do ano. Uma equipe de 10 jornalistas trabalhará na edição que vai continuar com a colaboração dos próprios lavradores, pessoas ligadas ao trabalho pastoral, sindicalistas e estudiosos da problemática agrária”.

²³ Utilizarei tipo 10 para o *corpus* quando não vier no parágrafo.

As mudanças ou as transformações pelas quais passa o Boletim não pertencem à ordem do discurso de uma “preocupação” estética, de estilo (Possenti, 2001: 274) ou de “empenho” profissional dos responsáveis, mas à ordem de um discurso em constituição que passa a significar cada vez mais na ordem do discurso político ideológico específico, cujo efeito de sentido se manifesta no suporte ou instrumento discursivo do movimento, a demandar sentidos em suas significações e ressignificações, marcando assim posições sujeito mais específicas.

Esse aspecto significativo do Boletim pode ser constatado no seu cabeçalho, enquanto enunciado, que sofre transformações desde o número 01 (15/05/1981), até se transformar em jornal. Esse movimento tenso, em relação aos sentidos, de transformação e de significação, acontece em decorrência de o movimento ainda não possuir uma estabilidade discursiva e uma identidade estabilizada no discurso político e em uma memória discursiva que lhe permitisse significar, mesmo que fosse proibido em face dos Aparelhos Ideológicos do Estado. Dito de outra forma, como pode um discurso fazer sentido se não está inscrito em uma memória discursiva? Nesse aspecto, o efeito de sentido é de estranhamento, sem lugar para uma “ancoragem” de sentidos, ou seja, de acordo com Orlandi (1999: 66²⁴), é um discurso que **“está fora da memória, como uma (sic) sua margem que nos aprisiona nos limites desses sentidos**. O que está fora da memória nem foi esquecido nem foi trabalhado, metaforizado, transferido. Está in-significado”.

Serão, assim, analisados aqui alguns dos aspectos relevantes dessa transformação enquanto efeito de sentido de um discurso e do sujeito que se constitui na ordem do político. Tomo, para análise, alguns cabeçalhos, em sua materialidade discursiva, que pode marcar alguns dos aspectos da significação, da ressignificação e da demanda de sentidos pelas quais passa o movimento em sua trajetória política de construção e de afirmação identitária e ideológica, pois essa construção e afirmação consistem em uma transformação e uma demanda tensas de sentidos, um furo no real enquanto “pontos do impossível” (Pêcheux, 2002: 29): dos discursos e dos sujeitos.

²⁴ A autora se refere aos discursos e sentidos que foram silenciados e excluídos da ordem do político no período do regime militar, no entanto interessa aqui compreender que, para significar na ordem do político, é necessário estar inscrito em uma memória discursiva que lhe permite dizer socialmente de quem é de quem trata este ou aquele discurso, sem causar o efeito de sentido de estranhamento.

A partir das considerações de Possenti (2001: 274), é possível compreender a transformação do cabeçalho como um trabalho que demanda sentidos em uma condição material de produção suscetível de irrupção dos discursos e dos sujeitos, pois

se é verdade que o falante [sujeito] não está livre das regras lingüísticas nem das sociais, também é verdade que as regras lingüísticas lhe permitem espaços e as regras sociais lhe permitem pelo menos aspirações, representações e, mesmo, rupturas de regras, lugares onde a subjetividade se manifesta como não necessariamente assujeitada, mas sim ativa. Se levarmos radicalmente a sério a língua como resultado do trabalho e o discurso como atividade, e se considerarmos que o discurso é feito de língua, mas também atua em cada evento circunstancial sobre ela.

Ainda para Possenti (2002: 102)

os sujeitos *são históricos e atuam*; que a ideologia está sempre presente, mas não é a única realidade e também é histórica; que os sujeitos estão irremediavelmente dentro e fora do arquivo, quem sabe mesmo arquivando; enfim, que a interação existe e se caracteriza pelo jogo tenso entre o já houve e o acontecimento circunstancial que ela é, no qual os sujeitos tem um papel que ultrapassa o lugar que ocupam segundo o imaginário.

Enunciado (59) “



” (B.01/01/15/05/1981).

Esse cabeçalho aparece na parte superior da primeira página. O fragmento da unidade discursiva “SEM TERRA” causa um efeito de sentido de estranhamento: por si só não representa o sentido da dimensão da problemática das mais de 500 famílias acampadas, mesmo sendo grafado em letras grandes, tipo cheias, e com um destaque significativo em

relação ao restante do enunciado. Mesmo com o restante do enunciado, “BOLETIM INFORMATIVO DA CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE AOS AGRICULTORES SEM TERRA”, compondo o enunciado como um todo, cujo efeito é o de especificar e enfatizar o sentido do fragmento anterior, parece não ser possível atribuir ao movimento algum sentido na ordem do discurso político naquele momento (o que não quer dizer sem sentido), ainda que de estranhamento, na ordem do político, a não ser o de que exista um conjunto de agricultores sem terra acampados, em campanha, pedindo solidariedade. Convém ressaltar que as 500 famílias acampadas reivindicando terra também causam estranhamento, dada a conjuntura da época, pois nesse momento não há, na prática social dos movimentos populares, na luta, esse novo tipo de reivindicar terra.

Essa não representação da dimensão do movimento pelo enunciado possui um ponto nevrálgico: como o fragmento “SEM TERRA” causa um efeito de sentido de estranhamento? Como esse enunciado pode representar uma problemática se a prática social constituída o é nele/dele? Também não faz sentido. Ambos esburacam a memória discursiva dos movimentos populares, desestabilizam redes de filiações históricas da luta pela terra. A existência das 500 famílias é um “real” com o qual a conjuntura política deparou, se deu “de encontro com ele, o encontra” (Pêcheux, 2002: 29).

É o conjunto do fragmento “SEM” mais ”TERRA” que causa o estranhamento nas *redes de filiações históricas* (Pêcheux, 2002: 56) como algo que não está fazendo sentido, ainda mais se se considerar a existência de uma memória negativa que se tem no discurso do senso comum sobre o agricultor, pois, de acordo com Cardoso (2001: 670-1):

esses sentidos [negativos de agricultor] atribuídos ao trabalhador rural parecem estar dentro da memória discursiva do cotidiano como: “o caipira é preguiçoso”, “tem terra sobrando no Brasil, mas o caipira não quer trabalhar”, “para plantar quem quer trabalhar existe terra” etc. a exclusão social do trabalhador rural é sustentada por um discurso em que são ignoradas as condições materiais de existência do lavrador brasileiro, inclusive pelo próprio lavrador. Quando esse diz, conformado com as condições materiais em que vive, “É Deus quem quis assim”, “A gente vai vivendo como pode”, pensando ser ele o autor do seu dizer, está aprisionado por uma memória discursiva em que esses dizeres fazem sentido, significam. Ele é sujeito do discurso de sua própria exclusão social. Que direitos tem os agricultores, Jecas, “selvagens reais”, “feios”, “brutescos”, “desinteressantes”, “fracos”, “sem consciência política”, “adoradores da deusa cachaça”, “sacerdotes da Grande Lei do Menor Esforço”.

Assim, o sentido de “TERRA” está relacionado ao sentido de agricultor, com certa estabilidade, mas não a qualquer agricultor. Nesse aspecto, tem-se o fazendeiro proprietário e o agricultor pobre, bem como o das ligas camponesas. O fragmento “SEM” vem desestabilizar o sentido de “TERRA” e de “AGRICULTOR”. O fragmento “SEM” é que causa estranhamento, pois deixa o sentido suspenso e, por si só, não faz parte de uma memória de discurso político e dos movimentos populares no Brasil. Isoladamente possui um sentido de ironia, que vai ser ressignificado ao compor enunciados com o fragmento “TERRA”. O fragmento “SEM”, ao se deslocar ou ser reivindicado para a ordem do discurso político, abre um furo nas redes de filiações históricas, atravessando e irrompendo o/no “real” (Pêcheux, 2002: 29). Esse fragmento, vai, assim, reivindicar um espaço na memória discursiva, enquanto “um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (Pêcheux, 1999: 56).

Somente com essa nova fórmula de enunciar enquanto “SEM TERRA” – que será parafraseada, metaforizada, ressignificada -, é que se vai inaugurar uma enunciação “estranha” na ordem do político e com um sentido que, a cada materialização no boletim do movimento, nos meios de comunicação, nos discursos dos demais movimentos populares e de apoio, se vai significando como um “furo” no “real” da língua e da história. Essa fórmula será um enunciado matriz do movimento enquanto um acontecimento discursivo que vai marcar gradativamente sua identidade e criar redes de filiações sócio-históricas e interdiscursivas, abrindo um “furo” na memória para se instalar e produzir efeitos de sentido e procurar se estabilizar. Se hoje o “SEM” faz sentido é porque conseguiu transpor a barreira do estranhamento e um lugar próprio no discurso. O fragmento “SEM” inaugura o movimento “emprestando” sua significação para ser ressignificado, inaugurando, assim, uma discursividade do movimento, que se transporá para o discurso do senso comum, inclusive.

O fragmento “SEM TERRA”, mesmo considerando a historicidade da luta pela terra, não remete a nenhum tipo de discurso e movimento em que o sentido possa se ancorar ou demandar algum efeito enquanto discurso político de reivindicação.

Os sentidos de “BOLETIM”, “INFORMATIVO”, “CAMPANHA”, “SOLIDARIEDADE” são, de forma geral, estáveis, pois todos sabem o que são e o que devem significar. No entanto, esses fragmentos, ao comporem o enunciado com a

expressão “SEM TERRA”, reforçam o efeito de estranhamento, deixando em suspenso os sentidos dos demais fragmentos do enunciado. Não é algo que se possa saber do que se trata, salvo quando for possível relacioná-lo diretamente ao referente do discurso ou ao contexto imediato, fato que, dadas as condições materiais de existência e produção do discurso, é algo que ainda não faz sentido.

Enunciado (60) “



” (B.01/02/28/05/1981),

É possível considerar que esse enunciado, do Boletim número 02 (28/05/1981), constitui-se em paráfrase do anterior, pois, embora seja um outro, na forma do mesmo, alguns elementos se mantêm, enquanto “matriz do sentido” (Pêcheux e Fuchs, 1975: 170), à medida que, a cada Boletim, como se verá adiante, ocorrerão novos elementos que contribuirão para ressignificar o movimento, formando, assim, a “família parafrástica” (idem, 169).

Embora a materialidade do enunciado (59), Boletim número 01, se mantendo, nela ocorrem transformações. O fragmento “BOLETIM INFORMATIVO DA CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE AOS AGRICULTORES SEM TERRA” foi deslocado da parte de baixo e assumiu um formato de tarja em diagonal ascendente, que vai da parte inferior do “S” de “SEM” até a parte superior do “T” de “terra”. Esse deslocamento, que não está mais na parte inferior do enunciado como o sentido de explicação do fragmento anterior, nesse novo formato que cobre parte do fragmento “SEM TERRA”; torna possível atribuir um sentido à tarja²⁵: de escudo, uma forma de proteção, uma ressignificação de “SEM

²⁵ A tarja, geralmente de cor preta, de forma geral possui o sentido de escudo, de ornamento, de moldura.

TERRA”): não enquanto um movimento que, ao acampar, promove, para o Estado, um tipo de subversão, mas como uma campanha de terra para os agricultores - ao mesmo tempo em que sinaliza a existência de terra, condição que se contrapõe ao discurso de que não há terra - e não dos agricultores “SEM TERRA”, se se considerar que parte do fragmento “CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE AOS”, e não “DOS”. A campanha não pertence a eles; é para eles. Nesse sentido, há um sujeito que não se mostra como responsável pelo discurso da campanha para os sem-terra.

Há um outro efeito de sentido da tarja, que diz respeito a sua posição em diagonal apenas sobre o fragmento “SEM” e a parte superior do “T” do fragmento “TERRA”, o que pode significar que “terras existem” mas não para os “SEM TERRA”. Há um efeito de ironia, um movimento reivindicando terra com o nome de sem-terra, cuja tarja transpassa o fragmento “SEM” de seu nome. Nessa possibilidade de jogo, demanda o efeito de ironia e de sentido do cabeçalho do Boletim.

Disso se pode inferir o sentido de um movimento vindo de fora, que não pertence aos agricultores; vindo de um outro discurso que não o dos próprios agricultores, pois esse discurso vai ao encontro de outro discurso dos agricultores e não constitui um movimento que pertence só a eles. Isso é significativo por duas razões: na primeira se refere ao fato de que “ir ao encontro” significa ir em “socorro”, ir para “legitimar”, “salvaguardar” e dar sentidos aos agricultores sem-terra; na segunda diz respeito a “AOS”, caso fosse “DOS”, o sentido seria de genitivo, que restringiria, além de marcar o enunciador e o lugar de sujeito. Não sendo um discurso atribuído ao próprio agricultor, produz-se uma condição que legitima sua ação, que é uma ação tensa.

Outra ressignificação ocorre no fragmento “SEM TERRA”, grafado em letra de forma, em tipo cheio, que se apresenta ainda em letra de forma desenhada, estilizada, preenchida com traços curvos, cujo conjunto possui o efeito de sentido de terra vazia, desértica, árida, tristeza, dificuldade, sofrimento.

Um outro aspecto também importante a se considerar no enunciado diz respeito ao desenho da expressão “SEM TERRA”, em sua forma gráfica desenhada e manuscrita, com

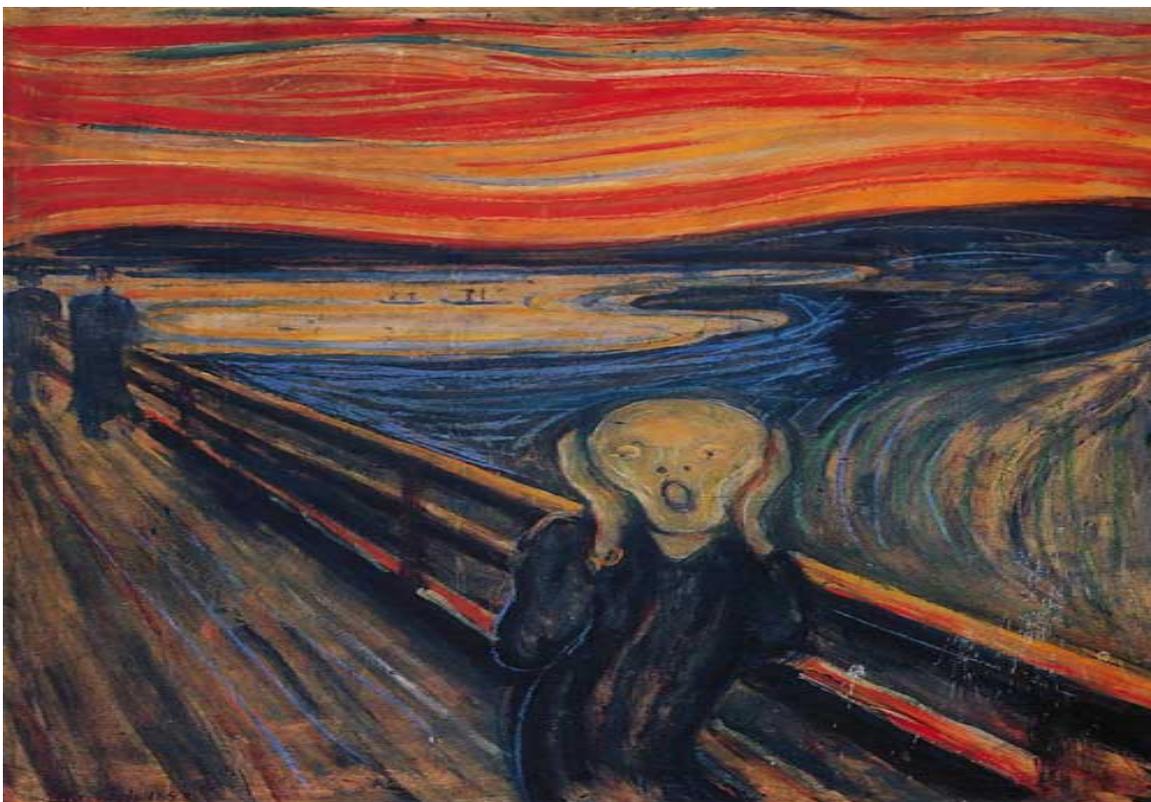
Simboliza luto, proibição (em imagem impressa, em fotografia, em cinematográfica entre outros); sinaliza que algo deve ser corrigido, em placa de trânsito e em cor vermelha sinaliza proibição. No período militar (1964-1982) significa “censura, proibição” e também “decreto”, quando se tratava certos atos do Poder Executivo. Aqui há também um deslocamento: a tarja não causa censura; pelo contrário, ela autoriza, legitima, dá visibilidade política, “protege” o movimento, outorga-lhe certa investidura de poder e legitimidade.

linhas e traços interna a expressão em preto com espaço vazio em branco entre as linhas. O desenho da expressão demanda sentido de algo a ser trabalhado, desenho com sentido de “grotesco” pelo seu formato. No entanto, as linhas e os traços internos à expressão, seguindo o formato, em seu conjunto produzem um efeito de sentido de aspereza, algo tortuoso, angústia pelas curvas, traços e espaços. Essas características provocam um “sentimento” de sofrimento, dureza, angústia.

O sentido de angústia, de forma geral, refere-se à inquietude, ao sofrimento, ao tormento, à escassez, à miséria, aos apuros, a carência, a algo que oprime, entre outros sentidos.

O enunciado como um todo, em seu formato e traços, apresenta-se com um sentido de angústia em uma relação interdiscursiva com o quadro “O Grito” do pintor Edward Munch²⁶:

²⁶ THE SCREAM, 1893 Tempera on board 83.5 x 66 cmM 514. The Scream has come more and more to be accepted as Edvard Munch's most significant motif - the very symbol of modern man, for whom God is dead and for whom materialism provides no solace. Munch wrote several versions of a prose-lyrical associated with the motif, one of which reads: I was walking along a path with two friends - the sun was setting - suddenly the sky turned blood red - I paused, feeling exhausted, and leaned on the fence - there was blood and tongues of fire above the blue-black fjord and the city - my friends walked on, and I stood there trembling with anxiety - and I sensed an infinite scream passing through nature. <http://www.munch.museum.no/>.



O quadro “O Grito” apresenta traços e linhas sinuosas, distorcidas, coloridas, representando formatos de pessoas, de paisagens e de objetos. São esses traços e linhas que produzem o sentido de pânico, mais do que os objetos, os desenhos e as paisagens. Também a combinação das cores fortes e escuras imprime uma função importante na produção dos sentidos de algo tortuoso, fortemente representado na expressão facial do “personagem” que grita e nas impressões sinestésicas produzidas e constitutivas, do todo composicional da obra: é o grito desesperado que cruza a natureza e o homem moderno. É importante ressaltar que o quadro foi um acontecimento artístico, um “estilo” novo em sua época.

O sentido da palavra grito, de forma geral, se refere a algo que assusta, provoca medo seja real ou “imaginário”, de tal forma que pode provocar descontrole individual ou coletivo. No quadro, são as linhas e suas formas sinuosas que formam os traços ou os traçados do desenho das figuras, das paisagens, das pessoas. O grito significa, pelo seu efeito de sentido, as incertezas, as dúvidas, as angústias de uma época, de uma sociedade, em face das questões que lhe são pertinentes histórica e contextualmente.

A relação interdiscursiva na produção dos sentidos entre o formato da expressão “SEM TERRA” e o quadro “Grito” diz respeito a formações discursivas distintas ou pertencentes a ordens discursivas diferentes (um da ordem do político e o outro da ordem das “sentimentalidades”), no entanto os sentidos convergem para um mesmo ponto, significando nele: há um sentido de expressão de “sofrimento”, aspecto “psicológico” das sentimentalidades dos sujeitos, provocado pelas condições materiais de existência de ambos, os sem-terra enquanto categoria distinta em luta pela terra; o quadro significando todos os aspectos genéricos de uma sociedade. Nessas condições há dois tipos de pressão sobre os sujeitos: uma diz respeito à demanda de sentidos do “real histórico que faz pressão” (Orlandi, 1999: 67); a outra é a luta em torno dos sentidos para deles se esquivar, presente na expressão “SEM TERRA”, se se considerar que “o real: a gente se depara com ele” (Pêcheux, 2002: 28).

Para encerrar essas considerações, um outro ponto a considerar é que, para dar maior significação, não somente ao enunciado, o cabeçalho se deslocou do alto da página para um plano um pouco abaixo. O efeito desse deslocamento é de dar destaque aos outros enunciados dos discursos que compõem o Boletim: “Terras existem. Só o presidente do INCRA não sabe.” E “Um levantamento dos latifúndios improdutivos na região de Ronda Alta está na p.3”. Esses dois fragmentos dos enunciados, sem considerar o seu plano gráfico, acima do cabeçalho, são muito significativos, uma vez que ambos afirmam a existência de terras para desapropriação na região e isto não é apenas um fato discursivo, mas sim empírico. Se se comparar a relação entre os dois fragmentos e a expressão “sem terra”, é possível flagrar um sentido de contradição, de polêmica entre a posição discursiva do movimento e a do INCRA.

De forma geral, acima do cabeçalho será um lugar de enunciados de discursos significativos para o Boletim, o que será uma constante, com algumas variáveis.

Enunciado (61) “



(B.01/06/19/06/1981),

No Boletim número 06 (29/06/1981), enunciado (61), o formato material é o mesmo, mas com alguns elementos transformados: os traços internos das letras “SEM TERRA” não mais existem, ficando, assim, um vazio dentro das letras estilizadas. Esse vazio pode significar, entre outros sentidos, o de ausência de terra; o de falta de terra (para os sem-terra); o de que há terra que pode/deve ser preenchida/ocupada; o de relevo de terra vazia, o de terra desértica, mas não de qualquer terra: falta terra para os sem terra, ou, em outros termos: não há terra para os agricultores acampados.

O fundo vazio do fragmento “SEM TERRA” é reforçado pelo sentido de “SEM TERRA”, como se o branco do vazio expressasse e, contornado pelo “SEM TERRA”, suspendesse os possíveis sentidos, como se estivesse à procura de significar em outra ordem ou com outro sentido na mesma ordem. Esse cabeçalho está a demandar novos sentidos ao enunciado e ao movimento. O fragmento “acampados recebem apoio de todo o Brasil” significa que os “sem terra” não estão sozinhos em suas reivindicações.

Enunciado (62) “



” (B.01/07/03/07/1981)

No cabeçalho, enunciado (62), ocorre outra transformação: o fragmento “SEM TERRA” vem todo em negro. O preenchimento não quer dizer que agora a terra foi ocupada ou que há terra. Esse deslocamento de vazio, do enunciado (61), pode congrega diversos sentidos, dada a memória discursiva construída historicamente. Se antes o fundo branco remetia a um vazio ou deixava os possíveis sentidos em suspenso - o que não quer dizer falta de sentido, mas efeito de sentido do enunciado -, agora, com o fragmento em negro, o sentido pode ser de medo, de silêncio, de espanto, de luto, de protesto, de intimidação ou, no discurso do senso comum: “a coisa está feia”, “a situação está preta”, “o tempo fechou” para os sem terra. É possível ainda considerar que os sentidos ainda podem ser de força, de poder, de afronta, se se considerar que é a primeira vez que o agricultor assume o seu discurso.

A cor branca significa, no discurso do senso comum, paz, tranqüilidade, coisa boa, do bem, harmonia, ausência, falta, em oposição à cor preta, que significa turbulência, coisa ruim, do mal, entre outros.

A estilização do fragmento, de vazio para negro, significa assumir uma posição discursiva em face dos interlocutores do movimento e, ao mesmo tempo, para o próprio movimento. Pode ser ainda um efeito de relacionar as condições materiais de existência com as condições de produção do discurso e a referência do discurso: os agricultores sem terra.

Enunciado (63) “

**SAIR OU
LUTAR?**

A 6ª Romaria da Terra será de protesto contra a expulsão dos trabalhadores rurais do campo.
Página central.

SEM TERRA

Porto Alegre - fevereiro de 1983

ANO III Nº 29

(B.01/29/02/1983).

No Boletim número 29 (02/1983), enunciado (63), houve uma transformação significativa, que passa a ressignificar novamente o cabeçalho. Desta vez foi o apagamento ou retirada do fragmento no formato de tarja “BOLETIM INFORMATIVO DA CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE AOS AGRICULTORES SEM TERRA” que, até o número 28, era constitutivo do enunciado.

Esse novo formato material e gráfico do enunciado, sem o fragmento em forma de tarja, surpreende pelo seu efeito de sentido, pois provoca uma ruptura, uma vez que o fragmento recobria parte do sentido do enunciado, ou seja, era o sem terra “ancorado”, “protegido” pela campanha de solidariedade ou pelos discursos de outros sujeitos que a campanha suscitava e pelos quais se constituía. Com o destarjamento, porém, é possível considerar que o movimento se investe de mais autonomia. É importante ressaltar que o sentido de tarja em outros discursos pode significar proibição, interdição, entre outros.

Nesse novo formato material - ou esse outro enunciado sendo o mesmo desde o Boletim número 01, enquanto matriz -, marca-se uma posição discursiva própria em relação ao movimento e em relação aos seus interlocutores. Dito de outra forma, agora é só o movimento; ele não mais se enuncia ancorado no discurso do outro (enquanto efeito de sentido), mas no seu próprio discurso, porque o Boletim passa a não pertencer mais à campanha de solidariedade; ele agora é o Boletim dos agricultores sem-terra, ou seja, o discurso agora é o discurso do movimento de agricultores sem-terra, o que marca uma posição sujeito firme diante do Estado e um movimento de identidade também. Um sentido da retirada da tarja é o de uma certa autonomia do movimento em relação à dependência e à “ancoragem e proteção” da campanha.

Esse destarjamento marca um tipo de emancipação e distanciamento do movimento em relação aos discursos e sujeitos que até o momento lhe davam um efeito de sustentação e uma sustentação propriamente dita, política e ideológica, na ordem do político. O que não significa que a campanha de solidariedade e os apoios tenham deixado de existir, mas que eles agora pertencem a uma outra instância discursiva: o movimento não mais significa a partir delas e sim por si próprio. Esse destarjamento possui o sentido de afirmação, próprio do movimento, marcada perante a sociedade e perante o Estado.

No Boletim número 22 (2ª. quinzena/05/1982), um quadro pequeno do lado direito do fragmento “SEM TERRA” passa a compor o enunciado. Esse quadro traz uma cruz de

madeira ao centro; do lado esquerdo, ao pé da cruz, grafado “ANO II”; do outro lado da cruz, “No. 22”. Isso é significativo, pois marca não apenas para o tempo de existência, de resistência e de sofrimento (marcado pela estilização da cruz enquanto símbolo de resistência) do movimento e das edições do Boletim, mas, acima de tudo, marca o tempo de um conjunto de enunciações a demandar sentido na ordem do político, em aliança com o discurso religioso: o tempo de constituição de um arquivo, o tempo de um repertório discursivo, um tempo, ainda que breve, de história. Marca ainda um tempo de reivindicação de um espaço social e político, ancorado, em todo aspecto, no discurso religioso cristão. Essa relação interdiscursiva (Pêcheux, 1997: 163) será uma constante no discurso do movimento.

Enunciado (64)

”



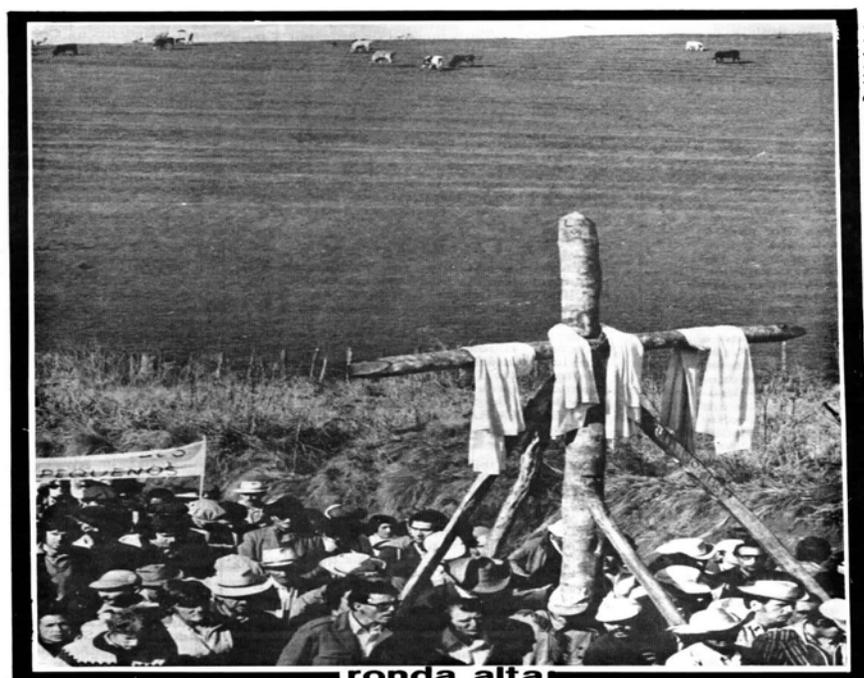
” (B.01/33/11/1983).

Esse enunciado, por ser paráfrase, se constitui de um elemento significativo, de uma tarja grafada ou com o sintagma “Edição histórica” grafado em diagonal sobre uma parte do fragmento “S”, na sua parte superior. Nesse cabeçalho, o enunciado marca uma posição do Boletim, que reivindica a historicidade de sua existência e do próprio movimento. No discurso do senso comum, as tarjas sobre algo possuem o sentido de atenção e/ou de proibição: é uma forma de destacar o que está tarjado, que geralmente é importante e significativo. Importa considerar que a expressão “edição histórica”, de forma geral, quando se refere aos meios de comunicação impressos, diz respeito a um acontecimento significativo, seja no âmbito social, seja para o próprio meio de comunicação.

Nesse aspecto, o fragmento “Edição histórica” possui o sentido de uma afirmação histórica do movimento, amparada em redes de memória de sua existência, o que implica admitir a construção de um arquivo, de um repertório discursivo, de uma atuação socialmente relevante, de um sentido, reconhecido ou não, de uma forma de ritualização e de uma forma de auto-afirmação de sua causa (a luta pela terra) e dos sentidos de agricultor – sem-terra - reivindicados pelo movimento. Isso implica dizer que o movimento está construindo sua história fazendo parte da história do país e, ao mesmo tempo, à procura de uma certa estabilidade na ordem do político.

Esse enunciado, pelo seu efeito, reivindica um lugar social e uma posição sujeito na/da história dos agricultores sem-terra e do país, pois esse enunciado se constitui a partir das condições materiais de existência em que o movimento conquista a terra, reivindica-a e adentra nela, como é possível constatar no seguinte enunciado (69) da primeira página do Boletim:

“



Daniel de Andrade

ronda alta

A PORTEIRA SE ABRE !!!

ENFIM UMA SOLUÇÃO PARA OS SEM TERRA
Páginas 8 a 15

E X C L U S I V O
Uma entrevista com
o coronel -
deputado Currió
em Brasília

”

O fragmento “A PORTEIRA SE ABRE!!! / ENFIM UMA SOLUÇÃO PARA OS SEM TERRA / Páginas 8 a 15”, constituído pela imagem acima, com uma moldura em preto, traz ao centro, na parte a inscrição, está escrito “RONDA ALTA”. Na imagem, os sem-terra carregam uma cruz de madeira que contém três “panos ou bandeiras” brancos pendurados: um em cada lado da cruz, e um outro que envolve, com uma volta, o mastro da cruz. Eles a carregam pela estrada que possivelmente os levará até a porteira da fazenda.

O sentido significa, na produção de seu efeito filiado em redes de memória. O fragmento “A PORTEIRA SE ABRE !!!” oculta, pelo seu efeito, com o operador discursivo “SE”, a posição sujeito de quem, no embate político-histórico, foi a “causa” de a porteira se abrir, o sujeito político. Na segunda parte do fragmento, “ENFIM UMA SOLUÇÃO PARA OS SEM TERRA”, também o efeito é de ocultar a posição sujeito. A parte do “ENFIM” iniciando o fragmento demanda sentido de “até que enfim aconteceu um milagre”: aspecto este que oculta a questão política pela religiosa. Se na política as conquistas são efeitos e conseqüências das disputas de interesses, elas são aquilo que se constituem na própria disputa, ou seja elas são conseqüências de estratégias bem sucedidas “por uma certa razão ou lógica” da própria disputa, ao passo que na ordem do religioso, as conquistas e vitórias são “intermediadas” por Deus.

Considerando o fragmento como um todo, ele demanda um efeito de sentido de transferência da conquista da vitória, da ordem do político para o religioso, fato que pode ser constatado no efeito de distanciamento e ocultação da posição sujeito político, sem-terra, para fazer sobressaírem o discurso religioso e seu sujeito, representados na cruz de madeira que não se enuncia, mas que se representa discursivamente. Pode-se observar, na própria composição do enunciado, o quadro na parte superior em que sobressai o efeito da cruz e, logo abaixo, o fragmento “A PORTEIRA SE ABRE!!! / ENFIM UMA SOLUÇÃO PARA OS SEM TERRA”. Pode-se considerar porque a “solução” e “abertura” da “porteira” são providências divinas não pertencentes ao sujeito político: a justiça divina foi feita.

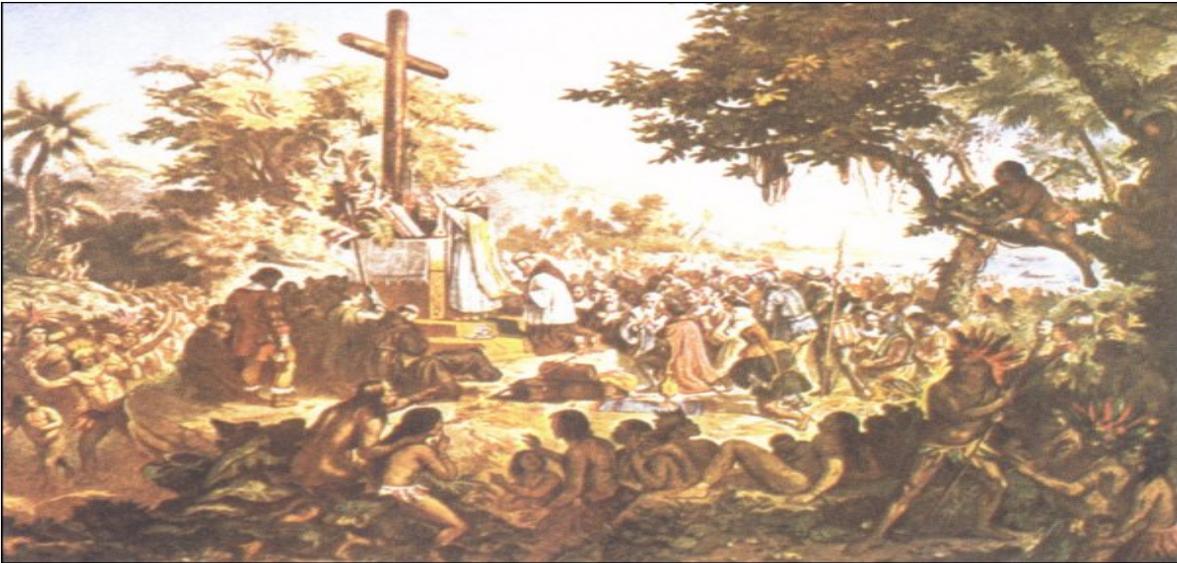
Outra relação ainda importante e possível de se destacar diz respeito à relação do quadro do MST, com o quadro do pintor Victor Meireles²⁷, a seguir abaixo, “A Primeira

²⁷ Quadro de Victor Meireles, “Primeira Missa no Brasil”, 1860, óleo sobre tela, 268 x 356 cm,

missa no Brasil”, depois da invasão pelos portugueses. A cruz ao alto representa não apenas a conquista de um “novo mundo”, mas sobretudo, a vitória da própria chegada até o Brasil, considerando-se que a navegação, para a época, já era uma “luta”. No entanto, a conquista do “novo mundo” acaba sendo uma conquista político-mercadológica. Assim, a posição-sujeito que a “patrocinou e a financiou”, as famílias ricas de Portugal em nome do rei, nesse momento, pelo efeito de sentido “oculto”, remete a um o sujeito político, mas de forma que se sobressaia a ordem do religioso e não a do político. De novo, o efeito de sentido é de que a “conquista” e a “vitória” representam uma intervenção do divino, a conquista de novas terras que dará riqueza ao “conquistador”.

No quadro de Victor Meireles, a terra será explorada e dividida entre as “famílias”; no quadro do MST, a terra será dividida entre aqueles que não têm terra, os sem-terra que lutam por ela.

No entanto, há uma relação também de oposição, pois, se os portugueses adentram a terra com arma em punho, pela força, contra o indígena, já o MST adentra a terra não pela força das armas, mas sobretudo pela força de sua existência e atuação política reivindicando o discurso de direito de “função social da terra”, inscrito no Estatuto da Terra de 1968, feito no governo militar. Os portugueses invadem pelas armas e em nome de Deus; os sem-terra ocupam pela força de sua posição sujeito na ordem do político, que, de alguma forma, é legitimada pelo poder do Estado ao proceder a desapropriação na forma da lei.



Outra relação discursiva do quadro do MST diz respeito à chegada do povo de Israel conduzido por Moisés, que foi orientado por Deus. Se o MST vai em direção à “PORTEIRA”, o povo de Deus, às margens do rio Jordão (ver Números, Velho Testamento), aguarda Moisés que lhes dá a orientação final: “Entrai-vos e metei-vos nesta terra, esta é a terra prometida por Deus”. Após reunir 120 dos melhores homens de cada tribo, de acordo com a orientação de Deus, Moisés ordena que a entrada é não apenas para expulsar e se apropriar, mas sobretudo para matar os povos que ali viviam, os fariseus, os cananeus poupando apenas as meninas e os meninos mais novos e os velhos; e assim deu-se a invasão.

A terra, no discurso bíblico, significa a recompensa prometida por Deus quem tirou o povo da escravidão do Egito; a terra que o MST adentra é recompensa de sua luta na ordem do político, a partir do discurso do próprio Estado.

Se há sentidos que aproximam o MST do quadro de Vitor Meireles e o da entrada do povo de Israel na Terra Santa, também há algo que os diferencia discursivamente: o MST está na ordem do político enquanto Vitor Meireles e o povo de Israel se inscrevem na ordem do religioso, em que as conquistas são dádivas. No entanto, o MST se vale desses sentidos não para subjugar a eles, mas para deles representar a sua luta pela terra, filiada em sentidos históricos sobre as disputas de terra.

“



” (B.01/34/02/1984).

Nesse enunciado (65), as transformações, desde o Boletim número 01 ocorrem com deslocamentos que ressignificam o cabeçalho do Boletim e o próprio movimento, uma vez que esses deslocamentos procuram filiar certos sentidos de agricultor do movimento em redes de memória discursiva, ao mesmo tempo em que procuram também uma estabilidade de sentidos.

O fragmento “SEM TERRA”, no alto da página, com o fundo em branco e o restante do espaço em preto parece significar que os agricultores sem-terra ainda continuam sem terra. O vazio em branco do fragmento delineado pelo espaço negro (significando a dificuldade) é uma forma de reivindicar terra e força.

Há ainda uma tensão que causa um estranhamento de sentido na composição do enunciado: se a cor preta pode significar luto, protesto, a cor branca pode significar paz, calma. Nesse aspecto, o que causa um efeito de sentido na tensão e no estranhamento das cores é o sentido do fragmento “SEM TERRA”, que desestabiliza as redes de filiações históricas dos movimentos populares, como visto nas análises anteriores.

Outro deslocamento na composição do enunciado do cabeçalho ocorreu na passagem da edição do Boletim número 33 para o número 34, em que o pequeno quadro que ficava à direita do fragmento “SEM TERRA” não existe mais. No entanto, os fragmentos “Ano ...” e “No. ...” foram deslocados para abaixo do fragmento “TERRA”. Outro deslocamento significativo está no fato de que a cruz é um elemento do discurso religioso cristão, aqui relacionado ao sofrimento e à luta dos agricultores sem-terra. Um dos sentidos do discurso religioso cristão filia-se em redes de memória, ao fato de que as adversidades dos homens estão à mercê dos desígnios de Deus.

Esse apagamento da cruz pode significar, entre outras coisas, que a luta pela terra não é mais um sofrimento no sentido religioso e a conquista política da terra não se constitui em desígnio de Deus, o que também quer dizer que não era antes. É apenas uma das formas de significar simbolicamente a luta pela terra. Esse apagamento implica que a luta pela terra se constitui de um caráter mais político do que religioso, embora o elemento religioso do movimento possuísse um sentido forte.

Enunciado (66) “



“ (B.01/35/04/1984).

Esse cabeçalho, enunciado (66), é o último do Boletim. No número seguinte, já será um outro, como Jornal. O fragmento “SEM TERRA” estabiliza-se com o fundo preto e enquanto “SEM TERRA”; no entanto, enquanto Jornal, a sua configuração gráfica será outra, como poderá ser constatado no próximo tópico. A mudança de suporte fará diferença de sentido. No entanto, as mudanças são significativas pelo jogo de sentidos, que permite desdobramentos e a possibilidade de serem outros, mas não qualquer outro, pois não há sentido livre de filiações históricas.

O que importa observar são as transformações, desde o número 01, quando o sentido do Boletim era o de campanha de solidariedade ao movimento, passando por várias configurações parafrásticas e rupturas de sentido, marcadas pela tensão dos sentidos até esse número. É um processo tenso de constituição do cabeçalho em sucessivos enunciados, onde alguns elementos se mantêm, outros se deslocam, outros se transformam e/ou outros são apagados, como foi visto até aqui. Isso acontece porque “toda atividade de linguagem necessita da estabilidade destes pontos de ancoragem [eixos de referenciação (eixo das

peças, dos tempos, das localizações)] para o sujeito” (Pêcheux, 1975: 174). Esse movimento de transformação, de deslocamentos e de rupturas representa a necessidade de estabilizar-se de forma que consiga representar a demanda por sentidos do movimento.

A tensão dos sentidos na constituição do cabeçalho refere-se ao fato de que

uma palavra, uma expressão ou proposição não tem *um* sentido que lhe seria “próprio”, vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva (Pêcheux, 1997: 161).

Essa tensão marca o fato de que todo sentido está em relação com outros sentidos de forma diversa e que todo sentido do/no enunciado é, em algum aspecto, sentido de um discurso, por isso a sua materialização “se constitui sócio-historicamente sob a forma de pontos de estabilização que produzem o sujeito, *com*, simultaneamente, aquilo que lhe é dado ver, compreender, fazer, temer, etc.” (idem). “Esses pontos de estabilização” em que se assentou a primeira enunciação do movimento constituíram-se, no entanto, a partir da desestabilização de outros “pontos”: o sentido de agricultor construído historicamente, o espaço material que normalmente é ocupado pelo agricultor, mas não qualquer posição de agricultor e sem a posição sujeito que todo agricultor deve ocupar (ou espera-se que ocupe) na ordem discursiva do Estado, e as formações imaginárias sobre os agricultores.

Os deslocamentos na tensão dos sentidos e a desestabilização “dos pontos de ancoragem” se dão na relação entre a paráfrase e a polissemia (Orlandi, 1999: 36), ou seja, o “mesmo” está filiado a certas redes de memória: sentido de agricultor: posseiro, meeiro, diarista, parceiro, pequenos arrendatários, peões, diaristas, agregados na ordem do discurso do Estado e na ordem do discurso do senso comum que se tem do agricultor, conforme visto em Cardoso (2001). Por outro lado, há o “diferente”, que provoca um “furo” na memória do “mesmo”, esburacando a própria memória (sentido de agricultor sem terra, provocando uma ruptura na ordem do discurso do Estado). Se o “mesmo” representa o “dizível, a memória”, já o “diferente” representa a “ruptura de processos de significação” (idem) constituídos discursivamente no Boletim. Processo este, entre o “mesmo” e o “diferente”, que culminará no Jornal.

É importante ressaltar que, no discurso mercadológico, a passagem de boletim a jornal pode significar que a “melhora” se desse em decorrência da emergência de vendagem: à medida que o Boletim fosse se “sofisticando”, a maior vendagem poderia ser uma conseqüência ou vice-versa. Os assinantes, os anunciadores e os compradores do boletim e jornal, nessa lógica de mercado, “exigiriam” um certo gabarito para comprar ou para anunciar. No entanto, a “melhora” e a “sofisticação” não visa ao sentido da lógica de mercado e sim uma estratégia discursiva como forma de interpelação ideológica. O boletim e jornal não são para serem “consumidos” cotidianamente como mercadoria, mas como instrumento de debate, de informação, de educação política, de divulgação do ideário e da posição do movimento. Assim, a estética é uma estética política e não mercadológica.

Enunciado (67)

”



“ (JST.01/36/07/1984),

A passagem de boletim para jornal não se constitui apenas como uma mudança elementar de *suporte* ou do fato de se inscrever em um discurso técnico-burocrático, mas como o movimento se vê ou como ele se representa no jogo das formações imaginárias (“o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (Pêcheux, 1969: 83)) e marca o seu espaço material, na luta pela terra, e discursivo, Discurso de Reforma Agrária pela Ocupação, além de sua posição sujeito no processo discursivo mais amplo com os seus apoiadores e o Estado.

Relevante se faz considerar que “jornal” significa uma publicação regular com notícias sobre o cenário político nacional e internacional, informações sobre os ramos do conhecimento, entrevistas, comentários de relato cotidiano e dos acontecimentos; já o

boletim significa um breve texto, informativo, destinado a circulação interna ou externa a divulgação pública, comunicado sobre o resumo de manchetes do dia ou do período mais ou menos regular e também sobre determinado assunto, destinado à divulgação de atos de entidades de classe ou instituições privadas.

O instrumento discursivo do movimento deixa de ser boletim, aspecto mais regionalizado, restrito, passando a jornal, aspecto mais amplo. Essa passagem implica considerar também a amplitude do movimento e os discursos que nele se constituem: se antes era regional (SP, PR, RS, MS, SC), no Encontro Nacional dos Sem Terra (1984, PR) o movimento dá o primeiro passo para estabilizar-se relativamente enquanto movimento de massa (o que não quer dizer ser aceito, sem tensão ou conflito, mas impor sua existência empírica, simbólica e discursiva) na ordem do discurso do Estado. Condição essa que implica ainda procurar sedimentar também suas propostas, firmar seus objetivos, suas metas, suas posições ideológicas e a sua autodenominação de “Sem Terra”.

Se o Boletim possuiu um alcance regional até o Encontro Nacional dos Sem Terra, o Jornal cumprirá o papel de representar o movimento nacional e internacionalmente. Pode-se constatar isso no próprio discurso do movimento:

(71) “durante o encontro, os participantes decidiram que o boletim SEM TERRA deveria ser transformado num jornal, já que o movimento era reconhecido como uma organização autônoma e necessitava de um órgão de divulgação forte, amplo e que atingisse todo país. A partir daquele encontro, foi elaborado um projeto do jornal, que foi aprovado no encontro de Curitiba. Para colocar o projeto em prática, foi necessário um trabalho de contatos com pessoal e profissionais jornalistas de diversos estados, que já colaboravam com o boletim. O Jornal dos Trabalhadores Sem Terra passa a ser mensal, com uma tiragem mensal de 10 mil exemplares” (JST.02/36/06/1984),

(72) “mas o êxito do jornal depende fundamentalmente dos próprios lavradores sem terra. Eles é que deverão sugerir matérias, discutir com seus companheiros, sugerir assuntos e avaliar seu conteúdo. O jornal só será importante se efetivamente contribuir para um avanço da organização dos sem terra e para o sucesso de suas lutas. Dos lavradores também depende que o jornal atinja um maior número de leitores dos locais mais difíceis e distantes do país. O Movimento vai continuar crescendo na luta pela Reforma Agrária e o Jornal deve acompanhar este crescimento, com participação de todos” (JST.02/36/06/1984).

Assim, no fragmento do enunciado (67), “JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA”, a incorporação da expressão “DOS TRABALHADORES²⁸” representa a explicitação da filiação em redes de memória do movimento operário, pois significa colocando o agricultor no mesmo nível que o operário:

(73) “ao longo da História do Brasil, os trabalhadores rurais têm sofrido uma desumana exploração social e política. A maior prova disso é que eles conquistaram alguns direitos semelhantes aos dos trabalhadores urbanos com 25 anos de atraso, graças ao Estatuto dos Trabalhadores Rurais, criado em 1963” (JST.02/36/06/1984),

(74) “é verdade que o trabalhador rural brasileiro não tem grande tradição de luta. Salvo raras exceções, faltam organismos e movimentos sindicais fortes, para resistir aos períodos mais fortes do autoritarismo político e da exploração econômica” (JST.02/36/06/1984),

(75) “Neste contexto é que surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, mais organizado” (JST.02/36/06/1984),

É importante considerar ainda que o início da década de 80 é marcado por uma ascensão dos movimentos populares e a volta à legalidade dos partidos de esquerda que agiam na ilegalidade.

Colocar-se como “TRABALHADORES”, entre outras significações, e romper com os sentidos negativos de agricultor; é, no senso comum, colocar-se também no mesmo nível de organização político-ideológica que o operário. É importante ressaltar que o operariado, desde o advento do marxismo, foi considerado a categoria revolucionária por excelência como no discurso do *Manifesto do Partido Comunista* (Marx e Engels, 1990: 75): “apenas proletariado é uma verdadeira classe revolucionária”. Então, enunciar-se enquanto “TRABALHADOR” em um “JORNAL” próprio significa investir-se também de certos discursos no domínio dos movimentos socialistas e subvertê-los também.

Possuir um instrumento discursivo com o nome de “JORNAL DOS TRABALHADORES” significa reivindicar/instituir um espaço político-ideológico diante do Estado, dos demais movimentos populares e ainda continuar no trabalho de construção de uma identidade de agricultor sem-terra “forte”, uma condição inusitada até então.

²⁸ O termo “trabalhadores” aparecia antes nos discursos do Boletim, no entanto, ao ser evocado para constituir o cabeçalho do Jornal e compondo com o fragmento “SEM TERRA”, acaba por tomar outro o sentido de “trabalhadores” pois contribui para significar de outra forma o Jornal dos “SEM TERRA” e o próprio movimento.

Outro aspecto importante diz respeito ao sentido de “trabalhador”, que recobre uma vasta área de atividade humana ligada ao trabalho, com ou sem vínculo empregatício, na indústria, no campo ou no lar. O sentido de trabalhador filiado aos sentidos de movimentos populares de massa, enquanto categoria, postula, no entanto, um interlocutor em uma relação político-ideológica e conseqüentemente de poder.

Esse sentido de “trabalhador” no fragmento do enunciado (67) funciona como um determinante, que, se de um lado especifica e determina quem são os “SEM TERRA”, por outro lado (como visto anteriormente a respeito da expressão “sem terra”), provoca um tipo de ressignificação em “trabalhador”. Destacar os sentidos de “SEM TERRA” equivale a dizer que os “SEM TERRA” também são trabalhadores no mesmo nível da tradição operária.

O instrumento discursivo e o enunciado (67) marcam uma posição discursiva consistente para o próprio movimento e para os seus interlocutores, quer opositores, quer apoiadores. Na arena dos embates político-ideológicos, pode-se considerar que não é qualquer movimento que consegue se inscrever com “tamanho envergadura”, ou, dito de outra forma, “isso não é pouca coisa”.

2.3 Gênero do discurso

Os aspectos relacionados ao gênero do discurso que assumo neste tópico são os denominados de *secundários* (Bakhtin, 2000: 281), cuja característica é a sua *complexidade*. Eles

aparecem em circunstância de uma comunicação cultural, mais complexa (...), principalmente escrita: artística, científica, **sociopolítica** [grifo meu]. Durante o processo de sua formação, esses gêneros secundários absorvem e transmutam os gêneros primários,

aqueles que estão ligados à *esfera de atividade humana* do discurso do cotidiano, marcado pela oralidade.

O gênero, para Bakhtin, acontece em forma de enunciado concreto e histórico, e é caracterizado por sua relativa estabilidade, pelo seu estilo verbal, pelo seu conteúdo temático, pela sua construção composicional, pela sua padronização relativamente estável.

Ele nunca é puro, pois todo discurso passa necessariamente por um tipo de gênero de forma contratual e ritualística, ou seja, os gêneros “moldam” e organizam os discursos em seu acabamento e ainda contribuem na formação da expressividade desses discursos. Os gêneros, de certa forma e com maior ou com menor intensidade, sofrem coerções internas e externas, dadas as condições materiais da esfera de atividade humana em questão.

O gênero, a partir do seu contexto de enunciação, possui força e efeito materiais em contato com a realidade efetiva das condições reais de *comunicação verbal* em que ele constrói a sua legitimação espaço-temporal. Para se ter acesso a certos tipos de gêneros, faz-se necessário um bom domínio, particularmente dos padronizados com certa rigidez e estabilidade.

Nesse sentido, o “Boletim Informativo da Campanha de solidariedade aos Agricultores Sem Terra” (15/05/1981) se constituiu como uma resposta e uma necessidade para o movimento expressar seus anseios, suas condições materiais de existência, contar sua história, conseguir apoio para sua causa. O Boletim Sem Terra não postula “uma compreensão passiva (...) o que espera é uma resposta, uma concordância, uma adesão, uma objeção, uma execução”, para usar o “dizer” de Bakhtin (2000: 291).

Enquanto gênero, o boletim é um breve informativo, destinado a circulação interna e externa para divulgação pública; possui uma certa periodicidade, seu discurso/conteúdo diz respeito a determinado assunto; ele pertence a uma classe específica de trabalhadores e seu formato é de um modelo impresso, entre outros traços.

O próprio nome do Boletim no. 01, enquanto enunciado (04):

“



”(B.01/01/15/05/1981),

já contém uma *força material*, dada a esfera da atividade humana ligada à terra; um *sentido* de agricultores sem-terra que é construído na esfera de certas atividades sócias-políticas e

somente nelas; um *acabamento*, uma vez que é passível de ser respondido, condição que implica uma atitude *responsiva* para com ele; uma *expressividade*, pois ele se constitui e se caracteriza pelo “conteúdo preciso do objeto do sentido”: tema, gênero do discurso e, acima de tudo, “um locutor (autor)”, considerando que é impossível um enunciado neutro (Bakhtin, 2000: 308). Esse enunciado pressupõe outros enunciados na forma de *reação-resposta*, além de ser passível de *paráfrase*, uma vez que ele “é um elo na cadeia verbal da comunicação de uma dada esfera” (idem, 316).

É possível constatar, a partir dessas considerações, alguns gêneros que constituem o Boletim e seu formato, tomando como referência seus respectivos enunciados (no primeiro momento), tais como:

- 1) carta aberta do movimento para a comunidade: (05) “CARTA DOS COLONOS ACAMPANDOS EM RONDA ALTA” (B.01/01/15/05/1981) que ocupa praticamente a primeira página do Boletim, e também carta de apoio ao movimento: (06) “Trabalhadores da Bahia Apoiam a Luta dos Agricultores Sem Terra / Santa Maria da Vitória, 9 de maio de 1981. / Prezados Companheiros:...” (B.06/01/15/05/1981);
- 2) narrativa que conta a história e a condição histórica material do acampados em seguidas edições: (07) “HISTÓRIA DE UM POVO OPRIMIDO” (B.03/01/15/05/1981);
- 3) mensagem de solidariedade de sindicatos (bancários, rurais, urbanos etc.), movimentos populares (Comissão Pastoral da Terra), federações (sindicatos rurais, urbanos): (08) “Sindicato dos Bancários Apóia colonos Sem Terra” (B.07/01/15/05/1981), (09) “Comissão Pastoral da Terra (C.P.T.) – GOIANIA-GO” (B.07/01/15/05/1981);
- 4) lista de apoio: (10) “Solidariedade Recebida / - 168 sindicatos de trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul, reunidos no Encontro Estadual de Sindicatos, promovido pela FETAG-RS. / - Todos os bispos do Rio Grande do Sul, reunidos no dia 14 e 15 de maio no Seminário Maior de Viamão. / - Federação dos Trabalhadores Rurais do Paraná” (B.08/01/15/05/1981).

Essas quatro amostras de gêneros de discurso que constituem o Boletim número 01 são formas relativamente estáveis de gêneros, dadas as *esferas de atividades* em que se constituem. É importante considerar que os gêneros não são simplesmente formas de

discursos. Dado seu aspecto material e concreto de enunciado, “são as correias de transmissão que levam da história da sociedade à história da língua. Nenhum fenômeno novo (fonético, lexical, gramatical) pode entrar no sistema da língua sem ter sido longamente testado e sem ter passado pelo acabamento do estilo-gênero” (Bakhtin, 2000: 285).

Considerando as categorias *enunciados*, *força material*, *sentido*, *acabamento*, *expressividade*, entre outras, é possível compreender o quanto a dimensão, o alcance e a importância do Boletim enquanto gênero discursivo representaram para o movimento até se transformar em Jornal, à medida também que o movimento se sedimentava ou se estabilizava politicamente e se investia de poder.

O discurso, para Pêcheux (1969: 77), “é sempre pronunciado a partir das *condições de produção* dadas”; ele “pode ser um ato político” que se “conjugam sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui um papel de matéria-prima” (idem). Nesse sentido, os discursos que constituem os boletins e jornais do movimento são práticas discursivas que correspondem a certos *efeitos de sentido* (Pêcheux, 1997: 164) das *condições ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção* (idem, 180). Ele irrompe a partir das “redes de memória e dos trajetos sociais”, ou provocando um “furo” neles enquanto acontecimento (Pêcheux, 2002: 56-7) considerando que

todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (...) de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma forma ou de outra (...) sobre o *outro*, objeto de identificação.

Tomando os mesmos recortes – enunciados - do tópico anterior, na perspectiva de Pêcheux, os enunciados pertencem ao acontecimento discursivo que funda o MST: (4) “Sem Terra / Boletim Informativo da Campanha de solidariedade aos Agricultores Sem Terra”, (5) “Cartas dos Colonos Acampados em Ronda Alta”, (7) “História de um Povo Oprimido” são enunciações filiadas nas redes de memória que, dadas as condições sociais, históricas e políticas, se inscreveram com certos efeitos de sentido e não com outros. Essas inscrições, em forma de acontecimento, se situam “no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (Courtine, *In* Pêcheux, 2002: 17), em decorrência de o caráter do discurso

poder ser outro a partir da possibilidade de *desestruturação-reestruturação* dos discursos nos trajetos e nas redes de memória inscritas e constituídas na história.

O segundo recorte (06) “Trabalhadores da Bahia Apoiam a Luta dos Agricultores Sem Terra / Santa Maria da Vitória, 9 de maio de 1981. / Prezados Companheiros:”, (08) “Sindicato dos Bancários Apóia colonos Sem Terra”, (09) “Comissão Pastoral da Terra (C.P.T.) – GOIANIA-GO”, (10) “Solidariedade Recebida / - 168 sindicatos de trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul, reunidos no Encontro Estadual de Sindicatos, promovido pela FETAG-RS. / - Todos os bispos do Rio Grande do Sul, reunidos no dia 14 e 15 de maio no Seminário Maior de Viamão. / - Federação dos Trabalhadores Rurais do Paraná” contém enunciados que pertencem ao discurso de apoio ao movimento como forma de legitimar sua existência e condição de sua enunciação. Não se trata simplesmente de apoiar, pois um dos efeitos de sentido desse discurso é de se comprometer com os discursos e práticas do movimento. Um outro efeito de sentido é o de poder também denunciar as condições precárias em que se encontram os trabalhadores rurais sem-terra que se insurgem na ordem do discurso político.

Um outro aspecto importante a considerar está no fato de que as enunciações são de instituições reconhecidas na ordem da legalidade do Estado. O efeito desse discurso é ainda uma forma de pressionar as autoridades a produzirem uma solução que beneficie os trabalhadores em suas reivindicações e também uma forma de dar visibilidade social ao movimento, bem como um certo tipo proteção. Assim, esses discursos, entre outros, partilham, em algum sentido ou aspecto, da posição discursiva que o movimento funda nesse momento.

Na prática discursiva “revolucionária” e na Revolução Francesa, o suporte material discursivo sempre foi uma questão importante para “agitação política”, divulgação de ideários, a possibilidade de estabelecer um tipo de interlocução por oposição ou por aliança, parcial ou não, para marcar um espaço de existência política. Foi possível constatar, a partir da análise, que o Boletim se constitui em um acontecimento gerador de discursividade. Por sua inscrição no espaço político e nas demandas do próprio movimento, o Boletim é ressignificado como Jornal, já inscrito com outro sentido para o movimento: representar, nacionalmente, o discurso do movimento.

A análise do cabeçalho do Boletim até sua transformação em Jornal marcou um processo tenso para se significar, para construir certos sentidos ou expressividade às demandas do movimento. Os cabeçalhos do Boletim parafrasticamente correspondem, de um lado, à tensão do próprio movimento em se representar; de outro, à possibilidade de produzir sentidos de afronta ao seu outro, ao seu opositor. Esses dois movimentos vão encontrar uma relativa estabilidade de sentido quando se passa de Boletim para Jornal para atender a essas duas posições do movimento.

No que concerne ao gênero, ainda que em uma análise muito breve, é possível constatar que os discursos se materializam em certos gêneros de relativa estabilidade, tanto no formato material de Boletim, quanto no formato composicional do Jornal, que moldam e organizam os discursos; no entanto, à medida que os discursos vão se inscrevendo com certos sentidos e não outros, o gênero também vai sendo substituído ou se alternando, ou ainda dividindo o mesmo espaço com outros. A mudança de boletim para jornal, enquanto mudança de gênero, se constitui para atender a demandas de discursos e posição política do movimento em sua relação com outros discursos.

Outra análise breve é sobre os discursos a partir dos tipos de gêneros analisados. Se certos gêneros são tipos de suporte que organizam certos discursos, a inscrição da diversidade do complexo que constitui o discurso dos sem-terra demanda também uma diversidade de gêneros em face das relações tensas entre o sem-terra e o Estado.

Assim, os discursos se filiam a certos gêneros para materializar sua posição discursiva na sua própria constituição enquanto posição e enquanto efeito de sentido de possibilidade da estabilidade de existência empírica e discursiva dos sem-terra.

Outro aspecto importante a considerar é que o processo de constituição discursiva do Boletim ao Jornal se constituiu a partir de uma instabilidade que é um tipo de regularidade também a cada número considerado como espaço de enunciação do movimento. Esse tipo de regularidade se constitui do próprio processo de significação e ressignificação do movimento iniciado em Ronda Alta-RS com questões relacionadas direta e/ou indiretamente a terra. A tensão é o próprio da regularidade dos sentidos analisadas nos cabeçalhos que se transformava ao mesmo tempo em que marcava um processo de instabilidade com regularidade na indefinição dos sentidos a “busca” de uma ancoragem,

pode-se considerar como regularidade própria que se constitui o Boletim até se transformar em Jornal.

Foi possível constatar que a passagem de Boletim a Jornal marca uma posição de identidade que inicia um longo processo de estabilização tenso, não se trata apenas de meio ou instrumento, mas de um aspecto importante da identidade do movimento que já delineava a busca de estabilidade, no sentido que “todos” devem/deveriam saber de quem se trata e ou do que se trata quando a referência for ao movimento e ao seu instrumento. A parti do Jornal, a regularidade se constitui em não mais buscar uma definição mais ou menos estável de quem se trata, mas como se estabilizar regularmente no espaço político nacional com maior amplitude, ou seja, o Boletim marcou uma regularidade discursiva em que uma dos aspectos era se definir, já o Jornal vai constituir uma outra regularidade que é a de afirmação dessa definição, motivo pelo qual os cabeçalhos do jornal sofrem poucos alterações gráficas e de sentidos em sua composição. Do jornal em diante não se trata apenas de um grupo de agricultores ligados a terra em uma relação diversa, mas um grupo de agricultores sem-terra.

Capítulo 3

Discurso e Identidade

A identidade é social, imaginária, representada (...), tese que se opõe à suposição de que a identidade se caracteriza por alguma espécie de essência ou realidade profunda. No entanto, assumo também o fato de que a identidade é uma representação imaginária não significa necessariamente que não tenha amparo no real. Significa apenas que não é o seu espelho, sua cópia (Possenti, 2002: 156).

A questão da constituição das identidades étnicas, de grupos e ou minorias tem sido um tema recorrente. A proposta aqui é abordar como os sem-terra constituem sua identidade reivindicada não só por eles, mas por outros sujeitos históricos.

Discuto uma certa trajetória de como a questão da identidade é concebida por vários teóricos, não só da lingüística, mas também de outras áreas como estudos culturais. É importante ressaltar que a concepção de identidade adotada aqui filia-se à Análise de Discurso de linha francesa; o percurso a partir de teóricos não filiados à AD serve para compreender a complexidade do que venha a ser identidade e a sua constituição no primeiro momento. No segundo, já a partir da AD, trata-se de analisar a constituição da identidade discursiva dos sem-terra como um furo no real histórico da época.

Assim, entre várias posições a respeito da identidade, a cultural possui certa notoriedade e tem sido alvo de muitos debates e controvérsias no âmbito das ciências humanas. Para Stuart Hall (2003: 7),

o argumento é que as antigas identidades que estabilizaram o mundo social por tanto tempo estão em declínio, dando espaço a novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno enquanto sujeito unificado. Esta assim chamada “crise da identidade”.

O autor, com base nessas considerações, aborda três concepções de sujeito. A primeira ele nomeia de o “sujeito do iluminismo” (idem, 10), que se pautava na noção de indivíduo centrado e unificado em si, dotado de razão, consciência e ação. Geralmente do sexo masculino, ele era sempre o mesmo, contínuo, permanecendo idêntico a si mesmo.

“A noção de sujeito sociológico” (idem) já é uma certa ruptura com o mundo antigo. Está relacionada com o desenvolvimento do mundo moderno, para cuja compreensão o sujeito era dotado de autonomia e por isso um sujeito auto-suficiente. Esse sujeito sociológico, apesar de gozar de “independência”, não estava à parte de outras relações sociais; foi nelas que ele se desenvolveu e se formou. Na verdade, a sua formação estava na dependência das relações simbólicas, de valores, de significados, de trocas, de interação de identidades outras que se “ofereciam” em um constante e contínuo diálogo com “outros mundos ‘externos’”.

A noção de identidade do “sujeito pós-moderno” (Hall, 2003: 11) isenta o sujeito de uma identidade contínua e fixa, de forma que só permanece o “essencial”. A identidade desse sujeito tornou-se “uma ‘festa móvel’: formada e transformada continuamente em relação às maneiras pelas quais somos representados e tratados nos sistemas culturais”. Nesse aspecto, ela transcende o caráter biológico, uma vez que o sujeito não está unificado por um “*self* coerente”; ele pode assumir diversas identidades a partir de momentos específicos. Nessa perspectiva, para Stuart Hall (idem 11-12), “dentro de nós coexistem identidades contraditórias, pressionadas em direções diversas, de modo que nossas identificações estão sendo continuamente mudadas.” O autor conclui considerando que “a identidade totalmente segura, completa, unificada e coerente é uma fantasia”.

As concepções de identidade cultural, embora pareçam simples, segundo o autor, vão se tornando complexas à medida que se procura desenvolver e compreender cada um de seus aspectos.

De uma perspectiva do âmbito da linguagem, a identidade é formada a partir de práticas de linguagem. Para Lopes (2002: 30-1)

o discurso tem sido cada vez mais representado como um processo de construção social tendo em vista que: a) o significado é um construto negociado pelos participantes, isto é, não é intrínseco à linguagem (...) e b) a construção social do significado é situada em circunstâncias sócio-históricas particulares e é mediadas por práticas discursivas.

Nessa perspectiva discursiva, a identidade não é algo sempre lá, em algum lugar na/da linguagem, mas algo cuja característica é a de ser construída, reconstruída, transformada, “preservada”, adaptada, significada a cada enunciação ou conjunto de enunciações, considerando as “circunstâncias sócio-históricas”. Elas só se concretizam,

pois, na/pela relação com o outro cujas categorias, como alteridade e contexto sócio-histórico, são constituintes. Embora seja um processo sempre inacabado pelo seu caráter discursivo e histórico, há momentos em que há maior ou menor estabilidade. É importante considerar que essas relações e suas instâncias são marcadas pelas tensões e instabilidades que as constituem.

Lopes (2002, 36) argumenta que “os processos discursivos constroem certas identidades para terem voz na sociedade embora estas possam se alterar em épocas e espaços diferentes”. Ainda para o autor, “as pessoas têm identidades múltiplas na sociedade. As mesmas pessoas são inscritas em práticas discursivas diferentes por meio de identidades sociais diferentes e contraditórias”. A partir dessas considerações, Lopes (2002, 36-7) finaliza:

as identidades sociais de classe, gênero, sexualidade, raça, idade, profissão etc. são simultaneamente exercidas pelas mesmas pessoas (...) as identidades sociais não estão nos indivíduos, mas emergem na interação entre indivíduos agindo em práticas discursivas particulares nas quais estão posicionando.

Para Rajagopalan (2002: 77), já de outra perspectiva, “a identidade do indivíduo é a mais difícil de ser pensada”, uma vez que uma das marcas significativas da contemporaneidade é a forte crença na individualidade, que “é entendida, não sem razão, como a primeira garantia de sobrevivência”. Assim o “conhecimento a respeito de si, da própria existência do sujeito-pensante, requer que sua identidade permaneça imutável durante, ao menos, o processo de auto-reconhecimento” (idem). E conclui com o seguinte: “é nesse sentido que a questão da política de representação adquire suma importância, que é através da representação que novas identidades são constantemente afirmadas e reivindicadas” (Rajagopalan, 2002: 86).

Rajagopalan (2003: 71), já em outro trabalho de reflexão a respeito da *política de representação*, considera que “a única forma de definir uma identidade é em oposição a outras identidades em jogo. Ou seja, as identidades são definidas estruturalmente. Não se pode falar em identidade fora das relações estruturais que imperam em um momento dado”.

Importa considerar que a identidade surge como questão a partir do momento em que há grupos que a “reivindique[m] com empenho e fervor contínuos” (Renan, *Apud*: Rajagopalan, 2002: 86), seja para afirmar, seja para negar. Essas considerações também

dizem respeito aos movimentos culturais, políticos, de dominação, de exploração, de “resgate”, de transformação, de rupturas, de contatos diretos ou indiretos em um dado momento histórico, para uma dada conjuntura social. Esses movimentos não são nada evidentes em si: pelo contrário, eles são construtos constituídos em suas formas materiais e concretas de/nas práticas de linguagem que eles próprios reivindicam (no caso dos agricultores sem-terra), ou identidades atribuídas a eles.

É importante compreender como esses aspectos sobre a identidade são significativos para este trabalho. Stuart Hall, dos *Estudos Culturais*, concebe que há uma crise da identidade moderna. Com isso, o sujeito pós-moderno fica isento de uma identidade fixa, de forma que várias identidades que o constituem acabam pressionando-o a se identificar com esta ou aquela, dada a multiplicidade de possibilidades de identificação. Lopes argumenta que a identidade é formada pelas práticas de linguagem enquanto construções históricas: ela surge para dar voz à sociedade, pois a identidade encontra, na interação social, a possibilidade de existência. Já Rajagopalan afirma que há uma grande dificuldade para precisar a noção de identidade e que é possível defini-la em oposição a outras. Para o autor, as novas identidades surgem enquanto política de representação.

Para este trabalho, a partir da Análise do Discurso, a identidade (com maior ou menor estabilidade) se constitui (surge em forma de negação, de afirmação, de oposição, de negociação, de ressignificação, de divisão de espaço, de reivindicação) a partir das práticas de produção dos discursos, o que implica considerar necessariamente sua filiação a *espaços de discursividade* (Pêcheux, 2002: 52) na sua relação direta com a *memória discursiva* (Pêcheux, 1999: 56) pelo interdiscurso (Pêcheux, 1997: 163) e como um “furo”, no/do acontecimento, enquanto “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamento e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contras-discursos” (idem, 56). Nesse sentido, a identidade não é algo estabilizado *ad infinitum*, mas sujeito aos movimentos políticos, culturais e ideológicos que imperam em determinados períodos históricos.

Para que seja possível atribuir ou reivindicar algum tipo de identidade para sujeitos, para grupos, para movimentos populares, para partidos políticos, é preciso que haja minimamente um espaço de discursividade (conquistado, reivindicado, disputado,

cedido) e um lugar material (instável ou não) em seu aspecto espaço/temporal. Além disso, a identidade marca uma certa territorialidade nos/pelos discursos, tendo como referência ou como condição um conjunto de objetos prévios, um conjunto de valores, de crenças, de rituais, de símbolos, nos/sobre os quais ela se inscreve, se rompe e se estabelece enquanto acontecimento. Quando não, o acontecimento não é absorvido pela memória, como se nunca tivesse acontecido (Pêcheux, 1999: 50).

A identidade, ao se configurar elementarmente, abre ou reivindica um espaço de representação política e histórica, desestabilizando parcialmente as identidades com as quais ela rompe, se desloca, ou ainda ressignifica. Ela, dessa forma, se apresenta e se representa para si e para o(s) outro(s) que estiver(em) em questão. Esse jogo de representação supõe certos efeitos de sentido, além das condições materiais, históricas e discursivas, um conjunto de *formações imaginárias* (Pêcheux, 1969: 82) que designam representativamente a identidade do sujeito e a do outro, uma vez que marcar a identidade é fazê-lo em relação ao outro: somente tendo em consideração outras identidades é que surge a necessidade de marcar “a sua”, pois a identidade se constitui em relação a outras.

Nesse sentido, é possível considerar a identidade como acontecimento, uma construção histórica no bojo da luta de classe a partir de um complexo de condições materiais de existência intrincadas nas *relações de poder* (Foucault, 1979). A identidade surge não como algo que nunca tivesse acontecido, como se irrompesse de um vazio e assim viesse à existência milagrosamente, mas pode-se dizer que ela surge a partir de “fragmentos” e de “reminiscências” de outras identidades que são ressignificadas - pertencentes, em alguma instância, a um campo de co-existência. Os “fragmentos” e as “reminiscências” fazem parte das condições materiais que trazem consigo algo que se desestabilizou ou deixou de existir como tal (nunca para “morrer” ou deixar de existir, mas para se recolher ao seu lugar “reservado” na memória a partir das disputas onde há vencedores, derrotados, esquecidos, ignorados, silenciados).

O acontecimento de uma nova identidade pode fazer surgir algo “novo e diferente”, que procura se estabilizar e garantir sua existência enquanto representação e posicionamento político de um determinado grupo, de uma classe.

Pode-se dizer que essa é uma das condições particulares, entre outras, que pode facultar o surgimento de um grupo específico para se enunciar de uma forma “nova e

diferente”, ou seja, enunciar a partir de uma identidade como nunca antes fora enunciado. Convém ressaltar que esse “novo” não se dá nem à deriva, nem independentemente das *redes de memória* e dos lugares de *filiações identificadoras* (Pêcheux, 2002: 54), pois, se há alguma possibilidade de surgimento de uma “nova” identidade, é a partir dessas condições materiais de existência: históricas discursivas, políticas e ideológicas em que há uma relação de tensão, conflituosa pelos/nos sentidos. Essas condições colocam sempre em questão a possibilidade de desestabilização, de divisões de espaço das condições materiais de existência do já existente, o que implica a possibilidade de se colocar em um outro campo ou de se re-configurar, ou seja, colocar-se a partir de uma “nova” identidade, o que se desdobra em uma “nova” posição discursiva, enunciativa, ideológica.

Uma identidade “nova” exige não apenas ser reconhecida ou ritualizada como tal. Ela, antes de mais nada, se constitui em uma tensão de relações, e, assim, se impõe, se sobrepõe, negocia relações diante da(s) outra(s) por oposição, por aliança, por redimensionamento, por ressignificação, por negação, por afirmação, uma vez que, de acordo com Pêcheux (2002: 56):

não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma “infelicidade” no sentido (...) isto é, sobre o *outro*, objeto de identificação. É mesmo talvez uma das razões que fazem que exista algo como sociedades e história e não apenas uma justaposição caótica (ou uma integração supra-orgânica perfeita) de animais humanos em interação...

Outra questão importante está no fato de que uma “nova” identidade é também uma forma “nova” de se enunciar, de se constituir discursivamente, de ocupar certos espaços sociais de luta e de se ressignificar, entre outras condições.

Essas observações são significativas à medida que busco compreender a constituição da identidade do movimento dos sem-terra. A partir dessas considerações, analiso enunciados separados em dois grupos: o primeiro se refere à autodenominação, (como o movimento se denomina, se representa) e o segundo diz respeito a como os outros (movimentos sociais, sindicatos, associações, categorias) denominam o movimento.

Esses dois movimentos, de autodenominação e de denominação pelo outro, correspondem às formações imaginárias, às posições discursivas específicas, que podem ou não coincidir (total ou parcialmente). A autodenominação e a denominação, dadas as

condições materiais de existência, estão inscritas em situações tensas, quer de forma localizada, quer em âmbito nacional (considerando a dimensão do movimento). É importante ressaltar que o início dos anos 80 (dada a pressão política que vinha das décadas anteriores) foi marcado por diversas manifestações políticas que reivindicavam democracia, liberdade, direitos civis, eleições diretas, direitos das minorias e é nesse cenário político que a autodenominação e denominação se constituem discursivamente no processo de construção e formação da identidade do movimento.

3.1 Autodenominação: construção de identidade de si

(04) “**SEM TERRA** / BOLETIM INFORMATIVO DA CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE AOS AGRICULTORES SEM TERRA” (B.01/01/15/05/1981).

É significativo que, no primeiro ato de enunciação, o movimento se autodenomina “Sem Terra”. Essa autodenominação, somente a princípio, não corresponde a uma identidade supostamente estável e pré-existente a um grupo ou a uma categoria em especial naquele momento, no entanto o sentido da *expressão* (Pêcheux, 1997: 160) “sem terra”, pelo seu *efeito de sentido* (Pêcheux, 1969: 82; 1997: 164), irrompeu como forma de representar a diversidade de outras identidades reivindicadas e presentes no movimento, como no enunciado (11):

”Nós somos mais de 500 famílias de agricultores que vivíamos nesta região (Alto Uruguai), como pequenos arrendatários, posseiros da área indígena, peões, diaristas, meeiros, agregados, parceiros, etc... Desse jeito já não conseguíamos mais viver, pois trás muita insegurança e muitas vezes não se tem o que comer. Na cidade não queremos ir, porque não sabemos trabalhar lá. Nos criamos no trabalho da lavoura e é isto que sabemos fazer” (B.01/01/15/05/1981).

Ao se denominar de “sem terra”, a enunciação reivindica não só os sujeitos como também um lugar próprio que lhes garanta a existência e seu(s) sentido(s). Não há uma hierarquia entre enunciação, sujeitos, condições de produção, discursos, isto é, primeiro ocorre uma enunciação à espera ou à busca de sujeito ou vice-versa. Dizer que o acontecimento acontece é um tanto estranho e até redundante, mas o fato é que a

materialização de uma enunciação é constituída de todos esses elementos sem hierarquia, ou seja, ela se constitui de um complexo.

Assim, o Acampamento na Encruzilhada Natalino foi a base material enunciativa, histórica e discursiva do movimento. Esse espaço se institui com/nos sentidos dos sujeitos ali reunidos. São colonos, posseiros, meeiros, parceiros, peões, diaristas, arrendatários, agregados, desprovidos daquilo que os identifica (lavradores) e os distingue (desprovidos da matéria prima para trabalhar e para a existência profissional, a terra). O acampamento de trabalhadores da terra sem terra por si só já impõe certos sentidos ao espaço. De forma geral, a palavra “acampamento” se refere aos grupos de pessoas que se instalam em algum lugar, em barracas, com objetivos de lazer, e também a grupos de militares, paramilitares que se instalam em operação de guerra ou de treinamento.

O acampamento, no entanto, é de trabalhadores da terra vivendo em situações precárias para reivindicar terra para poder trabalhar e sustentar suas famílias; nesse sentido, inscrito na ordem do discurso do Estado, conforme a Constituição Federal. Na condição material de trabalhadores desprovidos de sua “matéria prima”, sobre eles recai um peso semântico histórico de desprovidimento de algo necessário como condição de sobrevivência. Esse peso semântico que o acampamento instituiu é o sentido e a formulação dos “sem”.

Importa considerar que o sentido da expressão “sem”, relacionado ao elemento que o precede, por subordinação, indica: ausência, privação, falta, concessão ou ainda ausência de condição necessária. Esses sentidos, relacionados à significação histórica da expressão “terra” (se for possível considerar desde os tempos bíblicos), possuem o efeito de sentido, entre outros, de terra prometida, de paraíso, de mãe provedora daqueles que nela trabalham, de relação de poder e ainda um sentido de relação “sentimental” para com ela. A expressão “sem” imprime, de forma geral, um efeito de sentido incisivo e pontual com as expressões com as quais “sem” combina. A sua “combinação”, a sua relação ou a sua composição com a expressão “terra” (“Sem Terra”) possui um sentido “forte”, cujo efeito é abranger, com uma única expressão, a diversidade de identidade que comporta o movimento no momento inicial de sua enunciação e abre um campo de existência e de co-existência de uma formação imaginária.

A expressão “Sem Terra”, enquanto unidade discursiva, é tão relevante que configura não somente a identidade na formação imaginária, mas também o instrumento de materialização discursiva do movimento.

- (05) “CARTA DOS COLONOS ACAMPADOS EM RONDA ALTA” (B.01/01/15/05/1981),
- (11) ““Nós somos mais de 500 famílias de agricultores que vivíamos nesta região (Alto Uruguai), como pequenos arrendatários, posseiros da área indígena, peões, diaristas, meeiros, agregados, parceiros, etc..”” (B.01/01/15/05/1981),
- (12) “O Boletim circulará periodicamente, na intenção de manter “aceso o fogo que clareira” as reivindicações dos trabalhadores rurais” (B.03/01/15/05/1981),
- (13) “servirá também que os agricultores renovem o seu apelo à sustentação desta luta” (B.03/01/15/05/1981),
- (14) “há quase dois meses, mais de quinhentas famílias de agricultores sem terra, totalizando cerca de 3.000 pessoas” (B.03/01/15/05/19/81),
- (15) “V. Organização - Nesta caminhada de sofrimento e de lutas, estão surgindo novas lideranças entre os agricultores” (B.04/01/15/05/1981),
- (16) “os agricultores estão, ainda, emprenhados em conseguir através dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Ronda Alta e Passo Fundo, um espaço nas emissoras de rádio para divulgar informações e leituras de manifestações de solidariedade que vêm recebendo” (B.04/01/15/05/1981),
- (17) “por ocasião de uma procissão realizada pelos agricultores, foram identificados dois agentes da Polícia Secreta (DOPS)” (B.04/01/15/05/1981),
- (18) “VII. O que querem os Colonos?” (B.05/01/15/05/1981),
- (19) “TRABALHADORES E POVO DE FORMA GERAL APOIAM A LUTA DOS COLONOS” (B.06/01/15/05/1981).

No enunciado (11) ainda não há uma regularidade do que venha a ser um sem-terra ou um grupo de agricultores sem-terra, pois eles ainda não são sem-terra, eles “viviam” “como pequenos arrendatários, posseiros da área indígena, peões, diaristas, meeiros, agregados, parceiros, etc..” condições que se constituem em uma identidade já estabilizada e histórica, mas que irá, a partir da posição enunciativa de (11) desestabilizar-se pelo efeito de sentido da própria enunciação marcado no fragmento “vivíamos” pelo efeito de sentido do pretérito imperfeito do modo indicativo. “Vivíamos”, tempo inacabado, inconcluso, porém interrogativo (deixar de ser) o que pode implicar, que a partir de agora, será diferente em relação à própria identidade que não mais será a de “pequenos

arrendatários, posseiros da área indígena, peões, diaristas, meeiros, agregados, parceiros, etc..”.

O efeito de sentido diz respeito a uma posição que se desestabiliza para reivindicar uma outra, pois não há posição vazia de sentido ou de identidade. Enunciar que “somos” e “vivíamos” implica significar que não serão mais, apenas parcialmente, sujeitos ligados à terra nas categorias identitárias citadas. Há um deslocamento parcial de posição sujeito, parcial porque não deixa de se constituir sua relação com a terra, parcial porque, nessa posição de “vivíamos”, as condições políticas e históricas exigem uma outra relação com a terra, uma relação de luta porque dela foram e/ou estão sendo excluídos. O enunciado (11) demanda um sentido de marco divisório do que fora uma identidade e para o que possivelmente será.

“Sem terra” ainda não se constitui em uma unidade, pode-se considerar que está “à busca” de uma regularidade, um efeito de “coesão”, uma referência estabilizada como identidade que possa recobrir um determinado grupo ou categoria, em que seja possível identificar: esses são os “sem-terra”, mas é possível conceber como uma “proposta” política de identidade em construção. Esse fato pode ser constatado num recorte que se limita ao primeiro Boletim, como “marca/elemento” discursiva da diversidade de identidades: (05) “colonos acampados”, (11) “famílias de agricultores, pequenos arrendatários, posseiros de área indígena, peões, diaristas, meeiros, agregados, parceiros”, (12) “trabalhadores rurais”, (13) “os agricultores”, (14) “famílias de agricultores sem terra”, (15) “os agricultores”, (16) “os agricultores”, (17) “pelos agricultores”, (18) “os colonos”, e (19) “dos colonos”.

Essas referências identitárias no interior do discurso do movimento indicam um tipo relação de poder (entre trabalhadores e proprietários) de quem detém o direito histórico sobre a terra e nela trabalha, ou seja, há os proprietários de terra e há os trabalhadores da terra em diversas categorias. Com o passar do tempo, proprietários e trabalhadores da terra se estabilizam historicamente em identidades específicas. O que não quer dizer sem conflito ou que ele deixe de existir. O acampamento vem desestabilizar a identidade desse agricultor desprovido de terra, em oposição ao grande proprietário.

Dessa forma, o sentido de “agricultor” é, genericamente, o daquele que na terra trabalha ou que a lavra. No entanto, para designar o proprietário de grandes proporções de áreas, a história no Brasil tem os nomes “coronel”, “capitão” (mesmo sem patentes ou com

patentes compradas), “doutor” (mesmo sem ter título), latifundiário, “fazendeiro”, e mais recentemente, a denominação “investidor ou aplicador”. Esses sentidos estão relacionados aos donos de terra e se referem ao tipo de prestígio daqueles que possuem médias e grandes propriedades. Assim, o termo “agricultor” estabelece, de forma geral, um tipo de identidade entre a terra e o homem que nela trabalha ou aquele que a possui em geral.

Se “agricultor” representa uma identidade ampla, há, no entanto, outras categorias decorrentes do trabalho na terra com identidades específicas, mas não divergentes por oposição, “empregados”, “proprietários”, mesmo que haja uma hierarquia de sentidos. Nesse aspecto, para a construção dos sentidos e das identidades de “agricultor”, é importante considerar que o sul do país foi colonizado, em grande medida, por italianos, alemães, croatas, romenos, armênios, entre outros.

Assim, o movimento, ao se enunciar, em (11), como “colonos”, e também em (18) e (19), como aqueles que migram para povoar e/ou explorar uma terra estranha, ou aqueles que trabalham em terra de outrem por um salário, como: “arrendatários” não necessariamente sem-terra (aqueles que tomam alguma coisa em arrendamento, reideiro); “posseiro de terras indígenas” (aquele se apropria de terras indígenas, também aquele que ocupa terra devoluta ou abandonada e passa a cultivá-la); “peões” (empregados braçais de fazenda, homens rudes); “diaristas” (trabalhadores do campo que não têm salário fixo, ganhando apenas os dias trabalhados); “meeiro” (trabalhador que planta “a meia” com o dono do terreno, a quem tem de dar parte do rendimento da plantação); “agregado” (trabalhador de fazenda que mora nas terras do proprietário sob determinadas condições, entre elas cultivar a terra e dar alguns dias de trabalho ao dono como remuneração, ou ainda aquele que, morando em fazenda ou sítio, presta serviços avulsos sem ser propriamente um empregado); “parceiros” (parceria rural, pessoas que criam os animais deles; parceiro tratador, na parceria rural, o dono dos animais entregues para a criação e o trato), está ritualizando a diversidade de identidades que constituem os trabalhadores do campo naquele momento histórico, cada uma com suas especificidades, seus sentidos e sua historicidade.

Em (12), “agricultor rural”, em (13), (15) e (17) “os agricultores”, a marca de identidade diz respeito, a princípio, àquele que trabalha na terra. Essa marca é generalizada porque pode ser qualquer um, pequeno, médio ou grande proprietário, e até mesmo

empregado. Essas denominações de reivindicações identitárias não fazem sentido enquanto “sem terra”, seja em decorrência do seu enunciador, e seja considerando as condições materiais de existência em que se enunciam e reivindicam uma identidade ao se pronunciarem e para se enunciarem. Já em (14), “os agricultores sem terra”, os sentidos referem-se àqueles acampados em Ronda Alta, na Encruzilhada Natalino, uma vez que já estão investidos na construção de uma identidade, ainda que instável em relação aos sentidos, que os distingue dos demais. Não é necessário recorrer às condições materiais de enunciação para saber que tipo de agricultor é ou está reivindicando esse espaço de enunciação.

Se, de um lado, há uma ritualização de identidades já estabilizadas no decurso da história dos agricultores, de um outro, a situação política e ideológica em que surge o movimento de luta pela terra coloca em um mesmo espaço questões que recobrem todos os grupos identitários do movimento, o grupo dos “sem”. Não é um “ajuntamento voluntário”, um acampamento de lazer; é, antes de mais nada, uma pressão social e político-histórica (sentido restrito) a que estão submetidos os agricultores e demais operários/trabalhadores, fato que é possível de ser constatado no próprio discurso do movimento:

(73) “ao longo da História do Brasil, os trabalhadores rurais têm sofrido uma desumana exploração social e política. A maior prova disso é que eles conquistaram alguns direitos semelhantes aos dos trabalhadores urbanos com 25 anos de atraso, graças ao Estatuto dos Trabalhadores Rurais, criado em 1963” (JST.02/36/06/1984).

Em contrapartida a essa pressão, há um movimento de resistência que não está à deriva na história, ao se organizar e ao investir-se de certas posições políticas e discursivas de resistência e somente nela que foi possível o acontecimento da identidade de “sem-terra”, que, de uma forma ou de outra, foi capaz de representar todas as identidades. Cumpre ressaltar que essa representação não se deu de uma hora para outra ou de uma enunciação para outra. Essa representação se constituiu em uma atividade tensa de paráfrase, do “mesmo”, de polissemia, do “diferente”.

Há uma tensão e uma instabilidade nessa nova denominação identitária que recobre ou que procura recobrir o movimento, naquele momento, e tende a se estabilizar, o que não significa que venha a suplantá-lo, fato que é possível constatar essa tensão

e instabilidade quando o movimento se autodenomina “sem terra”, como se representará nos seguintes enunciados, a partir do Boletim número dois:

(28) “No mesmo dia, os “Sem Terra” receberam a visita de toda a Diretoria dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo” (B.02/02/28/05/1981),

(45) “(CNBB Atendeu Pedido dos Sem Terra)” (B.02/19/02/04/1982),

(48) “Sem Terra do país têm encontro em Goiás para discutir problemas” (B.01/23/06/19082),

(50) “A decisão dos colonos de indicar o “Sem Terra” com seu órgão informativo dá um novo impulso ao boletim, mas os recursos materiais disponíveis e as condições continuam precários” (B.01/25/07/1982).

De acordo com Authier-Revuz (1998), o uso das aspas possui um efeito de surpresa ou de marcar uma posição não assumida; pelo seu efeito, coloca o sujeito à distância do discurso, ou “sinaliza” para o seu interlocutor algo a respeito do sentido ou sentidos das palavras aspeadas. É uma forma de “cercar” em alguns aspectos o sentido no discurso, pois é uma forma de se colocar à distância e não se comprometer; no entanto, dadas as condições de enunciação, as aspas em “”Sem Terra””, (28) e (50), representam uma forma tensa de se enunciar, de marcar a identidade, uma vez que a forma aspeada concorre com outras formas sem aspas, “Sem Terra”, (45), (48), (50), e outras denominações, o que pode indicar um assumir-se. Entre a forma aspeada e a forma sem aspas ocorre uma tensão de identidade, entre outras, com será visto. É importante perceber que, além da presença ou ausência de aspas, a expressão é concebida como substantivo próprio, cujo sentido expressa existência própria, reconhecida, algo que pode ser identificado.

A par da tensão entre aspas e sem aspas, a expressão significa o movimento, especifica-o como único, o que implica também impor um reconhecimento pelo outro na arena política. Ainda é possível considerar que, com aspas, é a voz do outro; sem aspas, é a voz do próprio movimento, é um assumir o nome como seu.

(29) “Ultimamente, os sem terra dedicam-se a mais recente atividade: fazer levantamento das terras que estariam à venda na região” (B.02/02/28/05/1981),

(38) “PROTESTO DOS SEM TERRA” (BE²⁹.04/18/08/1981),

(39) “EXIGÊNCIA DOS SEM TERRA” (BE.04/18/08/1981),

²⁹BE = Boletim Especial. Este Boletim não terá número, somente data.

- (42) “Espetáculo de solidariedade rendeu 81 mil cruzeiros para a luta dos sem terra” (B.01/14/05/11/1981),
 (44) “Quatro Bispos e centenas de religiosos também levaram seu apoio aos sem terra” (B.01/19/02/04/1982),
 (52) “A troca de experiência entre os sem terra deve se repetir em Goiânia” (B.01/27/09/1982).

A expressão “sem terra”, (29), (38), (39), (42), (44), (52), sem aspas e como substantivo comum, diminui o efeito de sentido, menos “fixo”, menos “usual” - se comparada com o tópico anterior -: diz respeito a qualquer agricultor desprovido de terra e não necessariamente o pertencente ao movimento. No entanto, não ocorre um efeito de sentido de indeterminação de forma generalizada de quem seja “sem terra” pertencente ao movimento, pois a expressão vem antecedida de determinativos, (os, dos, aos), o que pressupõe que se saiba de quem se está “falando” ou enunciando, como também sua posição social, empírica, e sua posição discursiva e ideológica.

- (32) “OS SEM-TERRA VOLTAM A ESCLARECER A OPINIÃO PÚBLICA” (B.01/04/11/06/1981),
 (34) “APOIO DE TODO O PAÍS À LUTA DOS SEM-TERRA”, (B.08/06/29/06/1981),
 (47) “Uma das maiores preocupações dos sem-terra tem sido a de desfazer a imagem que o seu problema está resolvido” (B.01/22/05/1982),
 (49) “o Encontro Nacional dos Sem-Terra já está marcado” (B.03/23/04/06/1982),
 (57) “REFORMA AGRÁRIA: O GRITO DOS SEM-TERRA” (B.36;03/1984).

Uma outra forma de ritualização tensa como forma de marcar uma identidade é o uso do hífen (32), (34), (47), (57) que configura o processo de composição. Pode-se considerar que a forma hifenizada não possui um sentido incisivo, como visto anteriormente, pois a forma com hífen constitui um uso significativo nas palavras da língua portuguesa. Essa forma diminui, em certos aspectos, a significação cujo sentido pode parecer o de mais uma palavra, já sempre lá ou um pré-construído (Pêcheux, 1997: 163), formada pelo processo de hifenização. O uso do hífen absorve o caráter de acontecimento do sentido de agricultor sem-terra. No entanto, essa forma se apresenta como um trabalho de “elaboração”, de estabilização, com possíveis sentidos de aceitação, condição que diminui o caráter “expressivo” do movimento.

Já em (49), a forma com hífen, “Sem-Terra” se constitui de uma novidade, como substantivo próprio, imprime um sentido diferenciado: apresenta-se como um trabalho de “elaboração” e estabilização, sem se deixar absorver pela memória discursiva, pois as

formas estáveis já passaram por um certo tipo de “higiene pedagógica” (Pêcheux, 2002: 51), de modo que o seu sentido de acontecimento pode ficar em suspenso, o que não quer dizer ficar sem sentido.

- (31) “Os agricultores sem terra acampados em Encruzilhada Natalino, Ronda Alta”, (B.06/02/28/05/1981),
 (33) “Duas freiras da congregação Jesus Crucificado, estão acampadas há 15 dias com os colonos sem-terra” (B.02/04/11/06/1981),
 (35) “Movimento dos sem terra relacionou 763 mil hectares de latifúndio” (B.01/10/07/08/1981),
 (46) “O Governos do Estado, através da Casa Militar, ofereceu aos Líderes do Acampamento dos sem terra todo apoio para a remoção da Encruzilhada Natalino” (B.01/20/26/04/1982),
 (56) “Assembléias municipais fortalecem Movimento dos Sem Terra / CRESCE ORGANIZAÇÃO NA BASE” (B.03/36/07/1984),
 (53) “Os trabalhadores rurais sem terra dividiram-se em três grupos ou categorias para avaliar a lutas: posseiros; bóias-frias; arrendatários, meeiros e parceiros” (BE.01/08/11/1982),
 (54) “Movimento dos Sem Terra lança cartaz e denuncia situação dos camponeses” (B.01/32/09/07/1983),
 (55) “Vem aí o jornal Sem Terra” (B.02/35/04/1984).

Ainda há uma outra combinação tensa que procura marcar um tipo de identidade. A expressão “sem terra”, ao se combinar com outras expressões, como (31) “agricultores”, (33) “colonos”, (35), (54) e (56) “movimento”, (46) “acampamento”, (53) “trabalhadores rurais”, (55) “jornal”, imprime um efeito de sentido que significa, reforçando a identidade, dando um caráter estável ao movimento e atribuindo-lhe um sentido de substância, de especificidade, além, ainda, de conceder uma certa estabilidade à expressão “sem terra” (com ou sem hífen, substantivo próprio ou comum, com ou sem aspas). “Agricultores”, “colonos”, “movimento”, “trabalhadores rurais”, “acampamento”, “jornal” são expressões que procuram legitimar e estabilizar a identidade dos “sem terra”, ao mesmo tempo em que elas também marcam posições específicas de subgrupos ou origem identitária. Essas expressões, além de legitimarem, ainda concorrem umas com as outras, o que não quer dizer que elas sejam excludentes, pois as expressões que combinam com “sem terra” são formas já estabilizadas nas formações imaginárias.

- (30) “TRABALHADORES RURAIS DEBATEM ESTATUTO DA TERRA”, (B.06/02/29/05/1981),
 (36) “Colonos reafirmam disposição de ficar no Estado. E não aceitam intervenção no acampamento” (B.01/10/07/08/1981),

(40) “Quem são os acampados? Não importa o lugar de onde vieram: os calos de suas mãos, a pele queimada, o seu jeito de falar, os assuntos preferidos, os denunciam: são todos colonos” (B.10/01/15/05/1981),

(41) “Projetos de colonização instrumento para explorar ainda mais o trabalhador do campo” (B.01/12/05/10/1981),

(43) “Agricultores denunciam violência e infiltração policial no acampamento de Encruzilhada Natalino” (B.01/18/09/02/1982),

(51) “Algumas notícias estão ultrapassadas, mas de qualquer forma possuem importância para o movimento camponês” (B.01/25/07/1982),

(58) “Quem são os acampados? Não importa o lugar de onde vieram, os calos de suas mãos, a pele queimada, o seu jeito de falar e seus assuntos preferidos denunciam: são todos colonos (B.02/04/11/07/1981).

Se a expressão “sem terra” se constitui em uma “marca” discursiva de identidade do movimento, se ela ritualiza discursivamente de forma tensa, se ela ainda concorre, tanto com a sua forma quanto com outras combinações discursivas (lingüísticas), na produção do sentido, como foi visto, a expressão “sem terra” concorre com outras “marcas/elementos” de identidades, dadas a diversidade e a tensão do movimento. Essas outras marcas concorrem, no entanto, entre si e ainda com a expressão “sem terra”, não necessariamente em uma relação de exclusão, mas em relação de sentido.

As expressões: (30) “trabalhadores rurais”, (36) “colonos”, (40) “acampados”, (41) “trabalhador do campo”, (43) “agricultores”, (51) “movimento camponês”, e (58) “colonos”, comportam “substituições, paráfrases, sinonímias” (Pêcheux, 1997: 161) no *processo discursivo* de sua materialização, pois elas não estão à deriva e nem fora das “redes de memória e filiações históricas” (Pêcheux, 2002: 54). Pelo contrário, se elas significam e comportam essas relações é porque são elas que se constituem contraditoriamente nas condições materiais de produção no acontecimento discursivo.

Essas formas de marcar a identidade também dizem respeito à posição tensa que o sujeito ocupa no bojo das condições materiais e discursivas da enunciação, ou seja, enunciar enquanto “trabalhadores rurais” ou “acampados”, ou ainda como “colonos” provoca deslocamento de sentido, podendo significar alhures. Essas modalidades enunciativas materializadas no Boletim ou em qualquer outro material discursivo do movimento constroem certos *limites com sentidos* (Orlandi, 1999: 59), à medida que, na ritualização, os limites já contêm/trazem consigo a reivindicação e a “marca/elemento” de uma identidade em construção que possa abranger as demais.

3.2 Denominação: movimento de identidade do outro

- (20) “A CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE NO ESTADO E PAÍS / Trabalhadores da Bahia Apóiam a Luta dos Agricultores Sem Terra” (B.06/01/15/05/1981),
- (21) “estão sendo vítimas de falta de reforma agrária ampla e imediata para os trabalhadores rurais acampados” (B.06/01/15/05/1981),
- (22) “somos solidários a todos os colonos que nesta hora suplicam por um pedacinho de terra para morar e para cultivar” (B.07/01/15/05/1981),
- (23) “marginalizados e esquecidos, encurralados pelo sistema e torturados pela fome, os trabalhadores sem terra” (B.07/01/15/05/1981),
- (24) “reforma agrária para atender as necessidades de 100 mil famílias gaúchas e as milhares de famílias brasileiras sem terra” (B.08/01/15/05/1981),
- (25) “A Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná manifestou sua solidariedade aos colonos sem terra de Ronda Alta” (B.01/02/28/05/1981),
- (26) “Os metalúrgicos, da cidade de Santos e São Paulo, também manifestaram sua solidariedade aos colonos sem terra” (B.01/02/28/05/1981),
- (27) “O Sindicato dos Metalúrgicos do Espírito Santo se solidariza e apóia a justa luta dos camponeses sem terra” (B.01/02/28/05/81),
- (37) “Viva os trabalhadores rurais, os operários da cidade, a igreja dos pobres, o Movimento dos Sem Terra” (BE.01/18/08/81b).

A construção de identidade não está relacionada apenas ao processo de autodenominação (não basta apenas o grupo se autodenominar ou reivindicar para si esta ou aquela identidade), mas também ao modo como a construção dessa identidade acontece em forma de reconhecimento (negação, afirmação, indiferença, opressão, oposição), seja para legitimar a identidade reivindicada, seja para negar essa reivindicação ou colocá-la ainda em uma outra instância. Não é somente o movimento que constrói ou postula a própria identidade; o outro contribui significativamente e também pode postulá-la de diversas formas, o que não precisa coincidir necessariamente com a identidade que o grupo postula. A postulação é um movimento tenso, constituído discursivamente, considerando as formações imaginárias dos sujeitos nas condições de produção dos discursos.

Se no processo de construção de identidade o grupo marca a sua posição sujeito e suas filiações históricas em relação ao discurso, ele marca também o lugar enquanto

posição espacial e material de irrupção do discurso e do sujeito. Aquele que denomina também não o faz de forma indiferente ou aleatória, fora das redes de identificação, ou seja, também está inscrito em uma instância discursiva, espaço material de onde lhe seja possível enunciar em reconhecimento e/ou apoio. Denominar o outro na mesma instância reivindicatória dele é, primeiro, um reconhecimento da existência desse outro como tal, e, segundo, a atribuição de sentidos e significados a esse outro, de forma que lhe possa garantir um lugar material espaço/temporal e condições de ritualização discursiva, ou seja, a existência enquanto tal.

Nesse sentido, enquanto Aparelhos Ideológicos do Estado, os sindicatos, as federações de sindicatos, a igreja, juntamente com os movimentos populares e as manifestações de solidariedade, ao denominarem o movimento como (20) “Agricultores Sem Terra”, (21) “trabalhadores rurais acampados”, (22) “colonos”, (23) “trabalhadores sem terra”, (24) “famílias brasileiras sem terra”, (25) “colonos sem terra de Ronda Alta”, (26), “colonos sem terra”, (27) “camponeses sem terra”, e (37) “Movimentos dos Sem Terra”, estão reconhecendo e legitimando a identidade reivindicada (trabalhadores agricultores sem terra) na instância do discurso do próprio movimento no jogo das formações imaginárias.

É importante considerar que aquele que denomina já ocupa um lugar legitimado, uma identidade específica, uma história, uma posição espaço material e uma posição discursiva nos Aparelhos Ideológicos do Estado, o que implica um tipo de poder (Foucault, 1979). Assim, essa denominação ou nomeação implica um *efeito de poder* (idem), que, além de reconhecer e legitimar a identidade, está também, em alguma instância, “resguardando” o movimento diante dos Aparelhos Repressivos do Estado (Althusser, 1985: 67). É a opinião pública que, de forma geral, se enuncia no discurso do *cotidiano* (Michel de Certeau, 2002) que pode contribuir para a legitimação (ou não).

Em (20) “agricultores”, (23) “trabalhadores” e (27) “camponeses”, os rótulos são unidades de uma memória discursiva que os identifica de forma geral como trabalhadores do campo; no entanto, quando essas unidades compõem-se com a unidade “sem terra”, o efeito que produzem é de inscrever “o acontecimento no espaço da memória”, de modo que escapa, tanto à absorção pela memória, como se nunca tivesse ocorrido, quanto à não inscrição, para se inscrever (Pêcheux, 1999: 50), pois esse acontecimento, pelo seu efeito,

“perturba a memória” (idem, 52), já estabilizada a respeito da identidade que tem ou que se teve do agricultor e o lugar que ele ocupa ou deve ocupar no discurso político, ou seja: tanto na ordem política dos movimentos populares de massa, quanto na ordem política do Estado.

Os AIE – *Aparelhos Ideológicos do Estado* - e os movimentos populares, ao apoiarem o movimento, estão, se filiando comprometidamente com a existência identitária, discursiva e material do movimento, cujo efeito de sentido, entre outros, é o de afirmar que reconhecem o movimento como ele se autodenomina. Dessa forma, estão também contribuindo para a estabilização de um espaço de solidificação identitária.

As denominações de (20) “agricultores sem terra”, (23) “trabalhadores sem terra”, (27) “camponeses sem terra” e (37) “Movimento dos Sem Terra” também se constituem em relação tensa, ainda que essas unidades discursivas já expressem (ou apontem) para um sentido de estabilidade, se se considerar uma certa hierarquia: (23) “trabalhadores”, (20) “agricultores”, (27) “camponeses” e (37) “movimentos”, em que se reconhecem não apenas enquanto categoria, mas uma categoria específica, a de “sem terra”, enquanto “movimento” popular de massa. As denominações, além de qualificarem como movimento de “sem terra”, podem produzir, como em (37), o efeito de grafia em maiúscula, que marca uma particularidade discursiva, a de nome/substantivo próprio. Essa condição o individualiza, o caracteriza, o especifica e o identifica aos demais movimentos, atribuindo-lhe uma identidade e uma existência própria.

O movimento, ao ser especificado e denominado de “sem terra”, se constitui, como foi visto, em um sentido que postula a identidade de “sem terra”; no entanto, ao postular um substantivo próprio pelo outro, o efeito se configura em não apenas reconhecer a existência própria, mas sobretudo em atestar e validar essa existência como um reconhecimento com efeito “jurídico” nos Aparelhos Ideológicos do Estado.

Esses discursos indicam uma posição-sujeito e uma filiação ideológica de quem denomina, marcando o seu lugar e o lugar do movimento, pois, em (20), “Trabalhadores da Bahia”, (25) “Federação de Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná”, (26) “Os Metalúrgicos, da cidade de Santos e São Paulo”, e (27) “O Sindicato dos Metalúrgicos do Espírito Santo”, surgem instituições reconhecidas e autorizadas pelo Estado e filiadas em rede de memória de interesses de classe, que possuem uma identidade própria na própria

ordem política do Estado. Isso é significativo, uma vez que a nomeação e a denominação vindas desses discursos históricos não apenas legitimam e “atestam” a identidade do movimento, mas contribuem para abrir e reafirmar um espaço material e uma posição sujeito de onde o movimento possa enunciar com certos sentidos.

A nomeação pelo outro exerce uma força conflitiva de diversas identidades já estabilizadas e, ao mesmo tempo, provoca uma força para unificar, não como um monólito ou um bloco as identidades que constituem o movimento, mas, evocando Hall (2003: 18), “a identidade se modifica de acordo com o modo como o sujeito é tratado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganha ou perdida. Ela tornou-se politizada”.

A questão da identidade, seja reivindicada ou seja atribuída, indica que a identidade do movimento acontece como forma de uma ruptura de sentido do que até então se identificava como agricultor, quer na ordem do discurso institucional, quer na ordem do discurso do senso comum, mesmo se se considerarem as redes de filiação histórica que o próprio movimento reivindica: sua origem, como no enunciado (93). Aliás, ele a reivindica para negá-la enquanto superação, marcando, assim, sua identidade e “exigindo” relevância para si:

Os anos que antecederam a 1964 foram marcados por fortes manifestações camponesas. No Nordeste, as Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião contestavam a estrutura fundiária brasileira. No Sul, com o apoio do então governador gaúcho Leonel Brizola, os lavradores formaram o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) (JST.40/02/11/1984).

De outro lado, aponta o momento de ruptura enquanto discurso de superação não meramente de práticas, mas sobretudo de uma identidade reivindicada de “sem terra”. Essa identidade que o diferencia é uma forma de negação parcial da identidade dos movimentos anteriores na luta pela terra, uma vez que o movimento não se constitui em continuidade:

(73) “ao longo da História do Brasil, os trabalhadores rurais têm sofrido uma desumana exploração social e política. A maior prova disso é que eles conquistaram alguns direitos semelhantes aos dos trabalhadores urbanos com 25 anos de abrase, graças ao Estatuto dos Trabalhadores Rurais, criado em 1963” (JST.02/36/06/1984),

(74) “é verdade que o trabalhador rural brasileiro não tem grande tradição de luta. Salvo raras exceções, faltam organismos e movimentos sindicais fortes, para resistir aos períodos mais fortes do autoritarismo político e da exploração econômica” (JST.02/36/06/1984),

(75) “Neste contexto é que surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, mais organizado” (JST.02/36/06/1984).

Se a autodenominação marca uma posição discursiva em um espaço/temporal, ao mesmo tempo em que reivindica uma identidade, já a denominação pelo outro, não na mesma instância necessariamente, tem por efeito de sentido reconhecer, legitimar, a partir das redes de filiação de memória em que estão inscritos na luta de classe, trabalhadores com identidades específicas, quanto ao lugar, mas identidades comuns, quanto à posição social.

Capítulo 4

Alguns Aspectos das Condições de um Acontecimento Discursivo

Os homens fazem sua história, mas não fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de suas escolhas e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar-se nessa linguagem emprestada (K. Marx, 1997: 21).

Este capítulo é dedicado à análise de alguns aspectos das condições do acontecimento discursivo que surge o Discurso de Reforma Agrária pela Ocupação, o discurso que mais caracteriza o MST. Para proceder à análise, tomei como referência o Boletim desde o no. 01 até o Jornal de no. 234 (10/2003).

Algumas das questões que me guiam neste capítulo são saber em que instância o Discurso de Reforma Agrária pela Ocupação pode ser concebido como um acontecimento discursivo, uma ruptura com outros discursos, ou apenas um outro discurso ressignificado; quais condições históricas propiciaram a sua irrupção, quais temas, objetos, sujeitos, crenças, valores, sentidos, poder, controle e sistemas se constituíram para a existência ou para a não-existência do movimento e sua inscrição na ordem do discurso político.

Muito embora venha afirmando ao longo desta tese que o MST é um acontecimento e o discurso de Reforma Agrária pela Ocupação é um discurso novo, uma das questões é poder analisar alguns aspectos do complexo de surgimento desse acontecimento. O que havia naquela conjuntura histórica de onde o movimento se institui? Como o movimento se institui de tal forma que se constituiu de agricultores reivindicando terra para agricultores sem-terra? Como visto em capítulos anteriores

Nesse sentido, busco alguns elementos que podem contribuir para responder à hipótese acerca da possibilidade de o Discurso de Reforma Agrária pela Ocupação ser novo e suas implicações ideológicas no cenário político nacional e internacional.

4.1 Complexo discursivo: posição sujeito, temas e objetos

O evento Ronda Alta na Encruzilhada Natalino-RS, com mais de “500 famílias de agricultores”, conforme *Boletim* no. 01 (15/05/1981), pode ser considerado um marco histórico dos movimentos populares no Brasil nos últimos 20 anos. O evento se constitui a partir de uma conjuntura histórica, com a industrialização da agricultura no sul do país, a falta de uma política governamental de reforma agrária, uma política voltada para a agricultura familiar, para o pequeno e médio agricultor, entre outras.

No início dos anos oitenta, o Brasil passava por um momento tenso de transição política. O presidente João Baptista Figueiredo (final da década de 70) assumiu o compromisso de levar o país à “democracia”, ou seja, o próximo Presidente da República seria um civil, interrompendo assim os governos do período conhecido como Ditadura Militar (1964-1982). Além da transição, havia o debate pelo fim do bipartidarismo, anistia geral ampla e irrestrita para os exilados e para os presos políticos, a volta dos Partidos Socialistas e Comunistas à legalidade, o fim da censura aos meios de comunicação (rádio, jornal, revista, canal de televisão), entre outros fatos relevantes. É importante ressaltar também o papel de resistência contra o regime militar que alguns segmentos da Igreja Católica desempenharam, por exemplo, na pessoa de Dom Evaristo Arns, Arcebispo de São Paulo e outros.

Durante o período militar, os movimentos populares, os movimentos estudantis, os partidos de esquerda, uma parcela dos intelectuais, os artistas de forma geral, ou quem questionasse o governo foram perseguidos, postos na clandestinidade, torturados, exilados e, em muitos casos, sucumbiram nos chamados “porões da Ditadura Militar”. O massacre da Guerrilha do Araguaia e das Ligas Camponesas são exemplos desse período. É verdade que esse período ainda não cessou de demandar sentidos, pois ainda há muitos desaparecidos, a exemplo disso, na Universidade Estadual de Campinas-SP (UNICAMP), existe um conjunto de ossadas de cem corpos. Os peritos estão esperando verba para fazer

exame de DNA para que se possam reconhecer os parentes e que eles possam enterrar de vez seus familiares, uma vez que essas ossadas foram encontradas em um “cemitério clandestino”, prática dos militares.

No final dos anos 70 e início dos 80, o movimento operário, liderado pelo sindicalista Luiz Inácio da Silva, que surgia como liderança no meio dos trabalhadores e que, posteriormente passou a ser reconhecido como Luiz Inácio Lula da Silva, realizava greves, protestos, manifestações na Grande São Paulo.

Foi nesse contexto de tensão social e político-histórica que aconteceu o acampamento dos agricultores reivindicando terra no Sul do país. Se, de um lado, havia um descaso histórico (não sem propósito) com a questão da reforma agrária, que gerou/agravou ainda mais todo um problema social no campo, marcado por conflitos em forma de pressão/tensão social sobre uma determinada categoria; de um outro lado, a manifestação também não ocorre sem pressão por parte do governo para evitar a sua irrupção, de acordo com a *Carta dos Colonos Acampados em Ronda*:

(694) “muita gente do governo veio aqui para fazer nós desistir oferecendo emprego pelo salário mínimo, e terras no norte, de onde estão voltando nossos companheiros que foram levados para lá. Também muita gente veio nos dar apóio, muitas entidades e até sindicatos nossos e várias igrejas, etc...

Solicitamos seu apoio, do jeito que der, para esta nossa luta. Ficamos muito contentes e agradecidos com seu apoio, pois queremos ficar aqui acampados até conseguirmos nossa terra para trabalhar” (B.01/01/15/05/1981).

Há algo inusitado na determinação dos “colonos”, pois as manifestações populares, de forma geral, não incluíam a participação de famílias inteiras (pai, mãe, filhos etc.) e muito menos os acampamentos à beira de estrada e de rodovias, como manifestação de reivindicação, como visto no fragmento da *Carta* acima. Se a manifestação dos “colonos” já provoca um estranhamento nas redes de filiação histórica (Pêcheux, 2002: 54) dos movimentos populares, ao reivindicar um espaço material de existência política (acampamento), funda um lugar específico. Ele, por sua vez, demanda certos sentidos e discursos, considerando que é impossível haver, na ordem do político, existência sem sentido. O acampamento veio desestabilizar os sentidos de uma memória discursiva a respeito do trabalhador do campo e sua forma de reivindicar, mas, sobretudo, veio

reivindicar um espaço “novo”, específico para si. Assim, quais sentidos possíveis se poderiam atribuir ao acampamento, aos “colonos”, dada a conjuntura política nacional?

Não havia um pré-construído, um sentido já dado, uma etiqueta, um rótulo em que “todos” já saberiam de alguma forma o que “pensar”, que sentido atribuir ou que tipo de relação política poderia ser considerada, como no caso das greves do ABC Paulista, lideradas pelo metalúrgico Luiz Inácio da Silva: coisa de comunista, subversivo, baderneiros, inimigo da ordem. Foi a falta dessa rede de filiações de memória que causou o estranhamento naquele momento.

O acampamento se instaura como de resistência, de uma possibilidade de dizer não, no entanto ele vai ser construído e significado no jogo das tensões discursivas e dos embates para significar, na ordem do político, como *resistência*, pois,

a *resistência* do sujeito se mostra, em cada uma das situações, a seu modo. O poder se quer absoluto, sim, mas o sujeito não se coloca passivamente frente a ele, não se submete. O sujeito encontra, na linguagem, os recursos para lidar com o poder, para redistribuir a tensão (...). A resistência é a batalha do sujeito pelo direito de se colocar, de não aceitar coerções, é a batalha por ‘um lugar no qual o sujeito encontre um poder de dizer’, com ou sem respaldo da hierarquia (Lagazzi, 1988: 97).

O espaço de resistência do acampamento institui relações tensas e regradas entre os “colonos” e o Estado, e também entre os próprios “colonos”. O acampamento tomado como acontecimento exige a demanda de sentidos, precisa cruzar com/na discursividade e estabelecer relações interdiscursivas a sua volta, não para significar o já significado, mas para estabelecer relações de possíveis alianças, de réplicas, de trocas, de ressignificações, de negação, de oposição, de afirmação, de conflito e de uma regularidade que lhe dê sustentação. O acontecimento precisa “perturbar a memória” (Pêcheux, 1999: 52), impor-se perante ela; caso contrário, será absorvido por ela como se nunca tivesse ocorrido.

O acampamento da Encruzilhada Natalino perturbou a memória, o que desencadeou um deslocamento de sentido (lugar de agricultor), desestabilizou relações de poder. Isso não quer dizer que havia uma relação harmoniosa entre Estado e agricultores; quer dizer que havia uma tensão estável, no domínio do previsível, que foi afrontada com os seguintes enunciados na *Carta dos Colonos* já no primeiro *Boletim*: (691) ““preço da paz, é terra e justiça para todos””, (692) ““terra para quem nela trabalha””, (693) “Carta decidida em assembléia em 15 de maio de 1981.” e ainda com o enunciado título do

boletim (04) “BOLETIM SEM TERRA / BOLETIM INFORMATIVO DA CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE AOS AGRICULTORES SEM TERRA”. Os sentidos desses enunciados, dada a conjuntura política e histórica, se constituem em discursos de afronta à suposta ordem do Regime Militar.

Se a materialidade dos lugares exerce um certo tipo de pressão sobre os sujeitos, a resistência nesse lugar abre outras possibilidades de outros lugares, de outros sujeitos, de outros rituais, de outros discursos. Esse espaço material de resistência, o acampamento, é também uma demanda da pressão do “real histórico” (Orlandi, 1999: 67) no movimento dos agricultores. De outro lado, para Pêcheux (2002: 29), “o real: a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra”. Nesse sentido, o acampamento enquanto acontecimento na Encruzilhada Natalino se constitui um efeito de uma demanda histórica reprimida que, em seu acontecimento, se constitui em um real ao “abrir um furo” na memória discursiva e nas redes de filiação histórica a respeito do sentido de espaço de manifestação política dos agricultores. Convém ressaltar que as Ligas Camponesas e a Guerrilha do Araguaia ainda eram acontecimentos recentes. Em alguma instância, o MST promove uma ruptura, se se considerar que o movimento, em um de seus aspectos de sustentação política ideológica não “pegou” em armas, não se “isolou” dos Aparelhos Ideológicos do Estado, nem da população de forma geral; pelo contrário, foram eles que lhe deram (e ainda lhe têm dado) um tipo de sustentação e legitimidade.

O acampamento é um espaço próprio reivindicado pelos agricultores, (assim como a fábrica para os operários) pelos movimentos guerrilheiros, por Canudos, de Antônio Conselheiro, os diversos movimentos populares em suas especificidades discursivas e ideológicas. O acampamento em sua reivindicação de existência, irá constituir um próprio, um funcionamento que lhe seja específico.

O acontecimento da Encruzilhada Natalino (material, espacial, real, histórico), ao significar-se em sua complexidade e ao demandar certa discursividade, permitiu que os sentidos, os discursos, os sujeitos passassem a significar-se a partir do que possa significar esse espaço, tomado em seu processo de constituição e em sua instabilidade de significação, apesar de toda tentativa do Estado de controlar e evitar a irrupção desse acontecimento com sentidos “caros” para o Estado.

Assim, há um complexo em processo de significação (considerando o período histórico do movimento, cuja referência para este trabalho se dá do Boletim número 01 até o Jornal Sem Terra número 240) de objetos, de temas, de sujeitos, de discursos que se constituem, que se cruzam, que se significam e que ainda se ressignificam nesse espaço, a partir das redes de memória e do interdiscurso (pré-construído e articulação), em suas diversas relações (aliança, oposição, negação, afirmação, contradição, redimensionamento, silenciamento, deslocamento) com os discursos dos movimentos populares, dos sindicatos dos trabalhadores, da igreja, de associações, de entidades.

4.1.1 Posição sujeito

Para Pêcheux (1997: 160) “as palavras, as expressões, as proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam”, ou seja, o sentido também está relacionado à posição que o sujeito ocupa no discurso, na sua relação constitutiva com as formações discursivas que os constituem. O sentido está para a posição sustentada pelos sujeitos, assim como o sujeito está para a formação discursiva que o interpela em alguma “região” ou espaço ideológico que marca uma posição específica, ou seja uma posição-sujeito. A posição em que o sujeito se constitui, que ocupa, são posições-sujeito na relação nas disputas pelos sentidos e pelos espaços sociais.

A posição-sujeito é condição necessária para o sujeito se enunciar nos espaços das relações sociais, marcados pelas disputas históricas. A posição sujeito possui um caráter heterogêneo, dada a tensão das “*condições ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção*” (Pêcheux, 1997, 143) e das “relações de contradição-desigualdade-subordinação” (idem, 145), que constituem um intrincado jogo de estratégias de “idas-e-vindas” de posições-sujeito. Trata-se de um desdobramento estratégico discursivo, próprio de toda formação discursiva, que “*determina o que pode e deve ser dito*” (idem, 160), quais as estratégias que o sujeito pode e deve constituir no embate social, contudo, sem se constituir em outros espaços como um deslizamento ou mudança de sua posição estratégica para fora de sua formação discursiva, que o constitui e o “sustenta”. De acordo com Lagazzi (1988: 97-8)

o sujeito da linguagem fala, não de qualquer lugar, mas de um posição já definida social, histórica e ideologicamente, ou que se define no jogo discursivo, no embate de forças, mas sempre de um lugar ao mesmo tempo determinado pela/determinador da história desse sujeito, lugar este que o impede de ser origem absoluta de seu discurso.

O sujeito, no jogo das relações de poder (ou não) e pelo efeito delas sobre o sujeito, pode ser afetado pelo mecanismo de interpelação ou sentido de outras formações discursivas em disputas, situação que pode acarretar não somente a mudança de posição-sujeito, de formação discursiva e até de formação ideológica, mas, sobretudo, um “abandono” das questões de que sua formação discursiva “originária” “dada” ou de sua especificidade.

Assim, a constituição da posição sujeito agricultor que funda um espaço próprio, uma formação discursiva, é um processo heterogêneo em que o agricultor se constitui. No entanto, a sua ritualização, marcada pela heterogeneidade enquanto processo dinâmico, leva-o a estabelecer diversas posições em redes de memória em filiações históricas com os seguintes enunciados.

(01) “como agricultores achamos que temos direito a ter um pedacinho de terra para plantar alimentos para nossas famílias e para os da cidade” (B.01/01/15/05/1981).

Esse enunciado funda a primeira enunciação e marca um espaço próprio, um sujeito autorizado pelo Estado, com direitos e deveres prescritos na Constituição, enquanto categoria que reivindica aquilo que o Estado prescreve em seus discursos. Um sujeito histórico.

(02) “propostas mostram o avanço do movimento. Conquistar terra e uma nova sociedade” (B.10/35/05/1984).

O movimento marca uma posição de constituinte de propostas para a categoria e a sociedade. A questão da reforma agrária transcende a questão do campo. Essa posição é decisiva para o movimento se constituir enquanto liderança política.

(03) “1984 foi um ano marcado por muitas injustiças no campo. 1985 vai ser diferente. Os trabalhadores estão compreendendo que só a organização pode lhes garantir dias melhores” (JST.01/41/12/1984-01/1985),

(49) “o Encontro Nacional dos Sem-Terra já está marcado” (B.03/23/06/1982),

(56) “assembléias municipais fortalecem Movimento dos Sem Terra / CRESCE ORGANIZAÇÃO NA BASE” (B.03/36/07/1984).

A posição de organização e de estruturação do movimento acontece em diversos níveis. Esses enunciados marcam uma posição discursiva também de algo novo, um movimento que se organiza e se estrutura ao modo de um partido político, com suas diversas instâncias de deliberações e de ações.

(07) “HISTÓRIA DE UM POVO OPRIMIDO” (B.03/01/01/15/05/1981).

O movimento marca sua posição histórica englobando-a na posição de povo e de oprimido. A história do agricultor é a história de “todos”, do “povo oprimido”, que possui um lugar e uma posição histórica na luta de classe. O sentido de “povo” está em oposição ao de burguesia. Não é apenas agricultor, mas faz parte de uma categoria maior, a de povo que necessariamente não é somente agricultor. Esse discurso do movimento, já no seu nascedouro, de conceber sua luta como parte da luta dos demais trabalhadores vai permitir aos movimentos transformar suas necessidades particulares e localizadas em necessidades sociais e a dos demais trabalhadores em forma de aliança, em demanda social. Essa posição, de um lado evita que o movimento “caia” no isolamento político; de outro, possibilita a constituição de alianças.

(12) “o Boletim circulará periodicamente, na intenção de manter “aceso o fogo que clareia” as reivindicações dos trabalhadores rurais” (B.03/01/15/05/1981),

(71) “durante o encontro, os participantes decidiram que o boletim SEM TERRA deveria ser transformado num jornal, já que o movimento era reconhecido como uma organização autônoma e necessitava de um órgão de divulgação forte, amplo e que atingisse todo país. A partir daquele encontro, foi elaborado um projeto do jornal, que foi aprovado no encontro de Curitiba. Para colocar o projeto em prática, foi necessário um trabalho de contatos com pessoal e profissionais jornalistas de diversos estados, que já colaboravam com o boletim. O Jornal dos Trabalhadores Sem Terra passa a ser mensal, com uma tiragem mensal de 10 mil exemplares” (JST.36/02/06/1984).

Esses enunciados marcam uma posição importante, ao instituir um instrumento discursivo interno e externo ao movimento. Ela é efeito de uma posição que reafirma sua importância política e seus propósitos ao passar seu “instrumento de comunicação e de unificação” de Boletim para Jornal. Não se trata apenas de uma mudança no suporte, uma reafirmação de um projeto político para os trabalhadores do campo. Nessa passagem, o movimento também afirma sua resignificação, sua identidade e sua inscrição no cenário político nacional. Agora os agricultores serão agricultores sem terra. O Jornal vem estabilizar essa identidade, como foi visto no capítulo anterior.

(15) “V. Organização - Nesta caminhada de sofrimento e de lutas, estão surgindo novas lideranças entre os agricultores” (B.04/01/15/05/1981),

(23) “marginalizados e esquecidos, encurralados pelo sistema e torturados pela fome, os trabalhadores sem terra” (B.07/01/15/05/1981),

(89) “Enfim, lutaram para defender os seus direitos e o seu sustento. Nesta edição publicamos a relação completa dos trabalhadores assassinados: nome, data e local. É para não haver dúvida e para que os mártires da terra fiquem na memória de todos” (B.34/02/02/1984),

(90) “Mas mesmo os lavradores não cansam de afirmar que o que está por trás destas lutas é a fome, a miséria. O amadurecimento político dos lavradores fez com que eles tenham condições de entender esta situação e quais os interesses que estão em jogo. A paciência esgotou e os sem terra partem para iniciativas mais eficazes para garantir seus direitos” (JST.36/02/07/1984).

Essa posição marca a imagem que o movimento constrói de si, que possui como efeito de sentido a justificativa de sua atuação na luta pela terra. Primeiro, de categoria: sofrida, marginalizada, esquecida, sem direitos, torturada, assassinada. Segundo, apesar da situação dos agricultores, eles não são sujeitos passivos, embora vítimas. Uma das formas de luta é a resistência constituída pelo discurso na ordem do político.

(76) “As preocupações do governo não passam de regularização de titulações e de uma colonização dirigida, de acordo com os interesses econômicos e geopolíticos do regime. Porém, quando os trabalhadores sem terra se organizam e defendem-se das agressões cometidas diariamente pelos grandes fazendeiros, jagunços, polícia e Exército, problema é considerado de tensão social e eles passam a ser vistos com inimigos internos do regime” (B.26/02/08/1982),

(83) “Qualquer cidadão – trabalhador rural, operário, padre, jornalista, estudante, etc. – que se revoltar contra a exploração, as más condições de vida, a falta de liberdade, está sujeito a ser preso, julgado e condenado por tribunais militares que se julgam “salvaguardas” da Nação” (B.30/02/03/1983).

Posição discursiva de crítica ao Estado e ao tipo de reforma agrária concebido pelo Estado. É importante considerar que o MST vai se constituindo gradativamente em oposição ao Estado conforme tenho afirmado; o movimento é o outro do Estado. O seu discurso e sua posição sujeito em relação ao Estado acabam por obrigar o próprio Estado a reconhecer o MST como sujeito social, uma vez que não foi possível evitar a irrupção do movimento. Admitir a existência do movimento é uma condição para tentar fazer que ele ocupe um lugar que não afronte o Estado.

(104) “realizar mobilizações conjuntas de todo o movimento popular em todos os municípios onde for possível, como: passeatas pela cidade, assembléias municipais de trabalhadores, telegramas às autoridades, concentrações em frente às prefeituras, acampamentos provisórios, debates nos colégios, rádio, televisão e câmaras de vereadores: sensibilizar e envolver os trabalhadores (rurais e urbanos)” (JST.02/46/08/1985),

(184) “Participaremos ativamente na greve geral marcada para o dia 20 de agosto. Campo e cidade se unirão ainda mais nesse dia. Nós trabalhadores rurais, iremos às ruas, para as praças, ocupando cidades e somando forças com nossos companheiros, os trabalhadores urbanos” (JST.02/65/08/1987),

(203) “**Ligação das lutas** / Nossa meta é a de chegarmos a um ajuntamento das lutas entre campo e cidade, vinculando as greves com as ocupações terra. Neste ano não conseguimos atingir o esperado: tanto as ocupações como as greves aconteceram mais a nível de categorias ou dentro dos estados mesmos” (JST.02/69/01/1988).

Essa posição de mobilização e de união das lutas entre agricultores e operários, ou seja, a união das lutas entre campo e cidade, é um pré-construído da memória discursiva das revoluções socialistas desde a Revolução Russa de outubro de 1917. Essa posição marca também uma condição de poder para fazer frente política ao Estado. Um dos efeitos dessa posição está na possibilidade de o MST colocar a questão terra como uma questão mais ampla, uma questão política nacional, enquanto demanda de todos os trabalhadores (campo e cidade). Esses enunciados ainda deixam revelar não somente o tipo de mobilização e a posição do movimento, mas sobretudo a sua condição de autoridade de propor ações, palavras de ordem em meio ao operariado e aos demais movimentos

populares. Essa posição já é uma posição de liderança política que o MST assume gradativamente ao centralizar o debate político nacional.

- (100) “Ocupação em Santa Catarina. Reforma Agrária dos trabalhadores” (JST.01/44/06/1985),
- (101) “Depende de nós” (JST.02/45/07/1985),
- (102) “Reforma agrária. O campo se agita” (JST.46/01/08/1985),
- (106) “Vamos sacudir o Brasil inteiro! Terra não se ganha, se conquista!” (JST.46/02/08/1985),
- (107) “O governo não faz, nós vamos fazer” (JST.47/02/09/1985),
- (144) “A mobilização e a coragem dos companheiros em realizar ocupações já é uma vitória contra o medo, o desânimo, o peleguismo e as mentiras do governo” (JST.02/49/12/1985),
- (183) “A burguesia, o Governo, a “justiça” e a UDR [União Democrática Ruralista] sempre trataram os nossos direitos pela terra como uma questão militar. Mesmo assim vamos ocupar todas as terras improdutivas, em todos os estados. Pressionaremos o governo e resistiremos em cima da terra” (JST.02/65/08/1987),
- (156) “Afinal, para os sem terra nunca teve moleza mesmo. E ter cada vez mais presente a certeza de que “TERRA E PODER NÃO SE GANHAM, se conquistam!” (JST.02/59/01/1987).

Marca uma posição “radical” (entendida como um tipo de tomada de posição extrema), contundente, na luta pela reforma agrária, posição em que o MST rompe com os movimentos anteriores, em suas práticas discursivas. Essa posição do MST é a que mais caracteriza o movimento enquanto marca de identidade e posição diante do Estado e da sociedade de forma geral. O movimento vai para o embate direto com o Estado, enquanto o operariado, nos anos oitenta e até meados dos anos noventa, opta por “pactos sociais”. Essa posição do movimento o faz oscilar ora na ordem do discurso da legalidade de direito, ao reivindicar, ora fora dessa legalidade, ao desafiar o Estado.

- (163) “Dedicar-se à formação dos companheiros em todos os níveis, através de cursos, encontro e intercâmbio” (JST.02/61/04/1987),
- (335) “Para nós do MST nossas tarefas imediatas devem ser a de continuar com as ocupações e mobilizações, fortalecer a organização interna, organizar as cooperativas e desenvolver a produção. Organizar os núcleos de base dentro dos assentamentos e avançar na formação de militantes” (JST.01/97/10/1990),
- (352) “Nossa Escola Nacional, responsável pela formação de dirigentes, será uma das nossas maiores prioridades” (JST.02/101/03/1991),
- (480) **“4º.) Ser um espaço de formação política massiva”** (JST.02/150/08/1995),
- (581) “A importância da formação política na base” (JST.EE.01/04/2004),

(582) “A luta empreendida pelo MST só foi possível por causa do patrimônio organizativo acumulado. Desta forma, adotamos princípios de distribuição de tarefas, planejamento, amor ao estudo, direção política e profissionalismo” (JST.EE.01/04/2004).

Essa posição do MST marca a preocupação e a necessidade fundamental para um movimento de massa em âmbito nacional e uma de suas maiores prioridades: a de formar politicamente seus militantes como condição de permanecer no debate político em que o outro é o Estado. Esse discurso deixa revelar uma das condições fundamentais que servem de “suporte” para a existência e para a prática do movimento: a formação político-ideológica.

(158) “Vamos priorizar a articulação com trabalhadores da cidade e do campo para levarmos as lutas em conjunto. Para isso precisamos participar ativamente dos sindicatos e do partido político para somar força e alcançar nossos objetivos” (JST.02/60/02-03/1987),

(198) “Por isso é que devemos continuar organizando grandes ocupações de terra, ajudando a solidificar a construção da Central Única dos Trabalhadores–CUT e do Partido dos Trabalhadores-PT preocupando assim, fortalecer as mobilizações” (JST.02/68/12/1987),

(228) “Devemos entrar de sola na luta política e fortalecer a construção do Partido dos Trabalhadores, egermos rurais para as prefeituras, conquistar o maior número de vereadores, enfim ganhar espaços para construirmos nosso projeto político. O Partido é a nossa maior ferramenta e através dele podemos manifestar o desejo de uma mudança social” (JST.02/73/05/1988),

(233) “Atuando junto aos trabalhadores, militando nos movimentos populares, no movimento do sem terra, no sindicato e divulgando as propostas do Partido dos Trabalhadores, estaremos construindo a sociedade nova. Plantando a semente da justiça no seio da classe trabalhadora – eterna fonte de inspiração – teremos a certeza de estarmos trabalhando para ver tornar realidade nosso sonho, a sociedade socialista” (JST.02/74/06/1988),

(526) “Os movimentos populares, sindicais, pastorais sociais e partidos de esquerda podem enfrentar esses desafios e desencadear as lutas populares. / Fora FMI. Fora FHC” (JST.02/188/04/1999).

A posição de invocar a participação como contribuição para construir e fortalecer o Partido dos Trabalhadores, a CUT e os sindicatos é uma forma de marcar sua posição de reivindicação identitária no contexto político mais amplo (a de agricultor junto com os demais trabalhadores), ao mesmo tempo em que inclui a questão da terra como uma questão dos trabalhadores em geral. Assim, marcar sua posição política junto com as demais categorias de trabalhadores com esses enunciados é também ocupar uma posição

significativa no espaço político dos trabalhadores, uma posição de liderança, conforme venho afirmando. Para se posicionar discursivamente na ordem do discurso político com esses discursos, alguns aspectos dos projetos, das propostas, dos desafios, das perspectivas do MST são fundamentais, uma vez que agora não se luta somente por terra: o movimento assume a posição de lutar por uma outra sociedade, a socialista.

(36) “Colonos reafirmam disposição de ficar no Estado. E não aceitam intervenção no acampamento” (B.01/10/07/08/1981),

(133) “Rio Grande do sul. Santo Augusto. A ocupação. O despejo na noite. As Ameaças do Governador. A resistência. O novo acampamento” (JST.01/38/09/1984),

(238) “Hoje, o mesmo esforço que fizemos para preparar a ocupação, teremos que fazer para preparar a resistência. Resistir significa não sair da terra que ocupamos por achar que ela deve pertencer aos trabalhadores. A terra nada mais é que uma necessidade para podermos continuar vivendo” (JST.02/75/07/1988),

(239) “Nestes próximos meses precisamos dedicar tempo para preparar bem a permanência na terra. As ocupações além de massivas, devem ter o caráter ideológico, ou seja, todo devem saber como se comportar frente ao despejo. Esta clareza política é quem deve garantir a resistência” (JST.02/75/07/1988),

(249) “Resistência garante conquista de terra” (JST.01/77/10/1988),

(310) “Na resistência a terra, 16 lavradores foram assassinado este ano no estado [MA], denunciam entidades sindicais e igrejas” (JST.02/90/12/1989),

(392) “RS: as conquistas da resistência” (JST.01/119/09/1992),

(473) “Ocuparemos prédios públicos e as capitais para fazer valer nossos direitos. Nossa resistência e luta impedirá que o Brasil seja saqueado e sucateado como foi o México” (JST.02/147/05/1995).

Essa posição de resistência estratégica e heterogênea se constituiu em uma prática de se impor perante o Estado, uma forma de garantir suas conquistas e reafirmar a “disposição” para continuar a existir na ordem do discurso político. Esse discurso de resistência é uma afronta e um desafio ao Estado; é uma posição que o MST vem mantendo desde a sua inscrição na ordem do discurso (Boletim n. 01, enunciado (1)), na ordem do discurso político e que gradativamente é reafirmada com sentidos de desafio, de imposição de uma existência “incômoda” para o Estado.

É importante considerar também que a resistência possui um duplo, ao mesmo tempo em que ela é resistência a algo e reivindica um espaço próprio. É ela que permite o desdobramento heterogêneo de sujeitos e de discurso de sua própria existência, não em si,

mas para se constituir em poder de sujeitos e seus efeitos para que possa avançar e se impor no espaço reivindicado. E por isso que a resistência é um processo dinâmico conjuntural, com um funcionamento estratégico próprio e multifacetado discursivamente, embora apareça somente como resistência como posição-sujeito.

(43) “Agricultores denunciam violência e infiltração policial no acampamento de Encruzilhada Natalino” (B.01/18/09/02/1982),

(79) “Violência: o governo é responsável” (B.28/02/10/1982),

(89) “Enfim, lutaram para defender os seus direitos e o seu sustento. Nesta edição publicamos a relação completa dos trabalhadores assassinados: nome, data e local. É para não haver dúvida e para que os mártires da terra fiquem na memória de todos” (B.34/02/02/1984),

(117) “Colonos dizem o que pensam sobre oferta de emprego e infiltrados” (B.07/01/08/07/1981),

(120) “Exército ocupa Encruzilhada Natalino” (B.01/10/07/08/1981),

(133) “Rio Grande do sul. Santo Augusto. A ocupação. O despejo na noite. As Ameaças do Governador. A resistência. O novo acampamento” (JST.01/38/009/1984),

(606) “Continuam ocorrendo casos de tortura, como recentemente registrado contra o companheiro Cícero membro da direção estadual do MST de Tocantins. E as prisões se multiplicam, foram em torno de 180 casos em todo Brasil” (JST.02/185/12/1998),

(614) “Governo do Paraná: prisões e torturas” (JST.01/190/06/1999),

(636) “Liberdade aos presos do MST / Show em prol dos presos políticos do MST” (JST.01/205/11/2000),

(670) “Perseguição política ao MST resulta em trabalhadores rurais presos em vários Estados” (JST.01/233/09/2003),

(675) “Quanto às milícias armadas, não há necessidade de uma CPI. Basta a imediata ação do Poder Judiciário e da Polícia Federal” (JST.02/233/09/2003).

Essa posição marca um dos efeitos de poder sobre o MST, a contraposição, o efeito da posição do Estado pela atuação e permanência da inscrição do agricultor na luta pela terra. Ser o outro do Estado implica também sofrer os efeitos de sentido desse outro. À medida que o MST desafia o Estado, nessa mesma medida o Estado também se impõe para que o movimento recue. Os Aparelhos Ideológicos do Estado se fazem sentir sobre o movimento por meio de suas práticas.

(314) “O caráter revolucionário da luta pela reforma agrária” (JST.01/92/03/1990).

É uma posição de assumir-se revolucionário na luta pela terra. Posição que ultrapassa a luta pela reforma agrária. Nesse sentido, reforma agrária significa a própria transformação do Estado, uma demanda da classe trabalhadora.

(238) “Hoje, o mesmo esforço que fizemos para preparar a ocupação, teremos que fazer para preparar a resistência. Resistir significa não sair da terra que ocupamos por achar que ela deve pertencer aos trabalhadores. A terra nada mais é que uma necessidade para podermos continuar vivendo” (JST.02/75/07/1988),

(341) “Há necessidade de mudar nossos métodos de atuação, de organização e de prioridades. Sempre se justifica que a luta política da classe trabalhadora se dá nos espaços institucionais, parlamentar e nas lutas sociais. Más é inegável que ultimamente as forças de esquerda e populares, priorizaram o campo institucional” (JST.02/99/12/1990),

(376) “Teremos que melhorar nossos métodos para garantir a massificação das ocupações. Precisamos superá-las no número de famílias mobilizadas. Assim, teremos uma maior pressão e novos militantes e dirigentes da luta pela reforma agrária” (JST.02/110/11/12/1991),

(513) “**A necessidade de um projeto popular**” (JST.02/171/08/1997),

(564) “A bandeira da Reforma Agrária deixou de ser uma bandeira dos Sem Terra. Passou a ser a bandeira de todos os brasileiros que se recusam a aceitar que seres humanos se obriguem a comer nos latões de lixo das grandes cidades” (JST.02/158/05/1996).

Essa posição se constitui como efeito de sentido de outras posições, tais como a de ocupação, a de resistência, a de união com os demais movimentos populares, uma vez que a posição de ocupação não se dá sem resistência por parte do Estado, das organizações dos latifundiários e dos próprios fazendeiros, em particular. O Estado reage, entre outras formas, promulgando leis que dificultam a desapropriação de áreas ocupadas. Nesse sentido, resistir é uma posição de afronta ao Estado e às leis, embora seja uma posição também de superação da própria ocupação, e a um certo tipo de prática de resistência: superar quer dizer romper para além da resistência com “novos métodos, projeto popular, massificação, formação de novas lideranças etc.”, no entanto o discurso de ruptura não chegou a se constituir em uma posição de ruptura em relação com a ocupação e a resistência.

Seus efeitos de sentido ainda “esperam ou aguardam” a constituição de uma condição de possibilidade de se inscrever, talvez como acontecimento que supere o

discurso de reforma agrária pela ocupação. A posição de ruptura implicaria uma quebra da ordem em relação ao Estado, o que não aconteceu.

(295) “As ocupações maciças de terra que o Movimento dos Sem Terra vem fazendo é a consequência de uma visão de mundo que nega a privação e a miséria em que o capitalismo joga as grandes massas” (JST.02/85/07/1989),

(340) “Há uma necessidade que todas as forças políticas, sindicais, populares, agrárias, apresentem um plano alternativo, que questione o capitalismo, suas crises descarregadas sobre os ombros dos trabalhadores, e que aponte o socialismo, como uma necessidade para a classe trabalho” (JST.02/99/12/1990),

(562) “CAMPONESES SE UNEM CONTRA O NEOLIBERALISMO” (JST.01/158/05/1996),

(690) “NOSSA LUTA CONTRA O IMPÉRIO” (JST.02/240/05/2004).

Outra posição que o MST constitui é em relação a questões mais amplas, que extrapolam a política nacional. Ao se posicionar contra o sistema capitalista, o movimento o faz porque, em seu arcabouço discursivo, a questão da terra foi se constituindo e se filiando as redes de memória com os discursos socialistas revolucionários. Essa posição é significativa, pois o movimento, durante sua existência, inscreve discursivamente, de forma contundente, a questão da terra, não apenas como uma demanda social, mas com o movimento filiando-a a outras questões políticas mais amplas, as das relações políticas internacionais.

A sua inscrição não trata apenas de debater, de discutir propostas pertinentes à reforma agrária, mas de assumir uma posição que prega a substituição de um sistema político por outro, mudança que historicamente tem ocorrido com revoluções. O MST torna o discurso sobre a terra um discurso revolucionário, para si próprio e para a classe trabalhadora.

Essas posições em que o MST se constitui revelam alguns dos aspectos do efeito de sua inscrição na ordem do discurso político. Um ponto que convém ressaltar é que, por essas posições, o MST se constitui em oposição ao Estado e não em oposição ao proprietário de terras, ou fazendeiro. Isso é significativo à medida que desloca a questão do conflito localizado para a ordem do Estado. Não diz respeito somente ao conflito entre sem terra e latifundiário; o Estado é “convocado” não apenas para intermediar, mas sobretudo para resolver o conflito, a assumir para si (enquanto prerrogativa de suas instâncias) a

problemática, pois o Brasil é um dos poucos países que ainda não efetivaram uma reforma agrária ampla.

Ao impor o Estado enquanto interlocutor, o MST significa a problemática da reforma agrária como uma questão nacional gradativa, mas, para isso, ele se constitui em diversas posições filiadas em redes de memória de identificação sócio-histórica. Não há, no entanto, “identificação plenamente bem sucedida” (Pêcheux, 2002: 56) e isso se transforma em uma condição que garante ao movimento ser de outra forma (efeito, sentido, discurso, posição, prática) e não apenas uma “repetição” histórica dessas filiações nos espaços em que se constitui, uma vez que essas redes de memória derivam de “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamento e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-dicursos” (Pêcheux, 1999: 56).

4.1.2 Complexo de objetos e de temas

Os objetos dos quais “falam” os sem-terra em seus discursos são objetos de seus discursos, assim como “as “coisas-a-saber””, uma vez que eles estão inscritos em uma certa filiação histórica e não em outra. Não há garantia ou segurança em ““saber do que se fala”” exatamente (Pêcheux, 2002: 55) sem que haja alguma relação entre os objetos, os sujeitos e os espaços (institucionais e/ou discursivos) nos quais são inscritos (temas, objetos, sujeitos, discursos, espaços), o que não quer dizer que não haja relação entre o objeto do discurso e uma certa referência, externa ao discurso, a esses objetos. Nesse sentido, a relação é apenas uma certa relação entre o objeto do discurso e o objeto do mundo, em face das interpretações e dos pontos de deriva nesses espaços logicamente instáveis, regradados, tensos. Convém ressaltar que o discurso também é um objeto do mundo e que não há separação entre o mundo e o discurso, embora mundo e discursos não sejam as mesmas “coisas”.

De acordo com Pêcheux (2002: 53)

toda descrição – quer se trate de descrição de objetos (...) a partir do momento em que nos prendemos firmemente ao fato de que “não há metalinguagem” – está intrinsecamente exposto ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferentemente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente).

Nesse sentido, os discursos e seus objetos e temas estão ligados/relacionados aos espaços sociais e históricos dos sujeitos, mas não são evidentes em si, razão pela qual se faz necessário dizer ou especificar do que se está e enunciando. É importante considerar ainda que os objetos e os temas nos/dos discursos do MST não são uma ficção discursiva, embora esses objetos e esses temas possam se materializar pelos seus efeitos de sentido enquanto objetos discursivos e objetos do mundo. A transformação do mundo implica a ressignificação e a tomada de posições discursivas, o que não acontece sem um embate em torno dos sentidos, dos discursos, dos objetos, dos temas.

Assim, neste tópico é vista a constituição/ritualização de alguns objetos e temas que constituem o discurso do MST, no que ele pode apresentar “de novo”, de ruptura com os movimentos de luta pela terra que antecederam os sem-terra.

Os objetos e os temas não se dão ao acaso, como se fossem independentes das redes de filiação histórica. No entanto, os objetos e os temas, para significar desta ou daquela forma, “percorreram” certos espaços materiais e estabeleceram certas relações de sentido para poderem inscrever-se na ordem do discurso político e assim fazer sentido; caso contrário, ficariam *in-significados* (Orlandi, 1999: 67).

(01) “como agricultores achamos que temos direito a ter um pedacinho de terra para plantar alimentos para nossas famílias e para os da cidade” (B.01/01/15/05/1981).

Os objetos e os temas desse enunciado “agricultor, terra e direito” são fundantes na constituição do discurso e do sujeito do/sobre o agricultor que se constitui em sem-terra. Desses objetos irão derivar inúmeros outros objetos e também temas para falar deles e referir-se a eles.

É possível destacar que, no fragmento “como agricultor”, há uma reivindicação de identidade histórica em relação à atividade ligada à “terra”, que é amparada como estado de direito prescrito na lei enquanto “direito” de todo “agricultor” nela trabalhar e, de forma mais abrangente, o direito de todo trabalhador. A identidade³⁰ reivindicada é, no entanto, apenas a primeira inscrição ou a posição do sujeito que se deslocará gradativamente para

³⁰ A constituição da identidade foi tratada no capítulo III, de forma que essa questão não será aprofundada.

outras, para outras redes de filiação histórica, inscrevendo-se assim em outras identidades, sendo algo mais do que “agricultor”: um revolucionário sem-terra. Esse aspecto será visto no Capítulo “Discurso de Reforma Agrária pela Ocupação”.

Nesse percurso de outras inscrições, “terra” deixará de significar apenas “direito” de nela trabalhar. Significará um objeto de disputa, de desejo, de conquista, de poder, de vida, de morte, relacionado à cidadania, à consciência política, às lutas dos trabalhadores urbanos, ao sistema de governo, à luta de classe, à transformação social, à causa revolucionária.

Mas é no “direito” que acontece o maior conflito pelos sentidos e pela interpretação do que venha a ser “direito” dos agricultores de ocupar a terra e dos trabalhadores de forma geral. De um lado, está o “agricultor” reivindicando certos sentidos; do outro, o Estado impondo seus sentidos, ou exercendo a “interpretação do logicamente estável” (Pêcheux, 2002: 53). O “direito” é uma das questões principais que irá desencadear a disputa pela “terra”, pois é a partir da interpretação do que venha a ser o sentido de “direito” que se desenvolverão as ações pela disputa da “terra”. Entre as várias disputas de sentidos, “ocupar” e “invadir” parece ser o núcleo de maior visibilidade dessa disputa.

4.2 Tematizações

Os discursos, ao se constituírem, trazem, além de suas características específicas (seus sentidos, seus efeitos, suas relações, suas filiações históricas), as suas temáticas, a partir da forma de articulação e de funcionamento do conjunto de objetos inscritos em seu interior.

Aqui interessa analisar como os objetos “agricultor”, “terra” e “direito” vão se tematizando a partir de deslocamentos, de deslizamentos de sentidos, estabelecendo relações (aliança, oposição) e assim se transformando no complexo discurso do MST, que se desdobra em tantos outros temas, pois “todo discurso é índice em potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, à medida que ele constitui ao mesmo tempo mantém um efeito dessas filiações e um trabalho” (Pêcheux, 2002: 56).

4.2.1 Agricultor

(59) “



” (B.01/01/15/05/1981).

No enunciado (59), que é o cabeçalho do *Boletim* número 01, o “agricultor” é tematizado como objeto e alvo de “CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE”, cujos interlocutores, de forma geral, não são a sociedade como um todo, mas aqueles que estão direta ou indiretamente “envolvidos” com as causas sociais (certos segmentos das igrejas, partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, entidades).

A outra tematização diz respeito à posição sujeito desse “agricultor”, que vem “marcada” pelo fragmento “SEM³¹” e que vai ser parte integrante da identidade do MST. Essa marca é também, ao mesmo tempo, um discurso que justifica a posição sujeito, o discurso da campanha e a marca de identidade.

(01) “como agricultores achamos que temos direito a ter um pedacinho de terra para plantar alimentos para nossas famílias e para os da cidade” (B.01/01/15/05/1981).

Nesse enunciado, a tematização filia-se, entre outras, ao reivindicar uma identidade, na categoria ampla de trabalhador, bem como uma posição específica perante o Estado: de afronta e de imposição.

(06) “Trabalhadores da Bahia Apoiam a Luta dos Agricultores Sem Terra / Santa Maria da Vitória, 9 de maio de 1981. / Prezados Companheiros:” (B.06/01/15/05/1981),

(09) “Comissão Pastoral da Terra (C.P.T.) – GOIANIA-GO” (B.07/01/15/05/1981),

(10) “Solidariedade Recebida / - 168 sindicatos de trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul, reunidos no Encontro Estadual de Sindicatos, promovido pela FETAG-RS. / - Todos os bispos do Rio Grande do Sul,

³¹ A respeito desse fragmento, a significação e a importância para a construção da identidade do MST, ver, no Capítulo III, o tópico *Identidade*.

reunidos no dia 14 e 15 de maio no Seminário Maior de Viamão. / - Federação dos Trabalhadores Rurais do Paraná” (B.08/01/15/05/1981),

(19) “TRABALHADORES E POVO DE FORMA GERAL APOIAM A LUTA DOS COLONOS” (B.06/01/15/05/1981),

(20) “A CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE NO ESTADO E PAÍS / Trabalhadores da Bahia Apóiam a Luta dos Agricultores Sem Terra” (B.06/01/15/05/1981).

Nesses enunciados, o tema do apoio no discurso do MST pode ser considerado um dos efeitos dos discursos do MST. Essa tematização de apoio filiou-se em redes de memória de movimentos ligados à luta dos trabalhadores (categoria no sentido amplo), de forma geral, organizados. Essa é uma forma de dar ao movimento um tipo de visibilidade, evitando assim o seu isolamento e a diminuição da repressão do Estado e das instituições dos latifundiários sobre o movimento, além de efeito de sustentação “moral” e política. O apoio não diz respeito somente ao aspecto material, mas também ao ideológico, considerando a situação política do início dos anos 80. O efeito de sentido de reivindicar apoio, além de projetar socialmente e de possibilitar o diálogo, permite que os sem-terra “falem” de seus problemas como um problema social e não apenas como pertencente aos sem-terra. De acordo com Cardoso (2001: 670):

o trabalhador rural se fez sem-terra quando se tornou sujeito de um discurso próprio. A melhor coisa que pode acontecer a um grupo de indivíduos é que ninguém fale em nome deles, mas que falem por si mesmos, contem a sua realidade e lutem por suas causas.

(12) “O Boletim circulará periodicamente, na intenção de manter “aceso o fogo que clareia” as reivindicações dos trabalhadores rurais” (B.03/01/15/05/1981),

(71) “durante o encontro, os participantes decidiram que o boletim SEM TERRA deveria ser transformado num jornal, já que o movimento era reconhecido como uma organização autônoma e necessitava de um órgão de divulgação forte, amplo e que atingisse todo país. A partir daquele encontro, foi elaborado um projeto do jornal, que foi aprovado no encontro de Curitiba. Para colocar o projeto em prática, foi necessário um trabalho de contatos com pessoal e profissionais jornalistas de diversos estados, que já colaboravam com o boletim. O Jornal dos Trabalhadores Sem Terra passa a ser mensal, com uma tiragem mensal de 10 mil exemplares” (JST.36/02/06/1984).

A questão da tematização do instrumento de comunicação interna e externa ao movimento enquanto uma instância “oficial” pode representar um tipo de abrangência e efeito de um projeto de atuação do movimento. Um instrumento de comunicação dessa abrangência para um movimento de agricultores pode ser considerado como uma proposta audaciosa, tendo em vista que nem os movimentos operários brasileiros, nos anos 80, conseguiram articular um jornal com regularidade por muito tempo. Esse fato revela um tipo de projeto político.

(02) “propostas mostram o avanço do movimento. Conquistar terra e uma nova sociedade” (B.10/35/04/1984),

(37) “Viva os trabalhadores rurais, os operários da cidade, a igreja dos pobres, o Movimento dos Sem Terra” (BE.01/18/08/81),

(74) “é verdade que o trabalhador rural brasileiro não tem grande tradição de luta. Salvo raras exceções, faltam organismos e movimentos sindicais fortes, para resistir aos períodos mais fortes do autoritarismo político e da exploração econômica” (JST.36/02/06/1984),

(104) “Realizar mobilizações conjuntas de todo o movimento popular em todos os municípios onde for possível, como: passeatas pela cidade, assembleias municipais de trabalhadores, telegramas às autoridades, concentrações em frente às prefeituras, acampamentos provisórios, debates nos colégios, rádio, televisão e câmaras de vereadores: sensibilizar e envolver os trabalhadores (rurais e urbanos)” (JST.02/46/08/1985),

(160) “O Movimento dos Sem Terra decidiu também, no seu 3º. Encontro Nacional, participar e apoiar todas as atividades lideradas pela CUT – Central Única dos Trabalhadores” (JST.02/60/02-03/1987),

(204) “Um dos nossos grandes objetivos é o de sermos um grande movimento de massa, tornando forte a luta pela terra, para garantirmos grandes vitórias. Em muitos estados as ações não chegaram a ser representativas e algumas unidades não conseguiram ainda dar o passo decisivo para desencadear ocupações” (JST.02/69/01/1988),

(680) “Somos herdeiros das lutas históricas dos povos indígenas. Somos herdeiros das lutas pela liberdade. Somos herdeiros dos primeiros movimentos camponeses de Canudos, Contestato, Caldeirão e tantos outros que a história oficial nem sequer registrou. / Somos frutos da luta camponesa com consciência de classe desenvolvida pelas ULTABs, pelas Ligas Camponesas e pelo sindicalismo rural combativo” (JST.02/236/12/2003-01/2004).

O tema de movimento reivindicado pelos sem-terra liga suas causas às demandas sociais históricas, marca um espaço político em relação aos sindicatos, aos partidos políticos, a alguns segmentos da igreja e, em particular, em relação ao Estado. Essa filiação provoca um efeito de constrangimento do Estado se se considerar que, no enunciado (680),

são filiações de movimentos que os Aparelhos Ideológicos do Estado sentiram no confronto armado direto e venceram.

(03) “1984 foi um ano marcado por muitas injustiças no campo. 1985 vai ser diferente. Os trabalhadores estão compreendendo que só a organização pode lhes garantir dias melhores” (JST.01/41/12/1984-01/1985),

(15) “V. Organização - Nesta caminhada de sofrimento e de lutas, estão surgindo novas lideranças entre os agricultores” (B.04/01/05/1981),

(56) “Assembléias municipais fortalecem Movimento dos Sem Terra / CRESCE ORGANIZAÇÃO NA BASE” (B.36/03/84),

(109) “Está claro, portanto, que a Reforma Agrária vai depender muito mais da capacidade de organização dos trabalhadores rurais do que de planos de governo” (JST.47/02/09/1985),

(155) “Só nos resta fortalecer a nossa organização, nas bases. Está provado que não podemos esperar pelo governo porque **terra não se ganha, se conquista**” (JST.02/58/11-12/1986),

(205) “Já não resta mais nenhuma desculpa para o governo da burguesia. Para nós, trabalhadores rurais, está cada vez mais claro que a reforma agrária será do tamanho da nossa organização e de nossa força” (JST.02/70/02/1988),

(433) “Precisamos ter capacidade para transformar esta indignação em organização popular e, através de lutas concretas, buscar as respostas necessárias” (JST.01/134/03/1994).

A tematização de “organização” ou de um certo tipo de “organização” é uma das mais intensas no discurso dos sem-terra porque é a partir do tipo de organização que o movimento terá condições de se projetar, de reivindicar e desenvolver estratégias de atuação para conseguir seus objetivos.

(163) “Dedicar-se à formação dos companheiros em todos os níveis, através de cursos, encontro e intercâmbio” (JST.02/61/04/1987),

(335) “Para nós do MST nossas tarefas imediatas devem ser a de continuar com as ocupações e mobilizações, fortalecer a organização interna, organizar as cooperativas e desenvolver a produção. Organizar os núcleos de base dentro dos assentamentos e avançar na formação de militantes” (JST.01/97/10/1990),

(352) “Nossa Escola Nacional, responsável pela formação de dirigentes, será uma das nossas maiores prioridades” (JST.02/101/03/1991),

(480) “**4.**) Ser um espaço de formação política massiva” (JST.02/150/08/1995).

O tema “formação” filia-se a uma rede de memória de constituição de uma “consciência” política de classe para atuação específica. A “formação” política se constituiu

em uma prática primordial para os movimentos populares. É necessário *interpel*ar (Pêcheux, 1997: 161) o trabalhador, o agricultor, em sujeito de um certo discurso de classe, uma vez que é “a ideologia que fornece evidências pelas quais todo mundo sabe o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve” (idem, 160). Esse processo de interpelação filia os sindicatos e os partidos políticos de esquerda desde o *Manifesto do Partido Comunista* (Marx e Engels) na luta de classe, pois é a partir dela que os movimentos populares de massa, além de se inscreverem na ordem do discurso político, procuram se manter na discussão suas demandas sociais, condição que “não pode” ser feita por qualquer sujeito e de qualquer jeito, exigindo, assim, uma interpretação política de caráter revolucionário.

Os enunciados que tematizam o objeto “agricultor” revelam uma complexidade de filiações discursivas na construção de sua identidade de agricultor sem-terra. Relacionam sua causa com a causa de outras categorias, marcam um espaço próprio de existência, constituem um instrumento discursivo, inscrevem-se em espaços políticos mais amplos que o da reforma agrária. É importante destacar duas tematizações de filiações históricas, a da organização e a da formação.

Essas duas tematizações, a forma de organização e a formação política, revelam o caráter ideológico e discursivo do movimento já inscrito no discurso do *Manifesto do Partido Comunista*: “o proletariado cresce por recrutamento em todas as classes da população” (Marx e Engels, 1990: 73), “toda luta de classe é uma luta política” (idem, p. 75), “essa organização dos proletários em classe e, com isso, em partido político” (idem), “o proletário é uma classe verdadeiramente revolucionária” (idem), “*proletários de todos os países, uni-vos!*” (idem, p. 122).

Esse “retorno” do discurso do *Manifesto* encontra uma nova conjuntura sócio-histórica; é o agricultor que propõe palavras de ordem, que afronta o Estado, o que implica que os sentidos sejam outros. De acordo com Cardoso (1999b: 337), o MST apresenta-se como um movimento social anacrônico,

movimento que, embora considerado anacrônico, com uma estrutura rígida (...), centralizado, inspirada na (...) concepção de partido criada por Lênin, agita o país de norte a sul, preocupa as autoridades e, cada vez mais, ganha espaço na mídia brasileira.

A autora destaca, ainda, que “há relação muito próxima entre o MST e o PT, o primeiro está ocupando o lugar de “velho” movimento sindical urbano de onde saiu o próprio PT” Cardoso (1999a: 381).

Essas considerações de Cardoso são importantes para compreender alguns aspectos desses outros sentidos do discurso do *Manifesto* no discurso do movimento, porque ele causa um certo estranhamento: não é o operariado que está em posição de liderança; é uma classe social, considerada atrasada por Marx e Engles (1990: 70)

A burguesia submeteu o campo ao domínio da cidade. Criou cidades enormes, aumentou imensamente a população urbana em relação à rural e arrancou assim uma parte considerável da população do idiotismo da vida rural.

Nesse sentido, as tematizações contribuem para compreender as filiações em redes de memória do objeto de discurso do MST: “agricultor”.

4.2.2 Terra

Desde os tempos bíblicos, os discursos sobre a terra sempre foram marcados por disputas violentas e acirradas em torno dos sentidos: de terra prometida, de paraíso, de função social, de poder, de direito de poucos, de direito de muitos, pertencente à coletividade, de empréstimos de futuras gerações feitos para as atuais, de valor imobiliário, de propriedade privada, ligado à própria identidade do sujeito, de mãe e provedora de todos nós, de algo sagrado, de lugar de descanso eterno.

A relação entre os sem-terra e o Estado coloca em disputa uma série de sentidos sobre a terra e a identidade de seus sujeitos, enquanto objeto de desejo e de poder que arregimentam vários temas filiados em redes de memórias específicas para poderem falar dela, para poderem marcar posições sobre ela, para, enfim, na disputa pelos sentidos e suas conseqüências, abrirem um espaço de debate, de constituição de identidades com outros objetos e com outros temas na ordem do discurso político.

Na violência de sua ritualização, os sujeitos procuram, pelo efeito de suas posições ideológicas, silenciar ou tirar do silêncio sentidos outros que voltam à busca de uma identidade ainda que não significada ou à busca de um possível sentido para

identificar-se e assim adquirir unidade e um espaço que lhes seja próprio, um espaço que lhes permita enunciar a sua existência.

(01) “como agricultores achamos que temos direito a ter um pedacinho de terra para plantar alimentos para nossas famílias e para os da cidade” (B.01/01/15/05/1981),

(30) “TRABALHADORES RURAIS DEBATEM ESTATUTO DA TERRA”, (B.02/06/1981),

(95) “sem terra não há democracia” (JST.02/42/02/1985),

(167) “vamos nos preparar para recuperar a terra que nos pertence” (JST.02/61/04/1987).

Nos enunciados, a tematização de terra está vinculada ao “direito” da classe trabalhadora enquanto conquista histórica. Após a revolução industrial e com a ascensão do capitalismo internacional, essas conquistas se deram, em grande parte, em decorrência das lutas, das disputas nos diversos regimes de governo, em particular nos ditos países democráticos.

O “direito” não é uma concessão e nem algo natural, mas uma conquista da classe trabalhadora, no entanto o seu uso e fruto não são automáticos em muitos dos casos. Para poder usufruir dele, é necessário reivindicá-lo com certo “fervor”, a partir de certos rituais históricos.

Esses enunciados tematizam a reivindicação do “direito”, que é uma das garantias do estado democrático de direito em relação à terra. O usufruto do estado de “direito” se constitui em um dos alicerces do estado democrático de direito; a sua ruptura leva, geralmente, à instabilidade dos governos. Poder reivindicar é um dos alicerces das democracias.

(02) “propostas mostram o avanço do movimento. Conquistar terra e uma nova sociedade” (B.10/35/04/1984),

(209) “A luta pela reforma agrária passa, obrigatoriamente, pela luta do fim do latifúndio. Acabar com o latifúndio não significa apenas fazer uma melhor distribuição das terras ou poder aumentar a produção de alimentos. Mas significa, sobretudo, criar condições para que nossa sociedade avance numa democracia firme, segura” (JST.02/70/02/1988).

Nesses enunciados, “terra” tematiza a construção de uma “sociedade” e por meio de propostas construídas no movimento, relacionada ao sistema de governo democrático.

As tematizações nos enunciados também possuem o sentido de crítica à “sociedade”, sua organização social e, particularmente, a distribuição de terra.

Essas tematizações também dizem respeito à dicotomia entre o campo e a cidade; reivindicar terra como condição de uma “sociedade nova” e como condição de uma “democracia” “avançada” deixa flagrantemente um sentido de exclusão do agricultor do que venha a ser “sociedade” para todos.

(106) “Vamos sacudir o Brasil inteiro! Terra não se ganha, se conquista!” (JST.02/46/08/1985),

(147) “Agora devemos impedir que a “Nova República” nos roube a bandeira da Reforma Agrária através da assinatura dos Planos Regionais. Nos resto, devemos acreditar só na nossa força porque Terra não se ganha, se conquista!” (JST.02/51/04/1986),

(156) “Afinal, para os sem terra nunca teve moleza mesmo. E ter cada vez mais presente a certeza de que “TERRA E PODER NÃO SE GANHAM, se conquistam!” (JST.02/59/01/1987),

(187) “Até hoje não houve nenhuma desapropriação de terra, em toda a história do Brasil, por iniciativas do governo. As desapropriações feitas sempre foram resultados de ocupações e pressões. Não será diferente agora na Nova República” (JST.02/66/09/1987),

(266) “20 mil lavradores conquistam a terra” (JST.01/80/02-03/1989).

O tema “conquista” relacionado à terra adquire sentidos peculiares. Primeiro: “conquista” se refere a um sujeito agricultor sem-terra contra o Estado, sem que ocorra algum tipo de desestabilização das instituições. Talvez algo inusitado na memória discursiva sobre a luta de terra no Brasil. Segundo, “conquista” assume um sentido de disputa de poder com o Estado. Terceiro, a “conquista” de terra pelo agricultor sem-terra marca o Estado como o outro da “conquista” e não o fazendeiro, de quem a terra é desapropriada para fins de reforma agrária. No entanto, a primeira “reação” a essa “conquista” é feita pelos fazendeiros e não pelo Estado.

A tematização de “conquista” filiada à terra está relacionada à questão “direito”, uma vez que a disputa acontece em duas instâncias políticas: a primeira é a “ocupação” – sentido dado pelos sem-terra à entrada em terras improdutivas, griladas ou devolutas – ou invasão – sentido atribuído pelos fazendeiros e pelo Estado à entrada na terra pelos sem-terra, considerada como propriedade privada e como bem inviolável no discurso da Constituição Federal -, a segunda é a instância jurídica, efetivação da desapropriação e assentamento dos agricultores, ou seja, dos vencedores.

O sentido de “ocupação” não quer dizer necessariamente pacífico, pois há uma “força”, um “desafio” às leis e às instituições.

(70) “Dois meses de ocupação de uma área da Colonizadora SOMECO, no município de Ivinhema (MS), o governador Wilson Martins Barbosa anunciou a compra de terras para assentar os lavradores” (JST.01/36/06/1984),

(142) “O novo Plano recua em relação à propostas de maio e tira as últimas esperanças dos trabalhadores que partem para as ocupações de terra no final de outubro e começo de novembro” (JST.01/49/12/1985),

(180) “VAMOS À LUTA, À TERRA OCUPAR!!” (JST.02/64/07/1987),

(198) “Por isso é que devemos continuar organizando grandes ocupações de terra, ajudando a solidificar a construção da Central Única dos Trabalhadores–CUT e do Partido dos Trabalhadores-PT preocupando assim, fortalecer as mobilizações(JST.02/68/12/1987),

(199) “O ano de 1987 não deixou de ser um ano de muitas dificuldades para todos nós trabalhadores. Dificuldades estas que atrapalharam, em parte, o avanço de nossas organizações. Mas, mesmo assim, as lutas, mobilizações, greves e ocupações de terra estouraram em todas as partes do território nacional” (JST.02/69/01/1988),

(244) “Nós trabalhadores, movido pela necessidade, continuaremos ocupando terra” (JST.02/76/09/1988),

(356) “Em Marabá, chegaram ao ponto de prender sete companheiros, todos da executiva estadual do MST, **com suspeita** de que estavam preparando uma ocupação de terra” (JST.02/105/07/1991),

(625) “Ocupar terra não é crime” (JST.01/197/02/200).

Esses enunciados tematizam “terra” em uma relação tensa na disputa pelos sentidos entre “ocupar” e “invadir”. Elas dizem respeito a duas questões básicas: uma se refere à posição sujeito que o agricultor sem-terra assume diante da terra a “ocupar” ou de fazer “ocupação”; a segunda é uma posição de afronta ao Estado a partir desses sentidos.

Se a “ocupação” é uma estratégia radical de sentidos para o movimento, o confronto direto entre o Estado e os sem-terra não acontece por vias diretas – a exemplo das Ligas Camponesas, Guerra de Canudos, Guerrilha do Araguaia, Ações do Regime Militar (prender, torturar, exilar, matar, perseguir) -, logo há dois fatores preponderantes. Um diz respeito ao fato de que as “ocupações” acontecem com famílias e de forma desarmada pelo movimento, embora suas ferramentas de trabalho sejam consideradas como armas pela polícia e pelos fazendeiros (foice, facão, machado etc.); no segundo: as terras a serem “ocupadas” são enquadradas pelo movimento a partir de informações do IBGE e demais órgãos estaduais e federais e também de funcionários de própria fazenda. Essas

informações são importantes porque é a partir delas que a terra será considerada improdutiva, devoluta, grilada e é ainda a partir dessas informações que o movimento a ressignifica e atribui sentido ao seu discurso e a sua ação de “ocupar”.

A tematização de “ocupação” está filiada aos sentidos de luta, de direito, de conquista, de necessidade básica da categoria agricultor e da categoria cidadão (de acordo com o discurso da Constituição Federal). Uma outra questão importante seria refletir sobre o seguinte: como pode o Estado reprimir as “ocupações” se ele mesmo as legitima ao desapropriar e assentar os sem-terra?

(152) “União cidade-campo por “terra, salário, emprego e liberdade”” (JST.01/55/08/1986),

(203) “ **Ligação das lutas** / Nossa meta é a de chegarmos a um ajuntamento das lutas entre campo e cidade, vinculando as greves com as ocupações terra. Neste ano não conseguimos atingir o esperado: tanto as ocupações como as greves aconteceram mais a nível de categorias ou dentro dos estados mesmos” (JST.02/69/01/1988),

(213) “Acreditamos que para levarmos à frente esta proposta de conquistar a terra e somar forças com outros companheiros da cidade para tomar o poder da burguesia, é preciso, entre outras coisas, priorizar a luta pela terra, preparando sempre ocupações, porque são destas ações massivas que surgirão os verdadeiros líderes e dirigentes que terão a tarefa de fazer as alianças com os outros trabalhadores com o objetivo de levar adiante a luta da classe trabalhadora” (JST. 02/70/02/1988),

(334) “Não basta criticar o governo é preciso desenvolver lutas concretas, seja através de greves, ocupações de terra, mobilizações, lutas parlamentares, enfim, é preciso combinar as diferentes formas de luta e de pressão para que haja fortalecimento e unidade entre os movimentos sociais para garantirmos nossas conquistas de forma coletiva” (JST.02/97/10/1990),

(346) “É importante destacar que as lutas no campo neste ano serão melhores articuladas com setores e categorias urbanas, caracterizadas como grandes jornadas de luta. Cada vez mais se buscará o engajamento de toda a sociedade na luta pela terra. Da mesma forma, os trabalhadores rurais buscarão participar ativamente nas manifestações urbanas” (JST.02/100/01-02/1991).

“Terra” é tematizada a partir de um dos discursos mais enfáticos do arcabouço ideológico do socialismo: a aliança entre cidade e campo, ou aliança “operária-camponesa-estudantil”. É importante destacar que, nessa tematização de “aliança”, há algo de novo que perturba a memória discursiva da maioria das revoluções socialistas: os operários estavam na posição sujeito de liderança e eram eles os proponentes da “aliança” aos agricultores. Essa tematização possui um sentido de subversão dos discursos comunistas que têm os

operários como a verdadeira classe revolucionária (Marx e Engels, 1990: 75). Tematizar a “aliança” causa um estranhamento de sentido porque ela vem de um lugar de agricultor que possui um espaço próprio. As mobilizações estão acontecendo em sentido contrário; elas vêm do campo para a cidade, subvertendo sentidos.

Ao tematizar a “aliança”, os sem-terra não a concebem somente para suas conquistas ao pressionarem a efetivação da reforma agrária. Essa tematização implica ampliar e unificar os movimentos cuja consequência desemboca também em unificar as reivindicações para fazer pressão diante do Estado. Essas reivindicações deslocam a posição de agricultor sem-terra para trabalhador em sentido amplo. Os operários e os demais movimentos populares também se deslocam de sua especificidade, de sua categoria ou de sua posição sujeito (negros, mulheres, homossexuais, favelados, sem-teto, índios), para comporem a “aliança” como uma mobilização contra a “burguesia” e contra o Estado.

A “aliança” não promove o apagamento total das questões ligadas à terra porque a posição sujeito de liderança está ocupada pelos sem-terra.

(182) “Na luta pela terra, vamos nos organizar e nos preparar para ocupações massivas” (JST.02/65/08/1987),

(212) “Precisamos manter firmes o princípio de lutas pela terra, usando as mais variadas formas de luta. / E com este pensamento que achamos que, nesse primeiro semestre, devem acontecer muitas ocupações massivas em quase todos os estados do Brasil” (JST.02/71/03/1987),

(248) “CONSQUISTAREMOS NOSSAS TERRAS COM ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA” (JST.02/76/09/1988).

Ao tematizar “organização” filiada à terra, de forma enfática, o movimento imprime um caráter imperativo para os sem-terra: está posta como condição para a própria existência do movimento. Se, no primeiro acampamento, a “organização” possuía um sentido “voluntarista” (no primeiro momento na Encruzilhada Natalino), na existência do movimento na ordem do discurso político, a “organização” se deslocou para o sentido de partido político. Esse sentido para um movimento popular na luta pela terra no Brasil desestabiliza as redes de memória dos movimentos populares de até então.

Ao tematizar “organização” em relação à terra, pode-se inferir que a “organização” é condição primeira e de ordem imperativa, seja para “conquistar terra”, seja

para resistir nela. Ela possui o sentido de “mola propulsora” das atividades e dos discursos dos agricultores sem-terra.

(220) “As ocupações e despejos sucessivos demonstram que necessitamos desenvolver formas mais eficientes de luta pela terra” (JST.02/72/04/1988),

(238) “Hoje, o mesmo esforço que fizemos para preparar a ocupação, teremos que fazer para preparar a resistência. Resistir significa não sair da terra que ocupamos por achar que ela deve pertencer aos trabalhadores. A terra nada mais é que uma necessidade para podermos continuar vivendo” (JST.02/75/07/1988),

(247) “Certamente, aumentará, ainda mais a repressão, e isso exigirá um esforço ainda maior da parte de todos os companheiros e de todas as lideranças, para melhorar a organização do Movimento e garantir o avanço da luta pela reforma agrária, através de ocupações, melhor organizadas, resistindo na terra até as últimas conseqüências” (JST.02/76/09/1988),

(248) “CONSQUISTAREMOS NOSSAS TERRAS COM ORGANIZAÇÃO E REISTÊNCIA” (JST.02/76/09/1988),

(310) “Na resistência a terra, 16 lavradores foram assassinado este ano no estado [MA], denunciam entidades sindicais e igrejas” (JST.02/90/12/1989).

A tematização da “resistência” se constitui em um segundo desafio ao sentido de “ocupação”, pois, para “ocupar”, é necessário atribuir, imprimir certos sentidos às práticas discursivas, considerando que o sentido de “resistência” coloca os agricultores sem-terra no limite de suas ações perante o Estado: resistir a partir de condições específicas ou resistir a qualquer custo? Se “ocupar” já é uma ruptura, um tipo de radicalidade, um acontecimento e uma afronta ao Estado na “luta” pelos sentidos, a “resistência” tem sido um discurso que ainda não encontrou seu sentido de “radicalidade” ou sua ruptura do sentido de “ocupação” plena, entrar e não sair de forma alguma.

O sentido de “resistência” nas redes de memória dos movimentos populares no Brasil implica afastar-se por completo do discurso de legalidade. De acordo com Euclides da Cunha (1979) “Canudos não se rendeu”, ou seja, resistiu até o fim. Houve poucos sobreviventes, crianças e velhos.

A “resistência” não está relacionada apenas à saída da terra “ocupada”, mas à própria permanência do agricultor sem-terra no acampamento à beira das estradas. A “resistência”, nesse sentido, é uma forma de radicalidade.

A “resistência” tem levado muitos sem-terra, lideranças, apoiadores, religiosos, a sofrer os efeitos de sentido de sua posição na luta ou apoio político à terra, seja por meio dos aparelhos ideológicos do estado (governos estadual e federal), seja por organizações vinculadas aos fazendeiros, conforme é possível constatar nos enunciados:

(17) “por ocasião de uma procissão realizada pelos agricultores, foram identificados dois agentes da Polícia Secreta (DOPS)” (B.01/04/1981),

(43) “Agricultores denunciam violência e infiltração policial no acampamento de Encruzilhada Natalino” (B.01/18/09/02/1982),

(89) “Enfim, lutaram para defender os seus direitos e o seu sustento. Nesta edição publicamos a relação completa dos trabalhadores assassinados: nome, data e local. É para não haver dúvida e para que os mártires da terra fiquem na memória de todos” (B.02/34/02/1984),

(201) “**Repressão policial nos despejos** / Em muitos estados onde sofremos despejos, tivemos materiais, ferramentas e comidas roubadas pela Polícia e muitos companheiros foram presos e feridos. Esta repressão nada mais é que o compromisso dos governos estaduais com o latifúndio e a União Democrática Ruralista (UDR), que não perde tempo em exigir repressão e praticar atos violentos contra os trabalhadores” (JST.02/69/01/1988),

(202) “**Assassinato de trabalhadores rurais** / A violência no campo continuou a guerra dos anos anteriores e, infelizmente, acabamos perdendo mais de duzentos companheiros, vítimas da mão assassina da UDR e seus pistoleiros. O pior de tudo é que isso aconteceu com a participação ou cumplicidade de muitas autoridades governamentais” (JST.02/69/01/1988),

(264) “Durante 1988 tomaram 84 lavradores na luta pela terra. No último mês fomos abalados por três hediondos assassinatos que atingiram nossa classe. O do deputado João Batista, no Pará, o sindicalista e candidato a vereador pelo PT em Caçador, Santa Catarina, Hermínio Gonçalves: e do sindicalista Francisco Mendes no Acre. Todos os três tinham características comuns. Todos estavam ameaçados de morte há muito tempo, haviam recorrido às autoridades, à Justiça; nenhuma providência foi tomada em nenhum dos casos. Todos os três eram lideranças expressivas e desempenharam papel importante na organização dos trabalhadores rurais em suas regiões. Foram assassinados a mando de fazendeiros. PUBLICAMENTE VINCULADOS COM A UDR” (JST.02/79/12/1988),

(282) “Na Paraíba, um desses grupos paramilitares, participou da operação de despejo das 180 famílias que ocupavam uma fazenda improdutiva. Estavam fardados, metralhadores em punho; criaram um clima de terror. Espancaram os lavradores, queimaram barracos e levaram à morte uma criança de um ano e seis meses. Agrediram uma religiosa que nos dava apoio” (JST.02/82/04/1989),

(289) “No campo, a polícia e grupos paramilitares atuam juntos. Dia 11 de maio, a PM de Sergipe despejou 300 famílias de uma ocupação. Três lideranças foram presas. Um deles, o companheiro João Daniel, foi torturado. Espancaram e aplicaram técnica de afogamento” (JST.02/83/05/1989),

- (301) “Os números mostram em um total de 168 conflitos com 72.979 pessoas envolvidas, houve 32 assassinatos, 79 vítimas tentativas de assassinatos, 456 casos de lesões corporais, 135 prisões ilegais e 31 ocorrências de tortura e maus tratos. A Brigada Militar do Rio Grande do Sul e a PM da Bahia foram as campeãs de espancamentos e torturas” (JST.02/86/08/1989),
- (356) “Em Marabá, chegaram ao ponto de prender sete companheiros, todos da executiva estadual do MST, **com suspeita** de que estavam preparando uma ocupação de terra” (JST.02/105/07/1991),
- (357) “Romeu Tuma, Chefe da polícia federal, foi à câmara dos deputados denunciar que o MST enviava camponeses para treinamento de guerrilha em Cuba. Tal é a mentira que teve que pedir desculpas ao embaixador cubano” (JST.02/105/07/1991),
- (359) “No Mato Grosso do Sul, tivemos dois casos de perseguição. Dois agentes infiltrados acompanharam lideranças dos sem-terra num ônibus, e agindo como provocadores, afirmaram que os sem-terra portavam armas, fazendo com que fossem para a delegacia” (JST.02/106/07/1991),
- (397) “Mais um trabalhador rural foi assassinado por um tiro dado a 1.200 metros de distância. Um fuzil que apontava para 300 pessoas numa ocupação e que matou um companheiro pelas costas. O comandante da brigada de Santo Ângelo, teve a petulância de ir para uma rádio de região alegar que no acampamento havia guerrilheiros de Cuba, Guatemala e Nicarágua” (JST.02/121/11/1992),
- (553) “DELEGADO, JUIZ E PROMOTOR FAZEM PROPOSTA INDECENTE AO MST” (JST.01/155/01-02/1996),
- (636) “Liberdade aos presos do MST / Show em prol dos presos políticos do MST” (JST.01/205/11/2000),
- (670) “Perseguição política ao MST resulta em trabalhadores rurais presos em vários Estados” (JST.01/233/09/2003).
- (272) “V Encontro Nacional do MST / “Ocupar, resistir e produzir”” (JST.01/81/05/1989),
- (337) “cabe a nós, trabalhadores rurais acelerar a implantação do processo cooperativista, visando garantir nossa permanência na terra, acesso a novas tecnologias e maquinários que garantam produtividade elevadas” (JST.02/98/11/1990), (faltou análise)
- (338) “Não podemos pensar em produzir e nos organizarmos como faziam nossos antepassados” (JST.01/98/11/1990),
- (358) “**Terra para morar, terra para plantar**” (JST.02/105/07/1991),
- (600) “MST lança semente agroecológica” (JST.01/183/10/1998).

Terra é tematizada em relação à produção, que é o clímax da relação entre acampamento, à beira da estrada, ocupação, resistência e assentamento. O enunciado (272) exemplifica a importância da produção: não se trata apenas de terra para plantar na terra. O tipo de produção para os sem-terra é um tipo de ruptura com uma certa prática de produzir

e se organizar, como em (338). A produção implica novas práticas de produção, desde a implantação de cooperativas até “novas tecnologias”. Conseguir terra não é o objetivo último dos sem-terra. Sem recursos, sem organização, sem apoio, sem uma estratégia, a produção não é automática, e, sem produção, a permanência na “terra conquistada” pode tornar-se tão difícil quanto “conquistá-la”.

Como se verá mais adiante, as “ocupações” dos sem-terra não se resumem apenas em terras, mas estendem também a bancos, prédios do INCRA, Secretarias de Agriculturas. Conseguir organizar para produzir e produzir com produtividade tem levado o movimento a fazer convênios com universidades, ONGs, EMBRAPA entre outros órgãos e instituições.

A tematização de “produção” possui um sentido de continuidade da luta pela terra, uma ruptura com os movimentos anteriores ao MST e particularmente com uma tradição discursiva no discurso do senso comum “em que se planta do tudo dá”.

- (403) “**ESPECIAL / IMPRENSA CONTRA A LUTA DOS TRABALHADORES**” (JST.01/126/06/1993),
 (439) “Nos últimos dias a grande imprensa tem nos atacado por fazermos ocupações de terras, voltando aos velhos argumentos de que estamos ferindo a lei e colocando em risco o “Estado de Direito Democrático”. Pode existir um Estado deste tipo num país que condena 32 milhões de seus habitantes a passarem fome? Num país que tem 4,8 milhões de hectares totalmente improdutivos e 42% de terras agricultáveis nas mãos de 1% dos produtores rurais?” (JST.01/135/04/1994),
 (446) “**PORQUE A IMPRENSA ATACA A LUTA DO MST PELA TERRA**” (JST.01/138/07/1994),
 (453) “Fernando Henrique é outro Collor. Ele representa a burguesia, os poderosos, os bancos, os poderosos, as multinacionais, os fazendeiros, a “Globo”, em suma o que sempre mandaram neste país. Eles estão desesperados” (JST.02/140/09/1994).

O tema “imprensa”, no discurso do MST, marca o efeito na disputa pelos sentidos, uma vez que a imprensa, de forma geral e considerando a grande mídia (jornais, revistas, rádio e televisão), tem uma posição específica em relação às posições do MST, um tipo de “oposição”, algumas vezes com efeitos de sentidos “velados”, outras vezes com sentidos “explícitos”. O exemplo dessa disputa de sentido está na oposição entre “ocupar”, para o MST, e “invadir”, para os sindicatos e as associações de latifundiários e produtores, para a grande imprensa, para um certo discurso do senso comum, além da “desqualificação” do movimento, entre outras questões.

A relação entre “imprensa” e o MST marca posições ideológicas antagônicas. De acordo com Arbex Jr. (1999: 19), “a idéia é transformar a ‘questão agrária’ em problema específico do MST. Ele deve ficar isolado no “gueto”, o que equivale a considerar que o MST deve ficar na marginalidade discursiva. Ainda segundo Arbex Jr. (idem), a imprensa tem feito isso com maestria, como “o governo FHC (...) está contra o MST (...) e conta para isso com o apoio irrestrito e total da mídia” e “há uma investida furiosa da imprensa grande contra o MST”.

(186) “Os avanços só ocorrerão se os trabalhadores pressionarem. Foi assim, no tempo em que o Estatuto da Terra estava em vigor, e será assim com a nova Constituição. Os ganhos da classe trabalhadora se darão pela luta, pela pressão, pela mobilização e pela ocupação de terras” (JST.01/66/09/1987),

(292) “Os trabalhadores que foram despejados da Fazenda Santa Elmira no Rio Grande do Sul, em março, deram um exemplo de determinação e heroísmo. Mantiveram a mobilização, e conquistaram 8 mil ha. de terra em negociação com o governo” (JST.02/83/05/1989),

(474) “Camponeses gritam por terra em todo país” (JST.01/148/06/1995),

(546) “A Consulta Popular, como definiu a Assembléia dos Lutadores do Povo, deverá avançar na sua luta pela democratização da terra, do capital, dos meios de comunicação e da cultura. Terá pela frente o desafio de crescer nas formas organizativas e no seu poder de mobilização” (JST.02/196/12-01/2000).

A “mobilização” nos discursos dos movimentos populares é uma temática recorrente; no entanto os sentidos não são os mesmos, de acordo com a constituição ideológica do movimento. Os sem-terra, ao tematizarem “mobilização”, acabam por imprimir um sentido peculiar porque não se trata apenas de reivindicar terra, mas de condição política de existência do próprio movimento. Os sentidos não se referem à convocação e à estimulação da população ou de determinados grupos sociais para que participem de alguma atividade política.

A “mobilização”, para os sem-terra, diz respeito à interpelação do sujeito agricultor desprovido de terra em agricultor sem-terra. É o processo de interpelação ou processo interpelatório de identificação que vai possibilitar a organização, uma pauta de reivindicação (antes de ser assentado e depois também), a “ocupação”, o diálogo com os demais movimentos populares entre outras ações.

A “mobilização”, no discurso do MST, extrapola a questão da terra, pois ele a filia a questões mais amplas, ligadas às do operariado e dos demais movimentos populares

(Atingidos por Barragens, Negros, Mulheres, Pequenos Agricultores, Sem Teto, Indígenas). Assim, o sentido de sua mobilização revela também a sua posição sujeito em relação aos demais, pois mobilizar-se para as demandas próprias do movimento significa uma posição política específica, mas mobilizar-se e convocar os outros para essa “mobilização” significa discursar ou falar em nome dos outros. Isso, no âmbito do discurso político, só o faz quem assume uma posição significativa, como a de liderança. Não basta atribuir para si certas posições; ele deve ser reconhecido pelo outro para que possa demandar efeitos de sentidos.

Assim, a “mobilização” filiada à questão da terra se constitui em um discurso de autoridade, um discurso de afronta perante o Estado, pois a “mobilização” sempre coloca em questão a posição discursiva do Estado em face das reivindicações.

É necessário ressaltar que, nas tematizações, os seus sentidos estão, direta ou indiretamente, relacionados, pois eles são efeitos de um complexo discursivo específico na luta pela terra. A inscrição de um tema no discurso do MST não acontece sem que esteja filiado nas redes de memória dos movimentos populares de esquerda. Os temas tanto quanto os discursos não estão

independentes das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida que constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço (Pêcheux, 2002: 56).

Os temas vistos neste tópico, tanto quanto nos tópicos “a” e “c”, marcam, pela sua inscrição no discurso, um tipo de “agitação e desestruturação-reestruturação” dos/nos sentidos, dos/nos discursos, da/na posição sujeito, considerando que não é qualquer tema e nem de qualquer forma que o tema se inscreve neste ou naquele discurso. A inscrição do tema atende à demanda de sentidos na ordem do político para que possa suportar efeitos de sentidos, para que o tema possa, enfim, percorrer este ou aquele trajeto, ocupando, assim, uma “função” específica, não estática, no discurso, a partir de sua relação com o objeto do discurso.

4.2.3 Direito

O sentido da palavra direito, de forma geral, está relacionado a costumes, a tradição, a conjunto de normas, a regras, a leis de uma sociedade, grupo ou estado; ao que é bom, justo e correto; ao que é facultado ao indivíduo pela lei, pela tradição; aquilo que é garantido nas leis, nas constituições dos estados e países, ao ideal a ser alcançado; a princípios baseados na ética e na moral; às prerrogativas, aos benefícios ou vantagens concedidos ou conquistados na forma da lei; ao divino e ao sagrado; à herança; à legitimidade (herdada, conquistada, divina); à vida, ao trabalho, à educação, à segurança; ao poder; à autoridade.

O sentido de direito, qualquer que seja, historicamente sempre deve definido seu estatuto a partir das relações de poder manifestadas e imbricadas no bojo das disputas, internas ou externas, sociais, entre grupos das mesmas relações de poder ou entre grupos distintos.

A questão não foi/é somente definir a expressão discursiva “direito” com este ou aquele sentido, mas, sobretudo, saber quem possuirá o direito e o poder de usufruir de suas prerrogativas. A definição passa necessariamente pelo grupo social que, nas relações sociais, detém o poder. Outra questão importante é que o direito é sempre o direito de usufruir de forma legítima (o que não quer dizer que seja ético ou moral) alguma coisa enquanto objeto de disputa e de desejo. A disputa pelo próprio poder está em questão enquanto objeto de direito.

Um dos sentidos mais correntes nas sociedades capitalistas está relacionado com as lutas de classes que, a partir do advento do marxismo, colocaram em questão, de forma mais intensa, os direitos dos operários, em detrimento de uma determinada classe social, a burguesia. O marxismo ofereceu não somente reflexões sobre o surgimento das relações sociais, de poder e das lutas históricas de classe, mas especialmente instrumentos para que o operariado e as classes sociais mais desfavorecidas da sociedade possam lutar pelo poder e disputá-lo, além de, sobretudo, apropriar-se dos espaços de poder, ou seja, dos aparelhos ideológicos do estado, por intermédio das revoluções socialistas. A história tem registrado esses momentos de sublevação das classes trabalhadoras, cujo objeto de desejo e de poder é o sentido de direito dos bens de produção cultural, material, social e de quem deve possuir poder de usufruir.

Convém destacar que, se o direito é uma questão de classe social e a burguesia historicamente sempre deteve não somente o benefício para si própria, mas o uso do direito a..., o marxismo fez/faz sentido para as classes mais desfavorecidas da sociedade enquanto instrumento de contestação dos direitos e da subversão desses direitos.

No entanto, os sentidos restritos ou amplos do que venha a ser direito são, antes, uma questão de posição sujeito que se constitui nas filiações sócio-históricas nas quais os sujeitos se representam e se identificam às vezes contraditoriamente, a despeito de suas posições de classe. Em um certo discurso do senso comum, há a posição contra (de agricultores, de operários, de pessoas trabalhadoras assalariadas) o MST em relação a sua prática de “ocupação” (para o MST) ou “invasão” (para o senso comum) como forma de pressionar o governo a realizar a reforma agrária. Essa posição também é defendida pelos latifundiários, pela grande mídia, pelos fazendeiros, pelo governo e pelo Estado. Para alguns grupos de agricultores, de operários e de pessoas trabalhadoras assalariadas, “ocupar” fere a lei, o direito à propriedade da terra; já para os latifundiários, a grande mídia e os fazendeiros, “ocupar” é invasão/invasão porque fere o seu direito histórico de classe. Ambos são contra, mas as filiações históricas são distintas. Outro exemplo poderia ser o trabalhador que se recusa a fazer greve juntamente com seus companheiros para reivindicar melhores condições de trabalho, salário, vale transporte. O patrão ser contra a greve tem um sentido histórico de classe, enquanto a posição do trabalhador ser anti-greve possui outro.

O que subjaz a essas cinco posições é que os sujeitos se enunciam a partir de certas identificações discursivas heterogêneas sócio-históricas, do que venha a ser o direito e de quem deve usufruir dele, que pode ou não corresponder a sua posição social de classe. A disputa entre e pelos sentidos de direito entre o Estado e os agricultores sem-terra marca algumas posições de classe filiadas em redes de identificações ideológicas: o sem-terra nas lutas populares de esquerda; o Estado no capitalismo.

Assim, a tematização do “direito”, em sentido estrito, foi uma categoria para poucos usufruírem; em sentido amplo, é uma das conquistas históricas da classe trabalhadora e dos menos favorecidos, embora ela não atinja a todas as categorias ao mesmo tempo, pois há certas especificidades entre trabalhador do campo e trabalhador da cidade. Os operários sempre estiveram à frente dos agricultores em relação às conquistas, como o próprio MST se refere nos seguintes enunciados:

(73) “ao longo da História do Brasil, os trabalhadores rurais têm sofrido uma desumana exploração social e política. A maior prova disso é que eles conquistaram alguns direitos semelhantes aos dos trabalhadores urbanos com 25 anos de abraso, graças ao Estatuto dos Trabalhadores Rurais, criado em 1963” (JST.02/36/06/1984),

(74) “é verdade que o trabalhador rural brasileiro não tem grande tradição de luta. Salvo raras exceções, faltam organismos e movimentos sindicais fortes, para resistir aos períodos mais fortes do autoritarismo político e da exploração econômica” (JST.02/36/06/1984).

Ou conforme concebem Marx e Engels (1990: 70):

a burguesia submeteu o campo ao domínio da cidade. Criou cidades enormes, aumentou imensamente a população urbana em relação a rural e arrancou assim uma parte considerável da população do idiotismo da vida rural.

Mas a burguesia não forjou apenas as armas que lhe trarão a morte: produziu também homens que empunharão essas armas – os operários modernos, os *proletariado* (pág. 72)³².

De todas as classes que hoje opõem à burguesa, apenas o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária (pág. 75).

O direito apresenta-se, em muitos aspectos, como um sentido naturalizado, com alguma estabilidade, como se fosse óbvio e incontestável, como o direito à herança, à propriedade, à realeza (reis, rainhas, príncipes, princesas). O direito não possui nada em si a não ser a interpretação e posição sujeito.

(01) “como agricultores achamos que temos direito a ter um pedacinho de terra para plantar alimentos para nossas famílias e para os da cidade” (B.01/01/15/05/1981).

A tematização de “terra” em relação ao direito possui o sentido de uma reivindicação amena, como se não fosse possível ocupar a posição de reivindicador daquilo que a lei lhe garante como direito universal no discurso da Constituição Federal (1988):

Artigo 3º. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; (...) III – erradicar a pobreza e a

³² Gostaria de ressaltar que a expressão “idiotismo” do fragmento, em alguma instância pode significar “jeito de falar” do agricultor, no entanto, em nossa interpretação recorrendo ao original, optamos por significar agricultor como despolitizado, ingênuo, sem “cultura” em relação ao homem da cidade.

marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV – promover o bem de todos, sem preconceito de origem, sexo, raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

Artigo 7º. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social;

Artigo 184 Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel que não esteja cumprindo sua função social.

É importante destacar que o contexto histórico do sujeito se dava ainda na vigência do período da Ditadura Militar, portanto não era possível reivindicar de qualquer forma, de qualquer maneira e qualquer coisa como tema ou objeto perante o Estado, considerando que o estado de direito, para os contestadores, era frequentemente violado, pois o regime fazia valer o seu “gesto de interpretação” (Orlandi, 1997), garantido pela força nos Aparelhos Ideológicos do Estado.

(73) “ao longo da História do Brasil, os trabalhadores rurais têm sofrido uma desumana exploração social e política. A maior prova disso é que eles conquistaram alguns direitos semelhantes aos dos trabalhadores urbanos com 25 anos de atraso, graças ao Estatuto dos Trabalhadores Rurais, criado em 1963” (JST.02/36/06/1984).

A tematização da “história” no âmbito do direito marca uma posição histórica dos agricultores em relação aos “trabalhadores urbanos”, que corresponde às formações imaginárias que o agricultor constrói de si e do outro. Essa posição, no bojo do discurso do MST, não revela apenas uma defasagem de direitos ou de quem os conquistou primeiro, mas sim que o agricultor possui uma história que, por sua posição histórica, lhe faculta reivindicar.

(78) “A resposta ao chamado do Governo para a “ocupação das regiões de fronteira agrícola” deve ser a luta por uma reforma agrária imediata, ampla e massiva, que assegure os direitos fundamentais dos trabalhadores rurais” (B.02/02/07/1982),

(549) “Precisamos de um projeto popular que de fato garanta a TODO BRASILEIRO, acesso ao trabalho, a terra, a moradia digna, a escola para seus filhos, de uma forma gratuita e em todos os níveis, e alimentação farta na mesa. São direitos fundamentais da pessoa humana” (JST.02/206/12-01/2001).

A tematização de “direitos fundamentais” possui o sentido de argumento que justifica as ações e a existência do próprio movimento em (78). Já em (549), “os direitos

fundamentais” transcendem os direitos de uma categoria em particular. Essa mudança de sentidos é significativa, uma vez que incluir os “direitos fundamentais” de agricultor no âmbito do discurso dos “direitos fundamentais da pessoa humana” é se posicionar discursivamente de um outro lugar para significar sua causa e suas ações.

Nesse sentido, como o Estado vai poder interditar ou não reconhecer o seu interlocutor quando este reivindicar “direitos fundamentais”? De uma forma ou de outra, no discurso do senso comum, todos sabem qual sentido atribuir aos “direitos fundamentais”. Essa tematização é uma forma também de transformar a demanda de “agricultor” em demanda da “pessoa humana”: o problema da terra diz respeito a todas as pessoas, de forma geral.

(89) “Enfim, lutaram para defender os seus direitos e o seu sustento. Nesta edição publicamos a relação completa dos trabalhadores assassinados: nome, data e local. É para não haver dúvida e para que os mártires da terra fiquem na memória de todos” (B.02/34/02/1984).

A “luta” e suas “conseqüências trágicas” também tematizam o direito, não com o sentido de heroísmo ou exaltação à “luta”, mas com os sentidos de que “lutar” é um direito na defesa de seus interesses. É uma forma de reverenciar os que estão na “luta” pelo direito e não simplesmente pela terra.

(90) “Mas mesmo os lavradores não cansam de afirmar que o que está por trás destas lutas é a fome, a miséria. O amadurecimento político dos lavradores fez com que eles tenham condições de entender esta situação e quais os interesses que estão em jogo. A paciência esgotou e os sem terra partem para iniciativas mais eficazes para garantir seus direitos” (JST.36/02/07/1984).

Essa tematização de “consciência política” do agricultor provoca uma ruptura de sentido com os discursos socialistas em que, salvo a revolução chinesa, os operários formam a categoria com condições de ascender a um tipo de “consciência política” que lhe permita “partir” para um tipo de ação política como resposta na defesa de seus interesses de classe.

A “consciência política” tematizada em relação ao direito significa que os agricultores sem-terra são politicamente “independentes” nas suas formas de agir, de lutar

em relação aos operários. É ainda reivindicar uma posição de direito a possuir também “consciência política”.

(183) “A burguesia, o Governo, a “justiça” e a UDR [União Democrática Ruralista] sempre trataram os nossos direitos pela terra como uma questão militar. Mesmo assim vamos ocupar todas as terras improdutivas, em todos os estados. Pressionaremos o governo e resistiremos em cima da terra” (JST.02/65/08/1987).

Essa tematização coloca em questão o próprio “sentido” de direito, ou seja, há uma disputa do que venha a ser o “sentido” de direito pela terra. Nessa disputa pelo “sentido”, há um “sentido” e uma posição de afronta ao próprio Estado, como forma de disputar o “sentido”. O MST, a despeito de como o outro possa significar as suas práticas, na sua posição de afronta já imprime seu sentido: afronta, desafio, ocupação, pressão.

(231) “Vamos juntar todas as forças: crianças, jovens, homens e mulheres, do campo e da cidade, para **DAR UM BASTA! CHEGA DE ENROLAÇÃO DOS CONSTITUINTES! VAMOS RASGAR E QUEIMAR A CONSTITUIÇÃO EM PRAÇA PÚBLICA! FAZER GRANDES E BONITAS MANIFESTAÇÕES E COMEMORAÇÕES!** E conclamar toda classe trabalhadora: já que na lei os nossos direitos não vêm, conquistaremos na marra! Quem não tem direito de fazer as leis, não tem obrigação de respeitá-las. **VAMOS COLOCAR EM PRÁTICA AS NOSSAS LEIS!**” (JST.02/74/06/1988), (analisar, fazer relação com independência ou morte!)

(511) “Após o debate, o representante do MST, João Pedro Stedile, declarou à imprensa que aos trabalhadores rurais sem terra, aos desempregados e ao sem-teto, resta somente se organizar e lutar para reivindicar seus direitos. Por causa dessa declaração o governo federal abriu um inquérito para processar o dirigente do MST” (JST.02/169/06/1997),

(633) “**Nosso país tem jeito?** Respondemos que sim. Mas será necessário que o povo brasileiro se levante, se organize e vá para as ruas, para lutar por seus direitos históricos. É possível sim construir um outro projeto para o Brasil” (JST.02/203/08/2000).

Tematizar “conquista” em relação a direito coloca em questão a posição de afronta ao Estado, pois, revela uma disputa de classe que não diz mais respeito apenas aos agricultores sem-terra, mas à classe de trabalhadores de forma geral. A “conquista” revela o tipo de interesse histórico; revela ainda que o outro do MST não fará nenhum tipo de concessão de direito, a não ser pela imposição e pela luta da classe trabalhadora.

Esses enunciados possuem o efeito de sentido de um discurso pela subversão às leis, pela afronta direta ao Estado para garantir o direito à “conquista”, ou seja, “conquista” é um direito, enquanto imperativo da classe trabalhadora.

A tematização como “conquista” põe em questão uma posição de afronta na ordem do discurso político, pois as conquistas não se dão ao acaso ou por mera concessão sem resistência, sem luta. A conquista ainda é para obtenção de direitos sociais e/ou políticos de grupos ou de categorias.

No fragmento dos enunciados (231), “conquistaremos na marra”, e (633), “será necessário que o povo se levante”, é possível considerar que “conquista” está em relação interdiscursiva (por aliança, assume alguns posições; por redimensionamento, para os sem-terra, a conquista e a ruptura são um processo discursivo e uma prática de uma categoria em aliança com outras categorias da mesma instância discursivo-ideológica) com um discurso de afronta e de ruptura do Imperador D. Pedro I, que, às margens do Rio Ipiranga, enunciou “independência ou morte”.

O sentido do discurso de D. Pedro I inscreve-se em duas posições sujeito ao mesmo tempo: um sentido de afronta ao poder central, o do rei seu pai, e um sentido de ruptura já enunciado como efeito na própria afronta ao poder central. É com esse discurso, apesar de constituições históricas bem distintas, que o discurso dos sem-terra mantém alguns sentidos, no entanto “conquistaremos na marra” e “será necessário que o povo se levante” se constituem de estratégias discursivas de “idas-e-vindas”, pois os sem-terra não chegam a promover uma ruptura com o poder central, o do Estado, na sua enunciação e prática discursiva, embora esse discurso seja objeto de repressão e de interdição por parte do discurso do Estado.

(259) “Será também nossa tarefa nos unirmos aos companheiros operários, para criar uma força poderosa, para conquistar os direitos dos trabalhadores” (JST.02/78/11/1988).

A tematização de “aliança” entre os agricultores sem-terra e as demais categorias é uma constante no discurso do MST. A “aliança” se constitui em um sentido condicional na disputa e na conquista dos direitos dos trabalhadores. Unir as categorias não é o mesmo que unificar os direitos, no entanto, ao aumentar a pauta de reivindicação enquanto direito

dos trabalhadores, a possibilidade de pressionar o Estado e de o Estado reconhecer estes direitos tem sido um discurso com certa eficácia.

A “aliança” filia-se historicamente, como uma palavra de ordem, ao discurso do *Manifesto do Partido Comunista*. No entanto, no enunciado é o agricultor sem-terra que está ocupando a posição de enunciador desse discurso de união. Isso é significativo, pois o movimento operário no Brasil começa a entrar em refluxo político no final dos anos oitenta e início dos anos noventa. Essa posição de liderança passará a ser ocupada gradativamente pelos agricultores sem-terra. Tematizar “aliança” em relação ao direito já representa um deslocamento de sentido de quem possui condições de fazê-lo no debate com o Estado, de um lado, e os trabalhadores de forma geral, do outro.

(261) “Ocupação: conquista de nossos direitos” (JST.01/79/12/1988),

(439) “Nos últimos dias a grande imprensa tem nos atacado por fazermos ocupações de terras, voltando aos velhos argumentos de que estamos ferindo a lei e colocando em risco o “Estado de Direito Democrático”. Pode existir um Estado deste tipo num país que condena 32 milhões de seus habitantes a passarem fome? Num país que tem 4,8 milhões de hectares totalmente improdutivos e 42% de terras agricultáveis nas mãos de 1% dos produtores rurais?” (JST.01/135/04/1994),

(473) “Ocuparemos prédios públicos e as capitais para fazer valer nossos direitos. Nossa resistência e luta impedirá que o Brasil seja saqueado e sucateado como foi o México” (JST.02/147/05/1995),

(561) “De nossa parte continuaremos na luta, organizando os trabalhadores, realizando marchas e ocupações de latifúndios improdutivos e exigindo o cumprimento de nossos direitos” (JST.02/15704/1996).

Tematizar “ocupação” em relação ao direito tem sido uma das disputas mais acirradas pelo sentido, da prática do MST, entre o Estado e os agricultores sem-terra. Essa tematização marca também uma das posições mais radicais em relação ao Estado. Essa posição significa o MST diferentemente dos movimentos anteriores na luta pela terra. Historicamente, a “ocupação” não tem sido uma prática exclusiva dos sem-terra, mas, enquanto estratégia para pressionar o Estado a fazer reforma agrária e com os sentidos de que tem sido feita, é algo novo na luta pela terra. Não é sem propósito que o sentido dos discursos do MST, de acordo com Orlandi (1999: 66-7), é “uma ruptura no discurso político neo-liberal” e não é sem propósito que ainda encontra

dificuldade de significar-se nessa margem [discurso político] em que muitos sentidos não podem fazer o sentido do político, onde palavras como “movimento” podem significar algo sujeito a repressão porque resvala para o que, hoje, se considera com ilegal, indo na direção do que se considera “mobilização social”, ilegal, e que, em maio-68, estava absolutamente dentro das expectativas do político (idem).

Nessa disputa pelos sentidos, a estratégia do Estado tem sido cada vez mais tentar que o discurso de “ocupação” em relação ao direito se torne “vazio de sentido pela imposição dos sentidos pré-existentis” (Geraldi, 2002: 2), sentidos estes de propriedade filiada aos sentidos do discurso da tradição sobre a questão da terra no Brasil e aos sentidos do discurso capitalista como algo inviolável. Esses dois sentidos encontram forte amparo no discurso do senso comum.

Na luta pela terra, a “ocupação” enquanto direito tem sido um dos sentidos mais contundentes.

(293) “A repressão sempre foi a arma utilizada pela burguesia. Não nos amedrontam. Vamos garantir a terra que é nosso direito. A meta é acabar com a latifúndio. Vamos fortalecer nosso movimento, formar quadros dirigentes; intensificar nossa aliança. Nosso inimigo é um só. Juntos, somos a maior força!” (JST.02/83/05/1989).

A tematização da “repressão” em relação ao direito marca, de um outro lado, uma das formas estratégicas de o Estado tentar fazer que o MST se submeta à ordem discursiva como reação às legalidades; de um outro lado, o MST significa e ressignifica seus discursos e, conseqüentemente, suas práticas relacionadas ao sentido de direito enquanto estratégia de resistência.

A “repressão” do Estado atinge duas instâncias: a primeira é a discursiva, na disputa pelos sentidos; a segunda, o efeito sobre os sujeitos dos discursos, cuja conseqüência tem sido a morte, prisão, tortura, desqualificação.

(407) “Recentemente houve muitas mobilizações dos trabalhadores rurais. Ocuparam prefeituras. Marcharam sobre Fortaleza. Saquearam sobre armazéns e depósitos. Tudo para matar a fome. Um direito sagrado de qualquer ser humano para sobreviver” (JST.02/126/06/1993).

A tematização da “fome” em relação ao direito põe em questão uma diversidade de discursos e constrangimentos para o Estado. Como pode o Estado lutar contra aquele cujo efeito de sentido tem a “fome” como tema e argumento para sua prática?

A tematização põe em questão uma das maiores contradições constitutivas do sistema capitalista e o próprio tipo de sociedade. O efeito de sentido do tema da “fome” no debate com o Estado não é menos conflituoso que os demais sentidos. A tematização da “fome” no discurso do MST relacionado ao direito é uma afronta à estabilidade da ordem e das Instituições. O perigo para o Estado é o tipo de efeito de sentido que o tema pode eventualmente adquirir e a “fome” passar a ser um tipo de sentido que venha a constituir um certo conjunto de práticas sociais.

(508) “Nós do MST continuaremos a nos organizar e a lutar pela Reforma Agrária. Estaremos presentes em todos os assuntos que dizem respeito ao futuro de nosso país. É um direito de cidadania. Saberemos exercê-lo” (JST.02/168/04-05/1997).

Esta tematização, “participação política”, talvez seja a que melhor significa o conjunto de temas que constituem os discursos do MST. Ela marca uma posição específica do movimento em relação ao Estado: é movimento de luta pela reforma agrária, que incorpora discursos de outras instâncias políticas. Isso é significativo, pois o movimento não se limita a discutir as questões ligadas direta ou indiretamente à causa dos agricultores sem-terra. Não quer dizer que o movimento ou qualquer outro movimento devesse ficar nos limites das questões ligadas ao limite de sua questão, ou a terra e a reforma agrária.

A posição em questão revela o quanto o movimento extrapolou os discursos que o constituíram, passando, assim, a demandar sentidos em outros domínios para além da reforma agrária. Assumir essa posição revela ainda um conjunto de questões que o movimento incorpora em seu arcabouço discursivo. Isso para o movimento popular com questões localizadas é muito significativo, se se considerar que, no debate político nacional, essa prerrogativa tem sido dos partidos políticos e das instituições, na ordem do discurso político. No entanto, nessa ordem do discurso político não basta enunciar ou querer enunciar; é necessário que essa enunciação esteja prevista, organizada, estruturada nas instâncias dos Aparelhos Ideológicos do Estado.

O fato é que, de forma geral, o Partido dos Trabalhadores e os demais de “esquerda” sempre centralizavam questões e discursos dos movimentos populares. Nesses partidos políticos, o debate contemplava diversas questões, inclusive a de reforma agrária. Historicamente, o limite da atuação e da organização dos movimentos populares estava, de alguma forma, circunscrito ao limite da atuação partidária. Os agricultores sem-terra subvertem essa “lógica” e, sem se institucionalizarem (associação, sindicato, partido, agremiação, expressão jurídica), conseguiram se organizar e se estruturar de tal forma que suas atuações extrapolam a atuação de um partido político. É essa forma de organização e atuação que permite ao movimento tematizar a “participação política” em relação ao direito.

Ainda, outra questão importante diz respeito ao fato de que essa posição é também um tipo de ruptura com o tipo de atuação partidária, uma vez que a posição do MST concorre com os partidos políticos de esquerda. O MST ocupa e centraliza a posição de liderança política das questões políticas mais amplas do país. Isso, para um movimento popular de agricultores sem-terra, tem sido uma demanda de sentidos e contra-sentidos.

As tematizações relacionadas ao direito, neste tópico, revelam um conjunto de “coisas-a-saber” (Pêcheux, 2002: 55), que constituem o direito enquanto objeto de um dos discursos do MST. Elas correspondem ao tipo de “agitação”, de “deslocamento” de sentido nos espaços de filiação discursiva do próprio movimento.

As tematizações, para se inscreverem na ordem do agricultor, da terra e do direito, marcam um tipo de relação e de filiação histórica atravessada pelo interdiscurso enquanto “índice potencial de uma agitação” (Pêcheux, 2002: 56), de posições, de sentidos, quer para marcar sua existência perante o Estado, quer para reivindicar um espaço que lhe seja próprio em relação aos demais movimentos populares, aos partidos políticos de esquerda.

A imposição dos temas se constitui na relação com o Estado, no espaço de disputa pelos sentidos. A imposição da diversidade de temas é também uma ruptura com o espaço que historicamente era circunscrito ao movimento de agricultores.

Os temas, os objetos, os espaços e os discursos marcam posições ideológicas das instituições e dos sujeitos na disputa pelos sentidos na ordem do discurso político, uma vez

que os temas, os objetos, os espaços e os discursos não possuem nada que lhes seja próprio, uma evidência em si pela sua existência.

As questões abordadas neste capítulo revelam alguns aspectos do complexo discursivo que constitui o movimento dos agricultores sem-terra: a fundação de um espaço que seja próprio, a constituição de suas posições, de seus objetos, de seus temas e de seus discursos, comprovando-se, assim, as palavras de Pêcheux (1997: 211)

em função do “todo complexo com dominante” dos aparelhos ideológicos do Estado e das formações discursivas que lhe são correspondentes, com suas relações específicas de contradição-desigualdade-subordinação, são constituídas “linhas de demarcações” discursivas, adquiridas através das lutas por *formulações equívocas*, nascidas no terreno da ideologia dominante.

Considerando ainda que “não há dominação sem resistência: primado prático da luta de classes, que significa que é preciso “ousar se revoltar”” (idem, 304), a posição do MST, de alguma forma, tem representado essa relação entre a “dominação” e a “resistência”.

Capítulo 5

Discurso de Reforma Agrária pela Ocupação

A discursividade política tem seus pontos de tensão nos indícios desses silenciamentos [1964-1982]. Hoje, discursos como o do MST, que são uma ruptura no discurso político neo-liberal, têm dificuldade de significar-se nessa margem em que muitos sentidos não podem fazer sentido do político, onde palavras “movimento” podem significar algo sujeito a repressão porque resvala para o que, hoje, se considera como ilegal, indo na direção do que se considera “mobilização social” (Orlandi, 1999: 66-7).

Este é o ponto principal da tese, o Discurso de Reforma Agrária pela Ocupação. É importante retomar brevemente o percurso até aqui.

O primeiro capítulo foi um perfil discursivo do movimento, quais discursos compõem o MST e lhe dão identidade.

No segundo capítulo, analisei alguns aspectos materiais que propiciaram as condições de surgimento do Discurso de Reforma Agrária pela Ocupação e analisar como o suporte material discursivo (primeiro o Boletim e depois o Jornal), do movimento foi se constituindo à medida que o próprio movimento se constituiu material e discursivamente. Dessa forma, quais os primeiros discursos a se inscrevem no Boletim de onde o Discurso de Reforma Agrária rompe como acontecimento? Nesse sentido, foi possível compreender em alguns aspectos o quanto “o real histórico faz pressão, fazendo que algo irrompa nessa objetividade material contraditória (a ideologia)” (Orlandi, 1999: 67) ou no dizer de Marx (1997: 21),

os homens fazem sua própria histórica, mas não a fazem como querem; não a fazem sob a circunstância de sua escolha e sim aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado (...). E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, criar algo que jamais existiu (...) os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar-se nessa linguagem emprestada.

No terceiro capítulo, a questão que se colocou foi a da construção da identidade como “um movimento na história e os sentidos como trajetos simbólicos e históricos não determinados” (Orlandi, 2001: 93). Assim, uma nova identidade, como foi visto, não se dá ao acaso; ela irrompe como um acontecimento em “um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (Pêcheux, 1999: 56), como a memória, uma vez que a identidade reivindica sua existência sob o peso do real e da história. Tanto a autodenominação quanto a denominação são movimentos de disputa pelos sentidos e por um espaço que lhes seja próprio.

Já no quarto capítulo, foram abordados alguns dos aspectos das condições de um acontecimento discursivo, ou seja, nele foi possível analisar alguns de seus objetos, seus temas e suas posições-sujeito, enquanto complexo discursivo que “serviu” de condição e/ou de “solo” do Discurso de Reforma Agrária pela Ocupação. Nesse aspecto, no bojo das relações sociais, ou o acontecimento irrompe para se inscrever na história ou ele será absorvido pela memória, “como se nunca tivesse ocorrido” (Pêcheux, 1999: 50) no complexo discursivo. O MST escapou à absorção da memória.

Assim, o trajeto desenvolvido aqui, nos capítulos anteriores, representa uma das possibilidades de analisar o Discurso de Reforma Agrária pela Ocupação como um discurso novo, embora essa afirmação já tenha sido desenvolvida em alguma instância. A questão é o que esse discurso contém que faz/fez dele um discurso novo, considerando que nem mesmo o novo está livre das filiações históricas e nem sua irrupção se dá em espaço material de existência vazio.

Em termos foucaultianos, então, por que este e não outro discurso surgiu em seu lugar? O que o discurso era antes de ser ou antes de se constituir no que é? Que efeito de sentido é produzido nas “redes de memória e dos trajetos sociais” (Pêcheux, 2002: 56) desse complexo discursivo - (“coisas-a-saber” para Pêcheux (2002: 34; 55) e “saber discursivo” para Orlandi (1999: 67)) - em relação a outros discursos, “fragmentos”, ou ainda, conforme Orlandi (2001: 92), “vestígios” de outros discursos que derivaram para formar outros. Que “fragmentos” e/ou “vestígios” de outros discursos que derivaram para a formação do Discurso de Reforma Agrária pela Ocupação e não de outro? Nesse sentido, a análise recai em compreender como esse discurso foi capaz de romper com outros e se constituir em um espaço que lhe seja próprio.

5.1 Espaço e discurso: movimento de rupturas de sentidos

A análise, dividida em três momentos, do espaço, do sujeito e do discurso, é apenas uma questão metodológica, uma vez que não existe uma hierarquização em que antes viria um espaço, depois um sujeito e por fim um discurso. O discurso e o sujeito a partir de certas filiações ideológicas irrompem ou não nos trajetos sociais com tudo que esse trajeto puder demandar de sentidos, de equívocos, de deslizamento, de rupturas etc.. É importante considerar que o espaço, o sujeito e o discurso são tomados enquanto processo de movimento de rupturas de significação - com certa estabilidade de sentido até a conjuntura dada (1982), o que não quer dizer sem tensão e sem conflito - para a constituição: da prática denominada de “invasão” para o Estado e “ocupação” para o sem-terra no espaço terra; do sujeito agricultor sem terra para o sujeito agricultor sem-terra; do discurso de reforma agrária para o discurso de reforma agrária pela ocupação.

A questão é analisar o movimento tenso, no “limite” ou para além dele, de sentidos de significação e ressignificação que a partir de uma conjuntura dada em que o movimento irrompe como rupturas desestabilizando todo um complexo discursivo e assim provocando um “furo” nesse complexo discurso como efeito e como condição para reivindicar uma existência na ordem do discurso, uma situação inusitada para um movimento de agricultores reivindicando reforma agrária “que vem perturba a rede” de memória (Pêcheux, 1999: 53). Esse é um dos efeitos de sentido do Discurso de Reforma Agrária pela Ocupação: desestabilizar uma certa rede de filiação histórica.

5.1.1 O espaço de atuação: demanda de sentidos

Os seguintes enunciados, (11) ““Nós somos mais de 500 famílias de agricultores que vivíamos nesta região (Alto Uruguai), como pequenos arrendatários, posseiros da área indígena, peões, diaristas, meeiros, agregados, parceiros, etc..”” (B.01/01/1981), (40) “Quem são os acampados? Não importa o lugar de onde vieram: os calos de suas mãos, a pele queimada, o seu jeito de falar, os assuntos preferidos, os denunciam: são todos colonos” (B.10/01/1981), e (59) “



”(B.01/05/1981), marcam um “indício” de uma ruptura de um espaço social significado, estabilizado para um outro que ainda vai demandar sentidos.

Em (11), o fragmento “vivíamos” pontua uma posição de transição (vivemos e não queremos viver mais), pois o verbo no pretérito imperfeito do modo indicativo demanda um efeito de sentidos de um movimento iniciado, sem marcação de término, mas, com a indicação de cessação, a que se acrescentem alguns sentidos de “viver” dizem respeito a morar em, habitar, residir, levar a vida de certo modo etc..

O enunciado (11) marca também um movimento de transição do sujeito de um espaço que não o comporta mais, por suas relações “políticas”, para outro espaço, que não está constituído e deverá se conquistado. A transição é forma de negação de um modo de “vida”, nega um tipo de “viver” com os sentidos históricos deste espaço e, ao mesmo tempo, “reivindica” um outro que ainda não “existe”, ou seja, nega o estado de coisas, como no fragmento “pequenos arrendatários, posseiros da área indígena, peões, diaristas, meeiros, agregados, parceiros, etc.”.

A materialização do enunciado (11), no primeiro Boletim do movimento, é significativa, pois nega uma certa condição de vida ligada à identidade de agricultor, já enquanto movimento, como no seguinte fragmento ““nós somos mais de 500 famílias de agricultores””.

Nesse sentido, a posição do movimento instaura um outro tipo de tensão no espaço e nos sentidos construídos historicamente sobre o agricultor e condição material de existência. É importante ressaltar que essa tensão no espaço é derivada de um tipo de tensão silenciada, censurada e de certa forma estabilizada até então, pois, de acordo com Orlandi (1999: 67), “o que foi censurado não desaparece de todo. Ficam os seus vestígios, de discursos em suspenso, in-significados e que demandam, na relação com o saber discursivo, com a memória do dizer, uma relação equívoca com as margens dos sentidos, suas fronteiras, seus des-limites”, o que não quer dizer que o tipo de tensão no espaço e dos

sentidos do movimento surgiu ao acaso, a despeito da história, como é possível constatar no próprio discurso do movimento no enunciado:

(563) “Nos últimos vinte anos, os trabalhadores rurais empunharam a bandeira da reforma agrária que estava escondida entre os guardados e esperanças no fundo do baú ou do peito, desde o massacre da Ligas Camponesas. Hoje esse bandeira é sinal. Ilumina de vermelho o negro e as cinzas dos acampamentos. É sinal de sítio ou terra ocupada (JST.02/158/05/1996)”,

O enunciado (11) marca uma posição de divisão em relação ao espaço e ao poder. Nega-se e desestabiliza-se o espaço agrário, no entanto o outro espaço ainda está por construir no bojo das tensões entre o que é e o que ainda pode vir ou virá a ser na forma de acontecimento.

No enunciado (40), ainda no primeiro Boletim, há um efeito de nomeação não somente do espaço que se abre como ruptura, mas sobretudo da identidade, e também no enunciado (11), daquele que neste espaço vai se constituir: “são todos colonos”, fragmento do enunciado (40).

Enunciar-se como “acampados” é referir-se ao espaço e ao mesmo tempo, àquele que nesse espaço se constitui. No fragmento “quem são os acampados?” é possível considerar que há uma demanda de deslocamento de sentido:

a) há um “tom” de imponente, uma afronta do sujeito pelo efeito da pergunta e pelo uso do fragmento “quem”, pronome relativo interrogativo, iniciando o enunciado. Esse tom, naquele momento histórico (1981), marca também uma provocação ao regime, uma posição sujeito de indignação dos agricultores;

b) autodenominar-se de “acampados” também é significativo, pois provoca um estranhamento nas redes de memória, uma vez que “acampados” deriva de “acampar” (estabelecer-se, instar-se em campo aberto, especialmente militar). O termo também é empregado por romeiros, tropeiros (instalar-se provisoriamente ou arrancar-se); no uso comum pode significar fixar moradia e residir. Etimologicamente, “acampar” vem do latim *accampare* que significa pôr-se em campo defronte ao inimigo (Houaiss³³, 2002)). Já “acampamento” significa posição ou efeito de acampar, instalação de tropas (caso de forças

³³ Versão Eletrônica 1.0.5, agosto 2002

armadas) ou grupos em barracas de campanha, atividade que pode ser de excursionismo, alpinismo, escoteirismo, de caça etc.; e “acampado” significa aquele que está estabelecido (especialmente militar, tropeiro, romeiro etc.) provisoriamente. No discurso e uso, assume o significado de fixar residência ou ficar bastante tempo em um local;

c) é importante ressaltar que esses significados se referem a uma permanência provisória “programada”, em que geralmente há condições materiais e “consideráveis” de permanência, no caso de militar, excursões etc.;

d) assim, considerando esses significados, o sentido de “acampados”, como se autodenominam os agricultores, e o espaço de enunciação à beira da estrada, há uma ruptura de significados no discurso sobre “acampamento” e por categoria de sujeitos. Considera-se ainda, que o “acampamento” se constitui de um “ato” improvisado e de manifestação popular de uma categoria de agricultores.

As rupturas em questão ocorrem em momento politicamente “delicado” no país. Categorias como os operários que faziam greves mesmo sendo elas consideradas ilegais, de acordo com legislação da época; os diversos movimentos populares faziam seus protestos; os partidos políticos de esquerda ainda estavam na clandestinidade; nos meios de comunicação de massa havia, a “contragosto” ou não, um militar para liberar a programação, as notícias, as reportagens, e qualquer manifestação de contestação popular, normalmente, era vista como algo subversivo. É a partir desse contexto que o fragmento “quem são os acampados?” instaura um espaço novo de manifestação política de reivindicação e se auto-atribui uma característica que será uma das “marcas”, quer discursivamente quer como prática e ação, ligadas aos agricultores.

A partir desse momento, “acampar, acampamento, acampado” vão se inscrever em uma outra ordem discursiva como forma de protesto e de manifestação de agricultores por longo período (até seis anos) à beira de estradas e de rodovias em condições precárias de existência material. Se nesse momento o “acampamento” é uma forma de protesto e manifestação, ele irá mais além na sua ruptura de sentido: o “acampamento” passará a ser feito ainda nas estradas mais próximas ou em frente às terras reivindicadas pelo movimento.

Importa considerar que esse espaço “acampamento” é um espaço fundador do movimento: historicamente, no Brasil, “acampar” e seus derivados causam estranhamento de sentido como espaço político, por uma categoria considerada “com dificuldade de ser organizar politicamente” e “atrasada” até mesmo antes de *O Manifesto do Partido Comunista*.

O enunciado (59), cabeçalho do Boletim, corrobora o sentido de ruptura do espaço de “acampamento”, pois a expressão “SEM TERRA”, denominando o Boletim, não rompe com a relação entre o agricultor e a terra. A denominação, somada ao espaço “acampamento” à beira da estrada, em condições precárias de existência, reforça o sentido de ruptura do espaço, pois aquele é desprovido de terra, e de tudo que dela decorre. Assim, rompe-se também com o discurso segundo o qual, geralmente, o agricultor procuraria as cidades próximas e as grandes cidades para conseguir emprego. No entanto, os agricultores foram para a beira das estradas e das rodovias constituírem em “acampados” ou “acampamentos” dos sem terra. O fragmento do enunciado “CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE AOS SEM TERRA” explicita, pelo sentido, que os “acampados”, por estarem sem terra, estão em campanha de “solidariedade”. Novamente uma perturbação da memória discursiva em se tratando de “campanhas de solidariedade”, uma vez que normalmente ela não diz respeito ao espaço político de manifestação popular da categoria agricultor.

As “CAMPANHAS DE SOLIDARIEDADE” estão inscritas na ordem de um discurso religioso, para os necessitados, para as pessoas que não possuem condições mínimas de existência (favelados, atingidos por catástrofes naturais ou provocadas), aos doentes e, muitas vezes, em épocas específicas, como no natal, no dia das crianças pobres etc.. Campanha para agricultores acampados à beira das estradas e das rodovias reivindicando terra naquele espaço que ainda não havia como espaço político provoca um estranhamento discursivo.

Assim, os enunciados (11), (40) e (59) provocam uma ruptura de sentido no espaço de existência material do homem do campo. Essa ruptura, para estabilizar-se na ordem do político, reivindicará outras demandas de sentido e não apenas uma nova identidade de agricultor, que passará a significar “acampados”, como se pode constatar no

enunciado (114): “acampados recebem apoio de todo o Brasil” (B.05/01/19/06/1981). Não se trata apenas de agricultores sem terra, mas de agricultores sem terra “acampados”.

5.1.2 Campo: condições materiais históricas de existência

Um outro aspecto do espaço diz respeito à derivação de acampar, acampamento e acampado, que se refere à derivação da palavra “campo”. De forma geral, ela pode designar lugar em oposição à cidade, o urbano em oposição ao interior do país, aquele lugar que está longe das grandes cidades ou do centro da cidade, daí as várias expressões de “camponês”, “campestre”, “campesinato”, que é aquele que mora, vive e/ou trabalha no campo cuja atividade está relacionada a cultivo da terra e à criação de animais. Campo também possui um sentido de rudeza, de difícil acesso, em decorrência de falta de estradas pavimentadas, energia elétrica, lazer, hospitais, escolas etc. Um dos sentidos de campo em oposição à cidade está relacionado ao fato de que nas cidades há variedade de recursos de quase toda ordem.

Aquele que vive ou mora no campo também é significado, de forma geral, como caipira, atrasado, grosseiro, fala “errado” e feio, preguiçoso, ignorante, simplório, ingênuo, desengonçado etc. É farta a literatura que representa o homem do campo com esses sentidos. A exemplo disso, nas festas juninas, a representação é sempre de uma pessoa com roupas remendadas grosseiramente, rasgadas, de cores fortes contrastando, com modos rudes. Monteiro Lobato, em sua primeira fase, explorou bem esse estereótipo no personagem Jeca Tatu, Mazzaropi também se notabilizou por representar esse estereótipo de homem do campo no cinema. Outro exemplo significativo são os programas humorísticos nas redes de televisão no Brasil, ao representarem o homem do campo.

De maneira geral, a vida no campo é marcada por certa “simplicidade” para a maioria dos seus habitantes, pela escassez de recursos, em oposição à cidade, que oferece recursos variados. Outro aspecto significativo é que esse espaço sempre foi fortemente marcado e significado por disputas entre fazendeiros e índios que resistiam, e depois por disputas entre os próprios fazendeiros, sempre pela posse da terra. A literatura também registra esse aspecto nos romances de Jorge Amado, Érico Veríssimo, entre outros. Há

também outras disputas, como a de Canudos e Quilombo dos Palmares, ambas por razões políticas de outra ordem.

Para a análise, é importante considerar que, nesse espaço histórico marcado pela disputa de poder desde a invasão dos portugueses, o homem do campo foi identificado como pobre, como miserável, salvo quando era fazendeiro e proprietário de grandes porções de terras.

O espaço, com a mecanização e com a modernização dos equipamentos agrícolas e formas de trabalhar, tanto na agricultura como na pecuária, acabou por provocar desemprego, além da “expulsão” por diversas razões: os pequenos e médios proprietários se viam obrigados a vender suas terras para grandes fazendeiros ou empresas; a falta histórica de uma política agrícola para agricultura familiar e financiamento para o pequeno e médio produtor acabou de acelerar a dispensa considerável do agricultor mão-de-obra.

Há ainda um fato crucial: praticamente todos os países capitalistas, após a segunda guerra mundial, fizeram a reforma agrária de uma forma ou de outra. Já nos países socialistas a terra passou a ter função social e a ser considerada um bem comum. No Brasil, a reforma agrária nos sucessivos governos não se tem materializado, considerando a extensão territorial do país e questões de diversas ordens.

Assim, o espaço campo é marcado pelas disputas em torno dos sentidos quer internamente a ele, seus próprios conflitos, quer externamente a ele, em relação à cidade. Esse espaço vai deparar com o agricultor que se recusa a ir para as cidades “empunhando” o discurso em forma de bandeira de reforma agrária já como indício de ruptura. A recusa já sinaliza para um sentido de ruptura de uma certa ordem.

As considerações assinaladas, embora longas, são relevantes, pois é nesse contexto histórico que o espaço do campo e tudo que dele decorre significa discursivamente. O homem do campo se vê excluído da terra. A sua recusa a ir para a cidade, o que seria normal de esperar, pode estar na relação histórica que possui com a terra, uma relação histórica e “afetiva”, que é ressignificada politicamente; há um sentido de identidade bastante significativo que o difere do trabalhador da cidade.

É possível constatar, na autodenominação e na representação expressa no enunciado, cujo efeito de sentido se constitui de imposição, um “tom” (Maingueneau, 1987 45; Maingueneau, 2005: 79) de desafio: (40) “Quem são os acampados? Não importa o

lugar de onde vieram: os calos de suas mãos, a pele queimada, o seu jeito de falar, os assuntos preferidos, os denunciam: são todos colonos” (B.10/01/1981).

Nos enunciados: (102) “Reforma agrária. O campo se agita” (JST.46/01/08/1985) e (112) “Continua o agito no campo” (JST.47/01/09/1985), é possível abordar o seguinte:

a) o sentido do fragmento do enunciado “reforma”, em (102), demanda sentido tanto na ordem do discurso político (promover revisão estrutural para garantir distribuição de terra e renda agrícola para um maior número de trabalhadores do campo) quanto na ordem do discurso religioso (movimento fundado por Martinho Lutero, século XVI, cujo objetivo era um retorno ao cristianismo dos primeiros tempos, uma reforma conservadora). O sentido marca historicamente, nas duas ordens, uma posição de conflito, de tensão institucional de grandes proporções;

b) o sentido de “agrária”, fragmento de (102), se refere a medidas públicas e leis, a distribuição de terras, a emissão de título de posse, de forma geral, de bens agrícolas. Essas medidas dizem respeito as estruturas socioeconômicas, a programas, a políticas e problemas que envolvem a estrutura rural. Essas questões, entre outras, para um país como o Brasil, sempre se apresentaram como “desafio político” pela dimensão e diversidade das características regionais;

c) o sentido de “agito”, (102), e de “agita”, (112), referem-se a tornar-se inquieto, mover-se com frequência, estado de agitação, estado de excitação, provocar, discutir com certo vigor, estado que pode levar a incitação e à revolta, a sublevar etc. Os fragmentos compõem uma demanda de sentido de inquietação, que pode desestabilizar as relações na ordem do político;

d) o fragmento “reforma agrária” (102), um composto, possui uma filiação histórica que serviu, em maior ou menor nível de comprometimento, de bandeira política para as grandes conquistas desde o Império Romano, para os movimentos revolucionários, na sua fase final, para a ligas camponesas no Brasil, a Coluna Prestes, a guerrilha do Araguaia etc..

Pode-se considerar que o discurso de reforma agrária tem sido um espectro para os países de grande concentração de terra de propriedade de poucos. Esse discurso inscrito na instância do discurso partidário de esquerda “marxista”, de uma certa esquerda e de um

certo marxismo, possui um efeito de desestabilização das relações estruturais no campo, ou seja: para o agricultor, é a possibilidade de distribuição de terra que lhe garanta condições melhores de vida; no entanto esse discurso sempre esteve na dependência de lideranças de projeção política no meio rural, o que não acontece no meio do operariado, dadas as condições materiais específicas de cada espaço.

Assim, o fragmento “reforma agrária”, quando inscrito na ordem dos discursos do movimentos populares ou partidos de esquerda, vem carregado de um sentido de ameaça de desestabilização das relações de poder no campo.

Na composição do enunciado (102), posição, os dois fragmentos “reforma agrária” e “o campo se agita” marcam uma posição de efeito de sentido de início de um processo que pode desestabilizar as relações de poder, apontando para algo que está “incomodando”, uma quebra de “normalidade”.

O enunciado (112) marca um efeito de sentido de pré-disposição de manter o estado de coisas, ou o “agito” no campo: há um inquietação de demandas de sentidos, uma continuidade da quebra de estabilidade das relações de poder.

É possível compreender a quebra de estabilidade de sentidos e significados desse espaço que acarreta a desestabilização das relações discursivas e das respectivas posições que os sujeitos passam a ocupar, passam a constituir, passam a investir de sentido e de poder a partir das redes históricas das filiações discursivas.

5.1.3 Assentamento: ápice e limite de um espaço

Se os sem-terra, com seus discursos e práticas desestabilizaram as relações de poder no campo, provocando e desencadeando um processo de ruptura, essa ruptura encontra o seu ápice, que, contraditoriamente, serve para colocar um limite no processo de ruptura, na ocupação localizada, e, ao mesmo tempo, se constitui em discurso de continuidade: à medida que vão se assentando os sem-terra, novos agricultores se constituem em sem-terra. É um discurso e uma prática que se estabelece por limite e por continuidade ao mesmo tempo. Se ocupar não está na ordem das legalidades, por outro lado há uma legitimidade conflituosa também contraditória: se, de um lado, significa um

processo localizado de ruptura, por outro lado essa legitimidade se constitui em continuidade.

O discurso de reforma agrária pela ocupação é, pois, o discurso que marca também uma ruptura com os movimentos na luta pela terra que antecederam o MST. Essa ruptura encontra o seu ponto simbólico decisivo nos assentamentos.

Nos enunciados a seguir comentados, a representação já é o espaço de ocupação simbolizado e ressignificado pelo MST, o ápice da ocupação. É o momento em que a desestabilização, a ruptura, encontra seu ponto de estabilidade, o limite do processo de ruptura e de “inquietação” no campo.

Importa considerar que, entre os diversos sentidos da palavra “assentamento”, de acordo com a formação discursiva inscrita, estão as de ato ou efeito de assentar(-se), anotação, registro escrito de alguma coisa, averbação, apontamento, assento, movimento de pressão de cima para baixo que se opera numa parede ou construção, núcleo de povoamento (colonos), núcleo de povoamento constituído por camponeses ou trabalhadores rurais, ato ou efeito de se realizar a fixação do camponês a essas terras etc..

O discurso de reforma agrária pela ocupação encontra seu limite em sentidos já estabilizados, o que não quer dizer sem disputa, pois a prática de “assentamento”, embora vinda de outra ordem discursiva, a do Estado nas colonizações, é ressignificada pelo movimento. É um espaço marcado por múltiplos discursos de ruptura e de estabilização na ordem do discurso do Estado.

Assim, em (70), “Dois meses de ocupação de uma área da Colonizadora SOMECO, no município de Ivinhema (MS), o governador Wilson Martins Barbosa anunciou a compra de terras para assentar os lavradores” (JST.36/01/06/1984), a “ocupação” legitimada pelo poder do Estado se constitui em “assentamento”.

Em (200) “**Permanência dos acampamentos** / Conseguimos assentar muitas famílias através da luta neste ano de 1987 mas, mesmo assim, estamos encerrando o ano com mais de 15 mil famílias acampadas em áreas provisórias ou à beira de estradas” (JST.02/69/01/1988), o processo de ocupação que resulta no “assentamento” passam ser um espaço de meta, de objetivo, que deverá ser conquistado.

No enunciado (219), “a tarefa é aumentar nossos esforços para melhorar nossa organização e resistir nas áreas ocupadas e nos assentamentos. Não basta ter um grande

número de trabalhadores para ocupar. É necessário termos condições de ocupar e permanecer nas áreas. Quando mais trabalhadores organizados e conscientes desta tarefa, mas chances teremos de conquistar terra” (JST.02/72/04/1988), o “assentamento” é um espaço de organização da luta, de resistência e “politização”, como uma tarefa, uma meta a ser alcançada.

Em (263), “Na página central, temos um balanço das lutas e ocupações. Uma avaliação dos nossos assentamentos, quanto aos avanços e desafios organizativos, resultado 2º. seminário nacional de assentamentos” (JST.02/79/12/1988), o “assentamento” é um espaço de organização, de desafio, de estudo e de reflexão.

Em (283), “Mais do que nunca nossa palavra de ordem está correta: ocupar, resistir e produzir. Vamos continuar com o processo de ocupações massivas, resistir à pressão dos latifundiários e governo, fazer as áreas conquistadas produzir, transformando-os em assentamentos” (JST.02/81/04/1989), configura-se o espaço de produção como forma de resistir para garantir o processo de ocupação de outras áreas. O desafio não se constitui mais em ocupar, mas sim em transformar em “assentamento” cuja finalidade é produzir, e ao mesmo tempo, servir de discurso para demandar outros sentidos, entre os quais o de interpelar outros agricultores sem terra em sem-terra, e ainda uma forma de conseguir apoio social e político para a luta do movimento.

Em (284) “Ocuparemos as sedes do Incra e secretarias de agricultura. Forçaremos as autoridades federais para obtermos NCz\$ 100 milhões para o crédito do PROCERA. Essa verba é fundamental para garantir a produção nos assentamentos e a safra deste ano” (JST.02/81/04/1989), “produzir” é um espaço de institucionalização de uma prática, uma vez que há um discurso que responsabiliza não mais o movimento pela produção nos “assentamentos”, mas o próprio Estado, que passa a ser “parceiro” e “responsável”, em alguma instância, pela produção ou viabilização da produção nos assentamentos.

Em (312), “Cooperativas agrícolas. Um desafio para os assentamentos” (JST.01/91/02/1990), é um espaço de desdobramentos organizativos na própria ordem do discurso do Estado, transformando as ocupações em assentamentos e o conjunto deles em “cooperativas”, como forma de resistir e fazer a luta avançar, quer na ordem do próprio Estado, quer na ordem da marginalidade do movimento.

Em (316), “Itaquiraí (MS) Os trabalhadores assentados na fazenda Itassul comemoram o primeiro ano de ocupação nos dias 10 e 11 de fevereiro. / Depois do assentamento as estruturas do município começaram a ser ampliadas. Isso prova que a terra nas mãos de quem nela trabalha aumenta a produção e torna o alimento mais barato ao trabalhador da cidade” (JST.02/92/03/1990), “assentamento” sugere um espaço de desenvolvimento social.

Em (490), “No final do ano, a sociedade brasileira, reconhecendo os esforços do MST na luta pela reforma agrária e por justiça social, nos premiou. A Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro nos concedeu a Medalha Pedro Ernesto; em São Paulo, a Unicef e o Banco Itaú premiaram nossa proposta e trabalho de educação escolar nas áreas de assentamentos. Já a sociedade de Campinas (SP), através de uma pesquisa feita pela ABRA (vide pág. 5) não hesitou em manifestar explicitamente seu apoio ao MST, à reforma agrária e às ocupações dos latifúndios. E em todos estados houveram manifestações de solidariedade ao MST” (JST.02/154/12/1995), constitui-se um espaço de reconhecimento “público”, de legitimação discursiva pela atuação do movimento, cujo ápice de todo o processo de ruptura não é mais o “assentamento”, mas os discursos e as práticas que dele decorrem, como “trabalho” e “educação”. O reconhecimento, por instituições, dos Aparelhos Ideológicos do Estado, em certo sentido legitima todo o processo de ruptura, no entanto, por outro lado e contraditoriamente, põe fim à ruptura, cerceando os seus limites, ou seja, estabilizando o discurso de reforma agrária pela ocupação.

Em (628), “Esse processo de aliança, de construção de um novo modelo agrícola, de um novo assentamento, deve estar fundamentado na continuidade da luta de massas. Por isso, devemos ampliar nossa capacidade de seguir ocupando os latifúndios e ao mesmo tempo nos somar com outras categorias sociais, do campo e da cidade, para levar adiante as mudanças que são imprescindíveis” (JST.02/197/02/200), o “assentamento” se constitui em um espaço de expansão de si mesmo e da própria luta dos sem-terra, relacionando-as com outras categorias de trabalhadores.

5.1.4 Ocupação: caminhada, caravana, jornada, marcha, mobilização, passeata (imposição dos sentidos)

O sentido de acampar e seus derivados inscritos na ordem do discurso político provocou uma ruptura no sentido de espaço no campo, que colocou em xeque alguns aspectos das relações de poder. Talvez a questão central não seja nem a ruptura em si, mas o que dela decorreu enquanto processo de ressignificação e desestabilização de certa ordem vigente. Se se considerar que alguns dos sentidos de ruptura implicam quebra de relações sociais, fraturas, interrupção de continuidade, de compromisso, dos acordos e ainda aberturas bruscas, talvez se possa compreender o quando a ruptura de espaço foi um dos principais momentos fundadores do movimento, porque dele “desencadeou” um movimento irreversível, pelo menos nesse período de existência do MST, de demandas de sentidos, entre os quais a disputa pelos sentidos entre “ocupar” e “invadir”.

Não se trata apenas de um jogo de efeitos de sentido ou uma subversão discursiva. Trata-se de forma preponderante de posições ideológicas nos espaços sociais de disputas acirradas historicamente. Essas posições podem revelar, em algum aspecto da historicidade que constitui os sentidos, suas tensões, suas falhas, seus equívocos, seus deslizamentos, a própria condição material do efeito da ideologia que constituem os sujeitos, os discursos. Assim, “lá onde um militante de esquerda vê movimentos sociais legítimos que põem em xeque uma ordem social injusta, o conservador verá desordem social e a quebra da ordem jurídica (concretamente, lá onde um militante do MST vê uma ocupação, o latifundiário vê uma invasão)” (Possenti, 2002: 81).

A tensão entre “ocupar” e “invadir” é decorrente da ruptura de “acampar”, como vimos em tópicos anteriores. Acampar passa a ser um estágio político reivindicatório do sujeito para que uma outra prática decorra de um outro discurso, de uma outra posição sujeito. “Acampar” não significa permanência *ad infinitum*; pelo contrário, “acampar” significa uma prática discursiva transitória.

Se “acampar” ressignifica o espaço do campo, “ocupar” também vai fazê-lo em uma outra ordem: não mais à beira das estradas e das rodovias, mas já dentro da própria propriedade reivindicada pelo discurso de função social inscrito, primeiramente, no Estatuto da Terra de 1968 e, posteriormente, na Constituição Federal de 1988.

“Ocupar”, pelo seu efeito de sentido, além de disputar com o sentido de “invadir”, e por isso vai se defrontar com o sentido de “propriedade privada”, também inscrito na Constituição.

“Ocupar”, longe de significar apenas preenchimento de espaço ou de lugar vazio, de alguma atividade que preenche um tempo ocioso (o que geralmente sugere o discurso do senso comum) já está inscrito historicamente na ordem do político; assim, pode significar: instalar-se em algum lugar pela força, instalar-se sem autorização, submeter um espaço ao seu domínio.

Já “invadir” significa, também entre outros sentidos, adentrar em espaço e ocupá-lo por meio da força, apoderar-se, tomar, conquistar um espaço de forma, abusiva ou maciça, usurpar, tomar posse, dominar por meio da força.

Na constituição dos sentidos entre “ocupar” e “invadir” há toda uma discursividade exercendo pressão do real e da história para que este ou aquele efeito de sentido se “fixe” no sujeito, como uma “etiqueta”, como uma forma de “marcar o já marcado” (Possenti, 2004³⁴). Ela corresponde às posições que os sujeitos ocupam no discurso, indica em qual ideologia essas posições estão inscritas e quais as condições históricas de enunciação que constituem o complexo discursivo.

As considerações importam porque servem de referência para compreender a tensão e a disputa em torno dos sentidos – no espaço - e de tudo que dela, tensão, disputa, pode decorrer, como interdições de discursos e de sujeitos, desqualificação etc..

O espaço da “ocupação”, a propriedade, para fazer sentido no discurso enquanto “ocupação”, vai estrategicamente estabelecer relações interdiscursivas para redimensionar o seu próprio discurso e assim evitar uma certa demanda dos sentidos de interdição e da “pesada e temível materialidade” (Foucault, 2001: 8) dos sentidos. Os enunciados a seguir representam um pouco dessa relação do fragmento “ocupar”, considerando suas derivações como efeito sentido nas formas verbais, verbo-nominais, nominais.

Assim, é possível verificar o funcionamento discursivo de “ocupação”, no espaço ocupado ou a ocupar, e a re-configuração estratégica dos sentidos nos enunciados:

³⁴ Expressão utilizada pelo Prof. Dr. Sírio Possenti quando ministrava uma disciplina na pós-graduação do Instituto de Estudos da Linguagem na UNICAMP.

(70) “Dois meses de ocupação de uma área da Colonizadora SOMECO, no município de Ivinhema (MS), o governador Wilson Martins Barbosa anunciou a compra de terras para assentar os lavradores” (JST.36/01/06/1984);

(135) “Lavradores sem terra ocupam latifúndio” (JST.01/48/out/nov./1985);

(138) “No Rio Grande do Sul cerca de 10 mil pessoas entraram num latifúndio improdutivo no município de Sarandi, norte do Estado. Também em ES, SP e PR os lavradores fizeram ocupações de terras” (JST.01/48/out.-nov./1985);

(198) “Por isso é que devemos continuar organizando grandes ocupações de terra, ajudando a solidificar a construção da Central Única dos Trabalhadores–CUT e do Partido dos Trabalhadores-PT preocupando assim, fortalecer as mobilizações(JST.02/68/12/1987);

(210) “Faremos ocupações, de latifúndios, em todo o país. Se hoje temos 15 mil famílias acampadas, amanhã teremos 20, 30,... 50 mil resistindo nas terras ocupadas. Enquanto houver uma família de trabalhador rural sem terra ou latifúndio, as ocupações continuarão, independentes das ações das milícias armadas dos fazendeiros ou das ações repressivas do governo” (JST. 02/70/02/1988).

“É no “fio do discurso”, enquanto discurso de um sujeito” (Pêcheux, 1997: 166) ou “*intradiscurso*, isto é, o funcionamento do discurso com a relação a si mesmo (o que eu direi agora, com relação ao que eu disse *antes* e ao que eu direi *depois*” (idem, 1997). É no fio do discurso do sujeito que é possível flagrar alguns dos aspectos em que o espaço vai se resignificando e ao mesmo tempo vai configurando - um discurso e uma posição sujeito - “ocupação” ao estabelecer relação estrategicamente. Assim, em (70), o fragmento “ocupação” filia-se na linearidade do discurso, ao fragmento “Colonizadora SOMECO” e ainda a “O governador Wilson Martins Barbosa anunciou a compra de terras para assenta lavradores”.

No discurso do meio rural, há um saber discursivo a respeito das empresas de colonização no Brasil, que foi um projeto abandonado pelos governos militares, tanto que hoje existem poucas delas em funcionamento. Ora, filiar o sentido de “ocupação” de terra a uma empresa “colonizadora” é justificar e qualificar sua prática como positiva no fio do discurso, e, ao mesmo tempo, produz um discurso de questionamento da própria “colonização”. Considera-se também que, no fio do discurso, a prática de “ocupação” obteve um sentido de promessa por parte do governador do Estado, pois a “ocupação” resultou no discurso de desapropriação e de certa forma legitimou, nesse momento, a “ocupação”.

Em (135), na linearidade do fio do discurso do sujeito, há um “encadeamento” significativo: “sem terra ocupam latifúndio”. O fragmento “sem terra” é qualificativo de “lavrador”, ao atribuir-lhe um sentido ainda “recente”, ou seja, sem estabilidade e/ou amparo nas redes de memória discursiva do campo. É importante considerar que “lavrador”, em muitos contextos, está em oposição a fazendeiro, a proprietário, não apenas de sentido, mas de posição sujeito circunscrito dentro de um espaço que lhe seja próprio. Assim, “sem terra”, além qualificar “lavrador” em uma referência anterior, aponta, ainda na seqüência linear, uma atribuição, um outro sentido ao próximo fragmento “ocupam” que também, como “sem terra”, não tem amparo na memória discursiva. Se, de um lado, causa estranhamento tanto de sentido e posição sujeito quanto ao espaço “campo”, de outro, o fragmento “ocupam” marca uma posição no interior do fragmento “latifúndio”, causando estranhamento nas redes de filiações históricas pelo sentido de “ocupam” e, mais ainda, mas pelo latifúndio, com tudo que possa significar.

No enunciado (198), trata-se de qualificação não somente do espaço, mas do modo como serão feitas - não apenas em um espaço específico, mas em vários - as ações no espaço. O fragmento “grandes ocupações” implica pelo seu sentido que há grandes espaços em que os sem-terra podem promover suas ações, significando-as em relação ao movimento operário e suas instituições e atribuindo sentido à ocupação como parte de um processo e de um projeto de desenvolvimento de uma classe maior, a de trabalhadores. A questão da “ocupação” é uma forma de contribuir para a luta de classe e ainda uma forma de legitimar sua prática de “ocupação” significando-a em um discurso estável, o que não quer dizer sem tensão.

Se se tratar do enunciado (210) há um tom de desafio marcado pelo efeito de sentido verbal, “faremos ocupações”; de expansão do seu espaço, “em todo o país”, como um desafio à repressão: “independentes das ações das milícias armadas”. Essa demanda de sentido encontra, no fio do discurso, um amparo discursivo que dá sustentação ou serve de justificativa para legitimar suas práticas, dando visibilidade não somente a ela como também ao discurso que a sustenta: “enquanto houver uma família de trabalhador rural sem terra ou latifúndio, as ocupações continuarão”.

Vejam-se os seguintes enunciados:

- (170) “Repetindo a campanha das diretas, vamos ocupar Brasília exigindo Reforma Agrária Já” (JST.01/62/05/1987),
- (184) “Participaremos ativamente na greve geral marcada para o dia 20 de agosto. Campo e cidade se unirão ainda mais nesse dia. Nós trabalhadores rurais, iremos às ruas, para as praças, ocupando cidades e somando forças com nossos companheiros, os trabalhadores urbanos” (JST.02/65/08/1987),
- (192) “Coletamos 1,2 milhão de assinaturas de eleitores e realizamos a maior caravana popular a Brasília de trabalhadores rurais na história do País. Daqui para frente teremos que nós preparar ainda mais para disputar palma a palma de terra com os fazendeiros, na certeza de que a terra a maior pressão é a ocupação” (JST.02/67/10/1987),
- (193) “**Nossa resposta:** Ocupações / Acampamentos nos estados / O Brasil ocupado” (JST.01/68/12/1987),
- (245) “Mas fizemos pressão na Constituinte junto com mobilizações nos estados, passeatas, caminhadas, pela reforma agrária, fechamento de estradas e, principalmente, ocupações de latifúndio. O resultado dessa prática foi que, no período em que aconteceram os debates na Constituinte, crescemos em organização, fizemos ocupações mais organizadas e numerosas” (JST.02/76/09/1988),
- (334) “Não basta criticar o governo é preciso desenvolver lutas concretas, seja através de greves, ocupações de terra, mobilizações, lutas parlamentares, enfim, é preciso combinar as diferentes formas de luta e de pressão para que haja fortalecimento e unidade entre os movimentos sociais para garantirmos nossas conquistas de forma coletiva” (JST.02/97/10/1990),
- (350) “Nesse momento já está em andamento o resultado prático dessa nossa decisão política: iniciou-se, no último dia 8, a jornada de lutas dos trabalhadores rurais, promovida pela CUT, Contag, MST e outras organizações com trabalho no campo. O acampamento de sem terras e pequenos agricultores no Rio Grande do Sul, a caminhada e ocupações no Mato Grosso do Sul e na Paraíba, estão iniciando uma série de ações que os rurais farão nessa jornada” (JST.02/101/03/1991),
- (405) “**SEMINÁRIO / SEM TERRAS OCUPAM A UNIVERSIDADE**” (JST.01/126/06/1993),
- (407) “Recentemente houveram muitas mobilizações dos trabalhadores rurais. Ocuparam prefeituras. Marcharam sobre Fortaleza. Saquearam sobre armazéns e depósitos. Tudo para matar a fome. Um direito sagrado de qualquer ser humano para sobreviver” (JST.02/126/06/1993),
- (413) “**ESTADOS / TRABALHADORES OCUPAM O ITESP EM SÃO PAULO**” (JST.01/127/07/1993),
- (421) “**TRABALHADORES RURAIS OCUPAM INCRA APÓS CAMINHADA CONTRA A FOME PELA VIDA**” (JST.01/131/11/1993),
- (431) “**A OCUPAÇÃO DO CONGRESSO E AS LUTAS DO MST NO NORDESTE**” (JST.01/134/03/1994),
- (473) “Ocuparemos prédios públicos e as capitais para fazer valer nossos direitos. Nossa resistência e luta impedirá que o Brasil seja saqueado e sucateado como foi o México” (JST.02/147/05/1995),
- (559) “As mobilizações nos estados. Acima a marcha do Maranhão; logo abaixo, os sem terras em Goiânia; ao lado, o MST ocupando a Avenida Paulista” (JST.01/15704/1996).

As ocupações no processo discursivo significam o espaço do campo, e ao mesmo tempo, a si próprias. Ocupações, como prática, e campo, materialização dessa prática, procuram estabilizar-se, impondo-se uma ordem discursiva própria, que não apenas dá uma identidade aos sem terra, mas também procura legitimar-se.

Os sentidos de campo e de ocupação são ressignificados; legitimaram-se como prática discursiva e acabaram por romper consigo mesmos, mas não para deixarem de ser o que se constituíram, mas extensivamente, no simbólico, para poderem ocupar outros espaços sociais como forma de existência e de resistência na ordem política. Assim, com o discurso de ocupação, passarão para outros espaços como forma de continuar legitimando a ocupação como ruptura desse espaço também. Os sem-terra causam estranhamento nas redes de filiações históricas com as idas para a cidade e impondo-se nesse lugar.

Nos fragmentos dos enunciados (192), “caravana popular”; (245), “mobilizações, passeatas, caminhadas”; (350), “jornada”, e (407), “marcharam”, as unidades marcam um tipo de deslocamento para outros espaços, um deslocamento que aponta para a ocupação de outros espaços para significá-los também, mas não da mesma forma que a ocupação no campo. Os sentidos são outros: não são para reivindicar a permanência e sim um espaço político de representação. O deslocamento do campo para a cidade não representa apenas uma mudança de espaço geográfico e físico; é a possibilidade de se constituir em um espaço que não lhe é próprio, o espaço urbano que historicamente é marcado pelo operariado.

Esse movimento de ir significar-se no espaço urbano pode simbolizar que esse espaço está *in-significado* ou com sentidos em suspenso. Ocupar esse espaço é a possibilidade de dar visibilidade a sua causa, porque, em questão de movimento popular de massa, o isolamento é uma condição de *de-significação* de sua causa e, com ela, os sentidos. Isso, na ordem do discurso político, é uma estratégia “suicida”.

A saída do espaço campo para simbolizar-se em um outro espaço acontece com a tensão de sentidos. Em (192), o fragmento “caravana”, que, de forma geral, significa grupo de peregrinos, de mercadores ou de viajantes que por medida de segurança e de proteção, se juntam para viajar, significa também, por extensão de sentido, grupo de pessoas que se reúnem para viajar longas distâncias.

Essas significações, para um movimento de agricultores, são a tentativa de fazer sentido na ordem do próprio discurso. “Caravana”, de forma geral, não faz sentido para movimento popular de agricultores em relação de tensão. É possível considerar, no fio do discurso, o movimento de qualificar a “caravana” de “popular”, termo que, sem estranhamento das redes de memória, pode simbolizar o movimento.

Em (245), o fragmento “mobilizações” de forma geral significa ato ou efeito de se mobilizar; enquanto termo militar (ato ou efeito de entrar em campanha), pode também significar conjunto de iniciativas e medidas do governo e dos militares quando se faz necessária a defesa de um país ou a preparação dele para determinada ação militar. Na ordem política, convocar e invocar população ou determinados grupos sociais para que participem de alguma atividade política para ajudar a solucionar ou amenizar algum tipo de problema social, como catástrofes naturais (enchentes ou seca), problemas de epidemia ou de ajuda humanitária; também é uma prerrogativa dos sindicatos de classe, ligada às causas dos operários.

O fragmento “passeata” significa ligeiro passeio, giro, volta, marcha coletiva realizada por grupo de pessoas ou categoria para realizar protesto, reivindicação, manifestação de solidariedade etc.. Já o fragmento “caminhada” refere-se ao ato de caminhar, jornada ou passeio que se faz a pé, longa extensão de caminho percorrido ou a percorrer.

Esses sentidos de “mobilizações”, “passeatas”, “caminhada”, no uso corrente ou do senso comum, não demandam sentidos no discurso político, no entanto são termos recorrentes nos discursos dos movimentos populares e somente neles faz sentido: há o sentido político. É importante ressaltar que os sentidos estão relacionados aos movimentos populares urbanos. Para um movimento popular de agricultores, embora haja uma proximidade, ainda provoca estranhamento, se a considerar que o movimento dos sem-terra está ocupando e simbolizando-o como próprio dos agricultores, ou seja, esse espaço também diz respeito aos sem-terra. Assim, não é uma apropriação eventual ou ocasional, mas uma ocupação constante desse espaço.

No fragmento (350) “jornada” também apresenta alguns significados de forma geral: trajeto que se percorre num dia; caminhada, viagem, duração do tempo trabalho diário, expedição militar, batalha, derivação: sentido figurado, qualquer atividade coletiva

que se vê ao fim do processo como eleições, grandes manifestações populares, período de tempo habitual e diário. Em (407), “marcharam” tem os sentidos gerais: seguir caminho em ritmo de marcha nas festividades militares, caminhar em forma de procissão cantando hinos religiosos, andar, caminhar, deslocar-se em grupos, avançar, investir sobre o inimigo

Os sentidos de “jornada”, em (350), e de “marcharam”, em (407). possuem algumas “marcas” de proximidade de sentido dos movimentos populares urbanos, no entanto há dois tipos de distanciamento de sentidos: primeiro de agricultor sem-terra; segundo, porque esse agricultor movimenta-se nos espaços urbanos que historicamente não lhe são próprios.

A inscrição dos sentidos de “caravana”, “mobilizações”, “passeatas”, “caminhadas”, “marcharam” procuram não apenas marcar um tipo de prática do movimento, mas também representar o tipo de deslocamento de um espaço para outro e, assim, filiar esses sentidos à presença constante do movimento nesse espaço que não lhe é próprio, mas que vai ocupando e simbolizando como próprio ou impondo sua presença. Além disso, seus sentidos de ruptura do espaço e do discurso que “marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação” das redes de memória como “índice potencial de uma agitação nas filiações históricas de identificação” (Pêcheux, 2002: 56).

Essa presença em um espaço que não lhe seja próprio, urbano, por ser uma ruptura de sentidos e de movimentação em forma de apropriação e “ocupação” simbólica por parte dos sem-terra, marca de forma incisiva a determinação de sua presença “incômoda” em dois espaços: no espaço do campo e agora no espaço urbano, ambos com o discurso de “ocupação”; uma dupla ruptura de sentidos para significar na ordem do discurso político.

Essa presença incisiva no espaço rural e urbano

mobiliza uma prática política, a qual desencadeia, por sua vez, uma prática discursiva que repõe a reforma agrária na ordem do dia do discurso político brasileiro, questionando a eficácia da ação governamental. Tal fato gera uma relação de discursos em tensão: o discurso do governo, o discurso dos proprietários rurais e o discurso dos sem-terra. Esses discursos são produzidos de lugares políticos diferentes, produzindo um espaço discursivo marcado pelo antagonismo de Formações Discursivas em confronto (Indursky, 1999: 175).

Também é possível constatar, nos seguintes fragmentos, a ruptura do espaço do campo para o urbano como um próprio do movimento, pela sua presença reivindicatória não apenas de um discurso de reforma agrária, mas sobretudo de um espaço:

- (170) “vamos ocupar Brasília”,
- (184) “Nós trabalhadores rurais, iremos às ruas, para as praças, ocupando cidades”,
- (192) “a maior caravana popular a Brasília de trabalhadores rurais na história do País”, (193) “O Brasil ocupado”,
- (245) “mobilizações nos estados, passeatas, caminhadas, pela reforma agrária”,
- (405) “SEM TERRAS OCUPAM A UNIVERSIDADE”,
- (407) “Ocuparam prefeituras. Marcharam sobre Fortaleza. Saquearam sobre armazéns e depósitos”,
- (413) “**ESTADOS / TRABALHADORES OCUPAM O ITESP EM SÃO PAULO**”,
- (421) “**TRABALHADORES RURAIS OCUPAM INCRA APÓS CAMINHADA CONTRA A FOME PELA VIDA**”,
- (431) “A OCUPAÇÃO DO CONGRESSO E AS LUTAS DO MST NO NORDESTE”,
- (473) “Ocuparemos prédios públicos e as capitais para fazer valer nossos direitos”,
- (545) “as mobilizações em Brasília (DF), a Marcha Popular pelo Brasil”,
- (559) “o MST ocupando a Avenida Paulista”,
- (590) “a ocupações de prédios”,
- (632) “**SEM TERRA DE TODO PAÍS ACAMPAM EM BRASÍLIA**”.

Outro aspecto significativo dessa ruptura, no próprio espaço do campo e urbano, é que ela demanda sentidos, espaços e discursos:

- (523) “Metalúrgicos ocupam fábrica pelo emprego” (JST.01/186/01-02/1999),
- (590) “Nos últimos meses vem ocorrendo um ascenso significativo das lutas sociais. A resistência dos camelôs, último refúgio dos desempregados no grandes centros urbanos; a greve dos professores universitários; os saques nas regiões da seca nordestina: **as ocupações de prédios públicos e terrenos pelos movimentos de luta pela moradia** [grifo meu]; as manifestações dos motoristas de transportes urbanos; as mobilizações da luta pela Reforma Agrária e de pequenos proprietários agrícolas” (JST.02/179/05-06/1998),
- (640) “9 mil famílias [sem teto] ocupam área em Guarulhos” (JST.01/212/07/2001),
- (648) “Três mil sem teto do MTST ocupam terreno em Osasco – SP” (JST.01/223/08/2002),
- (668) “Sem teto de São Bernardo são despejados, mas continuam lutando” (JST.01/232/08/2003).

A expansão espacial e geográfica dos sem-terra também aponta para outro aspecto, talvez o fundamental para compreender o discurso de reforma agrária pela ocupação. É o discurso de unificação da luta dos trabalhadores de forma geral como condição de conquista não somente de sua reivindicação, mas, sobretudo, do discurso de aliança entre campo e cidade, filiado na memória discursiva das revoluções socialistas. O sem-terra, ao enunciar desse espaço com o discurso de unificação das lutas, com se verá nos enunciados que seguem, indica que o espaço urbano sofreu um “furo” na memória discursiva e se estabiliza, não sem tensão, com a presença dos próprios sem-terra.

A ruptura lhe garante um lugar político e simbólico para enunciar não apenas como sem-terra, mas como liderança política, condição em que está implícito um recuo político do operariado, enquanto vanguarda das causas populares até meados dos anos 90. Não se trata apenas de enunciar como sem-terra e liderança política; a questão é que sua enunciação se constitui em um espaço que não lhe é próprio. Isso é afirmar sua posição na ordem do discurso político.

Vejam-se os seguintes enunciados:

(545) “Mas há também o Brasil das lutas e resistência popular. Já no ano passado, as mobilizações em Brasília (DF), a Marcha Popular pelo Brasil, o número recorde de ocupações e acampamentos, as ocupações urbanas dos sem teto, a greve dos caminhoneiros, o Grito dos Excluídos e as mobilizações dos professores, deram provas de que a população está disposta a lutar para mudar a história do nosso país” (JST.02/196/12-01/2000),

(561) “De nossa parte continuaremos na luta, organizando os trabalhadores, realizando marchas e ocupações de latifúndios improdutivos e exigindo o cumprimento de nossos direitos” (JST.02/15704/1996),

(573) “Prêmio Nobel da Paz apóia ocupações” (JST.01/162/09/1996),

(590) “Nos últimos meses vem ocorrendo um ascenso significativo das lutas sociais. A resistência dos camelôs, último refúgio dos desempregados no grandes centros urbanos; a greve dos professores universitários; os saques nas regiões da seca nordestina: as ocupações de prédios públicos e terrenos pelos movimentos de luta pela moradia; as manifestações dos motoristas de transportes urbanos; as mobilizações da luta pela Reforma Agrária e de pequenos proprietários agrícolas” (JST.02/179/05-06/1998),

(601) “”Sei que o pessoal do MST é meio subversivo, mas eu ai dar o maior valor se eles viessem invadir terras aqui. Isso aqui não vai pra frente enquanto não tiver terra para trabalhar””, (JST.02/183/10/1998),

(628) “Esse processo de aliança, de construção de um novo modelo agrícola, de um novo assentamento, deve estar fundamentado na continuidade da luta de massas. Por isso, devemos ampliar nossa capacidade de seguir

ocupando os latifúndios e ao mesmo tempo nos somar com outras categorias sociais, do campo e da cidade, para levar adiante as mudanças que são imprescindíveis” (JST.02/197/02/200),

(660) “Na questão da Reforma Agrária, as ocupações irão continuar cada vez mais convictos de que apenas mobilizações sociais são capazes de fazer frente ao reacionarismo das elites e fazer o governo Lula realmente seja um governo de mudanças” (JST.02/228/04/2003).

Quando, para o agricultor, o sentido do espaço estabilizado transborda, e com ele o próprio agricultor, para fora desse espaço, pela pressão do real histórico, demandando outros sentidos, o agricultor, já sem terra na tentativa de buscar uma estabilidade e de permanecer no espaço que o constitui, pela pressão do real procura se inscrever em redes de memórias históricas. Quando, porém, até nessas redes há uma estagnação discursiva (aí incluindo objetos, temas, práticas, saberes etc.) - ou seja, os discursos “disponíveis” não fazem mais sentido para se contraporem ao real histórico - é nesse momento que surge o acontecimento de ruptura do espaço de “ocupação” como furo nas redes de memória. Esse furo da “ocupação” desencadeia todo o processo de ruptura de uma ordem estabilizada, o não quer dizer sem tensão.

Do adentramento à terra até a ocupação dos espaços urbanos, os sem-terra, para aí se enunciarem como liderança, dependem da ruptura que vai demandando sentidos e ressignificando tensamente a sua presença física e simbólica não mais perante o Estado, mas diante da sociedade como um todo. O processo de ruptura, no entanto, atinge seu ápice ao mesmo tempo quando o espaço ocupado é ressignificado como assentamento. Se a ocupação faz do sem-terra um revolucionário, o assentamento o coloca na ordem das legalidades, passando a ser reivindicador “crítico” do Estado, ou seja, o sem-terra vai gradativamente se “conformando” (não conformado) ao trabalhar a terra, fazê-la produzir, reivindicando recursos, organizando cooperativas, implantando escolas e novas formas produtivas de trabalhar a terra. Se o espaço da ocupação é um espaço marcado pelo revolucionário que resiste nele, esse mesmo espaço, ao ser submetido ao sentido de seu ocupante como assentamento, o espaço de ocupação, é inscrito na ordem das legalidades pelo mesmo sujeito que o colocou fora dessa ordem.

No entanto, esse retorno vem de e é filiado a outra ordem discursiva, não mais no sentido do Estado. Embora dependa dele, a filiação continua como o processo de ruptura do que nunca foi em relação ao agricultor que se coloca como liderança, vai para o espaço

urbano, ocupando outros espaços estranhos a sua historicidade. Assim, os sem-terra estão no limiar da ruptura do espaço, no limite da legalidade.

5.2 Discurso

O discurso é uma prática, o discurso e as práticas são constitutivos, no entanto o que vai constituído no discurso necessariamente não precisa “corresponder” à referência externa a ele, “importando”, de acordo com o complexo discursivo, uma relação de efeito de sentido. Quando há um tipo de “sintonia” entre a prática do discurso e seu exterior, o efeito de sentido que aí demanda pode atingir certos limiares entre o “enunciar e o fazer”, e isso, na luta de classe, é marcar uma posição discursiva incisiva.

O discurso é também um acontecimento: rompe como algo que nunca tivesse acontecido, mas não independente das redes de filiação históricas e nem do interdiscurso, na verdade provoca uma desestabilização nas redes. Surge como um “furo” neles, e somente a partir deles, como algo que os desestabilizou como “índice potencial de uma agitação” (Pêcheux, 2002: 56). É nesse sentido e no momento de desestabilização que o discurso (acontecimento) insurge como uma violência e uma ruptura, ao desestabilizar todo ou algum aspecto de um complexo discursivo do qual ele surgiu reivindicando, pelo seu efeito de sentido, uma instância enunciativa que lhe seja própria: o discurso de reforma agrária pela ocupação.

Ele irrompe como uma intervenção para fora de si mesmo, das condições materiais de existência em que há um esgotamento de outros discursos com os quais ele rompe. O discurso de “ocupação” representa uma “alternativa” e, ao mesmo, tempo uma “saturação” constituída nas relações de poder enquanto ruptura dos demais discursos de reforma agrária - do Estado, por exemplo -, cujo efeito de sentido instaura uma nova ordem, com um espaço próprio de ritualização e de circulação que lhe garante a existência.

É importante considerar, nas primeiras enunciações do movimento, alguns de seus discursos, indetectáveis nos seguintes enunciados:

(01) “como agricultores achamos que temos direito a ter um pedacinho de terra para plantar alimentos para nossas famílias e para os da cidade” (B.01/01/15/05/1981).

O sujeito enuncia a partir de um discurso histórico de sua categoria, reconhecido pelo Estado. No entanto, marca a posição de um agricultor reivindicando direito a terra.

(11) ““Nós somos mais de 500 famílias de agricultores que vivíamos nesta região (Alto Uruguai), como pequenos arrendatários, posseiros da área indígena, peões, diaristas, meeiros, agregados, parceiros, etc... Desse jeito já não conseguíamos mais viver, pois trás muita insegurança e muitas vezes não se tem o que comer. Na cidade não queremos ir, porque não sabemos trabalhar lá. Nós criamos no trabalho da lavoura e é isto que sabemos fazer”” (B.01/01/15/05/1981)

(14) “há quase dois meses, mais de quinhentas famílias de agricultores sem terra, totalizando cerca de 3.000 pessoas” (B.01/03/81).

Os enunciados dizem respeito a um discurso que especifica suas condições materiais de existência, uma posição de recusa de continuidade dessas condições e também uma recusa de ir para a cidade deslocando-se de seu espaço, que não o comporta mais. É uma forma de resistência.

(23) “marginalizados e esquecidos, encurralados pelo sistema e torturados pela fome, os trabalhadores sem terra” (B.01/07/81),

(07) “HISTÓRIA DE UM POVO OPRIMIDO” (B.01/03/81).

Um discurso que historiciza a sua posição e sua situação de vítima.

(04) “BOLETIM SEM TERRA / BOLETIM INFORMATIVO DA CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE AOS AGRICULTORES SEM TERRA” (B.01/01/81),

(05) “CARTA DOS COLONOS ACAMPANDOS EM RONDA ALTA” (B.01/01/81),

(12) “O Boletim circulará periodicamente, na intenção de manter “aceso o fogo que clareira” as reivindicações dos trabalhadores rurais” (B.03/01/15/05/1981).

Corresponde a um discurso que marca a organicidade do movimento ao constituir um suporte discursivo.

(29) “ultimamente, os sem terra dedicam-se a mais recente atividade: fazer levantamento das terras que estariam à venda na região” (B.02/02/81),

(38) “PROTESTO DOS SEM TERRA” (BE.04/18/08/81),

(39) “EXIGÊNCIA DOS SEM TERRA” (BE.04/18/08/81),

(18) “VII. O que querem os Colonos?” (B.01/05/81).

Um discurso de ação e de reação, efeito de sentido, que rompe com um discurso que não se conforma mais com condições materiais (enunciados (1), (7), (11) e (14)).

(08) “Sindicato dos Bancários Apóia colonos Sem Terra”, (B.01/07/81),

(09) “Comissão Pastoral da Terra (C.P.T.) – GOIANIA-GO” (B.07/01/15/05/1981),

(10) “Solidariedade Recebida / - 168 sindicatos de trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul, reunidos no Encontro Estadual de Sindicatos, promovido pela FETAG-RS. / - Todos os bispos do Rio Grande do Sul, reunidos no dia 14 e 15 de maio no Seminário Maior de Viamão. / - Federação dos Trabalhadores Rurais do Paraná” (B.08/01/15/05/1981),

(34) “APOIO DE TODO O PAÍS À LUTA DOS SEM-TERRA”, (B.06/08/81).

São esses discursos, de outras ordens discursivas, que não apenas constituem os discursos dos agricultores sem-terra, mas, sobretudo, lhes servem como um tipo de apoio, de “visibilidade” social a sua causa e lhes possibilitam inscrever o discurso das questões agrárias em uma ordem não apenas específica, mas também social de maior abrangência, como forma de dialogar com a sociedade a problemática dos agricultores que surgem como movimento social organizado.

(15) “V. Organização - Nesta caminhada de sofrimento e de lutas, estão surgindo novas lideranças entre os agricultores” (B.04/01/05/1981).

Um discurso de organização cujo efeito se constitui em surgimento de lideranças no interior do próprio movimento. É de conhecimento histórico que nos grandes movimentos populares, a “figura” das lideranças sempre desempenhou um papel importante para a existência dos próprios movimentos e suas dinâmicas.

(24) “reforma agrária para atender as necessidades de 100 mil famílias gaúchas e as milhares de famílias brasileiras sem terra” (B.01/08/81),

(36) “Colonos reafirmam disposição de ficar no Estado. E não aceitam intervenção no acampamento” (B.01/10/07/08/1981),

(37) “Viva os trabalhadores rurais, os operários da cidade, a igreja dos pobres, o Movimento dos Sem Terra” (BE.01/18/08/81).

(30), “TRABALHADORES RURAIS DEBATEM ESTATUTO DA TERRA”, (B.02/06/81),

(35) “Movimento dos sem terra relacionou 763 mil hectares de latifúndio” (B.10/01/81).

Os enunciados marcam um discurso da resistência: primeiro diante do Estado (36), segundo, posicionando-se como movimento e relacionando sua luta aos outros movimentos populares, o que lhe confere um sentido de legitimidade (37), ancorando sua resistência no próprio discurso do Estado (30), é um discurso de exigência diante do Estado.

Os enunciados correspondem a alguns dos discursos que se constituíram no movimento, no seu “nascido” na Encruzilhada Natalino, ainda sob o regime do último governo militar, uma situação de tensão para os movimentos populares, pois a política adotada pelos governos militares (e anteriores) não demandam resultados para os agricultores, razão de suas manifestações, cuja consequência é o surgimento do movimento.

Constitui-se de uma situação de tensão, cujo efeito era encontrar “respostas”, “sugestões”, “soluções” imediatas para os agricultores naquele momento. Assim, no bojo do movimento e do seu complexo discursivo, visto acima, o discurso de “ocupação” como uma violência, como ponto de ruptura, como alternativa às condições imediatas e como forma de pressionar o Estado na questão da reforma agrária. Quando o discurso do Estado não consegue mais, pelo seu efeito de sentido e sua prática, manter uma certa estabilidade em um determinado “limite”, algo se insurge contra ele e passa a desafiá-lo em sua própria instância. Assim, o discurso de reforma agrária pela “ocupação” promove uma ruptura, em decorrência de um discurso não mais fazer efeito ou em decorrência de as condições materiais terem desestabilizada as redes de memória, propiciando um discurso cujo efeito se constitui em uma “solução” e “expectativa” para os agricultores.

Nos enunciados que seguem, é possível considerar alguns aspectos do discurso de “ocupação”, suas relações e as filiações que o constituem como pontos de ruptura.

(02) “propostas mostram o avanço do movimento. Conquistar terra e uma nova sociedade” (B.10/35/04/1984).

O sentido de “propostas” relacionado a “conquista” e a “uma nova sociedade” de certa forma ultrapassa a ordem do discurso de reforma agrária. Não se trata apenas de “propostas” para a efetivação da reforma agrária, mas de “propostas” com um sentido de reforma agrária que recupera, no interdiscurso e em sua relação com a memória discursiva, o discurso socialista, que, durante o período militar, teve “dificuldade” de circular socialmente em muitos espaços (universidades, movimentos populares, meios de comunicação de massa, quartéis etc.). Os sentidos dos fragmentos e expressões colocam a reforma agrária como condição de “uma nova sociedade”, cujo sentido filia-se ao discurso socialista. Colocar o “avanço” do movimento como condição de uma outra sociedade é ao mesmo tempo, significar o esgotamento do atual modelo não apenas de reforma agrária, mas da sociedade como um todo. A reforma agrária que não se efetiva é um dos efeitos dessa sociedade que o movimento contesta e, no bojo das propostas do movimento, propõe uma outra.

(03) “1984 foi um ano marcado por muitas injustiças no campo. 1985 vai ser diferente. Os trabalhadores estão compreendendo que só a organização pode lhes garantir dias melhores” (JST.01/41/12/1984-01/1985).

Se se considerar que “propostas” (02), enquanto busca de soluções, se constituem a partir de um debate, troca de “idéias” e interação discursiva que se inscrevem em determinados discursos, o fragmento “estão compreendendo” significa um certo “nível” e um certo “modo” de “ler” a realidade material de existência onde os agricultores estão inscritos, pois esse “modo” de “ler” a realidade é, em alguma instância, interpelar o agricultor sem terra para o agricultor sem-terra. É também a condição necessária de estabilização de uma prática discursiva, ou seja, o “avanço do movimento” depende de que os agricultores estejam em maior ou menor instância interpelados por um discurso específico, pois, de acordo com Pêcheux (2002: 56), “não há identificação plenamente bem sucedida”: a “ocupação” não se dá sem ao menos uma resistência dupla: uma por parte dos Aparelhos Ideológicos do Estado e por outra parte dos próprios latifundiários. Situação de conflito que resulta, na maior parte dos casos, em feridos, mortes, prisão.

(106) “Vamos sacudir o Brasil inteiro! Terra não se ganha, se conquista!” (JST.46/02/08/1985),

(107) “O governo não faz, nós vamos fazer” (JST.47/02/09/1985).

Os enunciados marcam a imagem, um tom de um sujeito que enuncia com certo poder, que não lhe foi dado pelo Estado, mas conquistado do próprio Estado, pois não se trata agora de uma questão de reforma agrária localizada, mas de todo o Estado, condição que se configura como efeito de sentido de uma crítica e desafio ao próprio Estado. Não se trata de reivindicar, mas de se impor e de enunciar suas “conquistas”, que são as formas de efetivar a reforma agrária, prerrogativa que pertence ao Estado.

(108) “Já se passaram seis meses de “Nova República” e as únicas providências concretas que o governo tomou foi quando os trabalhadores rurais, organizados, pressionaram com acampamentos, ocupações e manifestações públicas como foram os casos de Santa Catarina, do Paraná e dos **Brasiguaios**, acampados no MS” (JST.47/02/09/1985),

(137) “Desconsolado com a proposta da “Nova República”, o Movimento dos Sem Terra prometeu fazer a Reforma Agrária com as próprias mãos, e partiu para as ocupações e acampamentos” (JST.01/48/out.-nov./1985).

Um dos sentidos desses enunciados é articular em seu interior e marcar não apenas a sua posição sujeito como pontos de ruptura - “trabalhadores rurais, organizados, pressionaram com acampamentos, ocupações e manifestações públicas” - mas sobretudo quem é o seu interlocutor, um interlocutor que é afrontado, que, dada a conjuntura, não consegue mais manter os movimentos populares no limiar de uma estabilidade sem afrontar o Estado. Nesse sentido também, o efeito é de uma “quebra” do princípio de autoridade do Estado, o que acarreta uma afronta à lei. É importante ressaltar que, durante o período da ditadura militar, muitos movimentos foram “sufocados”, líderes foram exilados, presos, muitos desapareceram. A exemplo disso, é possível citar a Guerrilha do Araguaia, as Ligas Camponesas, a UNE. Muitos filmes de produção brasileira têm retratado a violência desse período; o mais recente é o de “Zuzu Angel”, famosa estilista que, nos anos 70 que, teve seu filho desaparecido e após muito pressionar o Estado morreu em um suspeito “acidente” de automóvel.

(126) “Três momentos de luta pela terra: derrubando cercas, debatendo seus problemas e protestando” (B.01/SE/08/11/1982),

(145) “Companheiros, aproveitemos o fim de ano para analisar tudo o que aconteceu. Vamos aprender as lições e transformarmos o ano de 1986 num ano de grandes vitórias. De muita terra conquistada. Na lei ou na marra” (JST.02/49/12/1985).

Outro aspecto dos pontos de ruptura é constatar que o processo que envolve o complexo discursivo, considerando as condições conjunturais da época, uma vez iniciado, apresenta sentidos que demandam uma certa violência enunciativa em relação à ordem vigente. Que somente assim se provocará um “furo” nas redes de filiações históricas, como nos fragmentos: (126) “derrubando cercas, debatendo seus problemas e protestando”, e (145) “na lei ou na marra”.

É a quebra de uma certa ordem estabilizada pelo Estado ao mesmo tempo a circunscrição de um espaço e de um discurso próprios e peculiares do movimento (isso já mencionado anteriormente a respeito do espaço). A existência de um espaço social surge já com discursos reivindicando também sua existência e condições mínimas de circulação e ritualização, mesmo considerando que o seu outro, o Estado, por sua posição, tem por função não deixar um outro discurso disputar ou compartilhar espaço em sua ordem.

O processo de ruptura do discurso pode ser constatado em alguns dos sentidos dos fragmentos (126) “derrubando, debatendo, protestando”. A forma nominal do verbo, por si só, já demanda um efeito de ação, de fazer, de execução de forma freqüentativa, quase rotineira. Possui uma certa movimentação e inquietação. Assim, os fragmentos possuem alguns sentidos:

- a) “Derrubando”: ação de impor sua dominação sobre, subjugar, tirar do poder, destituir, privar alguém de algo;
- b) “debatendo”: ação de lutar em defesa de uma causa, pelear, promover discussão, expor razões e defesa de certas opiniões, questionar a partir de um certo ponto de vista, discutir;
- c) “protestando”: ação de exprimir revolta e repulsa contra alguém; insurgir, reclamar, efetuar um ato ou processo, demonstrar discordância.

Se se considerar o efeito da forma nominal dos verbos, visto acima, e ainda alguns dos sentidos correntes, talvez seja possível compreender o efeito de sentido constituído no complexo discursivo (contexto histórico, posição sujeito em confronto, discurso em

disputas, tensão dos sentidos etc.) como uma violência capaz de provocar ruptura não somente por que foi enunciada, mas sobretudo porque os discursos já não podem mais ser “controlados”. Já não mais pode evitar sua circulação e, acima de tudo, quando esses sentidos cruzam com ou emergem dos sentidos do discurso socialista, é possível considerar que o espaço, o discurso e o sujeito ultrapassam o limiar da ordem discursiva do Estado e, diante dele, radicalizaram, ou seja, levaram suas práticas discursivas a um certo extremo de posições. Isso em termos de prática discursiva “não é pouca coisa” em de disputa histórica e social.

Se for considerar que “derrubando” remete a “impor perante o outro” e ainda possui um sentido de ação que transpõe um limite estabelecido e os sentidos estabilizados, verifica-se que, no discurso do movimento, é uma forma de impor dominação sobre o outro (como um “furo” na memória e no interdiscurso), subjugar o Estado, o latifundiário, tirar-lhe um certo poder sobre sua “cerca”, propriedade privada (um dos alicerces do discurso capitalista), destituindo-o, privando-o de sua propriedade na força que subjaz (o próprio Estado acaba legitimando o processo com as desapropriações) à disputa pelos sentidos de terra em questão. Outro aspecto é que o objeto do sentido de “derrubando” é o fragmento “cerca” (nas proximidades, nas imediações, ao redor, nos arredores, perto de, junto de, limite), um referencial de limite, de poder, de posse, de circulação, de uso etc. que o Estado garante à propriedade privada na forma da lei. É esse sentido de limite da “cerca” que o MST tem como objeto de disputa.

Já “debatendo” possui um sentido usual de tensão, de luta em defesa de uma causa, de peleja, de discussão, de exposição de razões e de defesa de certas opiniões, de questionamento a partir de um certo ponto de vista ou posição sujeito. Se se considerar que uma das características peculiares dos movimentos populares e dos partidos de esquerda tem sido a debate como uma prática de leitura “crítica” das condições políticas e ideologicamente marcadas o que implica das condições materiais de existência, aí incluídas a relações de poder etc. não são evidentes em si. Se tentar estabelecer uma comparação com os partidos de direita, constata-se que o debate político nessa ordem discursiva não se tem como prática. Outro aspecto é que não trata de apenas debater ou discutir “problemas”, mas sobretudo é uma ordem discursiva do espaço, do discurso e dos sujeitos.

O objeto do fragmento “debatendo” é “problema” que também possui um sentido de assunto controverso, de situação difícil, de pessoa com situação incômoda, de fora de controle, de questão levantada, de discussão, de obstáculo, de propor questão etc.. Esse objeto representa, em alguma medida, as condições históricas materiais de existência do movimento. Assim, é somente “debatendo” ou problematizando condições de existência que se constitui o processo de ruptura dos discursos vigentes sobre a questão da terra.

O sentido de “debatendo” já se configura em uma resistência; o de “problema” se configura em uma demanda de sentidos históricos sobre a terra. O debate constitui os espaços, os discursos e os sujeitos, mas não nesta ordem ou qualquer outra; não há uma hierarquização, mas um complexo em que irrompe o discurso como processo de ruptura que o “debate” e o “problema” podem demandar. A ruptura é um deslocamento, um movimento brusco de espaço, de posições sujeitos e de discurso, ou seja, é o processo também brusco de “transformação” de um conjunto de crenças, de valores, de discursos de uma ordem discursiva para outra, se se considerar que a discursividade que o “debate” promove é um trabalho ideológico. Ela é ao mesmo tempo trabalhada intrinsecamente na/da sua relação com o exterior (filiações históricas), como efeito do acontecimento, uma vez que a discursividade trabalha no/o acontecimento, mas como algo sem cálculo, sem previsão de sua irrupção discursiva.

Nesse sentido, é importante citar Eagleton (1997: 195), mesmo considerando que suas reflexões se encontram em um outro domínio teórico:

há um lugar, acima de todos, em que tais formas de consciência podem ser transformadas, quase que literalmente, da noite para o dia, e esse é a luta política. Isso não é carolice de esquerda, mas um fato empírico. Quando homens e mulheres, engajados em forma locais de resistência, inteiramente modestas de resistência política, vêm-se trazido, pelo ímpeto interior de tais conflitos, para o confronto direto com o poder do estado, é possível que sua consciência política seja definida e irreversivelmente alterada.

A interpelação nesse caso é um processo, um trabalho discursivo que não se constitui à deriva, mas sempre ancorado em redes de filiação históricas, quer para se constituir, quer, no caso do movimento dos sem-terra, para também promover rupturas (espaço, discurso e sujeito) em seus objetos, temas, sentidos, espaço, posições etc..

O sentido de “debate e problemas” é como um primado para os movimentos populares, pois é um espaço de constituição de discursos e de sujeitos na ordem discursiva

da luta de classe em que “não há dominação sem resistência: primado prático da luta de classe, que significa que é preciso “ousar se revoltar””, pois “ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja” (Pêcheux, 1997: 304).

O fragmento “protestando” por sua vez, um outro ponto de ruptura do movimento, pois o sentido exprime revolta e repulsa contra alguém, insurge contra, reclama de algo, efetua um ato ou um processo contra, demonstra discordância etc. Enquanto objeto do discurso, é um elemento significativo que expressa já uma insurgência contra alguém: o latifundiário, em primeira instância e, o Estado como o outro.

“Protestar” é uma prática discursiva que marca os países de regimes democráticos, o que não quer dizer que seja uma prática menos “incômoda” para o Estado ou para o regime democrático. “Protestar” se constitui de um conjunto reivindicações de diversas ordens, que se materializam geralmente em um grupo ou em vários. Convém ressaltar, que antes de tudo, “protestar” é uma posição política para os movimentos populares: uma forma de marcar sua existência e de existir em determinada ordem.

O fragmento “na lei ou na marra!” impõe um sentido de radicalidade, de divisa em face daquele que detém o poder central dos aparelhos ideológicos, é mais um dos aspectos de imposição de um sentido de ruptura no processo discursivo desencadeado pelo acontecimento do movimento. Nisso é importante considerar que o poder não está somente nos aparelhos ideológicos do Estado, mas disperso em todo tecido social, de acordo com Foucault.

Importa considerar alguns dos sentidos de “lei” como conjunto de regras gerais escritas que emanam de autoridade soberana, Executivo, Legislativo e Judiciário, de uma dada sociedade e impõem a todos os sujeitos a obrigação de submeter-se a elas, sob pena de sanções a todos que as transgredirem.

Em seu discurso, o movimento reconhece os sentidos positivos da “lei” e a soberania do Estado em questões de reforma agrária, no entanto, na própria enunciação, a referência a “lei” como objeto do discurso é posta como alternativa descartada pelo movimento, atribuindo-lhe um sentido negativo, não por sua ineficiência, mas por aquele que detém o poder de executá-la, o Estado. A “lei” se constitui como algo sem valia para o movimento em determinada conjuntura. É uma forma de questionar, mas não a “lei”, uma vez que ela prevê a desapropriação de terras para reforma agrária. No entanto, não basta a

existência escrita da “lei”; é de senso comum que os “benefícios” e as conquistas na forma da “lei”, em muitos casos, não são “automáticos”, ou seja, não basta existir a “lei”; é imperativo que haja reivindicação, que se dá nos embates políticos e com certo vigor na ordem do Estado.

Na “marra”, entre alguns sentidos, refere-se à coragem, à valentia, ao uso da força a qualquer preço, situação que normalmente é contra a vontade de alguém. Um dos sentidos possíveis de serem atribuídos é de superação de alguns dos aspectos da ordem do Estado; é a insurgência temporária e contextual ou circunstancial de uma outra soberania na questão de reforma agrária contra o Estado. O sentido também diz respeito a um tipo de ameaça para que o Estado também cumpra o que determina a “lei”. Nesse sentido, ela é positiva para o movimento quando o Estado, por seus mecanismos, aplica a “lei”. Não é uma posição “confortável” para o Estado ter que aplicar a “lei” sob pressão do movimento que o afronta e, em seus discursos, desacredita das “leis”.

O fragmento “ou”, articulando “lei” e “marra” no fio do discurso, expressa uma forma de tensão e de pressão imposta ao Estado, pois, se fizer na forma da “lei” o próprio Estado legitima o espaço, o discurso e o sujeito reivindicador que o afronta. Por outro lado, o Estado depara com as tensões políticas e manifestações dos latifundiários, que tradicionalmente, na história política do Brasil, têm servido de base eleitoral de muitos políticos e também de “colaboradores” em campanhas eleitorais. O fragmento “ou”, no fio do discurso do movimento, tem o sentido de não dar alternativas ao seu interlocutor, pois ambas as posições discursivas que o Estado pode assumir sempre o deixam em uma situação difícil, seja de incômodo (perante o latifundiário) e seja de afronta (sua ação é resultado de um enfrentamento com o movimento).

O fragmento “na”, que constitui “na lei” e “na marra”, aponta e possui o sentido de indicar o ponto em que recai a tensão entre o Estado e o movimento, ou seja, aponta com deve ser feita a reforma agrária. No fio do discurso do movimento imprime, um sentido de ênfase: “na ou na”, como um discurso imperativo.

Assim, o fragmento “na lei ou na marra!” possui o efeito de sentido de constranger o Estado, de ordenar-lhe o que deve fazer e como deve fazer, considerando ainda o sentido expressivo do fragmento, marcado pela exclamação. “Na lei ou na marra!” se constitui um discurso como uma espécie de divisa, um discurso desafiador ao Estado,

condição que caracteriza mais uma vez um sentido de ruptura discursiva do processo que o movimento constitui e pelo qual se constitui.

Assim, a partir do percurso desenvolvido neste capítulo, é possível considerar que o Discurso de Reforma Agrária pela Ocupação, um acontecimento discursivo, não se constitui apenas em uma ruptura dos espaços, dos discursos e dos sujeitos, ou como um “furo” nas redes de memória, no interdiscurso no bojo do próprio discurso marxista e de esquerda. O discurso de Reforma Agrária pela Ocupação institui um próprio capaz de se opor ao Estado e, ao mesmo tempo, permanecer na ordem legalidade.

O discurso dos sem-terra, ao se constituir o outro do Estado, rompe com os discursos anteriores, mas também se impõe certos limites na relação entre acampamento, ocupação, assentamento ou na própria palavra de ordem: “ocupar, resistir, produzir”. O assentamento e a produção, de um lado, são discursos de interpelação. No entanto, por outro lado, também se constituem em limites discursivos ao próprio movimento: se o processo de ruptura discursivo vai continuar para além do assentamento e da produção, embora haja indícios, como nos seguintes enunciados:

(255) “Fazer grandes ocupações e vencer as eleições são duas grandes tarefas que temos nesse momento. Temos que assumir essas tarefas com o objetivo de fortalecer a nossa luta maior: transformar essa sociedade, preparando a construção de uma sociedade socialista” (JST.02/77/10/1988).

(278) “Roberto Baggio: A luta vai além da ocupação” (JST.01/81/05/1989),

(334) “Não basta criticar o governo é preciso desenvolver lutas concretas, seja através de greves, ocupações de terra, mobilizações, lutas parlamentares, enfim, é preciso combinar as diferentes formas de luta e de pressão para que haja fortalecimento e unidade entre os movimentos sociais para garantirmos nossas conquistas de forma coletiva” (JST.02/97/10/1990),

(349) “Desafio e prioridades / 1. Avançar na massificação das lutas / 2. Avançar nas qualificação dos nossos dirigentes e militantes / 3. Avançar na organização / 4. Avançar o sistema de cooperativa dos assentado” (JST.01/101/03/1991).

Capítulo 6

MST: PODER, SUJEITO E DISCURSO³⁵

Trata-se de uma luta, mas o que quero dizer quando falo de relações de poder é que estamos, uns em relação aos outros, em uma situação estratégica (Foucault, 1984).

Os movimentos populares de grandes ou pequenas proporções tiveram/têm um papel histórico relevante na forma de estruturação e organização das “formações sociais” (Pêcheux, 1988) contemporâneas. Se, de um lado, podem atribuir-lhes certas prerrogativas (legitimar, endossar), de outro, podem ser um tipo específico de resistência, de afronta contundente a essas prerrogativas. Convém considerar que qualquer tipo de formação social se sistematiza tensamente – em busca de uma homogeneização - a partir de posições ideológicas de classe e de grupos específicos.

A homogeneização implica, geralmente, sobrepor-se a movimentos contrários ou díspares, a dominação e submissão de “saberes”, de “discursos” (Foucault, 1969), de “sujeitos” (Pêcheux, 1988) na arena das disputas históricas em que se luta, de acordo com Foucault (1971: 10), não pelos “sistemas de dominação”, discursos, objetos ou desejos, mas, sobretudo, pelo “poder do qual nos queremos apoderar”. “Poder” (Foucault, 1979: 01) que não é um objeto, algo que se possa nomear, uma coisa que se possa apreender. Talvez seja esse o fato de o poder estar presente em todas as instâncias e domínios da atividade humana.

A homogeneização de uma suposta ordem, instância social e/ou campo do conhecimento se configura nas tentativas, explícitas ou não, de encobrir e manter sob opressão e submissão constantes os vencidos – outros poderes, sujeitos, discursos, saberes. A homogeneização é apenas um dos aspectos mais imediatos da “pesada e temível materialidade” do poder de que todos querem se esquivar na mesma ordem que querem, em contrapartida “dominar seu acontecimento aleatório” (idem, p. 9).

³⁵ Neste capítulo utilizarei o conceito “poder” em Foucault (1997) para proceder às análises. As concepções a respeito do “poder” permitem uma melhor abordagem de seu funcionamento e descrição de suas estratégias.

É contra essa pesada materialidade que os grandes e históricos movimentos populares lutam para “dominar” ou se “esquivar”, ou, ainda, para permanecer de uma forma ou de outra na arena social como sujeito.

Após o breve exposto, o objetivo deste capítulo é analisar um dos aspectos da constituição do poder no/do sujeito MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – imbricado no seu discurso, ou seja: procuro compreender como o MST constitui seu poder, que tipo de “sentido” (Pêcheux, 1988) é possível atribuir a esse poder? O que implica dizer que o MST possui algum tipo de poder? Quais são os prováveis efeitos desse poder? Qual é a origem dele? Como ele se materializa? Qual é o outro do MST? Como se dá o seu funcionamento?

6.1 Poder em Foucault³⁶: em busca de uma certa síntese

Uma das conclusões de Foucault sobre o poder refere-se a considerá-lo como uma maquinaria de relações tensas que não se configura como um *dado a priori*. Ele afirma que o poder se constitui de um conjunto de feixes abertos de relações sociais e micro-sociais, marcada pela desigualdade e pela diferença de potência.

Em “A verdade e o poder”, Foucault (1979: 01-14) analisa, primeiro, as instâncias de constituição do poder. Ele afirma que o poder está intrincado no e com o saber, na e com a ciência, nas e com as formações discursivas e no e com o cientificismo, motivo pelo qual ele produz certos efeitos, dentre dos quais, o de verdade, que, por sua vez, sempre procura induzir a uma hegemonia social, cultural, econômica e ainda de classe social.

Uma outra face desse efeito é que ele apresenta a história como uma continuidade aparente, encobrando, nesse aspecto, as discontinuidades bruscas, as mudanças repentinas e até as mudanças mais lentas e sorrateiras nas instâncias do saber, das disciplinas e dos discursos. É o efeito de poder e de verdade que se produz nessas instâncias, com certa eficácia, para se transformar em algo verdadeiro ou falso. Ao se constituir, esse efeito o faz de maneira tensa, condição necessária para que se possam reger os enunciados, reger os

³⁶ As concepções de “poder” utilizada neste capítulo dizem respeito aos textos organizados por Roberto Machado, das edições Graal, 1979.

enunciados entre si, reger as verdades que constituem os discursos científicos e ainda em instâncias não científicas.

O poder para produzir efeitos tem suas táticas, sua mecânica e suas engrenagens que são complexas e em forma de rede produtiva nas relações entre sujeitos, enunciados, instituições, saberes e verdades. No entanto, isso não se dá sem produzir coerções e nem sem regulamentar sistemas e regimes como conjunto de regras rígidas.

Os sujeitos e os discursos passam, necessariamente, a circular em uma ordem com certa estabilidade, pelos regimes de regulamentação institucionais e científicas que distinguem o verdadeiro do falso, o que pode e o que não pode circular, como um dado prévio.

Para Foucault, a distinção entre verdadeiro e falso passa, ainda, por um conjunto de procedimentos que regulamenta o funcionamento dos enunciados que produz efeitos e se apóia em verdades anteriores. Assim, a verdade é um combate em torno de um estatuto determinado pelo regime econômico-político que se altera local e historicamente. No verdadeiro ou na verdade, não há um dado natural que se possa dizer que se trata de algo verdadeiro ou uma verdade em si. A verdade não é um dado natural, *in natura*, para que se possa dizer que se trata de uma verdade ou de algo verdadeiro; é preciso que esteja no regime ou estatuto da verdade ou do verdadeiro, que passa por determinações dos sistemas e regimes de valores sociais.

Se os sujeitos, os discursos e as verdades estão intrincados no e com o poder, a questão dos “Intelectuais e o poder” (1979: 69-78) é definida como um tipo de relação que marca uma posição de classe, considerando que os intelectuais são classificados como orgânicos, ligados ao proletariado, ou pequeno burgueses, ligados aos interesses das classes dominantes. É nessas posições que eles enunciam as políticas de verdades, seja no domínio da pesquisa, seja para polarização entre maldito/socialista, e pequeno burguês, por exemplo.

Houve um tempo, para Foucault, em que, enunciar para as massas, certos intelectuais o faziam porque os saberes das massas provinha deles, como a possibilidade de edificar um tipo de consciência, um espaço de politização contra a dominação de classe e a soberania dos sentidos dos discursos. Hoje, os intelectuais, como agentes de consciência, invalidam os saberes que as massas constituem na relação com os próprios intelectuais, ou

seja, as massas tornaram-se independentes deles ao edificarem seus saberes e estabelecerem um certo regime de verdades.

Os saberes, juntamente com as teorias, são sistemas regionais de embate; são práticas locais na luta contra a totalização do poder que define o que pode e não pode ser verdade. A luta contra essa forma de poder é uma necessidade para denunciar o poder, para torná-lo viável para que seja possível nomeá-lo e assim, poder dizer o que é e o que ele faz. Isso porque se sabe quem não se utiliza dele; não se sabe como se dá o seu funcionamento de revezamento e deslocamento, mas sabe-se que sempre é uma posição de classe. Para Foucault, a luta contra o poder deve ser uma luta contra o uso abusivo, o uso tirânico. A luta deve ser para reorganização do poder e não para dele se apropriar e fazer uso tirânico ou, ainda, simplesmente mudar de titular.

Na suas múltiplas formas de materialização, o poder se exerce sobre os corpos e se mostra a partir deles também. É essa relação que Foucault analisa no texto “Poder - Corpo” (1979: 145-153). Para ele, o corpo toma consciência de si ao ser investido pelo poder cujas formas são a ginástica, a nudez, a exaltação, ou seja, um tipo de materialização de investimento do poder sobre os corpos.

O corpo investido de poder volta-se, na mesma ordem, contra o próprio poder que precisa submeter o corpo à economia, à saúde. Na luta do corpo contra o poder e vice-versa, o poder nunca recua, nunca vacila; ele simplesmente se desloca sistematicamente, quer no âmbito do aparelho de estado, quer na instância periférica do aparelho. A luta, para o poder, é sempre um exercício do poder de forma cotidiana. Para modificar a sociedade é necessário modificar o poder da periferia do Estado para reorganizar o poder do Estado.

Na *Genealogia do Poder* (1979: 167-177), foi analisada uma massa de críticas localizadas, dispersas, descontínuas e sem uma centralização. A consequência foi uma crítica que retornou a um saber sepultado, desqualificado, interdito historicamente; um saber que fala da vida, do real, um saber que traz à tona as lutas, as memórias, os combatentes, os ditos incompetentes, um saber sem elaboração teórica, que foi clivado sistematicamente por lutas de dominação. Não é sem propósito que esses saberes acabaram sucumbindo em detrimentos de outros; seus efeitos poderiam ameaçar uma hegemonia de classe. Uma segunda consequência dessa criticidade foi ter ressuscitado esse saber para fora

dos domínios da tirania dos discursos dominantes. Condição que garante seu retorno para circular em espaços sociais mais amplos e ser submetido a outras leituras.

A essa conseqüência, ainda, soma-se o fato de que os discursos, os saberes, os poderes emergem de outros, numa relação de dominação e submissão. Evitar certos discursos, saberes e poderes é sempre garantir uma ordem para uma classe. Assim, a genealogia, como anti-ciência, é um projeto, uma tática de luta local e libertação contra os poderes globalizantes e unitários.

Libertar os sujeitos das sujeições desses saberes é possibilitar aos sujeitos uma compreensão da luta contra as coerções dos discursos e garantir a entrada nessa ordem de disputa com um outro estatuto e ainda reconhecido. Mesmo sendo hierarquicamente menores, não que dizer que a genealogia possua poderes menores, pois os efeitos de poder dos saberes menores, tanto quanto da genealogia, devem evitar a irrupção dos saberes unitários para que sujeitos e saberes, livres, possam dizer algo de si, como um fragmento local da história.

No estudo da genealogia, Foucault especifica mais algumas características do poder imbricado com o sujeito. Para ele, o poder é o poder que o indivíduo cederia total ou parcialmente para construir o poder político. O poder, nessa instância, relaciona-se com os bens materiais, com a economia, com a política, como forma de materialização; ele ainda é moldado pela mercadoria, pelo contrato, pela herança, pela alienação.

Assim, o poder assume uma configuração intrincada e articulada com a política, além de ser para Foucault, algo que se exerça, ou seja, ele existe em ação, ele sempre anuncia sua força, o que quer dizer que ele não é algo que se possa nomear pura e simplesmente. Combater o poder opressor e dominador é uma das táticas para forçá-lo a suspender sua soberania.

Em o “Olho do poder” (1979: 209-227), outras características são analisadas e colocadas em questão. O poder tem um olhar específico, uma arquitetura, para que esse olhar possa se posicionar, pois precisa de espaços e uma forma para poder circular e chegar a sua eficácia, uma vez que ele não exclui ninguém, em nenhuma instância específica, de seus efeitos. Ele, ainda por sua vez, é anônimo, considerando que é disseminado, como a opinião pública, o olho do estado, ramificado no corpo social. Ele se move socialmente para assegurar o direito de classe, de acordo com os espaços sociais.

Mesmo sendo anônimo e disseminado, ele é centralizado de alguma forma, mas não é uniforme dentro da rede em que se organiza, isso porque ele não é único ou absoluto, pois, em qualquer ponto da rede ou da pirâmide, um outro poder que se estabeleça pode afrontar ou desestabilizar o ponto emanador de poder central. Isso acontece em decorrência de ele se constituir em resistência ao próprio poder; nisso ele demarca posição, obedecendo a uma certa homogeneização a partir de múltiplas relações.

O exercício do poder sempre custa ou cobra algo, como uma ruptura, uma forma de competência, de complacência, de violência. Pode ser um tipo de diálogo, uma troca, uma forma de opressão, uma mudança de posição, uma submissão, um rendimento, uma moderação ou uma liberdade.

Em “Sobre a história da sexualidade” (1979: 243-276), Foucault toma a sexualidade como objeto histórico e o define como um conjunto heterogêneo de objetos: discursos, instituições, tipo de natureza de relação, jogo, programa, posição; e de formação de estratégia, sempre para responder a certas urgências de controle e dominação.

Da análise da sexualidade, ele depreende um instrumento que vai nomear como dispositivo, que se define pela diferença em relação à epistême, à ciência, à formação discursiva e aos saberes. O dispositivo é um processo de sobredeterminação, que se relaciona com outros elementos, mesmo que heterogêneos, e se articula com eles.

O instrumento novo está inscrito também no jogo de poder e nele assume várias configurações como forma de estratégia que dá sustentabilidade aos saberes, à epistême etc.. É ele quem qualifica o enunciado de verdadeiro ou falso, pela razão de ser um instrumento amplo. Essa qualificação fica a cargo do dispositivo, porque os saberes, as ciências e a epistême não qualificam por dois motivos: o primeiro diz respeito a seus alcances, que são restritos; em segundo, apenas admite ou não o enunciado em suas instâncias, ou seja, a questão do verdadeiro ou da falsidade diz respeito muito mais a certos critérios e condições para pertencer a um campo específico do que a possuir em seu bojo algo que possa avaliar como verdadeiro ou falso.

O instrumento tem essa amplitude de avaliação, já que, para ele, o verdadeiro ou falso depende do que está em jogo, de quais as posições que estão sendo demarcadas. O verdadeiro/falso não é um dado natural - como se intrinsecamente houvesse algo que falasse por si só uma verdade ou falsidade -, mas intrigando em redes de poder.

Do poder é possível apreender seus efeitos e suas relações uma vez que o dispositivo ainda permite afirmar algo a respeito do poder, que ele não é um dado *a priori*, não existir como algo que possa nomear como objeto, como a verdade ou a falsidade.

6.2 “O sujeito e a constituição do poder do MST”

Esta análise tem como perspectiva a relação entre o MST e as Instituições ou Aparelhos de Estado que regulam, controlam, selecionam, distribuem os discursos e os sujeitos por certos procedimentos de interdição, exclusão e controle, de acordo com Foucault (2001: 10-11). Procedimentos que procuram exorcizar qualquer tentativa de romper uma suposta hegemonia social discursiva – que é uma posição de classe -, de modo a evitar uma indesejável irrupção dos discursos e sujeitos cuja constituição possa conter certo tipo de poder. Uma outra consequência é que o efeito desse poder possa desencadear novas lutas, permitir que lutas já sufocadas voltem à cena, ou ressignificar velhas lutas em uma outra dimensão ou perspectiva. De acordo com Foucault (1969), o novo (em forma de luta) não está no que se diz (discurso) e se faz (atuação), mas no acontecimento a sua volta. É a materialidade do poder de que se quer esquivar.

Todas essas possibilidades de luta, contra a ideologia hegemônica do Estado, apresentam algum tipo de perigo, senão total, pelo menos parcial, a posição de classe defendida e representada no/pelo Estado.

As formações sociais, no entanto, são heterogêneas; se elas se apresentam totalizantes e hegemônicas, é tão somente em virtude de um conjunto de efeitos, quer discursivos, quer de verdade, ou ainda efeito de poder em suas múltiplas materializações disseminados no tecido social.

Essa condição propiciou a sua inscrição na “A ordem do discurso” (Foucault, 2001); situação que lhe permitiu ocupar um lugar peculiar: de um discurso sem poder – que possa desafiar o Estado - (em (1)³⁷, “como agricultor achamos que temos o direito a ter um pedacinho de terra para plantar”; (3), “terra para quem nela trabalha”³⁸), para um discurso com poder – já desafiando o Estado que não consegue evitar a sua emergência -, mesmo em

³⁷ Os enunciados deste capítulo pertencem ao anexo 1.

³⁸ Esses enunciados pertencem ao discurso Fundador ou Institucional, já o sujeito desse mesmo discurso é classificado como sujeito histórico.

face dos procedimentos de interdição do Estado (em (60), “a luta pela conquista da terra passa também pela conquista do poder e que a reforma agrária é uma necessidade que independe de ser legal ou não. Ela terá que ser feita na lei ou na marra!”; (74), “já que na lei os nossos direitos não vêm, conquistaremos na marra! Quem não tem direito de fazer as leis, não tem obrigação de respeitá-las”³⁹).

Os enunciados acima servem para ilustrar certos aspectos, de alguma forma, da constituição do poder imbricado do/no sujeito MST. Se no primeiro momento o discurso se apresenta modalizado pelo seu efeito de sentido, prescrito inclusive pela Constituição Federal, ou seja, está na ordem da normalidade institucional, sem poder algum, a não ser o sujeito o de ser histórico (enquanto agricultor) – e, como tal, pode reivindicar sem desafiar o Estado ou sua hegemonia, já do segundo discurso não se pode dizer o mesmo. Esse sujeito está desafiando o Estado, colocando em questão uma certa normalidade institucional. É possível ponderar que ele já se constituiu em um sujeito revolucionário ou sem-terra, ele está investido de poderes, tendo em vista que, para desafiar e ser o outro do Estado - precisa de poder -, não pode ser qualquer um e sem qualquer tipo de poder, senão o Estado nem toma conhecimento dele.

A questão é procurar compreender como o MST constituiu o seu poder e de que lugar vem o seu poder, uma vez que a apreensão do poder não é um dado natural. Na análise dos discursos do MST, foi possível apreender alguns fragmentos, alguns indícios de que esse poder é constituído, em parte, na marginalidade (lugar onde o Estado atua e faz sentir sua pesada materialidade) e de alguns aparelhos do Estado.

O MST tem conseguido o seu poder, em grande medida, pela atuação, pela forma de luta pela terra, que resulta de um sentido específico de terra e de luta, e também pelas redes de relações que o movimento estabelece interna (mantendo uma unidade necessária e centralizada) e externamente com outras categorias, personalidades, movimentos populares, partidos políticos, órgãos do próprio governo, sindicatos, organizações não governamentais, entidades civis, e, além de tudo, a partir do diálogo com a população de um modo geral. A sua forma de atuação, nesses termos, tem conseguido apoio popular, adesão para sua causa e muita controvérsia também, com já destaquei anteriormente.

³⁹ Esses enunciados pertencem ao discurso de Reforma Agrária pela Ocupação, ao passo que o sujeito dele é classificado como sujeito revolucionário ou sem-terra.

Se, a atuação do MST, de um lado, vai na direção de um debate, apoio político e popular, em contrapartida ele segue em outra direção, pois ocupa prédios públicos e terra, organiza agricultores sem terra, faz marchas, manifestações e caminhadas. Essa atuação gera um certo constrangimento institucional e popular, no entanto ela não evita a criação de um tipo de “cinturão ou anel” em volta de sua causa e ação, que lhe chega a garantir alguma imunidade e conferir-lhe, acima de tudo, um certo poder.

Se contra essa forma de agir do MST, o Estado fica, em certa medida, um tanto vulnerável ou receoso para uma atuação mais agressiva, evitando ou sufocando de vez, a irrupção do “acontecimento discursivo” (Foucault, 2002) do MST, como no período da ditadura militar, atitude que o Estado fazia para manter a hegemonia discursiva, em contrapartida, o Estado atua por outros mecanismos, como os meios de comunicação, o poder judiciário, organizações paralelas (associações de fazendeiros, sindicatos, atuação de grupos...) criadas para reprimir o movimento, situação a que o Estado faz “vistas grossas”.

Para exemplificar, recorro a Geraldi et al (1986: VII e VIII), que citam duas notícias de jornais: 1) “Polícia Federal apreende panfletos e 35 espingardas” e 2) “Dropes”. A primeira diz respeito ao “agricultor sem-terra” que foi preso com panfletos e espingardas de fabricação caseira; já a segunda, muito curta, fala de “contrabandistas” presos com metralhadoras de uso exclusivo do Exército. O “agricultor sem-terra” “tentou pagar a fiança”, mas a Polícia Federal não aceitou o pedido, enquanto ‘os contrabandistas’ de armas de uso exclusivo do Exército pagaram a fiança e foram soltos pela Polícia Federal.

Sem discutir a análise, deixo algumas possíveis perguntas: 1) ser flagrado com espingarda caseira e panfleto é mais perigoso do que ser flagrado com metralhadoras de uso exclusivo do Exército? Qual seria o nível de periculosidade, para a sociedade, de um sujeito portando espingarda de fabricação caseira e de outro sujeito portando metralhadoras de uso exclusivo? Que tipo relação há entre espingarda caseira e “agricultor sem-terra”; e “contrabandista” e metralhadoras de uso exclusivo? Qual seria a razão de o “agricultor sem-terra” ter sua fiança negada e o “contrabandista” não?...

De volta ao ponto. Se, de um lado, o poder do MST lhe dá condições para continuar atuando socialmente, de um outro lado, ele o faz oscilando estrategicamente entre a ordem do discurso da normalidade, (em (119), “precisamos conquistar mais terra, mais escola, mais dignidade), e a ordem discursiva da marginalidade”, em (45), “reforma agrária,

“a guerra é pra valer””, e em (95), “as leis que não contemplam as aspirações populares serão superadas pelo próprio povo”.

Ora, reivindicar é uma das prerrogativas dos sistemas democráticos, mas subvertê-los, afrontá-los é corroer a hegemonia do sistema, o que implica atrair para si os efeitos de poder do Estado e da sociedade de uma forma geral. Mas esses efeitos só atingem a quem o estado reconhece como sendo o seu supostamente outro, e esse outro tem que se constituir de algum poder cujo efeito possa de fato ameaçar a posição do Estado ou sua hegemonia.

As múltiplas relações sociais que o MST vem construindo ao longo de sua existência o possibilitaram-lhe estender sua atuação para além da questão da terra. Tal é o tipo de configuração que o movimento vem construindo: ele não só luta pela reforma agrária, mas também, questiona a situação econômica e política do país, as instituições oficiais (executivo, legislativo e judiciário), as leis e a classe social que está à frente do Estado, como é possível observar nos seguintes enunciados: (116), “vimos debater com a população os problemas do país, discutir saídas e ações”; (40), “a tarefa é chamar toda a sociedade para essa luta. Somente assim estaremos construindo um país onde a modernidade significa justiça social, acesso à educação, saúde, alimentação”; (112), “a ordem é ninguém passar fome”; (118), “há necessidade que todas as forças políticas, populares, agrária, apresentem um plano alternativo, que questione o capitalismo, suas crises descarregadas sobre os ombros dos trabalhadores, e aponte o socialismo como uma necessidade para a classe trabalhadora”.

Convocar a população para um debate político sobre questões nacionais, falar em nome não só dos sem-terra, mas dos trabalhadores de forma geral, propor alternativas, lançar palavras de ordem que possam desafiar as leis, e, além disso, indicar um outro sistema político para o país em oposição ao atual é, antes de qualquer coisa, marcar uma posição de sujeito provido de condições próprias e do poder para fazê-lo; é ser o “outro” do estado – e não simplesmente um outro –; é ter voz política e ideológica definida a partir de relações múltiplas; é ter um projeto alternativo com outros princípios elaborados de outra perspectiva ideológica; é ter extrapolado seu campo político de ação (a luta pela terra e reforma agrária) e, acima de tudo, ocupar posição de vanguarda política deixada pelo PT.

É importante considerar que, para atuar dessa forma, o sujeito não pode estar investido com qualquer poder, como venho enfatizando, pois os seus dizeres ou discursos

necessitam de certos efeitos de sentidos e poderes para poderem circular de maneira eficaz, atingir outros e combater com outros efeitos e poderes. Isso para que possa fazer sentido e assim permanecer na luta. Para que um sujeito seja o sujeito, precisa assegurar um lugar de classe e um lugar muito significativo. O discurso do outro sujeito deve corroer a suposta hegemonia da classe dominante, representada pelo Estado, como faz o MST.

Não seria demais afirmar que, nesse conflito de classe, o MST possui um discurso que permite a heterogeneidade dos dizeres, dos efeitos de poder, dos efeitos de sentido. Contra esse tipo de poder do MST, que não vem diretamente das instituições oficiais, que não está autorizado e nem é autoridade outorgada pelo Estado; contra o discurso e o poder do sujeito MST, as instituições oficiais se vêm obrigadas a conformar-se e a conviver, aceitar um outro indesejado, afrontando a sua soberania.

É esse tipo de poder que faz que o MST seja o MST, com uma identidade específica. Contra essa atuação, o Estado e a classe dominante, mesmo combatendo das mais diversificadas formas e maneiras, ainda assim não conseguem fazer que o sujeito MST se submeta ao poder hegemônico do Estado, ao discurso globalizado para que o MST permaneça na posição de sujeito agricultor ou histórico apenas, ou na ordem da normalidade sem afrontar o poder do Estado.

6.3 O poder no/do discurso do MST

As relações sociais trazem em seu bojo o conflito que não se dá aleatoriamente, como foi visto em Foucault, pois elas obedecem a um conjunto de normas e regras de dominação e submissão, que visam submeter os sujeitos. Isso não quer dizer que ele as aceite passivamente e nem se rebele contra as suas posições determinadas. Essas relações são formadas, atravessadas, geradas e imbricadas na/com a “ideologia” (Pêcheux, 1988) e no/com o poder, complexo discursivo.

O sujeito agricultor, para dizer algo de si, de sua classe, de seus problemas, fazer uso restrito da palavra, teve que passar por procedimentos de controle e seleção, submeter-se aos rituais para depois se rebelar, além de apoderar-se de determinado discurso para revesti-lo de algum poder, como um instrumento, para que possa, de alguma forma, emanar

seu “efeito de poder” (Foucault, 1979) ao enunciar-se, ao impor sua posição social e ideológica e com poder, com um tipo de poder.

6.3.1 A constituição do poder do MST

O sujeito, para se constituir em sujeito MST, precisou pertencer a uma categoria histórica (ser agricultor), enunciar-se com discursos específicos a partir de uma posição de classe que estabelece múltiplas relações, entre as quais as alianças, ou de oposição, direta ou indiretamente.

Para enunciar-se enquanto agente social, o MST teve que marcar sua posição de classe, como em (1), “como agricultor achamos que temos o direito a ter um pedacinho de terra para plantar”; em (3), “terra para quem nela trabalha”; em (5), “os trabalhadores querem terra para produzir”; em (6), “sem reforma agrária não há democracia”; e em (9), “a reforma agrária solucionará os problemas do campo brasileiro”.

Desses enunciados, é possível apreender que se trata de um sujeito histórico (agricultor) que possui uma “memória discursiva” (Pêcheux, 1999: 52) social e cultural (religiosa – a terra prometida -, Guerra de Canudos, ligas camponesas no norte-nordeste, revoluções...). O enunciado revela algo de sua atividade profissional (relação com a terra que se diferencia do índio, do sistema financeiro, do grande proprietário, do proprietário urbano...), além de evocar um direito social (possibilidade de adquirir terra para nela trabalhar, um direito inscrito no Estatuto da Terra – desapropriação para cumprir sua função social). O enunciado diz respeito também a uma promessa histórica de vários governos (reforma agrária ainda não efetivada em país com dimensões continentais, considerando que os países capitalistas avançados já a fizeram) e proclama uma promessa, mesmo enquanto ideal a alcançar, que é uma das prerrogativas do sistema político (a democracia que rege os direitos iguais para todos).

Agricultor, terra, trabalho, direito, reforma agrária, conflito e democracia fazem parte de um regime de verdades organizadas e construídas no e a partir do poder que permite o desencadeamento de efeitos específicos, a partir das condições de produção do discurso (Cardoso, 1999). Entre os efeitos desse poder e dessa verdade está a possibilidade de circulação e produção de discursos, de sujeitos, de objetos, de instrumentos, de saberes,

de conceitos, de valores, de crenças, de teorias etc. em formas táticas que garantem a manutenção e reprodução dessas categorias nas instâncias institucionais que estão implicadas no cotidiano.

Creio ser importante citar que, naquele momento de enunciação, a situação política do país era de desestabilização de um regime (militar) para a organização de um outro (democracia). Nesse contexto de turbulência ou transição, ao enunciar-se, o sujeito o fez, inclusive, a partir de um saber que havia sido subjugado, silenciado no próprio regime militar. Nesse momento, juntamente com outros saberes (como o do operariado com o qual mantinha aliança), o ressurgimento encontrou espaços graças à mudança em processo de um regime econômico-político que altera e reproduz/produz tensamente novos regimes de verdades e de poder.

A partir das considerações feitas até aqui, torna-se possível ponderar que nos enunciados (1), (3), (5), (6) e (9), ainda que modalizados, em um tom ameno, o discurso já estava investido de um poder latente, de uma perspectiva (agricultor que se **reorganizava**), e de uma outra perspectiva: estava investido de algum poder sem perigo para o Estado, ou seja, uma situação de discurso sem poder, condição para desviar-se ou esquivar-se dos efeitos de poder do Estado.

À medida que as condições políticas do regime não mais conseguiam manter ou controlar a hegemonia dos sistemas que regulamentam os regimes de verdades, saberes e seus efeitos, a soberania do poder do Estado (classe dominante) perdia sua eficácia, pois as formas de coerções diante da insurgência de outros regimes propiciaram a heterogeneidade dos dizeres (que estava submetida ao Estado), cujo efeito foi o deslocamento do poder do Estado e da classe dominante para outras instâncias (categorias profissionais, movimentos populares, igrejas, partidos políticos, organizações de diversas orientações política e filosófica).

O poder não recua e nem vacila, ele se desloca, condição que possibilitou ao agricultor, à medida que se organizava como MST, investir-se desse efeito do poder do Estado, que perdia sua hegemonia, ou seja: ocorreu a liberação de poderes do qual o MST se constituiu.

Se dos enunciados (1), (3), (5), (6) e (9) foi aceitável afirmar que naquele momento o MST tinha uma condição de sem poder ou com um poder latente, já dos

enunciados seguintes, que configuram outros discursos, será analisada uma outra condição, já com poder (em (6^A), “na luta concreta pela terra, vamos nos organizar e nos preparar para ocupações massivas”; em (37), “junto com os trabalhadores, lutarmos para derrubar a burguesia e construir uma sociedade socialista”; em (38), “terra e poder não se ganham, se conquistam”; em (47), “com certeza teremos um ano quente e vermelho”: em (112), “a ordem é ninguém passar fome”: em (113), “a tarefa de chamar toda sociedade para essa luta. Somente assim estaremos construindo um país onde a modernidade significa justiça social, acesso a educação, saúde, escola, alimentação”; em (89), “devemos buscar o apoio da opinião pública, da imprensa, das entidades populares, das igrejas, com o objetivo de pressionar o governo a cumprir os compromissos assumidos com o povo brasileiro”; em (115), “os movimentos populares, sindicais, pastorais, sociais e partidos políticos de esquerda podem enfrentar esses desafios e desencadear as lutas populares; em (116), vimos debates com a população os problemas do país, discutir saídas e ações.

Esses enunciados devem ilustrar, em alguma medida, que o poder é um feixe de relações abertas, no entanto não menos imune das coerções e interdições. A forma de articulação dos elementos nos enunciados aponta para uma relação limite – que é a passagem de sem poder para com poder –, de uma ordem da estabilidade para a instabilidade. Considerando que o sujeito, ao se constituir com poder, atrai para si toda uma resistência do já instituído, procurando evitar a insurgência de um outro, mas, em contra partida, também atrai para si certos poderes disseminados no tecido social, que sem voz o reconhecem, como a opinião pública, vozes anônimas que não afrontam o estado de forma direta, mas, por intermédio de quem possa reconhecer. Legitimam-no como uma referência, mesmo que em outro campo de atuação política.

Assim, nesse feixe de relações - cujo estatuto de verdade do estado está sujeito a ressignificação, à estabilidade pela força material, de então foi posta em xeque – libera-se a insurgência de outros sentidos, outros discursos, outros sujeitos que se deslocam para outras instâncias, o confronto com o Estado em face da perda parcial da hegemonia de classe dominante com a irrupção de elementos que obedeciam a outro regime oposto ao do Estado, já que o poder não está exclusivamente localizado no aparelho de Estado. Há um poder periférico ao Estado, o outro do Estado.

Ora, o que está em questão não é nem tanto a tomada do poder, mas as posições que estão sendo demarcadas, a visibilidade de algumas relações, dos sujeitos, do lugar de onde vem possivelmente: os efeitos de sentidos, os efeitos dos discursos, dos sujeitos e do poder. O ponto de ancoragem deles já libertos ou tornados, pelo menos, mais visíveis no “indefinido da luta” (Foucault, 1979).

Um sujeito cuja existência extrapola seu campo de atuação política não o faz sem a articulação de saberes heterogêneos, sem estabelecer relação de ressonância com outros elementos de outros campos de atuação. Assim, o que está em jogo é um tipo de poder, seu efeito, sua relação de força, de forma que não basta apenas relacionar ou dialogar; é quase um imperativo que submeta os outros elementos a sua soberania, que se proponha como articulador de interesses de classes, de grupos e que os outros reconheçam sua hegemonia, mesmo que em níveis diferentes e com ressalvas. Quando isso se concretiza, já é possível afirmar que outros discursos, outras vozes, outros poderes estão encontrando uma certa referência, um amparo ideológico, ou seja, o reconhecimento já em uma etapa de possível deslocamento do poder e de seus efeitos.

O discurso do MST se coloca, nessa ordem, como ponto de convergência, à medida que extrapola seu campo de atuação com o diferencial, algo novo (Discurso de Reforma Agrária pela Ocupação), não sem antes deixar que, no interior de seu discurso, outros discursos e elementos insurjam com eficácia, como, em (6^A): luta concreta indica uma ação mais pragmática, que outras possibilidades fracassaram, que extrapola o âmbito discursivo; em: reforma agrária e ocupações massivas, que não quer dizer necessariamente com agricultores sem-terra, mas constitui um chamado a todos os trabalhadores da cidade que estejam desempregados ou dispostos a ingressar nessa luta; em (37): uma luta que extrapola a reforma agrária, inclui os trabalhadores de forma geral, identifica um ponto emanador de um poder opressor de classe, e, além de tudo, propõe sua derrubada, pois não pode ser considerado como qualquer poder e discurso.

Em (38), a luta da terra implica uma luta em torno do poder, disputar sua hegemonia diante do estado; em (47), não se trata apenas de uma ameaça, de uma provocação ou do uso de uma metáfora, mas, sobretudo, da emergência de um simbolismo, em forma de pré-construído (Pêcheux, 1988), que marca, mais do que qualquer coisa, uma posição ideológica; expõe o lugar, arquivo discursivo (Foucault, 2002), de onde emanam

sentido e poder; em (112), as palavras de ordem, quando investida de efeitos expressivos, inserem-se em outra instância de atuação, cujo efeito se converte em gesto imperativo e esse em um poder que desencadeia, assim, uma afronta à ordem vigente.

Em (89), (113), (115) e (116), que tipo de efeito de poder é esse que investe o sujeito, que, por sua vez, se posiciona enquanto liderança, que lança palavras de ordem, toma para si os problemas de outros campos de atuação, articula-os, ressignifica-os, além disso, convoca outros segmentos, instituições, entidades, movimentos populares, que, de alguma forma, estão revestidos de certos poderes - reconhecidos e legitimados pelo Estado -: é um chamado do sujeito que transfere e agrega poderes para si, legitima sua liderança, outorga prerrogativas diante do poder hegemônico do Estado. Não é qualquer tipo de poder que em torno de si centraliza outros poderes: esse poder agregador de alguma forma possui efeitos que inevitavelmente recaem sobre sujeitos e discursos, uma vez que o poder é o poder concreto que os indivíduos [organizados ou não] cederiam, total ou parcialmente, para constituir um poder político, uma soberania política.

A partir dessas considerações, creio ser possível compreender não somente alguns dos aspectos de constituição do poder do MST e o lugar de onde esse poder vem, mas a passagem de uma condição de “sem poder” para uma de “poder”.

6.3.2 Sentido do poder do MST

Dizer que o poder do MST possui algum sentido implica reconhecer sua existência diante do Estado: implica também que esse poder demanda efeitos, que rege saberes, que ele agrega forças, estabelece relações; implica dizer que ele faz frente a outros, impõe sua presença, geralmente indesejada, e que ele insurge para além de seu campo de atuação.

Um dos efeitos desse poder é dar visibilidade tanto ao seu sujeito quanto ao seu discurso. Outro efeito diz respeito a sua concentração. Quanto mais concentrado for o poder, tanto maior será a sua visibilidade, mais poderoso será seu titular, mais efeito dele depreenderá, mais poderoso será o discurso; quanto ao sujeito que dele se investir, em contrapartida, será mais vulnerável, mais interdito e mais efeito contra si atrairá.

Nesses vinte anos de existência, o sentido mais provável que se possa atribuir ao MST é o sentido de ser o outro do Estado, um Estado afrontado. Talvez não seja sem propósito a tentativa diária de desqualificação do discurso do MST, situação que reforça cada vez mais o seu poder e o efeito que dele depreende. Talvez seja verdadeira também a assertiva de que o MST é um dos raros discursos que permitem a heterogeneidade dos dizeres no Brasil, situação que decorre de seu poder e efeito de poder estar investido de sentidos capazes de agregar mais poder em torno de si, como tenho analisado nesse percurso até aqui.

Outro aspecto que pode fornecer elementos imprescindíveis para maior compreensão, mais uma análise do sentido do poder e efeito do MST, será analisar em que medida o poder da classe dominante, representada no Estado investe contra o MST. Além disso, em que medida ele é atacado, desqualificado, em que circunstância o poder hegemônico do Estado tenta imprimir-lhe determinados sentidos para que o MST perca seu poder de atuação e agregação de mais poderes e se submeta aos ditames do Estado e assim entrar na ordem da normalidade, uma condição sem poder, conforme analisado em outro tópico.

Para finalizar esse tópico, talvez fosse importante considerar o poder que se opõe ao sentido de poder do MST.

Assim, de um lado, da consideração de que o poder é heterogêneo, disperso no tecido social como uma rede de relações desiguais, é mais uma prática do que qualquer coisa que se possa nomear, e, acima de tudo está na formação de todas as relações sociais; de outro lado, a constituição do poder do MST implica dizer que o movimento se constituiu de um discurso e um sujeito que culminaram enquanto um tipo de centro catalisador de relações sociais marcadas pela heterogeneidade, gerando efeitos de sentido e de poder distintos. De alguma forma, no bojo das relações foi transferido algum poder que, no acúmulo, pudesse servir para que o sujeito ao enunciar-se com certos discursos dos quais resultariam certos efeitos de sentidos e poder, além deles serem enunciados discursos, eles deveriam circular e necessariamente serem aceitos como tal. Isso, já colocando em suspensão os regimes de verdades regulados pelo estado e pela classe dominante.

Não seria demais elaborar mais duas questões: a) que parte da constituição desse poder advém do próprio Estado, das instituições, saberes, de alguns regimes de verdades, e parte vem da marginalidade, lugar onde o poder do Estado mantém uma pressão para que esse tipo de poder não insurja de forma preponderante mais nas relações sociais; b) atribuir um sentido ao poder do MST indica ser possível considerar que o sentido dele está exatamente em ser o “outro” do Estado no “indefinido da luta” (Foucault, 1979).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Construir um *corpus* discursivo é fazer entrar a multiplicação infinita e a dispersão fragmentada dos discursos no campo do olhar por um conjunto de *procedimentos escópicos* (Courtine, 2006: 20-21).

Ao dizer o sujeito significa em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua e, do outro, pelo mundo, também por sua memória discursiva, por um saber/poder/dever dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas (Orlandi, 1999: 53).

O Discurso de Reforma Agrária pela Ocupação, tomado enquanto acontecimento discursivo, foi considerado como um discurso novo, algo que não existia. Por isso, na demanda de sentidos de sua irrupção, desestabilizou as redes de memória e as filiações históricas, criou um espaço e uma prática próprios de enunciação e de existência política, por meio de uma identidade que se constitui como uma violência e um furo no real – “que não descobrimos, pois o real, a gente se depara com ele, dá de encontro com, ele, o encontra” (Pêcheux, 2002: 29) – e na história da luta pela terra no Brasil, desde sua invasão pelos portugueses e outros povos, como os holandeses, os franceses.

Importa considerar que o MST tem o Estado como o seu outro, razão pela qual o movimento oscila estrategicamente entre a ordem da legalidade e a da ilegalidade, Assim, não se contendo em enunciar de seu espaço próprio, acampamento e assentamento, passa a enunciar também do espaço urbano de outras categorias de trabalhadores, como posição-sujeito de liderança.

Afirmar que a existência do MST se constitui em uma violência implica compreender que essa violência é “regida” pelas condições históricas e materiais de existências que demandam sentidos, pelo seu caráter, como um “índice potencial de uma agitação nas filiações-históricas de identificação” e como “desestruturação-reestruturação” (Pêcheux, 2002: 56) discursivas, espaciais, enunciativas, que não se constituem à deriva, mas pelas/nas relações sociais onde “não há dominação sem resistência” (Pêcheux, 1997: 304). A existência do MST não se explica, no entanto, apenas pela “resistência”, mas primordialmente pela tensão das relações no bojo da luta de classes como um lugar de

“relações de contradição-desigualdade-subordinação” (Pêcheux, 1997: 145) no interior dos aparelhos ideológicos do Estado, que “organiza e concentra” a “contradição”, a “desigualdade” e a “subordinação”.

Essas relações “de uma formação social dada” (idem, p. 147) ainda se explicam e se estruturam, no entanto, como “contradição reprodução/trans formação que constitui a luta ideológica” (idem). É o caráter e o efeito de sentido da dupla “reprodução/trans formação” que permite que não haja dominação linear *ad infinitum*, já que toda dominação está submetida não simplesmente à “resistência”, mas sobretudo ao peso do acontecimento, ao imprevisível da ruptura ou processo de ruptura. Todo sistema social constituído pela dominação sabe que deve vigiar, não para evitar a sublevação, que é parceira rotineira da dominação, mas para evitar, “sempre meio às cegas”, a violência da ruptura sobre o peso do acontecimento.

A relação entre o MST e o Estado exemplifica muita bem essa proposição. Enquanto o Estado “cuidava” em reprimir e tentar pôr fim aos subversivos (Guerrilha do Araguaia, Ligas Camponesas no nordeste, movimentos estudantis, greves dos operários, artistas comprometidos com as causas populares, militantes de partidos de esquerda etc.), o acontecimento, pelo seu próprio caráter de acontecimento, rompe com uma violência diante do Estado “estarecido”. Não se tratou de vigiar em “lugar” errado. Esse é o próprio do acontecimento.

Assim, é no par “reprodução/trans formação” das relações sociais que se pode possível compreender não somente o MST, mas também o “caráter “regional”” da ideologia (idem, p. 146) – com tudo que possa significar –, uma vez que ela “tem um existência material” (Althusser, 1985: 88), condição que implica dizer que “1. - só há prática de e sobre a ideologia / 2. - só há ideologia pelo e para o sujeito” (idem, p. 93). É nesse jogo ritualístico de “de e sobre” e “pelo e para” que existe a possibilidade da ruptura “apertada” sobre o peso e a materialidade do acontecimento, pois é nesse duplo jogo – “reprodução/trans formação”, “de e sobre” e “pelo e para” – que reside a pressão não só dos sentidos (dominação/resistência) mas também do reconhecimento de “que não há ritual sem falhas” (Pêcheux, 1997: 300). Isso equivale a dizer que há demanda de uma ruptura sempre “apertada” em forma de acontecimento, em forma de prática discursiva regrada, em forma de uma reivindicação de algo que nunca havia sido, identidade, por exemplo.

As análises corroboram para defender o caráter de acontecimento discursivo do MST, mas, sobretudo, que o processo de ruptura desencadeado pelo acontecimento não cessou de demandar efeitos de sentidos marcados pela tensão. No primeiro capítulo, as análises dizem respeito não apenas ao perfil discursivo e ideológico do MST, mas também ao como a sua enunciação se abre como acontecimento e se filia a certos discursos, constituindo-se em outros discursos, mas sem submeter-se a eles em todos os seus sentidos, a relação se dá naquilo que possa dar sustentação de sentidos do movimento. Caso fosse submeter-se, como explicar a posição de vanguarda política dos agricultores sem terra que se constituíram em sem-terra revolucionário, em face do discurso do *Manifesto do Partido Comunista*? A tensão sobre o peso do acontecimento discursivo instaurada é “remediada” pela re-configuração, pela ressignificação de alguns aspectos dos sentidos.

Trata-se não apenas de constatar os discursos a que o movimento se filia, mas também de como ele se filia nesses discursos, como essa filiação implica deslocamento “abrupto” de posição sujeito, desde sujeito agricultor histórico, analisado, até sujeito agricultor sem-terra revolucionário, posição cujo efeito desafia o Estado. De acordo com Lagazzi (1998: 17), “um movimento que hoje se configura um desafio para a sociedade brasileira é o *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST*, criado em 1984, que se define como um movimento de massas de caráter sindical, popular e político”.

O acontecimento, ao provocar a desestabilização das relações ideológicas no espaço do campo e posteriormente no espaço urbano, procura estabilizar algo que ainda não houve. Daí a imperativa necessidade de inscrever-se em práticas ideológicas (Discurso Institucional ou Fundador, Discurso de Reforma Agrária, Discurso de Reforma Agrária e Movimento Populares, Discurso de Organização e Estruturação, Discurso Socialista) que dêem sustentabilidade de sentido à prática discursiva que irrompe no discurso de Reforma Agrária pela Ocupação. É importante considerar que, nesse sentido, a ideologia do MST é voltada para a prática, conforme destaca Althusser (1985) quando se refere a uma das funções da ideologia.

No segundo capítulo, é possível constatar a constituição de alguns dos aspectos pragmáticos e materiais da ideologia (prática) “pulsando”, seja na dinâmica da elaboração do suporte discursivo do movimento, seja nas formas de circulação, prática e uso do Jornal. Em outros termos, a ideologia (enquanto rede de filiações históricas) está servindo de

“solo” para estabilizar e sustentar o espaço aberto pelo acontecimento que desencadeou o processo de ruptura para ser aquilo que nunca havia sido. Essa tensão se manifesta de forma mais contundente nas análises dos cabeçalhos (em particular dos Boletins e posteriormente Jornal) e das múltiplas relações ideológicas tensas que ali se realizam: suporte material dos trabalhadores rurais sem-terra. Essas relações, em alguma medida, são “pontos de subjetivação, diferentes posições sujeito” (Orlandi, 2001: 94), a busca de um “ancoradouro”, uma vez que a ideologia é constituída de um ritual de reprodução/transformação (relação tensa), ou seja, toda “reprodução” está sujeita a falha, momento em que se impõe a “transformação” (prática) que, dependendo de seu efeito de sentido, se investe desde ou daquele estatuto. A passagem (deslizamento, deslocamento, efeito de sentido) da “reprodução” para “transformação” é o efeito da própria disputa pelos sentidos, pelos espaços, pelos objetos, pelos temas, pelas “coisas-a-saber” (Pêcheux, 2002: 55).

No terceiro capítulo, as análises demonstram as injunções ideológicas nos discursos de autodenominação (de si) e a denominação (pelo outro) que marcam uma posição de reivindicação identitária e, ao mesmo tempo, uma negação da identidade de agricultor sem um qualificativo (sem terra) que se desestabiliza sobre o peso do acontecimento. A tensão identitária nesse novo espaço social e discursivo (que o acontecimento abre) impõe-se para existir na nova ordem (que se abre) que se institui pela violência da ruptura e do acontecimento. Essa tensão pode ser exemplificada nos seguintes enunciados:

(01) “como agricultores achamos que temos direito a ter um pedacinho de terra para plantar alimentos para nossas famílias e para os da cidade” (B.01/01/81),

(11) ““Nós somos mais de 500 famílias de agricultores que vivíamos nesta região (Alto Uruguai), como pequenos arrendatários, posseiros da área indígena, peões, diaristas, meeiros, agregados, parceiros, etc..”” (B.01/01/81),

(53) “Os trabalhadores rurais sem terra dividiram-se em três grupos ou categorias para avaliar a lutas: posseiros; bóias-frias; arrendatários, meeiros e parceiros” (BE.01/08/11/82),

(55) “Vem aí o jornal Sem Terra” (B.36/02/84),

(57) “REFORMA AGRÁRIA: O GRITO DOS SEM-TERRA”,

(58) “Quem são os acampados? Não importa o lugar de onde vieram, os calos de suas mãos, a pele queimada, o seu jeito de falar e seus assuntos preferidos denunciam: são todos colonos (B.04/02/81),

(687) “Vamos somar à luta pela Reforma Agrária a luta contra o desemprego, por moradia, saúde e saneamento básico, a defesa das terras indígenas, a luta por um ensino público gratuito e de qualidade. / É importante unificar todas as lutas” (JST.01/239/04/2004),

(688) “As milhares de famílias de trabalhadores rurais Sem Terra que participaram das caminhadas, das ocupações de latifúndios e dos acampamentos nas grandes cidades mostraram a disposição de lutar para permanecer no campo, produzindo alimentos” (JST.02/239/04/2004),

(689) “**Movimentos sociais unificam luta por trabalho**” (JST.01/240/05/2004),

(690) “NOSSA LUA CONTRA O IMPÉRIO” (JST.02/240/05/2004).

O acontecimento, no espaço em que irrompe, constitui-se de todo um complexo de “coisas-a-saber”: historicidade, espacialidade, temporalidade, sujeito(s), discurso (temas e objetos), considerando que os sentidos não possuem nada que lhes seja próprio. Trata-se do efeito de sentido do acontecimento “praticar”, “reger”, “impor”, “reivindicar” as “coisas-a-saber”, à medida que nega certos sentidos e “procura” estabilizar outros pela imposição, pela violência de sua irrupção. Essa prática, regência, imposição e reivindicação diante do Estado é que assegura ao MST a posição de outro do Estado. Todo esse complexo do quarto capítulo não se constitui aleatoriamente; está “fortemente” filiado às redes históricas, mas não submetido a elas plenamente, posto que as desestabiliza e as reconfigurando para serem o que nunca foram. Para que o acontecimento surja em sua violência, o contexto histórico, considerando a luta de classe, se, de um lado, “vigia” para não acontecer, de outro, ele cria algumas condições sempre regradas, “apertadas”. O próprio contexto histórico não prevê a irrupção do acontecimento, no entanto, depois de sua inscrição, torna-se possível descrevê-lo em alguns de seus aspectos.

O quarto capítulo tem como foco o Discurso de Reforma Agrária pela Ocupação, o discurso que mais marca o caráter identitário do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a sua contribuição história na luta pela terra no país. Os demais discursos analisados foram considerados como condições necessárias (solo) ao acontecimento, para que ele pudesse permanecer demandando sentidos na luta de classe e demarcar seu espaço físico, político e ideológico.

É o discurso “estratégico” da ordem da legalidade e da ilegalidade ao mesmo tempo; é da ordem ruptura e da ordem limite de si mesmo; é o ápice da prática (ruptura) do movimento e a sua entrada/volta na ordem do discurso do Estado, quando ele atende, de uma forma de outra, as reivindicações do movimento. O discurso do movimento rompe, no

entanto, com toda prática de luta pela terra dos movimentos anteriores. Essa ruptura é considerada como um processo (em que pese os sentidos da palavra processo) e não como um acontecimento pontual. As dimensões do acontecimento e da ruptura trazem em seu complexo discursivo alguns indícios da “expansão” discursiva, territorial e política do movimento, como nos seguintes enunciados:

(680) “Somos herdeiros das lutas históricas dos povos indígenas. Somos herdeiros das lutas pela liberdade. Somos herdeiros dos primeiros movimentos camponeses de Canudos, Contestato, Caldeirão e tantos outros que a história oficial nem sequer registrou. / Somos frutos da luta camponesa com consciência de classe desenvolvida pelas ULTABs, pelas Ligas Camponesas e pelo sindicalismo rural combativo” (JST.02/236/12/2003-01/2004),

(681) “Agora é hora de construir uma ampla aliança das forças populares. Organizar os trabalhadores desempregados, mulheres, juventude, aposentados, sem terra, sem teto, atingidos por barragens, pequenos agricultores, enfim, todos os pobres excluídos” (JST.02/237/02/237),
seja cumprida” (JST.01/239/04/2004),

(687) “Vamos somar à luta pela Reforma Agrária a luta contra o desemprego, por moradia, saúde e saneamento básico, a defesa das terras indígenas, a luta por um ensino público gratuito e de qualidade. / É importante unificar todas as lutas” (JST.01/239/04/2004),

(689) “**Movimentos sociais unificam luta por trabalho**” (JST.01/240/05/2004),

(690) “NOSSA LUA CONTRA O IMPÉRIO” (JST.02/240/05/2004).

Se esse processo de ruptura vai continuar ou vai se estabilizar na ordem do discurso do Estado – o movimento reivindica e o Estado atende –, ou se vai se constituir de novas rupturas, pelo caráter de todo acontecimento, não adianta “vigiar”, somente a história poderá “dizer” algo. Há uma outra constatação, considerando ainda os enunciados acima: “a ideologia tem a função de constituir os sujeitos e transformá-los, através da prática social, discursiva” (Cardoso, 1994: 178).

O que também analisei foi a constituição do sujeito agricultor sem terra em sujeito agricultor sem-terra como ruptura do primeiro, como a prática ideológica enunciado por Althusser (1985: 93) e depois Pêcheux (1997: 149): “1. – só há prática através de o sob uma ideologia / 2. – só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito”, como se constata nos dois enunciados que seguem, considerando a historicidade do movimento:

(01) “como agricultores achamos que temos direito a ter um pedacinho de terra para plantar alimentos para nossas famílias e para os da cidade” (B.01/01/81),

(690) “NOSSA LUTA É CONTRA O IMPÉRIO” (JST.02/240/05/2004).

Quem será esse sujeito que desafia para além de suas instâncias o “Império”? De que poder está investido? Será um novo espaço de atuação?

No último capítulo, a partir de Foucault, analisei de qual tipo de poder o sujeito, o discurso e a sua prática estão investidos, considerando que o discurso de Reforma Agrária pela Ocupação é uma violência e toda violência, simbólica ou não, é uma prática violenta. Assim, o que sustenta a prática ideológica dos sem-terra e a sua existência, os discursos e os sujeitos na luta política? Eles trazem em sua constituição, na forma de efeito-poder, todo um sistema e regimes de valores e de verdades que demanda efeito de sentidos. Nisso, é possível compreender outro aspecto do complexo discursivo, o feixe de relações (materializadas e constituídas dos discursos) que constituem a mecânica do poder de que o MST aos poucos vai se investindo para permanecer como ruptura.

A existência do MST coloca uma série de questões que as análises não esgotam. A partir de Cardoso (2001: 671) cito três delas, pois que relacionadas ao “poder”: uma forma de “retomada dos anos 60”? Ou a volta do espectro do discurso comunista? O que significa e/ou que significar ser “agricultor” pertencente ao MST no Brasil?:

Os agricultores vão além, pois, além de falarem por si mesmos, e lutarem por suas causas num discurso de reivindicação e de denúncia, mobilizam trabalhadores de outras classes para a derrubada do poder (...).

O discurso do MST será um indício de uma retomada “pra valer” dos anos 60 ou um acontecimento que não chegará a inscrever-se na memória dos discursos? (...).

Resta saber – um bom tema para futura investigação – como a memória que permitirá a leitura “correta” do discurso desse “mau sujeito” (e esperamos que de fato ela se constitua) significará “ser agricultor”.

Para finalizar,

Se, na história da humanidade, a revolta é contemporânea à extorsão do sobre-trabalho é porque a luta de classe é o motor da história.

E se, em outro plano, a revolta é contemporânea à linguagem, é porque sua própria possibilidade se sustenta na existência de uma divisão do sujeito, inscrita no simbólico (Pêcheux, 1997: 302).

(...) é preciso “ousar se revoltar” (idem, p. 304).

Referências Bibliográficas

ALÉONG, S. Normas lingüísticas, normais sociais: uma perspectiva antropológica. In: BAGNO, M. *Norma lingüística e outras normas*. São Paulo: Edições Loyola, 2001. pp. 145-74.

ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos do Estado*. 7. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ARBEX, JR. Mídia, mentira e ditadura. *Revista Caros Amigos*, São Paulo, no. 39, p. 18-19, 1999.

AUTHIER-REVUZ, J. *Palavras incertas*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1998.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Nova Brasil Editorial, s/d.

BLOM, J-P. e GUMPERZ, J. J. 3. O significado na estrutura lingüística: alternância de código na Noruega. In: RIBEIRO, B. T. e GARCEZ, P. M. *Sociolingüística interacional. Antropologia, lingüística e sociologia em análise do discurso*. Porto Alegre: AGE, 1988.

BOCAYUVA, P. C. C. O retorno dos sujeitos coletivos. In: GARCIA, R. *Aprendendo com os movimentos sociais*. Rio de Janeiro: DPEA., 2000. pp.91-108

BOGO, A. *O MST e a cultura*. Caderno de formação no. 34. São Paulo-SP, 2000.

CARDOSO, S. H. B. Realidade dos sentidos: dos jecas aos sem-terra. In: *ABRALIN: Boletim da Associação Brasileira de Lingüística*, V. 1. Fortaleza: Imprensa Universitária/UFC, 2003. pp. 669-671

_____. *Discurso e ensino*. Belo Horizonte-MG: Autêntica, 1999a.

_____. Ideologia: um conceito obsoleto? In *GEL – Grupo de Estudos Lingüísticos*. São Paulo-SP, V. 28, 1999b. pp. 379-84.

_____. *Demonstrativo, dêixis e interdiscurso*. Campinas: UNICAMP-IEL: Tese de Doutorado, 1994.

CARDOSO, R. C. L. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, E. (org.) *Os anos 90: política e sociedade no Brasil (entrevista)*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CHARAUDEAU, P. e MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. São Paulo: Editora Tecnoprint, 1988.

COURTINE, J-J. *A metamorfose do discurso político*. São Carlos-SP: Claraluz editora, 2006.

CUNHA, E. da *Os sertões*. Campanha de Canudos. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

DEDA, M. *Revista Veja*. São Paulo, 11/10/2000. pp. 34-40.

DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. 1. artes de fazer. 7. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

EAGLETON, T. *Ideologia*. Uma introdução. São Paulo: Boitempo, 1997.

ESTATUTO DA TERRA. In CAMPANHOLE, H. L. *Legislação agrária*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1980.

- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 7. ed. São Paulo-SP: Edições Loyola, 2001.
- _____. *Arqueologia dos saber*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FUCHS, C. A paráfrase, entre a língua e o discurso. *Language Française*. Larousse, n. 53, 1982.
- GENOÍNO J. Entrevista. *Programa Roda Viva*. TV Cultura-SP, 1999.
- GENRO, T. Entrevista. *Revista Veja*. São Paulo, 11/10/2000. pp.34-40
- GERALDI, J. W. *A diferença identifica. A desigualdade deforma. Percursos bakhtinianos de construção ética através da estética*. Campinas-SP, UNICAMP, 2002. mimeo.
- _____. Depois do 'show', como encontrar o encantamento? *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Unicamp, n. 44, jan/jun/2003. pp. 251-261.
- _____. *et all. O ensino de língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Atual Editora, 1986.
- GIANNOTTI, V. e NETO, S. *CUT Central Única dos Trabalhadores*. Por dentro e por fora. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- GOMES, O. *Lênin e a Revolução Russa*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 1999.
- GOUVÊA, L. G. *O homem caipira nas obras de Lobato e de Mazzaropi: a construção de um imaginário*. Campinas: UNICAMP-IEL (dissertação de mestrado), Campinas-SP, 2001.
- GROS, F. Chega de timidez. *Revista Veja*, São Paulo, p. 11-511/10/2000.

HALL, S. *A questão da identidade cultural*. 3. IFCH/UNICAMP, no. 18, junho de 2003.

HOBSBAWN, E. *Era dos extremos*. O breve século XX 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOUAISS, A. *Dicionário de língua portuguesa*. Eletrônico Versão 1.0.5, 2002.

JOHNSON, P. A humanidade tem o capitalismo no sangue. *Revista Veja*, São Paulo, ed. 1681, no. 52, p.162-5, 2000.

LAGAZZI-RODRIGUES, S. *A discussão do sujeito no movimento do discurso*. Campinas: UNICAMP-IEL (tese de doutoramento), 1998.

_____. *O desafio de dizer não*. Campinas-SP: Pontes, 1988.

LIMA, M. e FLORES, L. Entrevista. *Revista Veja*. São Paulo, 11/10/2000. pp. 34-40

LOPES, L. P. da M. *Identidades fragmentadas*. A construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2002.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. 2. ed. Campinas-SP: Pontes, 1993.

_____. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.

MALINOWSKI, B. I. Objetivos, método e alcance desta pesquisa. In: GUIMARÃES, A (org.). *desvendando as máscaras sociais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, s/d. pp. 39-61

MARX, K. e ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. 3ª ed Petrópolis-RJ: Vozes, 1990.

_____. *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____ e ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MORRIS, D. Comunicação é tudo. *Revista Veja*, São Paulo, p. 13-5, 13/07/2000.

ORLANDI, E.P. *Discurso e texto*. Formação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

_____. *Análise de discurso*. Princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

_____. *As formas do silêncio*. No movimento dos sentidos. 4ª. ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, M. *Semântica discursiva*. Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1997.

_____, PÊCHEUX, M. *et al*. Maio de 1968: os silêncios da memória. Et all. *Papel da memória*. São Paulo: Pontes, 1999. pp. 59-71

_____ et al (orgs.) *Gestos de leitura*. 2. ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1997.

_____. *O discurso*. Estrutura ou acontecimento. 3ª. ed. Campinas: Pontes, 2002.

_____. Papel da Memória. In: Achard. P. *et all*. *Papel da Memória*. Campinas: Pontes, 1999. pp. 49-56.

_____.III Análise automática do discurso (AAD-69). *In Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1997. pp. 61-161

_____ e FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. *In Por uma análise automática do discurso* Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1997. pp.163-252

PEDROSA, M. *Sobre o PT*. Partido dos Trabalhadores, documentos e resoluções – 1º Congresso. 2 ed. São Paulo: Ched Editorial, 1980.

PERUZZO, C. M. K. *Comunicação nos movimentos populares. A participação na construção da cidadania*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

POSSENTI, S. *Discurso, estilo e subjetividade*. 2. ed. Campinas-SP: Martins Fontes, 2001.

_____. Ainda sobre a noção de efeito de sentido. In: GREGOLIN, M. R. et all. *Análise do discurso: as materialidades do sentido*. (Orgs.). São Carlos-SP, Claraluz, 2001. pp. 45-59.

_____. *Os limites do discurso*. Curitiba-PR: Criar Edições, 2002.

_____. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. *In MUSSALIN, F. e BENTES, A. C. Introdução à lingüística*. Fundamentos epistemológicos 3. São Paulo-SP: Cortez, 2004. pp. 353-392

RAJAGOPALAN, K. *Por uma lingüística crítica*. Linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

_____. A construção de identidades e a política de representação. *In FERREIRA, L. M. A. e ORRICO, E. G. (orgs.) Linguagem, identidade e memorial social*. Novas fronteiras, novas articulações. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002. pp. 77-88.

REVISTA SEM TERRA, São Paulo, 1999, no. 06, p. 2.

RODRIGUES, M. L. *Introdução ao estudo da ideologia que sustenta o MST*. Três Lagoas-MS: UFMS, Câmpus de Três Lagoas-MS, Dissertação de Mestrado em Lingüística, 2001.

TOLEDO, A. Globalização. *In Revista Veja*. São Paulo, ed. 1681, no. 52, pp. 52, 2000.

_____. *Universidade, intelectuais e pensamento crítico*. Campinas: IFCH/UNICAMP, NO. 104, abril/2002.

VOESE, I. *O movimento dos sem-terras na imprensa: um exercício de análise do discurso*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.

CORPUS

ANEXO 1⁴⁰

- (1) Como agricultor achamos que temos o direito a ter um pedacinho de terra para plantar (Bol. no. 1, p. 1, 15/5/1981).
- (2) Preço da paz, é terra e justiça para todos (Bol. no. 1, p. 1, 15/5/1981).
- (3) Terra para quem nela trabalha (Bol. no. 1, p. 1, 15/5/1981).
- (4) Todos têm os mesmos direitos e tudo tem que ser dividido (Bol. no. 20, p. 3, 26/4/1982).
- (5) Os trabalhadores querem terra para produzir (Bol. no. 32 , p. 2, 9/1983).
- (6) Sem reforma agrária não há democracia (Jornal, out/1986).
- (6 A) Na luta concreta pela terra, vamos nos organizar e nos preparar para ocupações massivas (Jornal ago/1987).
- (7) Foi para exigir reforma agrária, política agrícola, punição aos criminosos dos trabalhadores e protestar contra o imperialismo americano, reunimos em Brasília (Jornal 10/1987).
- (8) Vamos garantir a terra que é nosso direito. A meta é acabar com o latifúndio (Jornal mar/1989).
- (9) A reforma agrária solucionará os problemas do campo brasileiro (Bol. no. 2, p. 1, 28/5/1981).
- (10) Reconhecemos justa e legítima a luta dos sem terra (Bol. no. 17, p. 12, 9/1/1982).
- (11) Exigimos reforma agrária. Terra para os sem terra (Bol. no. 17, p. 21, 9/1/1982).
- (12) Terra para quem nela trabalha (Bol. no. 1, p. 1, 15/5/1981).
- (13) Cruz: símbolo de luta pela terra (Bol. no. 20, p. 2, 26/4/1982).
- (14) Terra só para quem nela trabalha e dela precisa sobreviver (Bol. no. 24, p. 4, jun/1982).
- (15) Os trabalhadores querem terra para produzir (Bol. no. 32, p. 2, set/1983).
- (16) Sem reforma agrária não há democracia (JST, out/nov/1994).
- (17) É preciso aperfeiçoar a lei de desapropriação e de emissão de posse, para acelerar a solução dos conflitos (JST, set/1995).
- (18) A marcha nacional pela reforma agrária, emprego e justiça social, contagiou a sociedade com o sonho de que é possível mudar essa realidade (JST, abr/mai/1997).
- (19) Vimos pelos depoimentos dos operários (...) que a nossa luta interessa ao povo (Bol. no. 24, p. 4, jun/1982).
- (20) Temos, portanto, de buscar apoio junto aos trabalhadores da cidade (JST, jul/1986).
- (21) Só os trabalhadores farão reforma agrária (JST, dez/1988).
- (22) É imprescindível que nossas lutas sejam cada vez mais massivas e envolvam outras entidades e organizações da sociedade civil (JST, mar/1991).
- (23) O Grito da Terra Brasil unifica vozes dos trabalhadores rurais brasileiros na busca por sua cidadania (JST, abr/1994).
- (24) Reforma agrária, uma luta de todos (JST, no. 152, abr/1995).
- (25) Reafirmamos a necessidade de grandes mobilizações de massa como única força capaz de alterar os direitos da classe trabalhadora no campo e na cidade (JST, ago/1995).
- (26) Massificar a luta pela reforma agrária (JST, no. 176, fev/1988).
- (27) É fundamental a união e a organização daqueles que não têm terra e lutam por seus direitos (Bol. no. 24, p. 4, jun/1982).
- (28) Somente a nossa organização fará que consiga mudanças (JST, no. 48, p. 2, dez/1984 e jan/1985).
- (29) Só nos resta fortalecer a nossa organização nas bases. Está provado que não podemos esperar pelo governo, porque **terra não se ganha, se conquista.** (JST, p. 2, nov/dez/1986).
- (30) Nós continuaremos cada vez mais organizados para conquistarmos palmo a palmo o que nos pertence (JST, p. 2, no/1987).
- (31) Vamos consolidar a organização na base, transformando o Movimento dos Sem Terra em um verdadeiro movimento de massa (JST, p. 2, fev/1987).
- (32) Para vencer é preciso lutar. Para lutar é preciso organizar (JST, p. 2, fev/1988).
- (33) Para nós, trabalhadores rurais, está cada vez mais claro que a reforma agrária será do tamanho de nossa organização e de nossa força (JST, p.2, jan/1988).

⁴⁰ Os enunciados deste anexo são referentes ao capítulo I.

- (34) Precisamos redobrar esforços para melhorar nossa organização (JST, no. 183, out/1988).
- (35) Todos têm os mesmos direitos e tudo tem que ser dividido (Bol. no. 18, p. 3, 9/2/1982).
- (36) Nós estaremos construindo um país justo onde todos tenham a chance de viver e produzir com dignidade (JST, no. 41, dez/1984 e jan/1985)
- (37) Junto com os trabalhadores, lutaremos para derrubar a burguesia e construir uma sociedade socialista (JST, nov/1987)
- (38) Terra e poder não se ganha, se conquistam (JST, abr/1987).
- (39) Fazer as terras conquistadas produzir e com isso contribuir para o avanço da luta dos trabalhadores (JST, fev/1989).
- (40) A tarefa de chamar toda a sociedade para esta luta. Somente assim estaremos construindo um país onde a modernidade significa justiça social, acesso à educação, saúde, escola, alimentação (JST, set/1990).
- (41) Um projeto que recupere a soberania nacional. Que distribua riqueza e renda e diminua as diferenças sociais (JST, no. 184, jun/1988).
- (42) Preço da paz, é terra e justiça para todos (Bol. no. 1, p. 1, 15/5/1981).
- (43) As ocupações têm sido o último recurso dos sem terra (Bol. no. 38, p. 1, set/1984).
- (44) Reforma agrária, "a guerra é pra valer" (JST, no. 45, jul/1985).
- (45) Terra e poder não se ganham, se conquistam (JST, abr/1987).
- (46) Ocupar, resistir e produzir (JST, jul/1989).
- (47) Com certeza, teremos um ano quente e vermelho (JST, no. 184, nov/1988).
- (48) Trabalhador rural e urbano, organizem-se (...) Ajude a fazer a história dos oprimidos (Bol. no. 7, p. 1, 3/7/1981).
- (49) Temos, portanto, de buscar apoio junto aos trabalhadores da cidade (Bol. no. 33, p. 1, 10/1985).
- (50) Nossa meta é a de chegarmos a um ajuntamento das lutas entre campo e cidade, vinculadas as greves com ocupações de terra (JST, 12/1987).
- (51) Com esta aliança não só implantaremos a reforma que queremos, como também construiremos a sociedade mais justa e fraterna, a sociedade socialista (JST, 1/1988).
- (52) Nossa necessidade cada vez maior de trazer toda a sociedade para a luta pela reforma agrária (JST, 1/1993).
- (53) Na medida que consolidamos uma aliança campo e cidade, vamos derrubar os muros na cidade e romper as cercas do campo (JST, 9/1995).
- (54) Construir com as demais organizações sociais, do movimento sindical, das igrejas, dos intelectuais e dos militantes em geral para a construção de um projeto para o Brasil (JST, no. 176, 2/1998).
- (55) O sindicato dos médicos de Espírito Santo se solidariza e apoia a justa luta dos camponeses "sem terra" (Bol. no. 2, p.1, 28/5/1981).
- (56) Imediata solução para os colonos sem terra da Encruzilhada Natalino, através da aplicação do Estatuto da Terra (Bol. no. 17, p. 21,9/1/1982).
- (57) Lutando por um ideal; por uma causa justa: viver como homem (Bol. no. 18, p. 14, 9/2/1982).
- (58) A paciência esgotou e os sem terra partem para iniciativas mais eficazes para garantir seus direitos (Jornal no. 36, 7/1984).
- (59) O Movimento dos Sem Terra exige a imediata assinatura dos planos regionais sem ter a ilusão de que eles venham a mexer na estrutura fundiária para beneficiar os 120 milhões de trabalhadores sem terra (Jornal abr/1986).
- (60) A luta pela conquista da terra passa também pela conquista do poder e que a reforma agrária é uma necessidade que independe de ser legal ou não. Ela terá que ser feita na lei ou na marra! (Jornal nov/1987).
- (61) A desapropriação dos latifúndios e o imediato assentamento das famílias de trabalhadores rurais sem terra tornou-se, a cada dia, a saída viável para a crise que o país vive (Jornal jul/1996).
- (62) A seguir esclarecemos as manobras do Incra que responde aos colonos dizendo que não há terra para eles no estado. Mas os agricultores sabem que elas existem e que o Estatuto da terra fala em desapropriação do latifúndio (Bol. no. 10, p. 1, 7/8/81).
- (63) O Estatuto da terra, que está completando 20 anos, no dia 30 de novembro. No artigo segundo, o Estatuto diz: "é assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista na lei (Jornal no. 40, 11/1984).
- (64) Vamos aprender as lições para transformarmos o ano de 1986 num ano de grandes vitórias de muita terra conquistada na lei ou na marra (Jornal no. 49, 12/1985).
- (65) Só com muita luta, com muita garra conquistaremos e asseguraremos o nosso direito de ter um pedaço de terra para produzir e garantir o sustento de nossa família (Jornal ago/1987).

- (66) É preciso aperfeiçoar a lei de desapropriação e de emissão de posse, para acelerar a solução dos conflitos (Jornal set/1995).
- (67) De nossa parte continuaremos na luta, organizando os trabalhadores, realizando marchas e ocupações de latifúndios improdutivos e exigindo o cumprimento da lei (Jornal abr/1996).
- (68) Reforma agrária não é crime. A Constituição Federal em seu Capítulo III determina: “art. 184. Compete a União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em título da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão e cuja utilização será definida em lei” (Jornal jun/1996).
- (69) Em 1983 foram mais de 100 mortes, na sua maioria lavradores assassinados porque defenderam a sua posse, reivindicaram terra e melhores salários, enfrentaram jagunços, polícia, lutaram para defender os seus direitos e o seu sustento (Bol. no. 34, p. 1, 2/1984).
- (70) Para nós, trabalhadores rurais, a constituinte já está totalmente desmoralizada e não merece mais a confiança de ninguém. Lá só prevalece os interesses dos grupos econômicos e o carreirismo pessoal, tirando qualquer esperança de nós trabalhadores termos nossas propostas garantidas (Jornal nov/1987).
- (71) E como só a luta faz a lei. Vamos à luta (Jornal set/1987).
- (72) João Pedro Stedile declarou à imprensa que os trabalhadores rurais sem terra, aos desempregados e aos sem-teto, resta somente organizar e lutar para reivindicar seus direitos (Jornal jun/1996).
- (73) Reforma agrária: governo não faz, nós vamos fazer (Jornal jul/1987).
- (74) Já que na lei os nossos direitos não vêm, conquistaremos na marra! Quem não tem direito de fazer as leis, não tem obrigação de respeitá-las (Jornal mai/1988).
- (75) Uma comitiva de 43 sem terra da Encruzilhada Natalino esteve em Porto Alegre buscando a terra a quem têm direito no Rio Grande do Sul (Bol. no. 13, p. 1, 19/10/1981).
- (76) Reconhecemos justa e legítima a luta dos sem terra. (Bol. no. 17, p. 19, 9/1/1982).
- (77) Hoje, são 15 milhões, no Brasil, os romeiros da terra. De um canto a outro do país atrás de um pedaço de chão em que possam plantar o futuro da família. (Bol. no. 18, p. 4, 9/2/1982).
- (77 A) Lutando por um ideal: por uma causa justa: viver como homem (Bol. no. 18, 9/2/1992).
- (78) Terra para quem nela trabalha (Bol. no. 19, p. 14, 2/4/1982).
- (79) É fundamental a união e a organização daqueles que não têm terra e lutam por seus direitos. (Bol. no. 24, p. 4, 6/1982).
- (80) Os trabalhadores da terra, querem uma autêntica reforma agrária... terra para quem nela mora e dela precisa viver. (Bol. no. 24, p. 4, 6/1982).
- (81) Terra só para quem nela trabalha e dela precisa viver. (Bol. no. 24, p. 4, 6/1982).
- (82) O fim da LSN [Lei de Segurança Nacional] não é só uma exigência da Nação, como passa a ser um compromisso de todo o cidadão brasileiro consciente, no sentido de organizar a luta pela sua extinção completa-se – e não a reformulação como querem alguns (Bol. no. 30, p. 2, 3/1983).
- (83) Seu interesse é claro e legítimo: uma ampla reforma agrária, sobre a qual muito se fala mais pouco se faz e lutar por um pedaço de terra é caminhar concretamente para a conquista deste objetivo (Jornal no. 36, 7/1984).
- (84) 20 anos de Estatuto da terra: aniversário sem festa (Jornal no. 40, p. 1, 11/1984).
- (85) O Estatuto só foi aplicado em caso de tensão social e serviu, principalmente, para favorecer os grandes projetos econômicos e proteger o latifúndio (Jornal no. 40, 11/84).
- (86) Sem terra não há democracia (Jornal no. 42, 2/1985).
- (87) Mas sem ilusão de que as mudanças acontecerão de cima para baixo e que, agora, é necessário saber enfrentar esse novo, momento político com muito jogo de cintura sem abandonar a luta organizada (Jornal no. 43, mar/mai/1985).
- (88 A) Agora quem deve fazer reforma agrária somos nós (Jornal no. 47 set/1985).
- (89) Devemos buscar o apoio da opinião pública, da imprensa, das entidades populares, das igrejas, com o objetivo de pressionar o governo a cumprir os compromissos assumidos com o povo brasileiro (Jornal mai/1986).
- (90) O desespero da burguesia ignorante que não sabe mais o que fazer com um governo incompetente e com grande número de trabalhadores que lutam para conseguir o mínimo de condição de vida (Jornal nov/1987).
- (91) Os latifundiários tiraram proveito das leis. Primeiro, criando leis que defendem seus interesses, depois impedindo a aplicação daquelas (poucas) que garantem os direitos dos trabalhadores (Jornal set/1987).
- (92) Agora e sempre, terra não se ganha, se conquista (Jornal jul/1987).
- (93) Mesmo quando existe lei a favor do povo, o governo nunca aplica (Jornal mai/1987).

- (94) Nunca os trabalhadores receberam nada de graça, de presente. Tudo depende de muita luta, muito sacrifício de se conquistar (Jornal abr/1987).
- (95) As leis que não contemplam as aspirações populares serão superadas pelo próprio povo (Jornal dez/1988).
- (95 A) A reforma agrária não terá espaço se não tivermos outro modelo econômico, outro projeto de sociedade (Bol. no. 175, dez/jan/1988).
- (96) Resistir, significa não sair da terra que ocupamos por achar que ela deve pertencer aos trabalhadores (Jornal jun/1988).
- (97) A terra nada mais é que uma necessidade para podermos continuar vivendo (Jornal jun/1988).
- (98) Não importa se estejam produzindo ou não; importa que a terra esteja nas mãos de quem nela trabalha (Jornal jun/1988).
- (99) Democracia para os trabalhadores significa o direito da maioria à terra, casa, alimentação, escola, saúde, sobretudo acabar com a exploração no campo e na cidade (Jornal ago/1989).
- (100) Exigimos a punição dos mandantes e executores dos crimes contra os trabalhadores rurais (Jornal jul/ago/1990).
- (101) Terra para morar, terra para plantar (Jornal jul/1991).
- (102) A conferência nos possibilitará apresentar à sociedade nossas propostas para a preservação do meio ambiente, a garantia dos direitos humanos e a democratização do acesso à terra (Jornal mai/1992).
- (103) Na página publica-se os dados relativos aos parlamentares eleitos pela Frente Brasil Popular, e que certamente estarão ao lado dos trabalhadores na luta (Jornal nov/1994).
- (104) Essa eleição vale muitas conquistas para a classe trabalhadora, em específico para os sem-terra e os agricultores (Jornal set/1994).
- (105) O MST tem acelerado a reforma agrária no Brasil (Francisco Grazino – Pres. Do Incra) (Jornal nov/1995).
- (106) Fazer lutas massivas, garantir as conquistas prometidas pelo governo e melhorar a organicidade de nosso movimento (Jornal ago/1995).
- (107) Cabe aos trabalhadores se organizarem cada vez mais para pressionar e conquistar do governo menos propaganda e mais ações de fato (Jornal abr/1995).
- (108) O MST como um movimento social, organiza os trabalhadores para lutarem por nossos direitos, nos obrigamos, muitas vezes a ocupar prédios públicos para chamar a atenção da sociedade, de que o governo não está cumprindo com seus compromissos (Jornal set/1996).
- (109) Não nos assustaremos com as truculências do latifúndio – caberá ao governo dizer para a sociedade se a lei vale para todos ou continuará sendo apenas para só os pobres (Jornal set/1996).
- (110) Precisamos conquistar mais terra, mais Procerá, mais escolas, mais dignidade (Jornal no. 175, dez/jan/1998).
- (111) Queríamos também, ouvir a sociedade, constatamos que as pessoas da cidade também estão sofrendo com sua política. E, que cada vez mais se torna difícil o acesso à educação, a saúde, à moradia e ao transporte (Jornal abr/mai/1997).
- (112) A ordem é ninguém passar fome (Jornal no. 178, ago/1998).
- (113) A tarefa de chamar toda a sociedade para essa luta. Somente assim estaremos construindo um país onde a modernidade significa justiça social, acesso à educação, saúde, escola, alimentação (Jornal set/1990).
- (114) E, com o aumento dos problemas, cai a máscara de “modernidade” desse governo (Jornal nov/1998 no. 184).
- (115) Os movimentos populares, sindicais, pastorais, sociais e partidos políticos de esquerda podem enfrentar esses desafios e desencadear as lutas populares (Jornal abr/1999).
- (116) Vimos debater com a população os problemas do país, discutir saídas e ações (Jornal no. 181, ago/1998).
- (117) Temos que assumir essas tarefas com o objetivo de fortalecer nossa luta maior: transformar essa sociedade preparando a construção de uma sociedade socialista (Jornal ago/1988).
- (118) Há necessidade que todas as forças políticas, sindicais, populares, agrárias, apresentem um plano alternativo, que questione o capitalismo, suas crises descarregadas sobre os ombros dos trabalhadores, e que aponte o socialismo como uma necessidade para a classe trabalhadora (Jornal dez/1990).
- (119) Não quero fazer revolução, quero governar (Rev. *Veja*, Déda, 2001).
- (120) Nossa campanha foi sobre questões municipais. Não adianta tornar a disputa essencialmente ideológica e política (Rev. *Veja*, Lima, 2001).

(121) é um partido de mobilização social, de oposição (...) como um partido de governo (Rev. *Veja*, Genro, 2001).

(122) Não vou fazer um discurso ideológico, sou homem de diálogo (Entrevista *TV Cultura*, Genoíno, 2002).

ANEXO II⁴¹

- (01) “como agricultores achamos que temos direito a ter um pedacinho de terra para plantar alimentos para nossas famílias e para os da cidade” (B.01/01/81⁴²),
- (02) “propostas mostram o avanço do movimento. Conquistar terra e uma nova sociedade” (B.35/10/84),
- (03) “1984 foi um ano marcado por muitas injustiças no campo. 1985 vai ser diferente. Os trabalhadores estão compreendendo que só a organização pode lhes garantir dias melhores” (JST.41/01/85),
- (04) “BOLETIM SEM TERRA/ BOLETIM INFORMATIVO DA CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE AOS AGRICULTORES SEM TERRA” (B.01/01/81),
- (05) “CARTA DOS COLONOS ACAMPANDOS EM RONDA ALTA” (B.01/01/81),
- (06) “Trabalhadores da Bahia Apoiam a Luta dos Agricultores Sem Terra / Santa Maria da Vitória, 9 de maio de 1981. / Prezados Companheiros:” (B.01/06/81),
- (07) “HISTÓRIA DE UM POVO OPRIMIDO” (B.01/03/81),
- (08) “Sindicato dos Bancários Apóia colonos Sem Terra”, (B.01/07/81),
- (09) “Comissão Pastoral da Terra (C.P.T.) – GOIANIA-GO” (B.01/07/81),
- (10) “Solidariedade Recebida / - 168 sindicatos de trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul, reunidos no Encontro Estadual de Sindicatos, promovido pela FETAG-RS. / - Todos os bispos do Rio Grande do Sul, reunidos no dia 14 e 15 de maio no Seminário Maior de Viamão. / - Federação dos Trabalhadores Rurais do Paraná” (B.01/08/81),
- (11) ““Nós somos mais de 500 famílias de agricultores que vivíamos nesta região (Alto Uruguai), como pequenos arrendatários, posseiros da área indígena, peões, diaristas, meeiros, agregados, parceiros, etc..”” (B.01/01/81),
- (12) “O Boletim circulará periodicamente, na intenção de manter “aceso o fogo que clareira” as reivindicações dos trabalhadores rurais” (B.01/03/81),
- (13) “servirá também que os agricultores renovem o seu apelo à sustentação desta luta” (B.01/03/81),
- (14) “há quase dois meses, mais de quinhentas famílias de agricultores sem terra, totalizando cerca de 3.000 pessoas” (B.01/03/81),
- (15) “V. Organização - Nesta caminhada de sofrimento e de lutas, estão surgindo novas lideranças entre os agricultores” (B.01/04/81),
- (16) “os agricultores estão, ainda, emprenhados em conseguir através dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Ronda Alta e Passo Fundo, um espaço nas emissoras de rádio para divulgar informações e leituras de manifestações de solidariedade que vêm recebendo” (B.01/04/81),
- (17) “por ocasião de uma procissão realizada pelos agricultores, foram identificados dois agentes da Polícia Secreta (DOPS)” (B.01/04/81),
- (18) “VII. O que querem os Colonos?” (B.01/05/81),
- (19) “TRABALHADORES E POVO DE FORMA GERAL APOIAM A LUTA DOS COLONOS” (B.01/06/81),
- (20) “A CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE NO ESTADO E PAÍS / Trabalhadores da Bahia Apóiam a Luta dos Agricultores Sem Terra” (B.01/06/81),
- (21) “estão sendo vítimas de falta de reforma agrária ampla e imediata para os trabalhadores rurais acampados” (B.01/06/81),
- (22) “somos solidários a todos os colonos que nesta hora suplicam por um pedacinho de terra para morar e para cultivar” (B.01/07/81),
- (23) “marginalizados e esquecidos, encurralados pelo sistema e torturados pela fome, os trabalhadores sem terra” (B.01/07/81),
- (24) “reforma agrária para atender as necessidades de 100 mil famílias gaúchas e as milhares de famílias brasileiras sem terra” (B.01/08/81),
- (25) “A Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná manifestou sua solidariedade aos colonos sem terra de Ronda Alta” (B.02/01/81),
- (26) “Os metalúrgicos, da cidade de Santos e São Paulo, também manifestaram sua solidariedade aos colonos sem terra” (B.02/01/81),

⁴¹ Os enunciados deste anexo se refere a tese a partir do capítulo II.

⁴² A referência (B.01/01/81) diz respeito a: B. = Boletim, 01 = número do Boletim, 01 = número da página do Boletim, 81 = ano de edição do Boletim. A partir do número 37 o Boletim para a ser Jornal do trabalhadores Sem Terra = JST.

- (27) “O Sindicato dos Metalúrgicos do Espírito Santo se solidariza e apóia a justa luta dos camponeses sem terra” (B.02/01/81),
- (28) “No mesmo dia, os “Sem Terra” receberam a visita de toda a Diretoria dos Sindicatos do Trabalhadores Rurais de Passo Fundo” (B.02/02/81),
- (29) “ultimamente, os sem terra dedicam-se a mais recente atividade: fazer levantamento das terras que estariam à venda na região” (B.02/02/81),
- (30), “TRABALHADORES RURAIS DEBATEM ESTATUTO DA TERRA”, (B. 02/06/81),
- (31) “Os agricultores sem terra acampados em Encruzilhada Natalino, Ronda Alta”, (B.02/06/81),
- (32) “OS SEM-TERRA VOLTAM A ESCLARECER A OPINIÃO PÚBLICA” (B.04/01/81),
- (33) “Duas freiras da congregação Jesus Crucificado, estão acampadas há 15 dias com os colonos sem-terra” (B.04/02/81),
- (34) “APOIO DE TODO O PAÍS À LUTA DOS SEM-TERRA”, (B.06/08/81),
- (35) “Movimento dos sem-terra relacionou 763 mil hectares de latifúndio” (B.10/01/81),
- (36) “Colonos reafirmam disposição de ficar no Estado. E não aceitam intervenção no acampamento” (B.10/01/81),
- (37) “Viva os trabalhadores rurais, os operários da cidade, a igreja dos pobres, o Movimento dos Sem Terra” (BE.01/18/08/81⁴³),
- (38) “PROTESTO DOS SEM TERRA” (BE.04/18/08/81),
- (39) “EXIGÊNCIA DOS SEM TERRA” (BE.04/18/08/81),
- (40) “Quem são os acampados? Não importa o lugar de onde vieram: os calos de suas mãos, a pele queimada, o seu jeito de falar, os assuntos preferidos, os denunciam: são todos colonos” (B.10/01/81),
- (41) “Projetos de colonização instrumento para explorar ainda mais o trabalhador do campo” (B.12/01/81),
- (42) “Espetáculo de solidariedade rendeu 81 mil cruzeiros para a luta dos sem terra” (B.14/01/81),
- (43) “Agricultores denunciam violência e infiltração policial no acampamento de Encruzilhada Natalino” (B.18/01/82),
- (44) “Quatro Bispos e centenas de religiosos também levaram seu apoio aos sem terra” (B.19/01/82),
- (45) “(CNBB Atendeu Pedido dos Sem Terra)” (B.19/02/82),
- (46) “O Governos do Estado, através da Casa Militar, ofereceu aos Líderes do Acampamento dos sem terra todo apoio para a remoção da Encruzilhada Natalino” (B.20/01/82),
- (47) “Uma das maiores preocupações dos sem-terra tem sido a de desfazer a imagem que o seu problema está resolvido” (B.22/01/82),
- (48) “Sem Terra do país têm encontro em Goiás para discutir problemas” (B.23/01/82),
- (49) “o Encontro Nacional dos Sem-Terra já está marcado” (B.23/03/82),
- (50) “A decisão dos colonos de indicar o “Sem Terra” com seu órgão informativo dá um novo impulso ao boletim, mas os recursos materiais disponíveis e as condições continuam precários” (B.25/01/82),
- (51) “Algumas notícias estão ultrapassadas, mas de qualquer forma possuem importância para o movimento camponês” (B.25/01/82),
- (52) “A troca de experiência entre os sem terra deve se repetir em Goiânia” (B.27/01/82),
- (53) “Os trabalhadores rurais sem terra dividiram-se em três grupos ou categorias para avaliar a lutas: posseiros; bóias-frias; arrendatários, meeiros e parceiros” (BE.01/08/11/82),
- (54) “Movimento dos Sem Terra lança cartaz e denuncia situação dos camponeses” (B.32/01/83),
- (55) “Vem aí o jornal Sem Terra” (B.36/02/84),
- (56) “Assembléias municipais fortalecem Movimento dos Sem Terra / CRESCE ORGANIZAÇÃO NA BASE” (B.36/03/84),
- (57) “REFORMA AGRÁRIA: O GRITO DOS SEM-TERRA”,
- (58) “Quem são os acampados? Não importa o lugar de onde vieram, os calos de suas mãos, a pele queimada, o seu jeito de falar e seus assuntos preferidos denunciam: são todos colonos (B.04/02/81),
- (59) “

⁴³ (BE.01/18/08/81) = BE. = Boletim Especial, 01 = número de página, 18 = dia, 08 = mês, 81 = ano.

SEM TERRA

BOLETIM INFORMATIVO DA CAMPANHA DE
SOLIDARIEDADE AOS AGRICULTORES SEM TERRA

”(B.0

1/05/81)

(60) “

**Terras existem.
Só o presidente
do INCRA não sabe.**

Um levantamento dos
latifúndios improdutivos na
região de Ronda Alta está
na página 3

SEM TERRA

BOLETIM INFORMATIVO DA CAMPANHA DE
SOLIDARIEDADE AOS AGRICULTORES SEM TERRA

Porto Alegre, 28 de maio de 1981.

nº 2

”(B.02/05/1981),

(61) “

**Acampados recebem
apoio de todo o Brasil**

Mato Grosso,
Espírito Santo,
São Paulo e
Bahia. Deles vem
a solidariedade.
na página 4

SEM TERRA

BOLETIM INFORMATIVO DA CAMPANHA DE
SOLIDARIEDADE AOS AGRICULTORES SEM TERRA

Porto Alegre, 19 de junho de 1981.

nº 5

”(B.06/06/1981),

(62) “

Colonos dizem o que
pensam sobre oferta de
empregos e infiltrados

Leia o que dizem na pág 2

Alagoas, Bahia e Minas Gerais
mandam apoio. Mais cidades
gaúchas ajudam na resistência.
É o caso de Nova Palma.
Veja mais detalhes nesta edição.

SEM TERRA

BOLETIM INFORMATIVO DA CAMPANHA DE
SOLIDARIEDADE AOS AGRICULTORES SEM TERRA

Porto Alegre, 3 de julho de 1981. nº 7

” (B.07/07/1981)
(63) “

**SAIR OU
LUTAR?**

A 6ª Romaria da Terra será de pro-
testo contra a expulsão dos traba-
lhadores rurais do campo.
Página central.



SEM TERRA

Porto Alegre - fevereiro de 1983

ANO III Nº 29

(B.29/02/1983),
(64) “

Edição histórica

SEM TERRA

Porto Alegre, novembro de 1983

ANO III Nº 33

(B.33/11/1983),
(65)
“



” (B.34/02/1984),
(66) “



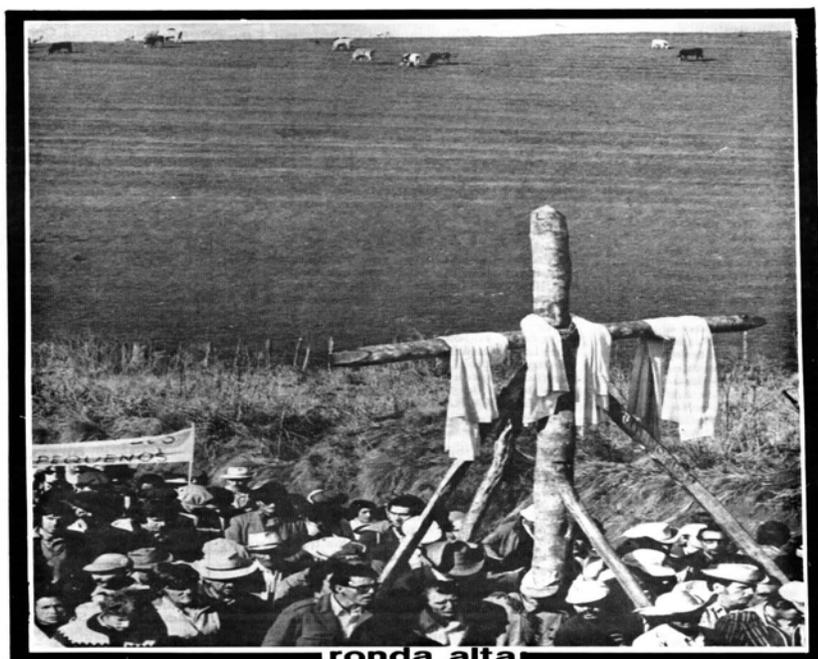
“ (B.35/04/1984)
(67)”



“ (JST.41/12/1984-01/1985),

(68) “Em junho está prevista a primeira edição do Jornal dos Trabalhadores Sem Terra, formato tablóide – isto quer dizer, o dobro do atual boletim -, 12 páginas, tiragem inicial de 10 mil exemplares e com circulação na Regional Sul e outros estados do país. A decisão de transformar o boletim e jornal foi tomada durante o Encontro Nacional dos Sem Terra, realizado em Cascavel (PR), no começo do ano. Uma equipe de 10 jornalistas trabalhará na edição que vai continuar com a colaboração dos próprios lavradores, pessoas ligadas ao trabalho pastoral, sindicalistas e estudiosos da problemática agrária” (B.27/09/1982),

(69)“



Daniel de Aguiar

ronda alta

A PORTEIRA SE ABRE !!!

ENFIM UMA SOLUÇÃO PARA OS SEM TERRA
Páginas 8 a 15

E X C L U S I V O
Uma entrevista com
o coronel -
deputado Curió
em Brasília

(Boletim, 33/11/1983),

(70) “Dois meses de ocupação de uma área da Colonizadora SOMECO, no município de Ivinhema (MS), o governador Wilson Martins Barbosa anunciou a compra de terras para assentar os lavradores” (JST.36/01/06/1984),

(71) “durante o encontro, os participantes decidiram que o boletim SEM TERRA deveria ser transformado num jornal, já que o movimento era reconhecido como uma organização autônoma e necessitava de um órgão de divulgação forte, amplo e que atingisse todo país. A partir daquele encontro, foi elaborado um projeto do jornal, que foi aprovado no encontro de Curitiba. Para colocar o projeto em prática, foi necessário um trabalho de contatos com pessoal e profissionais jornalistas de diversos estados, que já colaboravam com o boletim. O Jornal dos Trabalhadores Sem Terra passa a ser mensal, com uma tiragem mensal de 10 mil exemplares” (JST.36/02/06/1984),

(72) “mas o êxito do jornal depende fundamentalmente dos próprios lavradores sem terra. Eles é que deverão sugerir matérias, discutir com seus companheiros, sugerir assuntos e avaliar seu conteúdo. O jornal só será importante se efetivamente contribuir para um avanço da organização dos sem terra e para o sucesso de suas lutas. Dos lavradores também depende que o jornal atinja um maior número de leitores dos locais mais difíceis e distantes do país. O Movimento vai continuar crescendo na luta pela Reforma Agrária e o Jornal deve acompanhar este crescimento, com participação de todos” (JST.36/02/06/1984),

(73) “ao longo da História do Brasil, os trabalhadores rurais têm sofrido uma desumana exploração social e política. A maior prova disso é que eles conquistaram alguns direitos semelhantes aos dos trabalhadores urbanos com 25 anos de abraso, graças ao Estatuto dos Trabalhadores Rurais, criado em 1963” (JST.36/02/06/1984),

(74) “é verdade que o trabalhador rural brasileiro não tem grande tradição de luta. Salvo raras exceções, faltam organismos e movimentos sindicais fortes, para resistir aos períodos mais fortes do autoritarismo político e da exploração econômica” (JST.36/02/06/1984),

(75) “Neste contexto é que surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, mais organizado” (JST.36/02/06/1984),

- (76) “As preocupações do governo não passam de regularização de titulações e de uma colonização dirigida, de acordo com os interesses econômicos e geopolíticos do regime. Porém, quando os trabalhadores sem terra se organizam e defendem-se das agressões cometidas diariamente pelos grandes fazendeiros, jagunços, polícia e Exército, problema é considerado de tensão social e eles passam a ser vistos com inimigos internos do regime” (B.26/02/08/1982),
- (77) “A política de colonização do Governo deixa transparecer, a cada dia que passa, seus reais objetivos: desviar a atenção das populações rurais de seu problema maior, a falta de terras e preços justos para seus produtos” (B.26/02/08/1982),
- (78) “A resposta ao chamado do Governo para a “ocupação das regiões de fronteira agrícola” deve ser a luta por uma reforma agrária imediata, ampla e massiva, que assegure os direitos fundamentais dos trabalhadores rurais” (B.27/02/07/1982),
- (79) “Violência: o governo é responsável” (B.28/02/10/1982),
- (80) “Nesta edição estamos destacando a “Carta aos Companheiros Sem Terra do Brasil”, que conclama todos os trabalhadores a assumirem esta luta” (B.ES.02/11/1982),
- (81) “Já se passaram quatro anos desde a declaração do General Figueiredo (recém empossado na Presidência da República) de a agricultura e os problemas do campo teriam uma atenção especial de seu governo” (B.29/02/02/1983),
- (82) “Lutar pelo fim da LSN [Lei de Segurança Nacional]” (B.30/02/03/1983),
- (83) “Qualquer cidadão – trabalhador rural, operário, padre, jornalista, estudante, etc. – que se revoltar contra a exploração, as más condições de vida, a falta de liberdade, está sujeito a ser preso, julgado e condenado por tribunais militares que se julgam “salvaguardas” da Nação” (B.30/02/03/1983),
- (84) “O fim da LSN não é só uma exigência da Nação, como passa a ser um compromisso de todo cidadão brasileiro consciente, no sentido de organizar a luta pela sua extinção completa – e não a reformulação como querem alguns” (B.30/02/03/1983),
- (85) “O INCRA e o Ministério da Terra querem nos convencer – através da ampla campanha publicitária – que o Brasil está realizando uma das maiores reformas agrárias do mundo” (B.31/02/04 e 05/1983),
- (86) “Passados seis meses, é total a frustração dos trabalhadores rurais com o desempenho dos novos governadores. Sobretudo entre os lavradores sem terra” (B.32/02/09/1983),
- (87) “Constatamos que o diálogo – sem exceção – é o único elemento novo no relacionamento entre os governos estaduais e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra” (B.32/02/09/1983),
- (88) “A História deverá registrar o acontecimento de Ronda Alta com uma grande batalha, de três anos, onde milhões de trabalhadores rurais, explorados, injustiçados, sem terra para viver, enfrentaram poucos, mas poderosos latifundiários. Lutaram com firmeza e coragem contra um Estado autoritário” (B. 33/02/11/1983),
- (89) “Enfim, lutaram para defender os seus direitos e o seu sustento. Nesta edição publicamos a relação completa dos trabalhadores assassinados: nome, data e local. É para não haver dúvida e para que os mártires da terra fiquem na memória de todos” (B.34/02/02/1984),
- (90) “Mas mesmo os lavradores não cansam de afirmar que o que está por trás destas lutas é a fome, a miséria. O amadurecimento político dos lavradores fez com que eles tenham condições de entender esta situação e quais os interesses que estão em jogo. A paciência esgotou e os sem terra partem para iniciativas mais eficazes para garantir seus direitos” (JST.36/02/07/1984),
- (91) “A solução para os graves problemas da fome, miséria, desemprego e marginalização nas cidades não está no FMI, mas numa ampla Reforma Agrária já com terra para quem dele precisa trabalhar” (JST.37/02/08/1984),
- (92) “É o momento de cobrar dos governadores atitudes mais concretas e um fim à repressão policial. As ocupações têm sido o último recurso dos sem terra contra a falta de ação principalmente do Governo Federal, mas também dos governadores estaduais. Depois de quase dois anos, até o diálogo não tem mais sentido. É preciso ação” (JST.38/02/09/1984),
- (93) “Os anos que antecederam a 1964 foram marcados por fortes manifestações camponesas. No Nordeste, as Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião contestavam a estrutura fundiária brasileira. No Sul, com o apoio do então governador gaúcho Leonel Brizola, os lavradores formaram o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER)” (JST.40/02/11/1984),
- (94) “Mas aos poucos os lavradores deixam de acreditar nas promessas, e na propaganda oficial e estão compreendendo que apenas sua organização é capaz de lhes dar um pedaço de terra e garantir a conquista da Reforma Agrária. É com este pensamento que cerca de 15500 lavradores participarão do 1º. Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem Terra, marcado para o fim de janeiro e Curitiba” (JST.41/02/01/1985),
- (95) “Sem terra não há democracia” (JST.42/02/02/1985),

- (96) “Enfim, trabalhadores vindo de todos os cantos do país, para falar de suas experiências, trocar idéias e traças planos para unificar esta grande luta do Movimento dos Sem Terra pela Reforma Agrária” (JST.42/02/02/1985),
- (97) “Foi um encontro cordial, até certo ponto informal, provando que é possível as relações entre trabalhadores e governo. Fato que até há pouco meses era considerado uma missão ingrata” (JST.43/02/03-05/1985),
- (98) “É preciso mudanças imediatas e profundas na estrutura fundiária, para acabar de uma vez por todos com este mal que se reflete em toda sociedade brasileira. Foi esta , basicamente, a proposta do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra às novas autoridades fundiárias” (JST.43/02/03-05/1985),
- (99) “Mas sem a ilusão de que as mudanças acontecerão de cima para baixo e que, agora, é necessário saber enfrentar esse novo momento político com muito jogo de cintura. Sem abandonar a luta organizada” (JST.43/02/03-05/1985),
- (100) “Ocupação em Santa Catarina. Reforma Agrária dos trabalhadores” (JST.44/01/06/1985),
- (101) “Depende de nós” (JST.45/02/07/1985),
- (102) “Reforma agrária. O campo se agita” (JST.46/01/08/1985),
- (103) “Que as entidades do movimento popular compareçam com suas lideranças e bases em Brasília para visitar os parlamentares, um por um, a Câmara dos Deputados, o Senado” (JST.46/02/08/1985),
- (104) “Realizar mobilizações conjuntas de todo o movimento popular em todos os municípios onde for possível, como: passeatas pela cidade, assembleias municipais de trabalhadores, telegramas às autoridades, concentrações em frente às prefeituras, acampamentos provisórios, debates nos colégios, rádio, televisão e câmaras de vereadores: sensibilizar e envolver os trabalhadores (rurais e urbanos)” (JST.46/02/08/1985),
- (105) “O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra conclama a todos os companheiros de base, os sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, entidades populares e a Igreja, para fazermos grandes manifestações conjuntas pela Reforma Agrária” (JST.46/01/08/1985),
- (106) “Vamos sacudir o Brasil inteiro! Terra não se ganha, se conquista!” (JST.46/02/08/1985),
- (107) “O governo não faz, nós vamos fazer” (JST.47/02/09/1985),
- (108) “Já se passaram seis meses de “Nova República” e as únicas providências concretas que o governo tomou foi quando os trabalhadores rurais, organizados, pressionaram com acampamentos, ocupações e manifestações públicas como foram os casos de Santa Catarina, do Paraná e dos **Brasiguaios**, acampados no MS” (JST.47/02/09/1985),
- (109) “Está claro, portanto, que a Reforma Agrária começar vai depender muito mais da capacidade de organização dos trabalhadores rurais do que de planos de governo” (JST.47/02/09/1985),
- (110) “Nós precisamos agora, mais do que nunca, aumentar a nossa organização; fazer todo o esforço possível e mobilizar mais trabalhadores nesta luta pela Reforma Agrária, nunca esquecendo que a nossa força está no número de trabalhadores que juntamos” (JST.47/02/09/1985),
- (111) “O governos enrolou durante seis meses enquanto esperamos pacientemente. Agora quem deve fazer a Reforma Agrária como nós” (JST.47/02/09/1985),
- (112) “Continua o agito no campo” (JST.47/01/09/1985),
- (113) “Situação é insuportável. Acampados querem solução imediata” (B.01/04/06/1981),
- (114) “Acampados recebem apoio de todo o Brasil” (B.05/01/19/06/1981),
- (115) “Governo do Estado que desunir agricultores” (B.05/01/19/06/1981),
- (116) “Sindicalistas dão prazo ao governo. Em 25 de julho será o grande protesto dos colonos” (B.06/01/29/06/1981),
- (117) “Colonos dizem o que pensam sobre oferta de emprego e infiltrados” (B.07/01/08/07/1981),
- (118) “Faltam 22 dias para a data dos colonos. Caso governo não resolva o problema, em 25 de julho será o grande protesto” (B.07/01/08/07/1981),
- (119) “Terra para os que nela trabalham” (B.01/09/22/07/1981),
- (120) “Exército ocupa Encruzilhada Natalino” (B.01/10/07/08/1981),
- (121) “Agricultores exigiram terra, saúde e melhores preços” (B.01/11/07/08/1981),
- (122) “Acampados estão firmes. Campanha de solidariedade deve ser a maior” (B.01/12/05/10/1981),
- (123) “Está passando o tempo. Acampados querem solução urgente” (B.01/13/19/10/1981),
- (124) “E agora? O que fazem os colonos.Como é o novo acampamento dos sem terra” (B.01/20/05/1982),
- (125) “Agricultores invadem fazenda no oeste paranaense” B.01/24/2ª.quinz./1982),
- (126) “Três momentos de luta pela terra: derrubando cercas, debatendo seus problemas e protestando” (B.01/SE/08/11/1982),
- (127) “Sem terras do Brasil” (B.01/SE/08/11/1982),

- (128) “Sair ou lutar” (B.01/29/02/1983),
- (129) “Lavradores querem soluções. Só diálogo não basta” (B.01/32/09/1983),
- (130) “Diretas e reforma agrária já!” (B.01/35/04/1984),
- (131) “Em cinco Estados, os lavradores sem terra protestam contra a política fundiária e demonstram sua força e organização na luta pela terra” (JST.01/37/08/1984),
- (132) “26 de julho, um susto no INCRA e uma advertência: “não brinquem com o nosso problema”” (JST.01/37/08/1984),
- (133) “Rio Grande do sul. Santo Augusto. A ocupação. O despejo na noite. As Ameaças do Governador. A resistência. O novo acampamento” (JST.01/38/009/1984),
- (134) “1985 vai ser diferente” (JST.01/41/dez/1985-jan/1985),
- (135) “Lavradores sem terra ocupam latifúndio” (JST.01/48/out/nov./1985),
- (136) “Assim se faz reforma agrária” (JST.01/48/out.-nov./1985),
- (137) “Desconsolado com a proposta da “Nova República”, o Movimento dos Sem Terra prometeu fazer a Reforma Agrária com as próprias mãos, e partiu para as ocupações e acampamentos” (JST.01/48/out.-nov./1985),
- (138) “No Rio Grande do Sul cerca de 10 mil pessoas entraram num latifúndio improdutivo no município de Sarandi, norte do Estado. Também em ES, SP e PR os lavradores fizeram ocupações de terras” (JST.01/48/out.-nov./1985),
- (139) “Quando acontece alguma ocupação, quem chega primeiro é a polícia (como nos governos militares)” (JST.02/48/out.-nov./1985),
- (140) “O governo federal e os governos estaduais só querem nos enrolar, empurrar o problema para a frente. Por isso, somente a nossa organização fará que se consiga mudanças. E a nossa tática, agora, é ocupar, de forma maciça, em todos os cantos do país, para mostrar que, se o governo não faz a Reforma Agrária, nós mesmos faremos” (JST.02/48/out.-nov./1985),
- (141) “Os agricultores rurais ganham um novo aliado – o povo da cidade – e juntos saem às ruas em grandes manifestações” (JST.01/49/12/1985),
- (142) “O novo Plano recua em relação à propostas de maio e tira as últimas esperanças dos trabalhadores que partem para as ocupações de terra no final de outubro e começo de novembro” (JST.01/49/12/1985),
- (143) “Praticamente em todos os estados aconteceram ocupações e acampamento. Além das vitórias já conquistadas, existem hoje mais de 40 acampamentos ou ocupações reunindo 11 mil famílias” (JST.01/49/12/1985),
- (144) “A mobilização e a coragem dos companheiros em realizar ocupações já é uma vitória contra o medo, o desânimo, o peleguismo e as mentiras do governo” (JST.02/49/12/1985),
- (145) “Companheiros, aproveitemos o fim de ano para analisar tudo o que aconteceu. Vamos aprender as lições e transformarmos o ano de 1986 num ano de grandes vitórias. De muita terra conquistada. Na lei ou na marra” (JST.02/49/12/1985),
- (146) “Os lavradores disseram ao presidente, ministros e políticos presentes, que se a Reforma Agrária não acontecer imediatamente “as ocupações vão continuar”” (JST.01/50/04/1986),
- (147) “Agora devemos impedir que a “Nova República” nos roube a bandeira da Reforma Agrária através da assinatura dos Planos Regionais. Nos resto, devemos acreditar só na nossa força porque Terra não se ganha, se conquista!” (JST.02/51/04/1986),
- (148) “Devemos buscar o apoio da opinião pública, da imprensa, das entidades populares, das igrejas, com o objetivo de pressionar o governo a cumprir os compromissos assumidos com o povo brasileiro” (JST.02/52/05/1986),
- (149) “Campanha no Sul. Com força e com fé” (JST.01/54/07/1986),
- (150) “Pressão só pára quando tiver terra para todos” (JST.01/55/08/1986),
- (151) “CEBs e bispos decidem apoiar as ocupações” (JST.01/55/08/1986),
- (152) “União cidade-campo por “terra, salário, emprego e liberdade”” (JST.01/55/08/1986),
- (153) “Nossa força está no número de trabalhadores organizados” (JST.02/55/08/1986),
- (154) “Sempre acreditamos que a Reforma Agrária é resultado da pressão dos trabalhadores” (JST.02/57/10/1986),
- (155) “Só nos resta fortalecer a nossa organização, nas bases. Está provado que não podemos esperar pelo governo porque **terra não se ganha, se conquista**” (JST.58/02/11-12/1986),
- (156) “Afim, para os sem terra nunca teve moleza mesmo. E ter cada vez mais presente a certeza de que “TERRA E PODER NÃO SE GANHAM, se conquistam”!” (JST.02/59/01/1987),

- (157) “Vamos consolidar a organização na base, transformando o Movimento dos Sem Terra em um verdadeiro movimento de massa, organizando em núcleos e comissões, com ampla participação dos lavradores” (JST.02/60/02-03/1987),
- (158) “Vamos priorizar a articulação com trabalhadores da cidade e do campo para levarmos as lutas em conjunto. Para isso precisamos participar ativamente dos sindicatos e do partido político para somar força e alcançar nossos objetivos” (JST.02/60/02-03/1987),
- (159) “Vamos também lutar para tornar cada vez mais autônomo nosso movimento, mantendo-nos dentro do movimento sindical e ao lado das forças que nos apóiam” (JST.02/60/02-03/1987),
- (160) “O Movimento dos Sem Terra decidiu também, no seu 3º. Encontro Nacional, participar e apoiar todas as atividades lideradas pela CUT – Central Única dos Trabalhadores” (JST.02/60/02-03/1987),
- (161) “Nunca os trabalhadores receberam nada de graça, de presente. Tudo depende de muita luta, muito sacrifício. De se conquistar” (JST.02/61/04/1987),
- (162) “Melhoria e aumento da base de nossa organização, com a inclusão de mais municípios, mais gente organizada, mais mulheres e mais jovens” (JST.02/61/04/1987),
- (163) “Dedicar-se à formação dos companheiros em todos os níveis, através de cursos, encontro e intercâmbio” (JST.02/61/04/1987),
- (164) “Articular-se com os demais trabalhadores – os pequenos proprietários, na roça, e trabalhadores urbanos em geral – na luta por uma política agrícola” (JST.02/61/04/1987),
- (165) “Construir a CUT (Central Única dos Trabalhadores) com uma ferramenta de massa de todos os trabalhadores e estimular a participação político-partidária de todos os companheiros” (JST.02/61/04/1987),
- (166) “Preparar-se para as grandes mobilizações. Temos grandes lutas pela frente e somente as venceremos com a mobilização e organização de milhares de trabalhadores” (JST.02/61/04/1987),
- (167) “Vamos nos preparar para recuperar a terra que nos pertence” (JST.02/61/04/1987),
- (168) “**Terra e poder não se ganham, se conquistam!**” (JST.02/61/04/1987),
- (169) “Reforma agrária já” (JST.01/62?05/1987),
- (170) “Repetindo a campanha das diretas, vamos ocupar Brasília exigindo Reforma Agrária Já” (JST.01/62?05/1987),
- (171) “Trabalhadores rurais bloqueiam estradas e conseguem algumas vitórias” (JST.01/62?05/1987),
- (172) “A Constituinte deve ser apenas um meio a mais para mobilizarmos as bases e aumentarmos a consciência de classe de nossos companheiros” (JST.02/62?05/1987),
- (173) “Essa mobilização [abaixo-assinado para a Constituinte] vai ser uma **escola política para nossas bases**, para nossos companheiros. Vamos ver com funciona o poder nesse país. E vamos compreender que os trabalhadores somente conseguirão mudar as leis através da organização e da pressão. Que nada virá de presente, muito menos dos deputados e da atual Assembléia Constituinte” (JST.01/62?05/1987),
- (174) “Só a luta muda as leis” (JST.01/63/06/1987),
- (175) “Nossa força está na nossa organização” (JST.01/64/07/1987),
- (176) “Reforma agrária: Governo não faz, Nós vamos fazer” (JST.02/64/07/1987),
- (177) “Nesse período [“Nova República”], foram desapropriadas **1.500** mil hectares. Porém, o governos só tomou posse de 500 mil hectares. / Além disso, todas as terras distribuídas foram conquistadas através de ocupações” (JST.02/64/07/1987),
- (178) “Não vamos ter a ilusão que vamos ganhar terra com este governo ou com a nova constituinte. Antes da Nova República nós só conseguíamos terra, ocupando! Durante a Nova República, também só ocupando” E agora! Vamos esperar pelo governo? Pela Constituinte?” (JST.02/64/07/1987),
- (179) “Agora vamos a Brasília na caravana. Amanhã vamos fazer ocupações massivas em todos os lugares que pudermos” (JST.02/64/07/1987),
- (180) “**VAMOS À LUTA, À TERRA OCUPAR!!**” (JST.02/64/07/1987),
- (181) “Incrã não cumpre promessas e trabalhadores ocupam fazendas em dois Estados” (JST.01/65/08/1987),
- (182) “Na luta pela terra, vamos nos organizar e nos preparar para ocupações massivas” (JST.02/65/08/1987),
- (183) “A burguesia, o Governo, a “justiça” e a UDR [União Democrática Ruralista] sempre trataram os nossos direitos pela terra como uma questão militar. Mesmo assim vamos ocupar todas as terras improdutivas, em todos os estados. Pressionaremos o governo e resistiremos em cima da terra” (JST.02/65/08/1987),
- (184) “Participaremos ativamente na greve geral marcada para o dia 20 de agosto. Campo e cidade se unirão ainda mais nesse dia. Nós trabalhadores rurais, iremos às ruas, para as praças, ocupando cidades e somando forças com nossos companheiros, os trabalhadores urbanos” (JST.02/65/08/1987),
- (185) “Vamos ocupar Brasília” (JST.01/66/09/1987),

- (186) “Os avanços só ocorrerão se os trabalhadores pressionarem. Foi assim, no tempo em que o Estatuto da Terra estava em vigor, e será assim com a nova Constituição. Os ganhos da classe trabalhadora se darão pela luta, pela pressão, pela mobilização e pela ocupação de terras” (JST.01/66/09/1987),
- (187) “Até hoje não houve nenhuma desapropriação de terra, em toda a história do Brasil, por iniciativas do governo. As desapropriações feitas sempre foram resultados de ocupações e pressões. Não será diferente agora na Nova República” (JST.02/66/09/1987),
- (188) “A reforma agrária não sairá com a nova Constituição. Ela só sairá com a ORGANIZAÇÃO e PRESSÃO dos trabalhadores. E com só a luta faz a lei. VAMOS À LUTA!” (JST.02/66/09/1987),
- (189) “Ocupamos Brasília / Mais de 10 mil lavradores acamparam na cidade e exigiram Reforma Agrária na lei ou na marra” (JST.01/67/10/1987),
- (190) “Na força faremos nossas leis” (JST.02/67/10/1987),
- (191) “Nossa força e vontade de participar na elaboração da nova Constituição, mostrou para os políticos da burguesia e para a UDR que os trabalhadores rurais já não querem mais só trabalhar e ter condições de produzir, mas queremos, também participar das decisões e da vida do País” (JST.02/67/10/1987),
- (192) “Coletamos 1,2 milhão de assinaturas de eleitores e realizamos a maior caravana popular a Brasília de trabalhadores rurais na história do País. Daqui para frente teremos que nós preparar ainda mais para disputar palma a palma de terra com os fazendeiros, na certeza de que a terra a maior pressão é a ocupação” (JST.02/67/10/1987),
- (193) “**Nossa resposta:** Ocupações / Acampamentos nos estados / O Brasil ocupado” (JST.01/68/12/1987),
- (194) “Para nós, este retrocesso [lei agrária na Constituição] não significa, de maneira alguma, uma derrota ou frustração, por este período conseguimos discutir com milhares de companheiros como devem ser as leis do país. Ficou claro para nós, através das discussões, que a luta pela conquista da terra passa também pela conquista do poder e que a reforma agrária é uma necessidade que independe de ser legal ou não. Ela terá que ser feita na lei ou na marra!” (JST.02/68/12/1987),
- (195) “**Constituinte e Ocupações** / Para nós, trabalhadores rurais, a Constituinte já está totalmente desmoralizada e não merece mais a confiança de ninguém. Lá só prevalecem os interesses dos grupos econômicos e o carreirismo pessoal, tirando qualquer esperança de nós trabalhadores termos nossas propostas garantidas” (JST.02/68/12/1987),
- (196) “O que os constituintes precisam entender é que a sociedade brasileira não está dando bola para as leis que eles estão querendo aprovar, principalmente em se tratando da questão agrária. Só no mês de Novembro, mais de 5 mil famílias ocuparam terras de latifúndios em vários estados do Brasil. Isto mostra que se a lei não faz, nós fazemos” (JST.02/68/12/1987),
- (197) “Enquanto a UDR planeja seus leilões de gado e reforça as ameaças, tentando intimidar, nós continuaremos cada vez mais organizando para conquistarmos palma a palma o que nos pertence, junto com todos os trabalhadores, lutarmos para derrubar a burguesia e construir uma sociedade socialista” (JST.02/68/12/1987),
- (198) “Por isso é que devemos continuar organizando grandes ocupações de terra, ajudando a solidificar a construção da Central Única dos Trabalhadores–CUT e do Partido dos Trabalhadores-PT preocupando assim, fortalecer a mobilização”(JST.02/68/12/1987),
- (199) “O ano de 1987 não deixou de ser um ano de muitas dificuldades para todos nós trabalhadores. Dificuldades estas que atrapalharam, em parte, o avanço de nossas organizações. Mas, mesmo assim, as lutas, mobilizações, greves e ocupações de terra estouraram em todas as partes do território nacional” (JST.02/69/01/1988),
- (200) “**Permanência dos acampamentos** / Conseguimos assentar muitas famílias através da luta neste ano de 1987 mas, mesmo assim, estamos encerrando o ano com mais de 15 mil famílias acampadas em áreas provisórias ou à beira de estradas” (JST.02/69/01/1988),
- (201) “**Repressão policial nos despejos** / Em muitos estados onde sofremos despejos, tivemos materiais, ferramentas e comidas roubadas pela Polícia e muitos companheiros foram presos e feridos. Esta repressão nada mais é que o compromisso dos governos estaduais com o latifúndio e a União Democrática Ruralista (UDR), que não perde tempo em exigir repressão e praticar atos violentos contra os trabalhadores” (JST.02/69/01/1988),
- (202) “**Assassinato de trabalhadores rurais** / A violência no campo continuou a guerra dos anos anteriores e, infelizmente, acabamos perdendo mais de duzentos companheiros, vítimas da mão assassina da UDR e seus pistoleiros. O pior de tudo é que isso aconteceu com a participação ou cumplicidade de muitas autoridades governamentais” (JST.02/69/01/1988),

- (203) “**Ligação das lutas** / Nossa meta é a de chegarmos a um ajuntamento das lutas entre campo e cidade, vinculando as greves com as ocupações terra. Neste ano não conseguimos atingir o esperado: tanto as ocupações como as greves aconteceram mais a nível de categorias ou dentro dos estados mesmos” (JST.02/69/01/1988),
- (204) “Um dos nossos grandes objetivos é o de sermos um grande movimento de massa, tornando forte a luta pela terra, para garantirmos grandes vitórias. Em muitos estados as ações não chegaram a ser representativas e algumas unidades não conseguiram ainda dar o passo decisivo para desencadear ocupações” (JST.02/69/01/1988),
- (205) “Já não resta mais nenhuma desculpa para o governo da burguesia. Para nós, trabalhadores rurais, está cada vez mais claro que a reforma agrária será do tamanho da nossa organização e de nossa força” (JST. 02/70/02/1988),
- (206) “Apesar das grandes somas de dinheiro gasto pela UDR, e do autoritarismo do governo do PMDB, o nosso Movimento cresceu muito em 1987. Prova do nosso crescimento são as terras que conquistamos e assentamos milhares de famílias; são 15 mil famílias acampadas hoje, que não se intimidaram com as ameaças e violência armada dos fazendeiros” (JST. 02/70/02/1988), (JST. 02/70/02/1988),
- (207) “Avançar na articulação” (JST.02/70/02/1988),
- (208) “Até hoje, apesar de todas as desapropriações que conquistamos, não conseguimos mexer com o latifúndio” (JST. 02/70/02/1988),
- (209) “A luta pela reforma agrária passa, obrigatoriamente, pela luta do fim do latifúndio. Acabar com o latifúndio não significa apenas fazer uma melhor distribuição das terras ou poder aumentara produção de alimentos. Mas significa, sobretudo, criar condições para que nossa sociedade avance numa democracia firme, segura” (JST. 02/70/02/1988),
- (211) “Assunto para discussão” (JST. 02/70/02/1988),
- (210) “Faremos ocupações, de latifúndios, em todo o país. Se hoje temos 15 mil famílias acampadas, amanhã teremos 20, 30,... 50 mil resistindo nas terras ocupadas. Enquanto houver uma família de trabalhador rural sem terra ou latifúndio, as ocupações continuarão, independentes das ações das milícias armadas dos fazendeiros ou das ações repressivas do governo” (JST. 02/70/02/1988), (JST. 02/70/02/1988),
- (212) “Precisamos manter firmes o princípio de lutas pela terra, usando as mais variadas formas de luta. / E com este pensamento que achamos que, nesse primeiro semestre, devem acontecer muitas ocupações massivas em quase todos os estados do Brasil” (JST.02/71/03/1987),
- (213) “Acreditamos que para levarmos à frente esta proposta de conquistar a terra e somar forças com outros companheiros da cidade para tomar o poder da burguesia, é preciso, entre outras coisas, priorizar a luta pela terra, preparando sempre ocupações, porque são destas ações massivas que surgirão os verdadeiros líderes e dirigentes que terão a tarefa de fazer as alianças com os outros trabalhadores com o objetivo de levar adiante a luta da classe trabalhadora” (JST. 02/70/02/1988),
- (214) “A situação dos pequenos proprietários também não é diferente. É só olharmos o reflexo da política agrícola do governo da União que veremos claramente que, nos últimos anos, milhares de trabalhadores perderam suas terras” (JST. 02/70/02/1988),
- (215) “Os pequenos tiveram suas terras roubadas pelos altos juros dos créditos bancários, baixo preço dos produtos agrícolas e as más condições de vida no campo, tais como transporte deficiente, falta de escolas e postos de saúde” (JST. 02/70/02/1988),
- (216) “**PARA VENCER É PRECISO LUTAR. PARA LUTAR É PRECISO ORGANIZAR!**” (JST. 02/70/02/1988),
- (217) “Rurais fecharam bancos” (JST.01/72/04/1988),
- (218) “Derrota da UDR. Situação começa a mudar” (JST.01/72/04/1988),
- (219) “a tarefa é aumentar nossos esforços para melhorar nossa organização e resistir nas áreas ocupadas e nos assentamentos. Não basta ter um grande número de trabalhadores para ocupar. É necessário termos condições de ocupar e permanecer nas áreas. Quando mais trabalhadores organizados e conscientes desta tarefa, mais chances teremos de conquistar terra” (JST.02/72/04/1988),
- (220) “As ocupações e despejos sucessivos demonstram que necessitamos desenvolver formas mais eficientes de luta pela terra” (JST.02/72/04/1988),
- (221) “Nos estados, nos municípios, nos assentamentos, nos acampamentos, é necessário melhorar nossos métodos de trabalhar na base. Buscando novas formas de conscientização, organização e mobilização” (JST.02/72/04/1988),

- (222) “**TRAIRAM ESSE POVO** / Reforma Agrária é só na marra!” (JST.01/73/05/1988),
- (223) “Na luta se conquista” (JST.02/73/05/1988),
- (224) “Lutar e vencer” (JST.02/73/05/1988),
- (225) “Continuaremos ocupando terras, derrubando as cercas do latifúndio desmacarando as ações criminosas da UDR (União Democrática Ruralista)” (JST.02/73/05/1988),
- (226) “cerca de 200 famílias, no Espírito Santo, ocuparam em dezembro uma área de 2.115 hectares. Enfrentaram a repressão policial, jagunços e toda a sorte de adversidades” (JST.02/73/05/1988),
- (227) “Vamos preparar nosso time, companheiros. Afiar as garras e superar as deficiências. A luta pela terra é uma luta de classe. E vencer o melhor. Seremos o melhor. É hora de avançar. Entrar no campo inimigo e realizar grandes e maciças ocupações, bem preparadas e organizadas” (JST.02/73/05/1988),
- (228) “Devemos entrar de sola na luta política e fortalecer a construção do Partido dos Trabalhadores, elegermos rurais para as prefeituras, conquistar o maior número de vereadores, enfim ganhar espaços para construirmos nosso projeto político. O Partido é a nosso maior ferramenta e através dele podemos manifestar o desejo de uma mudança social” (JST.02/73/05/1988),
- (229) “A vitória final será nossa. Avante companheiros” (JST.02/73/05/1988),
- (230) “Conclamamos toda classe trabalhadora brasileira. Convocamos todos trabalhadores rurais: pequenos agricultores, sem terra e assalariado para fazermos grandes manifestações nesse 25 de julho” (JST.02/74/06/1988),
- (231) “Vamos juntar todas as forças: crianças, jovens, homens e mulheres, do campo e da cidade, para **DAR UM BASTA! CHEGA DE ENROLAÇÃO DOS CONSTITUINTES! VAMOS RASGAR E QUEIMAR A CONSTITUIÇÃO EM PRAÇA PÚBLICA! FAZER GRANDES E BONMITAS MANIFESTAÇÕES E COMEMORAÇÕES!** E conclamar toda classe trabalhadora: já que na lei os nossos direitos não vêm, conquistaremos na marra! Quem não tem direito de fazer as leis, não tem obrigação de respeitá-las. **VAMOS COLOCAR EM PRÁTICA AS NOSSAS LEIS!**” (JST.02/74/06/1988),
- (232) “Sabemos que os interesses dos trabalhadores não terão garantidos enquanto a classe trabalhadora não estiver no poder. Hoje a classe trabalhadora vive um momento novo na sua história” (JST.02/74/06/1988),
- (233) “Atuando junto aos trabalhadores, militando nos movimentos populares, no movimento do sem terra, no sindicato e divulgando as propostas do Partido dos Trabalhadores, estaremos construindo a sociedade nova. Plantando a semente da justiça no seio da classe trabalhadora – eterna fonte de inspiração – teremos a certeza de estarmos trabalhando para ver tornar realidade nosso sonho, a sociedade socialista” (JST.02/74/06/1988),
- (234) “Ocupação vitoriosa no Rio Grande. Lavradores vencem UDR e jagunços” (JST.01/75/07/1988),
- (234A) “Está ficando cada vez mais difícil conseguirmos terra para Reforma Agrária. De decreto em decreto, o governo foi se colocando contra as desapropriações reforçando, assim, as posições da burguesia de que a propriedade privada, cumpra ou não com a função social, é intocável” (JST.02/75/07/1988),
- (235) “Só ocupar não basta: é preciso resistir!” (JST.02/75/07/1988),
- (235A) “Precisamos nos preparar para avançarmos em nossas conquistas, fortalecendo nossa organização e levando em frente às ocupações massivas. Isto porque a reforma agrária depende de nós, de nossa garra de continuar ocupando em todos os estados” (JST.02/75/07/1988),
- (236) “Resistir, a única saída” (JST.02/75/07/1988),
- (237) “Hoje, além dos despejos terem o respaldo jurídico acontecerem de forma violenta e a polícia praticamente obriga as famílias a voltarem para seu município de origem. / Estas questões devem se discutidas e aprofundadas para descobriremos quais são as saídas a serem adotadas para não entregarmos de graça todo o esforço de nossa luta” (JST.02/75/07/1988),
- (238) “Hoje, o mesmo esforço que fizemos para preparar a ocupação, teremos que fazer para preparar a resistência. Resistir significa não sair da terra que ocupamos por achar que ela deve pertencer aos trabalhadores. A terra nada mais é que uma necessidade para podermos continuar vivendo” (JST.02/75/07/1988),
- (239) “Nestes próximos meses precisamos dedicar tempo para preparar bem a permanência na terra. As ocupações além de massivas, devem ter o caráter ideológico, ou seja, todo devem saber como se comportar frente ao despejo. Esta clareza política é quem deve garantir a resistência” (JST.02/75/07/1988),
- (240) “Para nós interessa que haja sólida organização. Não podemos ocupar terras que nem ocupar terras que nem mesmo os fazendeiros querem. Precisamos ocupar as melhores terras, de alta produtividade. Não importa se estejam produzindo ou não; importa que a terra esteja nas mãos de quem nela trabalha” (JST.02/75/07/1988),
- (241) “**OCUPAÇÃO NOSSA RESPOSTA À CONSTITUINTE**” (JST.01/76/09/1988),

- (242) “Uma lei que tornou a luta pela reforma agrária uma luta “ilegal” não pode, não deve e não será respeitada” (JST.02/76/09/1988),
- (243) “Para a UDR, para o Centrão, para o governo as ocupações agora são ilegais. Mas são legítimas para os trabalhadores que lutam por terra, pão, saúde e educação da família” (JST.02/76/09/1988),
- (244) “Nós trabalhadores, movido pela necessidade, continuaremos ocupando terra” (JST.02/76/09/1988),
- (245) “Mas fizemos pressão na Constituinte junto com mobilizações nos estados, passeatas, caminhadas, pela reforma agrária, fechamento de estradas e, principalmente, ocupações de latifúndio. O resultado dessa prática foi que, no período em que aconteceram os debates na Constituinte, crescemos em organização, fizemos ocupações mais organizadas e numerosas” (JST.02/76/09/1988),
- (246) “Terá efeito contrário [lei]: crescerão as mobilizações, a consciência política, a diversificação das formas de luta e a qualificação as ocupações. A ocupação realizada no Paraná é um exemplo desse nosso crescimento. De nada adiantou o governo paranaense tentar fazer o despejo. Eram mais 1.700 famílias organizadas e decididas a permanecer na terra” (JST.02/76/09/1988),
- (247) “Caminho da reforma agrária” (JST.02/76/09/1988),
- (248) “Uma lei morta” (JST.02/76/09/1988),
- (249) “A lei contra a reforma agrária” (JST.02/76/09/1988),
- (250) “Não fomos derrotados” (JST.02/76/09/1988),
- (251) “A luta pela reforma agrária ficou mais difícil” (JST.02/76/09/1988),
- (252) “A ocupação realizada no Paraná é um exemplo desse nosso crescimento” (JST.02/76/09/1988),
- (253) “Ocupação / nossa resposta a constituinte” (JST.01/76/09/1988),
- (254) “preparando a resistência sobre a terra que desejamos conquistar” (JST.02/76/09/1988),
- (255) “E provaremos, mais uma vez, que não adianta fazer lei contra a vontade e a necessidade do povo” (JST.02/76/09/1988),
- (256) “É uma lei desmoralizada, **MORTA!** Ela não será respeitada!” (JST.02/76/09/1988),
- (257) “Certamente, aumentará, ainda mais a repressão, e isso exigirá um esforço ainda maior da parte de todos os companheiros e de todas as lideranças, para melhorar a organização do Movimento e garantir a avanço da luta pela reforma agrária, através de ocupações, melhor organizadas, resistindo na terra até as últimas conseqüências” (JST.02/76/09/1988),
- (258) “**CONSQUISTAREMOS NOSSAS TERRAS COM ORGANIZAÇÃO E REISTÊNCIA**” (JST.02/76/09/1988),
- (259) “Resistência garante conquista de terra” (JST.01/77/10/1988),
- (260) “Vencer as eleições para avançar na luta” (JST.02/77/10/1988),
- (261) “O Brasil hoje, é um país sem governo. Reina a incompetência, o casuísmo” (JST.01/77/10/1988),
- (262) “Muitos companheiros, no embalo das eleições, não se preocupam mas com a luta concreta do Movimento, e acabam fazendo uma análise errada, achando que só com eleições vamos resolver os problemas” (JST.02/77/10/1988),
- (263) “Para nós trabalhadores rurais sem terra, não interessa entrar no jogo armado pela burguesia. Entrar no jogo de voto apenas, é cair numa cama de gato. Isto não que dizer que as eleições não nos interesse. Pelo contrário. Para podermos avançar e fazer frente à burguesia, é necessário termos trabalhadores comprometidos com a luta sindical e popular nas Câmaras de Vereadores e nas Prefeituras” (JST.02/77/10/1988),
- (264) “A Câmara de vereadores e as Prefeituras são órgãos de decisão no município que devem estar nas mãos dos trabalhadores. Por isso apoiamos os candidatos realmente comprometidos com as lutas do povo, principalmente dos trabalhadores rurais sem terra” (JST.02/77/10/1988),
- (265) “Fazer grandes ocupações e vencer as eleições são duas grandes tarefas que temos nesse momento. Temos que assumir essas tarefas com o objetivo de fortalecer a nossa luta maior: transformar essa sociedade, preparando a construção de uma sociedade socialista” (JST.02/77/10/1988),
- (266) “Eleição 88: **ENTERRAMOS A NOVA REPÚBLICA**” (JST.01/78/11/1988),
- (267) “Agora mostraremos que temos capacidade para administrar as maiores cidades do país. 1999 será o último ano de governo Sarney. Desde já, sabemos que só podemos esperar mais repressão e arrocho. Por isso será um ano de intensas mobilizações. Vamos continuar o combate ao latifúndio com ocupações massivas; continuar a exigir nas sedes do Mirad o assentamento definitivo de milhares de famílias acampadas” (JST.02/78/11/1988),
- (268) “Vamos continuar, junto com os pequenos proprietários, com pressão sobre bancos, com fechamento de estradas, para conquistarmos crédito e melhores preços para nossos produtos” (JST.02/78/11/1988),

- (269) “Será também nossa tarefa nos unirmos aos companheiros operários, para criar uma força poderosa, para conquistar os direitos dos trabalhadores” (JST.02/78/11/1988),
- (270) “SÓ A LUTA TRAZ VITÓRIAS / VAMOS À LUTA. / COMPANHEIROS!”
- (271) “Ocupação: conquista de nossos direitos” (JST.01/79/12/1988),
- (272) “1988: Ano de lutas e vitórias” (JST.01/79/12/1988),
- (273) “Na pagina central, temos um balanço das lutas e ocupações. Uma avaliação dos nossos assentamentos, quanto aos avanços e desafios organizativos, resultado 2º. seminário nacional de assentamentos” (JST.02/79/12/1988),
- (274) “Durante 1988 tombaram 84 lavradores na luta pela terra. No último mês fomos abalados por três hediondos assassinatos que atingiram nossa classe. O do deputado João Batista, no Pará, o sindicalista e candidato a vereador pelo PT em Caçador, Santa Catarina, Hermínio Gonçalves: e do sindicalista Francisco Mendes no Acre. Todos os três tinham características comuns. Todos estavam ameaçados de morte há muito tempo, haviam recorrido às autoridades, à Justiça; nenhuma providência foi tomada em nenhum dos casos. Todos os três eram lideranças expressivas e desempenharam papel importante na organização dos trabalhadores rurais em suas regiões. Foram assassinados a mando de fazendeiros. PUBLICAMENTE VINCULADOS COM A UDR” (JST.02/79/12/1988),
- (275) “Vamos nos organizar para defender a vida dos companheiros” (JST.02/79/12/1988),
- (276) “20 mil lavradores conquistam a terra” (JST.01/80/02-03/1989),
- (277) “Só trabalhadores farão reforma agrária” (JST.02/80/02-03/1989),
- (278) “As autoridades precisam saber que a reforma agrária é uma necessidade social. E essa necessidade não ficará escondida atrás de uma lei retrógrada e num os trabalhadores se intimidarão com o uso da polícia ou ameaças de lideranças rurais” (JST.02/80/02-03/1989),
- (279) “As leis que não contemplam as aspirações populares serão superadas pelo próprio povo” (JST.02/80/02-03/1989),
- (280) “Nesse primeiro mês do ano demos as eles (UDR e governo) nossa resposta: ocupações vitoriosas em Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia e Mato Grosso do Sul” (JST.02/80/02-03/1989),
- (281) “Essas ocupações nos ensinam ainda que, mesmo 1989, sendo um ano de eleições presidenciais, não podemos cair no erro de abandonar a luta pela terra. A nossa maior contribuição para a derrota dos candidatos da burguesia é a realização de ocupações. Essa será a tarefa dos trabalhadores rurais esse ano” (JST.02/80/02-03/1989),
- (282) “V Encontro Nacional do MST / “Ocupar, resistir e produzir”” (JST.01/81/05/1989),
- (283) “Mato Grosso do Sul: Ocupação massiva” (JST.01/81/05/1989),
- (284) “Discutimos, também, as eleições presidenciais. Apresentaremos dez reivindicações básicas a todos os candidatos. Passaremos a apoiar abertamente, aqueles que introduzirem no programa de governo a maior parte de nossas exigências” (JST.02/81/05/1989),
- (285) “Finalmente, resumimos nossa bandeira de mobilização e agitação, numa única frase, que vai ecoar por todos os latifúndios desse país: “**Ocupar, resistir e produzir**”” (JST.02/81/05/1989),
- (286) “No Rio Grande Sul, o governador Pedro Simon, ordenou o despejo das 500 famílias acampadas na Fazenda Santa Elmira em Salto de Jaci. Foi uma verdadeira operação de guerra, com um trágico resultado: 400 feridos, 21 hospitalizados em estado grave e 22 presos, entre os quais, um sacerdote” (JST.02/81/05/1989),
- (287) “Os lavradores seguirão de cabeça erguida, dispostos a enfrentar qualquer sacrifício para realizar a reforma agrária e transformar a sociedade” (JST.02/81/05/1989),
- (288) “Roberto Baggio: A luta vai além da ocupação” (JST.01/81/04/1989),
- (289) “MST enfrenta repressão” (JST.01/81/04/1989),
- (290) “Vivemos um momento difícil da conjuntura. Os latifundiários e governo jogam pesado. Querem a todo custo, impedir a organização dos trabalhadores que lutam pela conquista da reforma agrária” (JST.02/82/04/1989),
- (291) “As ocupações do Movimento Sem Terra têm gerado confrontos permanentes. A repressão é pior do que nos tempos da ditadura. Utilizam métodos mais “modernos”; policiais militares e pistoleiros se misturam no combate aos lavradores” (JST.02/82/04/1989),
- (292) “Na Paraíba, um desses grupos paramilitares, participou da operação de despejo das 180 famílias que ocupavam uma fazenda improdutivo. Estados fardados, metralhadores em punho; criaram um clima de terror. Espancaram os lavradores, queimaram barracos e levaram à morte uma criança de um ano e seis meses. Agrediram uma religiosa que nos dava apoio” (JST.02/82/04/1989),

- (293) “Mais do que nunca nossa palavra de ordem está correta: ocupar, resistir e produzir. Vamos continuar com o processo de ocupações massivas, resistir à pressão dos latifundiários e governo, fazer as áreas conquistadas produzir, transformando-os em assentamentos” (JST.02/81/04/1989),
- (294) “Ocuparemos as sedes do Incra e secretarias de agricultura. Forçaremos as autoridades federais para obtermos NCz\$ 100 milhões para o crédito do PROCERA. Essa verba é fundamental para garantir a produção nos assentamentos e a safra deste ano” (JST.02/81/04/1989),
- (295) “Temos que, durante o processo, descobrir novas formas de pressão. A mobilização deve ser permanente” (JST.02/81/04/1989),
- (296) “Lutaremos para eleger um representante dos trabalhadores na presidência da república. Entendemos que essas tarefas fazem parte de uma luta maior, em vista de construção de uma sociedade socialista” (JST.02/81/04/1989),
- (297) “Greve! / Burguesia fica nervosa e sai a MP-50” (JST.01/83/05/1989),
- (298) “Nos últimos dois meses, mais de dois milhões de trabalhadores urbanos cruzaram os braços. E os trabalhadores rurais, intensificaram as ocupações e mobilizações por uma política agrícola que atenda seus interesses” (JST.02/83/05/1989),
- (299) “No campo, a polícia e grupos paramilitares atuam juntos. Dia 11 de maio, a PM de Sergipe despejou 300 famílias de uma ocupação. Três lideranças foram presas. Um deles, o companheiro João Daniel, foi torturado. Espancaram e aplicaram técnica de afogamento” (JST.02/83/05/1989),
- (300) “Em Alagoas, 50 homens armados invadiram um assentamento de 100 famílias. A terra está liberada pelo Incra; foi uma vitória de ocupação feita em fevereiro. Inconformados, os fazendeiros financiam esses grupos para reprimir os lavradores” (JST.02/83/05/1989),
- (301) “Estamos pondo em prática as deliberações do nosso 5º. Encontro Nacional, realizado em março. As ocupações estão acontecendo. Na Bahia, 300 famílias entraram numa terra de 6 mil ha. Totalmente improdutiva e já plantaram as primeiras sementes” (JST.02/83/05/1989),
- (302) “Os trabalhadores que foram despejados da Fazenda Santa Elmira no Rio Grande do Sul, em março, deram um exemplo de determinação e heroísmo. Mantiveram a mobilização, e conquistaram 8 mil ha. de terra em negociação com o governo” (JST.02/83/05/1989),
- (303) “A repressão sempre foi a arma utilizada pela burguesia. Não nos amedrontam. Vamos garantir a terra que é nosso direito. A meta é acabar com a latifúndio. Vamos fortalecer nosso movimento, formar quadros dirigentes; intensificar nossa aliança. Nosso inimigo é um só. Juntos, somos a maior força!” (JST.02/83/05/1989),
- (304) “Ariscar a vida pela vida” (JST.01/84/06/1989),
- (305) “As ocupações maciças de terra que o Movimento dos Sem Terra vem fazendo é a consequência de uma visão de mundo que nega a privação e a miséria em que o capitalismo joga as grandes massas” (JST.02/85/07/1989),
- (306) “O repórter foi incapaz de reconhecer no lema “ocupar, resistir e produzir” uma palavra de ordem nacional do MST, uma bandeira de luta contra a fome, a miséria e a opressão” (JST.02/85/07/1989),
- (307) “O repórter fica impressionado com as atitudes e o pensamento das crianças sem terra. Neste ponto, fica ainda mais acentuado o quanto o ponto de vista da reportagem não é o ponto de vista da classe trabalhadora, mas sim o ponto de vista da ideologia das classes dominantes” (JST.02/85/07/1989),
- (308) “Inicialmente, nos é dada uma alto dose de romantismo e de saudosismo, típicos de uma visão idealizadora dos trabalhadores rurais, exatamente aquela que faz dos trabalhadores rurais sujeitos humildes, obedientes, acomodados e preguiçosos (o matuto, o caipira)” (JST.02/85/07/1989),
- (309) “Primeiro, apontando para o clima de tensão da ocupação, vemos o juiz da comarca de Dionísio Cerqueira expedindo a ação de despejo de maneira urgente. Nesse ponto, o repórter não nota o quanto a Justiça, tradicionalmente conhecida por seu vagar, mostra-se rápida e eficaz. Isso, aliás, tem sido uma arma contra as ocupações dos sem terra; as liminares de despejo são prontamente expedidas, o que facilitar e até mesmo legitima as ações repressivas das milícias armadas da UDR” (JST.02/85/07/1989),
- (310) “TRABALHADORES NÃO RECUAM FRENTE À REPRESSÃO” (JST.01/86/08/1989),
- (311) “Os números mostram em um total de 168 conflitos com 72.979 pessoas envolvidas, houve 32 assassinatos, 79 vítimas tentativas de assassinatos, 456 casos de lesões corporais, 135 prisões ilegais e 31 ocorrências de tortura e mais tratos. A Brigada Militar do Rio Grande do Sul e a PM da Bahia foram as campeãs de espancamentos e torturas” (JST.02/86/08/1989),
- (312) “E janeiro do ano passado, um grupo de 70 famílias de lavradores sem terra ocuparam a fazenda Yamin, 8.500 hectares. Se dizem proprietários Ricardo e Rosely Yamin, moradores de São Paulo. A terra estava ociosa. / Os lavradores começaram a produzir e construir suas casas; com muito trabalho foi possível produzir

- 5 mil sacos de arroz e 100 carros de milhos. Até aparecer Samir Yamin dizendo-se proprietário da terra e começando a perseguir os posseiros, chegando a assassinar um lavrador por Carlinhos” (JST.02/86/07/1989),
- (313) “Em julho deste ano é concedida a liminar de despejo, feito por um oficial de Justiça e a polícia. As famílias tiveram suas casas, plantações e criações destruídas” (JST.02/86/07/1989),
- (314) “OCUPAÇÕES MASSIVAS E UNIFICADAS / Cinqüenta mil trabalhadores realizam 33 ocupações em 19 estados. Esse foi o resultado da ação conjunta do MST em 30 dias de mobilizações nacionais entre os meses de agosto e setembro” (JST.01/87/09/1989),
- (315) “Ocupações e eleição / Para avançar a luta pela reforma agrária” (JST.01/88/10/1989),
- (316) “A vida dos trabalhadores rurais é de um sofrimento que mata e destrói. Sem terras para trabalhar não sobrevivem; os mais teimosos resistem e cultivam, os que não tem se mobilizam e ocupam terras ociosas. Foram quatro ocupações este ano, no estado [CE]” (JST.02/88/10/1989),
- (317) “A UDR se estruturou e não deixa os lavradores ocupantes produzirem nas terras. A polícia a mando da UDR prende lavradores e seus pertences como aconteceu em Canindé. Despejou as 100 famílias da fazenda Touro. Dona Isabel de 59 anos foi agredida pelos pistoleiros e ameaçada de morte se voltasse ao acampamento” (JST.02/88/10/1989),
- (320) “A reforma agrária interessa aos trabalhadores urbanos e rurais, porque vai aumentar a produção, barateando os custos dos alimentos” (JST.02/88/10/1989),
- (321) “Só a luta trará conquistas / Nossa posição...” (JST.01/90/12/1989),
- (322) “Na resistência a terra, 16 lavradores foram assassinado este ano no estado [MA], denunciam entidades sindicais e igrejas” (JST.02/90/12/1989),
- (323) “Minas Gerais: MST ocupa latifúndio improdutivo” (JST.01/91/02/1990),
- (324) “Cooperativas agrícola. Um desafio para os assentamentos” (JST.01/91/02/1990),
- (325) “Goiás: MST resiste e mantém ocupação na fazenda do Caiado” (JST.01/91/02/1990),
- (326) “O caráter revolucionário da luta pela reforma agrária” (JST.01/92/03/1990),
- (327) “Ocupação vitoriosa no Pernambuco” (JST.01/92/03/1990),
- (328) “Itaquiraí (MS) Os trabalhadores assentados na fazenda Itassul comemoram o primeiro ano de ocupação nos dias 10 e 11 de fevereiro. / Depois do assentamento as estruturas do município começaram a ser ampliadas. Isso prova que a terra nas mãos de quem nela trabalha aumenta a produção e torna o alimento mais barato ao trabalhador da cidade” (JST.02/92/03/1990),
- (329) “MST cria mais uma cooperativa” (JST.01/93/04/1990),
- (330) “Operários decidem ocupar fábricas contra o desemprego e arrocho” (JST.01/93/04/1990),
- (331) “O violento despejo respaldado por uma liminar da Justiça em nome de um garimpeiro desconhecido e as ameaças ao padre Antonio Tamarri por seu apoio ao despejados mobilizaram as autoridades brasileiras, os ministros da Agricultura e da Justiça, os embaixadores do Brasil na Itália e França, as autoridades do parlamento italiano e europeu, grupos e apoio Comissão Brezil e lebertos” (JST.01/93/04/1990),
- (332) “Preso José Rainha liderança do MST” (JST.01/94/06/1990),
- (333) “Fazer uma ofensiva massiva e radical” (JST.01/94/06/1990),
- (334) “Na zona rural, 10% das propriedades detêm cerca de 80% da área total, há 12 milhões de trabalhadores sem terra e, entre 1987 e 1989, houve 2.028 conflitos no campo e foram mortas 322 pessoas na luta pela terra. Entre 1984 e 1989 foram assassinados, somente no Rio de Janeiro, 1.081 crianças” (JST.02/94/06/1990),
- (335) “Ocupações marcam jornada” (JST.01/95/07-08/1990),
- (336) “Manteve-se o caráter nacional, superando o isolamento das ações. O 25 de julho se transformou, de fato, num dia de lutas” (JST.02/95/07-08/1990),
- (337) “O governo tem sido omissivo, principalmente no que diz respeito a reforma agrária” (JST.02/95/07-08/1990),
- (338) “Incapaz de resolver os problemas sociais, é mais um governo submisso ao Fundo Monetário Internacional (FMI), que novamente passeio pelo Planalto com se estivesse em casa” (JST.02/95/07-08/1990),
- (339) “Uma das nossas reivindicações é que a terra entregue nos projetos de reforma agrária seja em regime de usufruto, com proibição de venda” (JST.02/95/07-08/1990),
- (340) “Exigimos a punição dos mandantes e executores dos crimes contra os trabalhadores rurais. O Ministro da Agricultura deve cobrar da polícia federal e da Justiça porque não foi preso nenhum mandante desses crimes” (JST.02/95/07-08/1990),
- (341) “A história das lutas já demonstrou que a burguesia e seus governos somente cedem ante a pressão e organização dos trabalhadores” (JST.02/95/07-08/1990),
- (342) “As formas de luta, devem ser as mais diversas, priorizando as mobilizações massivas” (JST.02/95/07-08/1990),

- (343) “E continuaremos avançando contra todo tipo de latifúndio, mesmo o que se esconde por trás da fachada de área produtiva” (JST.02/96/09/1990),
- (344) “Este desafio nos impõe a tarefa de chamar toda a sociedade para essa luta. Somente assim estaremos construindo um país onde a modernidade significa justiça social, acesso à educação, saúde, escola, alimentações” (JST.02/96/09/1990),
- (345) “Entidades apóiam pressão dos sem terra” (JST.01/97/10/1990),
- (346) “Não basta criticar o governo é preciso desenvolver lutas concretas, seja através de greves, ocupações de terra, mobilizações, lutas parlamentares, enfim, é preciso combinar as diferentes formas de luta e de pressão para que haja fortalecimento e unidade entre os movimentos sociais para garantirmos nossas conquistas de forma coletiva” (JST.02/97/10/1990),
- (347) “Para nós do MST nossas tarefas imediatas devem ser a de continuar com as ocupações e mobilizações, fortalecer a organização interna, organizar as cooperativas e desenvolver a produção. Organizar os núcleos de base dentro dos assentamentos e avançar na formação de militantes” (JST.01/97/10/1990),
- (348) “Ocupação é um ato político, motivado por um nível extremos de insatisfação, que deriva do não cumprimento da Constituição por parte do governo. Os afetados têm fazer alguma coisa, um ato simbólico: ocupar a terra. Invadir terras é transferir a cerca, falsificar títulos de propriedade, queimar choças de posseiros, o que os latifundiários” (J. G. da S.)” (JST.01/98/11/1990),
- (349) “caba a nós, trabalhadores rurais acelerar a implantação do processo cooperativista, visando garantir nossa permanência na terra, acesso a novas tecnologias e maquinários que garantam produtividade elevadas” (JST.02/98/11/1990),
- (350) “Não podemos pensar em produzir e nos organizarmos com faziam nossos antepassados” (JST.01/98/11/1990),
- (351) “Priorizar as lutas sócias / MAIOR QUALIDADE NA ORGANIZAÇÃO” (JST.01/99/12/1990),
- (352) “Há uma necessidade que todas as forças políticas, sindicais, populares, agrárias, apresentem um plano alternativo, que questione o capitalismo, suas crises descarregadas sobre os ombros dos trabalhadores, e que aponte o socialismo, como uma necessidade para a classe trabalho” (JST.02/99/12/1990),
- (353) “Há necessidade de mudar nossos métodos de atuação, de organização e de prioridades. Sempre se justifica que a luta política da classe trabalhadora se dá nos espaços institucionais, parlamentar e nas lutas sociais. Más é inegável que ultimamente as forças de esquerda e populares, priorizaram o campo institucional” (JST.02/99/12/1990),
- (354) “O movimento sindical precisa romper com seu corporativismo, qualificar melhor sua organização e preparar-se para grandes lutas nacionais” (JST.01/99/12/1990),
- (355) “Lavradores qualificam organização” (JST.01/100/01-02/1991),
- (356) “Vem aí grandes jornadas de luta” (JST.02/100/01-02/1991),
- (357) “Congresso do Equador apóia MST” (JST.02/100/01-02/1991),
- (358) “É importante destacar que as lutas no campo neste ano serão melhores articuladas com setores e categorias urbanas, caracterizadas como grandes jornadas de luta. Cada vez mais se buscará o engajamento de toda a sociedade na luta pela terra. Da mesma forma, os trabalhadores rurais buscarão participar ativamente nas manifestações urbanas” (JST.02/100/01-02/1991),
- (359) “Pela terra e pelo socialismo” (JST.01/101/03/1991),
- (360) “Antes, para conquistarmos terra, enfrentávamos o fazendeiro e seus pistoleiros. Hoje, do outro lado da cerca, protegido por pistoleiros, policiais e grupos paramilitares, se encontra o latifundiário que ora tem a cara de fazendeiro, ora de comerciante, industrial ou banqueiro. A terra não está na mais do antigo “coronel!”. E sim nas mãos do grande capital, nacional e estrangeiro” (JST.02/101/03/1991),
- (360) “Desafio e prioridades / 1. Avançar na massificação das lutas / 2. Avançar na qualificação dos nossos dirigentes e militantes / 3. Avançar na organização / 4. Avançar no sistema de cooperativista dos assentados” (JST.02/101/03/1991),
- (361) “Nesse momento já está em andamento o resultado prático dessa nossa decisão política: iniciou-se, no último dia 8, a jornada de lutas dos trabalhadores rurais, promovida pela CUT, Contag, MST e outras organizações com trabalho no campo. O acampamento de sem terras e pequenos agricultores no Rio Grande do Sul, a caminhada e ocupações no Mato Grosso do Sul e na Paraíba, estão iniciando uma série de ações que os rurais farão nessa jornada” (JST.02/101/03/1991),
- (362) “A luta hoje exige muito mais conhecimento científico e estudo, afim de que tenhamos condições de levar adiante nosso Movimento, formular propostas concretas e enfrentar inúmeros desafios” (JST.02/101/03/1991),

- (363) “Nossa Escola Nacional, responsável pela formação de dirigentes, será uma das nossas maiores prioridades” (JST.02/101/03/1991),
- (364) “Os sem terra ocupam usina [Bahia]” (JST.01/104/07/1991),
- (365) “Não bastasse a incompetência e má vontade política do governo Collor, agora temos um fato novo: A polícia federal está agindo em todo o paíós, perseguindo e prendendo lideranças da luta pela terra” (JST.02/105/07/1991),
- (366) “Estamos assistindo uma avalanche de repressão, que usa todos seus meios, fazendo escuta telefônica, abrindo correspondência, vigiando os passos das lideranças, infiltrando agentes em acampamentos e assentamentos” (JST.02/105/07/1991),
- (367) “Em Marabá, chegaram ao ponto de prender sete companheiros, todos da executiva estadual do MST, **com suspeita** de que estavam preparando uma ocupação de terra” (JST.02/105/07/1991),
- (368) “Romeu Tuma, Chefe da polícia federal, foi à câmara dos deputados denunciar que o MST enviava camponeses para treinamento de guerrilha em Cuba. Tal é a mentira que teve que pedir desculpas ao embaixador cubano” (JST.02/105/07/1991),
- (369) “**Terra para morar, terra para plantar**” (JST.02/105/07/1991),
- (370) “No Mato Grosso do Sul, tivemos dois casos de perseguição. Dois agentes infiltrados acompanharam lideranças dos sem-terra num ônibus, e agindo como provocadores, afirmaram que os sem-terra portavam armas, fazendo com que fossem para a delegacia” (JST.02/106/07/1991),
- (371) “Agora, nessa jornada, contamos com a participação do Movimento nacional pela moradia e da pró-central dos movimentos populares” (JST.02/106/07/1991),
- (372) “Finalmente cabe registrar a vitória que representa o decreto do governador entregando a fazenda São Bento, ao sem-terra, após sua ocupação. A recuperação da S. Bento em São Paulo, abre as portas, para que mais de 400 mil hectares de terras devolutas, da região de Pontal de Paranapanema, hoje griladas por fazendeiros, sejam finalmente devolvidas aos trabalhadores rurais” (JST.02/106/07/1991),
- (373) “Ocupar, resistir, produzir” (JST.02/106/07/1991),
- (374) “Nesse mês que passou [agosto] assistimos os governos não cumprirem diversos acordos, assinados e publicados. Assim aconteceu no RS, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul” (JST.02/107/09/1991),
- (375) “Não respondeu [ministro da agricultura] porque o governo ainda não assentou nenhuma família, das 500 mil que havia prometido” (JST.02/107/09/1991),
- (376) “Conseguimos liberar o companheiro Oity no Paraná e 11 companheiros no Mato Grosso do Sul, após sofrerem torturas” (JST.02/107/09/1991),
- (377) “Sete libertados sem terra [Pará]” (JST.01/108/09/1991),
- (378) “[São Paulo] Nova ocupação no Pontal” (JST.01/108/09/1991),
- (389) “O Sr. Romeu Tuma, da PF, pode perceber que é essa política protecionista ao latifúndio a incentivadora das ocupações. Assim, sabe onde deve ser grampeados os próximos telefones” (JST.02/108/09/1991),
- (390) “Demonstramos mais uma vez, como disse frei Betto, que o MST quer dizer acima de tudo, um Movimento Sem Trégua! Nosso movimento foi organizado para lutar, para se mobilizar. E só tem sentidos enquanto fizer isso” (JST.02/109/10/1991),
- (391) “ORGANIZAR, UNIR, LUTAR” (JST.01/110/11/12/1991),
- (392) “Sem terra ocupam engenho” (JST.01/110/11/12/1991),
- (393) “Núcleos / profissionalizar nossa prática” (JST.01/110/11/12/1991),
- (394) “A classe trabalhadora teve um ano dos mais difíceis. Ao mesmo tempo em que a burguesia propagandeia que não há mais lugar para ideologias, vivemos uma onda sem precedentes da ideologia capitalista neoliberal. A população é levada a acreditar que, com a crise dos países socialistas, a saída para os problemas para pela liberalização da economia” (JST.02/110/11/12/1991),
- (395) “apesar de toda as dificuldades econômicas, repressão policial e ataques dos **meios de desinformação**, conseguimos aumentar o número de ocupações de terra. Em estados que até a pouco conseguiram passar a imagem de que não havia luta, promovemos acampamentos, caminhadas e ocupações, consolidando ali o MST” (JST.02/110/11/12/1991),
- (396) “Somam-se a esses avanços as lutas desenvolvidas em conjunto com os trabalhadores urbanos, especialmente os **sem teto**. Durante todo o ano, logramos fazer um planejamento em comum e executá-lo. Essa experiência foi altamente positiva” (JST.02/110/11/12/1991),
- (397) “Teremos que melhorar nossos métodos para garantir a massificação das ocupações. Precisamos superá-las no número de famílias mobilizadas. Assim, teremos uma maior pressão e novas militantes e dirigentes da luta pela reforma agrária” (JST.02/110/11/12/1991),

- (398) “Um capítulo a parte mereceu a implementação do **sistema de cooperativa dos assentamentos**. No entanto, precisamos criar os mecanismos eficazes para que todo assentado tenha condições de permanecer na terra e sustentar sua família” (JST.02/110/11/12/1991),
- (399) “GRITO DE LIBERDADE / soltos sem terra do RS” (JST.01/111/01/1992),
- (400) “ESTADOS / Sem terra derrubam grileiros” (JST.01/112/02/1992),
- (401) “Somente com a unidade de todas as categorias do campo, realizando mobilizações massivas, com passeatas, ocupações de terra, ocupações de órgãos públicos, conseguiremos arrancar desse governo nossas reivindicações” (JST.01/112/02/1992),
- (402) “Infelizmente, as organizações populares e sindicais demonstram uma certa apatia frente a esse quadro. As lutas que ocorrem, continuam sendo isoladas e desarticuladas” (JST.02/113/03/1992),
- (403) “Goiás / reforma agrária na marra” (JST.01/114/04/1992),
- (404) “As ocupações de terra em São Paulo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Rondônia, Maranhão, demonstram a força e organização do Movimento. Foram milhares de famílias de trabalhadores que mobilizaram para conquistar um pedaço de terra” (JST.02/115/05/1992),
- (405) “Da mesma forma, caminhada, atos públicos, passeatas e ocupações de Incras, Secretarias de Agricultura e Assembléias Legislativas, aconteceram praticamente em 15 estados” (JST.02/115/05/1992),
- (406) “Essa ampla mobilização com o apoio da população e outras entidades, nos garantiu assinar diversos acordos com as autoridades governamentais. É bem verdade que, na maioria das vezes, os acordos assinados não passam de meras promessas documentadas” (JST.02/115/05/1992),
- (407) “REFORMA AGRÁRIA SÓ NA MARRA” (JST.01/116/05/1992),
- (408) “A Câmara de deputados aprovou a lei que regulamenta a reforma agrária na Constituição. Assim, esperamos que sejam agilizados as desapropriações para assentar as milhares de famílias que vivem acampadas no país” (JST.02/117/06-07/1992),
- (409) “A aprovação do rito sumário e da desapropriação das terras com cultivo de drogas, significa uma vitória do que lutamos pela reforma agrária” (JST.02/117/06-07/1992),
- (410) “Movimento / construir uma poder popular” (JST.01/118/07-08/1992),
- (411) “Apesar do frio de 5 graus e de chuva, 2 mil sem terra e operários fizeram uma caminhada com tochas, foices, enxadas e facões pelas ruas de São Bernardo, para exigir reforma agrária” (JST.02/118/07-08/1992),
- (412) “Os participantes desta vigília firmam este compromisso de luta, manifestando sua disposição de levar a todos os cantos do Brasil, um novo impulso de mobilizações, a partir da base, trazendo a reforma agrária de volta ao centro de debate político nacional” (JST.01/118/07-08/1992),
- (413) “RS: as conquistas da resistência” (JST.01/119/09/1992),
- (414) “No Pará, onde primeira vez um governador olha para os acampamentos de sem terra problema social, o tribunal não hesitou em pedir intervenção federal no estado. O governador se recusa a utilizar a PM e o judiciário ameaça com a utilização do exército para despejar as famílias acampadas” (JST.02/119/09/1992),
- (415) “A coroação da campanha, foi a conquista do prêmio Nobel da paz, pela companheira Rigoberta Menchu, líder indígena da Guatemala, dirigente da entidade co-irmã do MST, que é o Comitê de Unidade Campesina” (JST.02/120/10/1992),
- (416) “Enquanto isso, mais de 12 mil famílias estão acampadas esperando pelo programa da terra; pelas promessas que nunca se concretizam” (JST.02/121/11/1992),
- (417) “Tivemos uma vitória importante com o julgamento no Tribunal de Justiça de São Paulo, suspendendo os mandatos de prisões. No entanto, no Mato Grosso do Sul, nossa companheira Ivonete Tonin (nina) continua há quase 3 meses presa ilegalmente. O secretário de segurança pública admitiu que ela é refém do governo para impedir que o MST faça ocupações de terra!” (JST.02/121/11/1992),
- (418) “Mais um trabalhador rural foi assassinado por um tiro dado a 1.200 metros de distância. Um fuzil que apontava para 300 pessoas numa ocupação e que matou um companheiro pelas costas. O comandante da brigada de Santo Ângelo, teve a petulância de ir para uma rádio de região alegar que no acampamento havia guerrilheiros de Cuba, Guatemala e Nicarágua” (JST.02/121/11/1992),
- (419) “Produção / acampamento de Iperô dá exemplo de produção” (JST.01/123/02/1993),
- (420) “No dia 8 de janeiro o MST-RS foi homenageado na UNISSINOS de São Leopoldo. Ele foi convidado a ser paraninfo da 2ª. Turma de formandos em Ciências Sociais desta universidade” (JST.02/123/02/1993),
- (421) “Não podemos continuar aceitando o aparelho de espionagem para vigiar os movimentos sociais. Lideranças populares e personalidades. Esses aparelhos de espionagem devem ser desmantelados seguindo os preceitos de nossa atual Constituição” (JST.02/124/04/1993),
- (422) “A farda não pode servir de proteção a atos criminosos. Crimes como a execução de Teixeira não podem permanecer impunes” (JST.02/124/04/1993),

- (423) “**ESPECIAL / EXEMPLOS DE PRODUÇÃO DE ASSENTAMENTOS**” (JST.01/125/05/1993),
- (424) ‘**ESPECIAL / IMPRENSA CONTRA A LUTA DOS TRABALHADORES**” (JST.01/126/06/1993),
- (425) “**PRODUÇÃO / ASSENTAMENTO DE DIONÍSIO CERQUEIRA DÁ EXEMPLO DE REFORMA AGRÁRIA**” (JST.01/126/06/1993),
- (426) “**SEMINÁRIO / SEM TERRAS OCUPAM A UNIVERSIDADE**” (JST.01/126/06/1993),
- (427) “Depois que os trabalhadores ocuparam a sede da SUDENE em Recife, o governo federal liberou recursos para abrir frentes de trabalho, que somente atendem 500 mil pessoas” (JST.02/126/06/1993),
- (428) “Recentemente houveram muitas mobilizações dos trabalhadores rurais. Ocuparam prefeituras. Marcharam sobre Fortaleza. Saquearam sobre armazéns e depostos. Tudo para matar a fome. Um direito sagrado de qualquer ser humano para sobreviver” (JST.02/126/06/1993),
- (429) “Se os ouvidos dos governantes e oligarquias políticas não forem sensíveis a esses clamores, não estará longe o tempo do “sertão virar mar” com disse o poeta. Mas será um mar de revoltas, lutas e mobilizações. É essa conchamação que o MST, juntamente com os sindicatos, CUT e outras organizações do meio rural fazem: é preciso que os trabalhadores rurais se mobilizem. Vamos fazer grandes manifestações e ocupações” (JST.02/126/06/1993),
- (430) “O povo nunca invade. Quem invade e saqueia são outros. O povo ocupa para poder morar e trabalhar” (JST.02/126/06/1993),
- (431) “**CAMPONESES LEVAM A REFORMA AGRÁRIA PARA A CIDADE**” (JST.01/127/07/1993),
- (432) “**ESTADOS / A CONQUISTA DA FAZENDA IPANEMA**” (JST.01/127/07/1993),
- (433) “**ESTADOS / FAZENDA ZABELÊ É DESAPROPRIADA**” (JST.01/127/07/1993),
- (434) “**ESTADOS / TRABALHADORES OCUPAM O ITESP EM SÃO PAULO**” (JST.01/127/07/1993),
- (435) “Já temos a Lei Agrária, a Lei do Rito Sumário e um orçamento aprovado, com recursos suficientes” (JST.02/127/07/1993),
- (436) “Se é para ficar apenas na enrolação, é melhor que se demita e antecipe as eleições gerais de 1994. Ninguém vai aquestrar mais 18 meses dessa incompetência generalizada” (JST.02/127/07/1993),
- (437) “Em todos os lugares, onde houve manifestações, o MST e os sem terras receberam apoio e solidariedade dos trabalhadores urbanos, da imprensa e da sociedade com um todo” (JST.02/127/07/1993),
- (438) “**A LUTA DOS TRABALHADORES OBTÉM VITÓRIAS / Trabalhadores rurais do Paraná ocupam o centro de Curitiba**” (JST.01/129/09/1993),
- (439) “No campo, durante o mês de agosto, os trabalhadores rurais sem terra realizaram uma série de mobilizações para pressionar as autoridades. Aconteceram caminhadas, atos públicos, acampamentos e ocupações de Incra e de latifúndios” (JST.02/129/09/1993),
- (440) “**CANUDOS NÃO SE RENDEUN / 1893-1993 CEN ANOS DE LUTA PELA TERRA**” (JST.01/130/10/1993),
- (441) “Os acampamentos continuam sofrendo todo o tipo de sacrifício e perseguição da polícia. O latifúndio é dono das terras, do poder político, dos deputados, do governo estadual, do Incra, de tudo... Mas não consegue ser dono da coragem e da vontade dos trabalhadores rurais para resolver imediatamente as situações de acampamentos e de conflitos existentes” (JST.02/130/10/1993),
- (442) “**TRABALHADORES RURAIS OCUPAM INCRA APÓS CAMINHADA CONTRA A FOME PELA VIDA**” (JST.01/131/11/1993),
- (443) “**CONTRA A FOME, CONTRA A CORRUPÇÃO PELA REFORMA AGRÁRIA**” (JST.02/131/11/1993),
- (444) “**LUTA RESULTA EM DESAPROPRIAÇÕES**” (JST.01/132/12/1993),
- (445) “**APÓS DESPEJO, A CONQUISTA DA FAZENDA JANGADA**” (JST.01/132/12/1993),
- (446) “**DESAPROPRIADA ÁREA EM SANTA CATARINA**” (JST.01/132/12/1993),
- (447) “**FAZENDA ANDALÚCIA É CONQUISTADA**” (JST.01/132/12/1993),
- (448) “Vivemos um momento decisivo na história do país. Teremos eleições gerais, desde deputados estaduais até Presidente da República. Será um bom momento de passar o país a limpo” (JST.02/132/12/1993),
- (449) “Enfim, iniciamos 1994 preparados e estimulados para avançar o máximo. Vamos realizar grandes ocupações! Vamos realizar grandes mobilizações conjuntas, com a ação unificada com os rurais, em maio. E vamos eleger nossos candidatos em outubro” (JST.02/133/01-02/1993),
- (450) “A política nacional anda de mal a pior. No governo Itamar, ninguém mais acredita. Até ele ir embora. A crise econômica para os trabalhadores se agrava. Mas, para os bancos e as empresas, os balanços de final de ano revelaram margens de lucro fantástico” (JST.02/132/01-02/1993),
- (451) “**MST NA LUTA CONTRA A REVISÃO**” (JST.01/134/03/1994),

- (452) “A OCUPAÇÃO DO CONGRESSO E AS LUTAS DO MST NO NORDESTE” (JST.01/134/03/1994),
- (453) “VITÓRIA DOS ACAMPADOS DE TREMEMBÊ” (JST.01/134/03/1994),
- (454) “Precisamos ter capacidade para transformar esta indignação em organização popular e, através de lutas concretas, buscar as respostas necessárias” (JST.01/134/03/1994),
- (455) “**MST ROMPE FRONTEIRAS NA LUTA PELA TERRA**” (JST.01/135/04/1994),
- (456) “REFORMA AGRÁRIA E GERAÇÕES DE EMPREGOS” (JST.01.135/04/1994),
- (457) “SALÁRIA MATERNIDADE JÁ É LEI” (JST.01/135/04/1994),
- (457A) “As ocupações: um risco para o país?” (JST.01.135/04/1994),
- (458) “A CPI do Orçamento ainda nem puniu os deputados responsáveis pelas maracutaias com o dinheiro público e a imprensa já está noticiando uma nova lista de parlamentares, juízes, jornalistas e policiais que receberam dinheiro dos bicheiros do Rio de Janeiro. Sem contar com o desvio de 3 bilhões de dólares do INSS” (JST.01/135/04/1994),
- (458A) “Nos últimos dias a grande imprensa tem nos atacado por fazermos ocupações de terras, voltando aos velhos argumentos de que estamos ferindo a lei e colocando em risco o “Estado de Direito Democrático”. Pode existir um Estado deste tipo num país que condena 32 milhões de seus habitantes a passarem fome? Num país que tem 4,8 milhões de hectares totalmente improdutivos e 42% de terras agricultáveis na mãos de 1% dos produtores rurais?” (JST.01.135/04/1994),
- (459) “Está na hora das elites perceberem que não são as ocupações de terras que põem em risco a tranqüilidade do país. O que deveria assustá-los é a corrupção, a roubalheira, a exploração e a concentração da riqueza, realizada justamente por eles” (JST.01.135/04/1994),
- (460) “ **GRITO DO CAMO UNIFICA A VOZ DOS TRABALHADORES**” (JST.01/136/05/1994),
- (461) “**VITÓRIA DO GRITO DA TERRA BRASIL**” (JST.01/137/06/1994),
- (462) “AS LUTAS E CONQUISTAS DOS SEM-TERRAS NOS ESTADOS” (JST.01/137/06/1994),
- (463) “As diversas organizações nacionais que se articularam nessa jornada (DNTR / CUT. CONTAG, MST, MONAPE (pesadores), CNS (seringueiros), Movimentos de Mulheres, MAB (barragens) avaliaram que a jornada obteve amplo sucesso. Pela primeira vez, os camponeses de todo Brasil se mobilizaram de forma unitária e massiva. Conseguimos construir um processo de unidade entre as diversas organizações e movimentos, representando um avanço organizativo para o futuro” (JST.02/137/06/1994),
- (464) “Isso tudo demonstra o desespero do governo. Ao mesmo tempo demonstra que a luta pela terra e os problemas do campo se transformaram hoje num problema político nacional, que precisa ser resolvido e não serve apenas para ser um bode expiatório” (JST.02/137/06/1994),
- (465) “PORQUE A IMPRENSA ATACA A LUTA DO MST PELA TERRA” (JST.01/138/07/1994),
- (466) “Se não houvesse as greves do ABC, as ocupações de terra, os sindicatos combativos, a CUT, o MST, o Movimento de Mulheres, de Negros, a Central dos Movimentos Populares, não existiria nem PT, nem candidatura Lula” (JST.02/138/07/1994),
- (467) “Como parte dessa verdadeira guerra psicológica que a burguesia está travando para evitar a vitória do Lula, os setores (P-2 das PMs, Informantes da Secretaria de Assuntos Estratégicos) para produzirem documentos contra o MST. Nos acusaram de na imprensa dos maiores absurdos: que temos contrabando de armas do Paraguai, que temos centro de guerrilha, que somos assessorados por estrangeiros de todo tipo. / Não nos calamos. Fomos para ofensiva e exigimos que o Ministro Almirante Flores esclarecesse as mentiras. Nossa luta só tem uma motivação: a nossa necessidade!” (JST.02/138/07/1994),
- (468) “**GRANDE OCUPAÇÃO NO MATO GROSSO DO SUL**” (JST.01/139/08/1994),
- (469) “TERROR EM OCUPAÇÃO NO PARANÁ” (JST.01/139/08/1994),
- (470) “COOPERATIVAS NOS ASSENTAMENTOS DO SUL” (JST.01/139/08/1994),
- (471) “A ESCOLA DOS JOVENS DO MST NO MARANHÃO” (JST.01/139/08/1994),
- (472) “Fernando Henrique é outro Collor. Ele representa a burguesia, os poderosos, os bancos, os poderosos, as multinacionais, os fazendeiros, a “Globo”, em suma o que sempre mandaram neste país. Eles estão desesperados” (JST.02/140/09/1994),
- (473) “Um governo eleito pelos grupos financeiros e industriais, com a bênção da Rede Globo que festeja pelo Banco Mundial e Governo Norte-Americano” (JST.02/141/10/1994),
- (474) “**A HISTÓRIA NÃO PÁRA, E OS QUE LUTAREM, VENCERÃO!**” (JST.02/141/10/1994),
- (475) “MST é indicado para o Prêmio “Rei Balduíno”” (JST.02/142/11/1994),
- (476) “Praticamente em todos os estados, continuamos fazendo ocupações, caminhadas, atos públicos, fechamento de órgãos públicos e audiências para pressionar o governo em favor da reforma agrária” (JST.02/143/12/1994),

- (477) “Em fevereiro, participamos em Lima, no Peru, do primeiro Congresso Latino-Americano de Organizações do Campo (CLOC)” (JST.02/143/12/1994),
- (478) “A divulgação de nossas lutas e das conquistas, fortaleceram a consciência de que a reforma agrária deve ser uma luta de toda a sociedade” (JST.02/143/12/1994),
- (479) “**REFORMA AGRÁRIA SE FAZ NO CAMPO, MAS SE CONQUISTA NA CIDADE**” (JST.01/144/01-02/1995),
- (480) “**REVOLTA CAMPONESA E A CRISO DO MÉXICO**” (JST.01/144/01-02/1995),
- (481) “**1ª. OLIMPÍADAS DA REFORMA AGRÁRIA: UMA NOVA AÇÃO DO MST**” (JST.01/144/01-02/1995),
- (482) “Temos novo Ministro da Agricultura. Banqueiro, dono do 3º. Maior banco privado do país: o Bamerindus. Segundo os dados do Inca, o Bamerindus possui 254.410 hectares, esparramados em diversas fazendas, mas utiliza apenas 85.917 hectares, dando emprego apenas 138 assalariados rurais” (JST.02/144/01-02/1995),
- (483) “MST dá prazo ao ministro” (JST.01/145/03/1995),
- (484) “Ministro da agricultura recebe MST” (JST.02/145/03/1995),
- (485) “No campo as mobilizações rurais ocorrem praticamente em todos os estados. Junto com as mobilizações, estão também as manifestações dos agricultores insatisfeitos com o preço dos produtos” (JST.02/145/03/1995),
- (486) “Felizmente os movimento popular sindical está reanimando. Estão previstas grandes mobilizações nas próximas semanas. Haverá uma grande, promovida pela Centra de Movimentos Populares, em meados de março” (JST.02/145/03/1995),
- (487) “É hora de mobilização e de lutas. Com posição forte e decidida, juntamente com o movimento sindical e popular atuante, conquistaremos as vitórias e mudanças sociais, econômicas e políticas que o Brasil necessita” (JST.02/145/03/1995),
- (488) “Diante da “disposição” em resolver os problemas, foram negociados, então, diversos prazos com o MST para as diferentes situações e problemas, com os quais o Ministro se comprometeu e os parlamentares serviram de testemunhas” (JST.02/145/03/1995),
- (489) “MST realiza novas ocupações no Pontal” (JST.01/146/04/1995),
- (490) “Trabalhadores preparam o Grito da Terra Brasil” (JST.01/147/05/1995),
- (491) “Combater sem trégua o Neoliberalismo” (JST.02/147/05/1995),
- (492) “Ocuparemos prédios públicos e as capitais para fazer valer nossos direitos. Nossa resistência e luta impedirá que o Brasil seja saqueado e sucateado como foi o México” (JST.02/147/05/1995)
- (493) “Camponeses gritam por terra em todo país” (JST.01/148/06/1995),
- (494) “A luta camponesa de Chiapas” (JST.01/148/06/1995),
- (495) “Teremos que ser mais ousados e inovadores de luta e no jeito de garantir a mobilização de muito mais gente, especialmente nos seus locais de origem, procurando formas que consigam realmente o governo e não apenas manifestar-se” (JST.02/149/07/1995),
- (496) “**REFORMA AGRÁRIA: UMA LUTA DE TODOS**” (JST.01/150/08/1995),
- (497) “Foram quatro dias de emoção, lutas, reencontros, cultura popular e, sobretudo, reafirmação de nosso ideal: construir um Brasil justo e socialista” (JST.02/150/08/1995),
- (498) “**1º.) Levar a reforma agrária para o opinião pública brasileira**” (JST.02/150/08/1995),
- (499) “**4º.) Ser um espaço de formação política massiva**” (JST.02/150/08/1995),
- (500) “Primeira ocupação do MST no Mato Grosso” (JST.01/151/09/1995),
- (501) “O Poder Judiciário precisa ser responsabilizado. Os juízes na maioria dos casos são parciais; agem sem em favor dos latifundiários. Os processos de desapropriação são vagarosos, mas os despejos são sumários” (JST.02/151/09/1995),
- (502) “**SOCIEDADE EXIGE REFORMA AGRÁRIA**” (JST.01/152/01/1995),
- (503) “Os espaços nos jornais e revistas se multiplicam para informar à sociedade o absurdo da concentração fundiária brasileira” (JST.02/152/01/1995),
- (504) “Hoje, está mais clara e evidente a justiça de nossa palavra de ordem, de que a reforma agrária deve ser uma luta de todos. Precisamos continuar nossa luta. Mobilizar nossa base para grandes concentrações de trabalhadores” (JST.02/153/11/1995),
- (505) “**CIDADE APÓIA OCUPAÇÃO**” (JST.01/154/12/1995),
- (506) “**MST PREMIADO POR UNICEF**” (JST.01/154/12/1995),
- (507) “A mobilização ocorrida no 2º. Grito da Terra Brasil, a realização do nosso 3º. Congresso, o Ato do Memorial da Reforma Agrária; as ocupações, caminhadas, manifestações públicas e audiências mantidas em

- todos os estados fizeram com que a reforma agrária e fosse assunto diário nas discussões da sociedade, e ocupasse espaços nos meios de comunicação” (JST.02/154/12/1995),
- (508) “Os inimigos da reforma agrária não estão quietos. Reagiram de diversas formas em todas as partes do país. Os massacres de Corumbiara (RO) e Santa Isabel do Ivaí (PR), as prisões das nossas lideranças em São Paulo e do Frei Anastácio, da CPT, na Paraíba; a exibição ostensiva, através da Globo, de um arsenal de armas pertencentes aos grileiros do Pontal do Paranapanema (SP), são exemplos da ofensiva promovida pelos latifundiários” (JST.02/154/12/1995),
- (509) “No final do ano, a sociedade brasileira, reconhecendo os esforços do MST na luta pela reforma agrária e por justiça social, nos premiou. A Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro nos concedeu a Medalha Pedro Ernesto; em São Paulo, a Unicef e o Bando Itaú premiaram nossa proposta e trabalho de educação escolar nas áreas de assentamentos. Já a sociedade de Campinas (SP), através de uma pesquisa feita pela ABRA (vide pág.5) não hesitou em manifestar explicitamente seu apoio ao MST, à reforma agrária e às ocupações dos latifúndios. E em todos estados houveram manifestações de solidariedade ao MST” (JST.02/154/12/1995),
- (510) “1996: 176 ocupações em todo ano. Entrada na fazenda Giacomet, no Paraná” (JST.01/165/1997),
- (511) “MST recebe prêmio na Bélgica” (JST.01/166/02/1997),
- (512) “Marcha que saiu de São Paulo. À esq. Alcides de Oliveira, que participou da 1ª. Ocupação de terra do MST em 7 de setembro de 1979 na fazenda Macali-RS” (JST.01/166/02/1997),
- (513) “As massas são as únicas que possuem a força suficiente para alterar o curso da história e a correlação de forças políticas na sociedade” (JST.02/166/02/1997),
- (514) “Igreja apóia ocupações do MST” (JST.01/167/03/1997),
- (515) “Sem terras: novos presos políticos” (JST.01/167/03/1997),
- (516) “Mas há reação. Engana-se o governo, se pensar que a população brasileira assistirá imóvel à destruição da nação e o empobrecimento do seu povo. Nas grandes cidades surgem movimentos pela moradia que, cansados das promessas dos governos, começam a ocupar os prédios desocupados” (JST.02/167/03/1997),
- (517) “No dia 17 de abril, após uma caminhada de mil quilômetros, os trabalhadores rurais sem terra que integram a Marcha Nacional por Reforma Agrária. Emprego e Justiça, estarão chegando a Brasília” (JST.02/167/03/1997),
- (518) “MST fala com três poderes” (JST.01/168/04-05/1997),
- (519) “Fotografias mostram MST ao mundo” (JST.01/168/04-05/1997),
- (520) “Mobilizações agitam as capitais” (JST.01/168/04-05/1997),
- (521) “17 DE ABRIL: **Brasília parou contra FHC**” (JST.01/168/04-05/1997),
- (522) “A chegada a Brasília (DF), dia 17 de abril, coroou o êxito que a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, obteve durante os sessenta dias de caminhada” (JST.02/168/04-05/1997),
- (523) “O principal objetivo da Marcha era abrir canais de comunicação com a sociedade. Em todas as cidades e povoados por onde passamos, promovemos debates, reuniões e encontros para debater problemas da Reforma Agrária no Brasil” (JST.02/168/04-05/1997),
- (524) “O nosso objetivo não era somente falar dos problemas de Reforma Agrária. Queríamos também, ouvir a sociedade. Constatamos que as pessoas das cidades, também estão sofrendo com essa política” (JST.02/168/04-05/1997),
- (525) “Derrotamos a tática do governo de nos querer isolar da sociedade para depois bater. Recebemos a solidariedade e o reconhecimento da população” (JST.02/168/04-05/1997),
- (526) “É hora dos estudantes saírem às ruas para exigir um sistema educacional decente; da população ser beneficiária da riqueza que produz” (JST.02/168/04-05/1997),
- (527) “Nós do MST continuaremos a nos organizar e a lutar pela Reforma Agrária. Estaremos presentes em todos os assuntos que dizem respeito ao futuro de nosso país. É um direito de cidadania. Saberemos exercê-lo” (JST.02/168/04-05/1997),
- (528) “Com freqüência o presidente Fernando Henrique Cardoso invoca seu passado ligado às lutas populares e democráticas para amenizar a atuação do governo que tem primado por medidas anti-sociais, pelo desmantelamento das empresas estatais e pela extinção dos direitos trabalhistas já conquistados. Somente quem mantém o presente coerente com o passado pode invocá-lo com reserva moral” (JST.02/169/06/1997),
- (529) “Governo do Paraná: prisões e torturas” (JST.01/189/06/1999),
- (530) “Governo recusa e recebe movimento” (JST.01/191/1999),
- (531) “É necessário que todos se engajem no abaixo-assinado exigindo uma CPI sobre privatizações da Telebrás” (JST.01/191/07/1997),
- (532) “Lutadores marcham em defesa do Brasil” (JST.01/192/08/1999),
- (533) “Marchar e vencer” (JST.01/192/08/1999),

- (534) “Só o povo na rua é capaz de transformar a sociedade” (JST.02/192/08/1999),
- (535) “Então, eu convoco o povo para participar da construção desse projeto, para que um dia a gente, realmente, possa ter um Brasil do povo brasileiro” (JST.02/192/08/1999),
- (536) “Marcha popular a caminho de Brasília” (JST.01/193/09/1999),
- (537) “A crise é resultado desse modelo que abriu nosso mercado, que para as mais altas taxas de juros do mundo, que privatizou as principais empresas, que desnacionalizou a economia” (JST.02/193/09/1999),
- (538) “Nesse processo de mobilização a tarefa principal é discutir com a população, debater com os setores organizados, propagandear, a necessidade de um novo modelo econômico: um projeto popular para o Brasil” (JST.02/193/09/1999),
- (539) “Mais de 5 mil lutadores participam da Assembléia do Povo” (JST.01/194/10/1999),
- (540) “10 de novembro paralisação nacional” (JST.02/194/10/1999),
- (541) “Paralisação nacional” (JST.02/194/10/1999),
- (542) “Por isso devemos redobrar os esforços, arregaçar as mangas e priorizar absolutamente daqui até dia 10 de novembro para preparar a paralisação nacional. Esse movimento precisa paralisar o país. Juntar estudantes, donas de casa, pequenos agricultores, desempregados, sem terra, jovens e adultos, para dar um basta a essa política” (JST.02/194/10/1999),
- (543) “Devemos fazer panfletos, difundir nos jornais e programas de rádio” (JST.02/194/10/1999),
- (544) “Mas ficar revoltado não basta, é preciso agir. Cada pessoa deve manifestar sua revolta de alguma forma. Organizar comitês, ir as ruas, protestar. Essa crise moral é apenas reflexo de toda crise econômica e política que o país está envolvido” (JST.02/195/11/1999),
- (545) “Mas há também o Brasil das lutas e resistência popular. Já no ano passado, as mobilizações em Brasília (DF), a Marcha Popular pelo Brasil, o número recorde de ocupações e acampamentos, as ocupações urbanas dos sem teto, a greve dos caminhoneiros, o Grito dos Excluídos e as mobilizações dos professores, deram provas de que a população está disposta a lutar para mudar a história do nosso país” (JST.02/196/12-01/2000),
- (546) “A Consulta Popular, como definiu a Assembléia dos Lutadores do Povo, deverá avançar na sua luta pela democratização da terra, do capital, dos meios de comunicação e da cultura. Terá pela frente o desafio de crescer nas formas organizativas e no seu poder de mobilização” (JST.02/196/12-01/2000),
- (547) “É preciso superar o corporativismo” (JST.02/199/04/2000),
- (548) “Justiça reconhece erro de manda soltar militantes do MST” (JST.01/206/12-01/2001),
- (549) “Precisamos de um projeto popular que de fato garanta a TODO BRASILEIRO, acesso ao trabalho, a terra, a moradia digna, a escola para seus filhos, de uma forma gratuita e em todos os níveis, e alimentação farta na mesa. São direitos fundamentais da pessoa humana” (JST.02/206/12-01/2001),
- (550) “É por isso que nossa tarefa como militantes dos movimentos sociais será, durante esse ano que iniciamos, contribuir para que haja um grande movimento popular, de debates, de discussão, de trabalho de base, que leve ao bairros, fábricas, assentamentos, comunidades rurais o debate sobre a necessidade de um novo projeto para o Brasil” (JST.02/206/12-01/2001),
- (551) “Nada mudará sem muita luta” (JST.02/206/12/2000-01/2001),
- (552) “Precisamos recuperar no nosso povo a auto-estima de que é possível mudar o país” (JST.02/206/12/2000-01/2001),
- (553) “DELEGADO, JUIZ E PROMOTOR FAZEM PROPOSTA INDECENTE AO MST” (JST.01/155/01-02/1996),
- (554) “8º. Encontro Nacional: Um salto de qualidade na organização do MST” (JST.02/155/01-02/1996),
- (555) “Superior Tribunal de Justiça decide: Reforma Agrária é justa!” (JST.01/156/03/1996),
- (556) “TRÊS MIL FAMÍLIAS OCUPAM MACAXEIRA NO PARÁ” (JST.01/156/03/1996),
- (557) “Vamos percorrer, sem pressa, o maior número possível de cidades. Vamos juntar-nos com outras entidades e sindicatos de trabalhadores urbanos. Vamos realizar assembléias e atos públicos em cada cidade do interior” (JST.02/156/03/1996),
- (558) “Vamos iniciar em abril, um outono vermelho, com muita luta!” (JST.02/156/03/1996),
- (559) “As mobilizações nos estados. Acima a marcha do Maranhão; logo abaixo, os sem terras em Goiânia; ao lado, o MST ocupando a Avenida Paulista” (JST.01/15704/1996),
- (560) “BRASIL NA MARCHA DA REFORMA AGRÁRIA” (JST.01/15704/1996),
- (561) “De nossa parte continuaremos na luta, organizando os trabalhadores, realizando marchas e ocupações de latifúndios improdutivos e exigindo o cumprimento de nossos direitos” (JST.02/15704/1996),
- (562) “CAMPONESES SE UNEM CONTRA O NEOLIBERALISMO” (JST.01/158/05/1996),

- (563) “Nos últimos vinte anos, os trabalhadores rurais empunharam a bandeira da reforma agrária que estava escondida entre os guardados e esperanças no fundo do baú ou do peito, desde o massacre da Ligas Camponesas. Hoje esse bandeira é sinal. Ilumina de vermelho o negro e as cinzas dos acampamentos. É sinal de sítio ou terra ocupada” (JST.02/158/05/1996),
- (564) “A bandeira da Reforma Agrária deixou de ser uma bandeira dos Sem Terra. Passou a ser a bandeira de todos os brasileiros que se recusam a aceitar que seres humanos se obriguem a comer nos latões de lixo das grandes cidades” (JST.02/158/05/1996),
- (565) “Em Goiás, outras duas mortes ocorreram devido a tentativa de despejar 96 famílias que ocupavam, desde outubro, a fazenda Águia Fria, em Planaltina” (JST.02/159/06/1996),
- (567) “BENETIDO RUY BARBVOSA: AUTOR DA NOVELA “REI DO GADO” FALA AO MST” (JST.01/160/07/1996),
- (568) “MST tem mais credibilidade do que políticos e policiais” (JST.02/160/07/1996),
- (569) “A desapropriação dos latifúndios e o imediato assentamento das famílias de trabalhadores rurais sem terra torna-se, a cada dia, a saída mais viável para a crise que o país vive” (JST.02/160/07/1996),
- (570) “A própria sociedade ao colocar o MST entre as 5 instituições mais confiáveis do país, manifesta seu apoio à luta pela reforma agrária” (JST.02/160/07/1996),
- (571) “O governo procura nos combater, atacando através daí imprensa, provocando causar divisões internas ou infiltrando agentes dos serviços de inteligência, nas áreas de acampamentos e assentamento. Por que tanto medo e dificuldade para lidar com os trabalhadores organizados?” (JST.02/160/07/1996),
- (572) “MST LANÇA MANIFESTO À NAÇÃO” (JST.01/161/08/1996),
- (573) “Prêmio Nobel da Paz apóia ocupações” (JST.01/162/09/1996),
- (574) “JOVENS E CRIANÇAS DO MST SE MOBILIZAM” (JST.01/163/10-11/1996),
- (575) “CANDIDATOS DA REFORMA AGRÁRIA GANHAM ELEIÇÕES” (JST.01/163/10-11/1996),
- (576) “O futuro de nossas crianças não podem esperar pelos atuais governantes” (JST.01/164/12/1996),
- (577) “O MOVIMENTO DOS SEM TERRA, CERTAMENTE É O QUESTIONAMENTO SOCIAL MAIS IMPORTANTE DO PAÍS NO PRESENTE SÉCULO” Celso Furtado, *Folha de São Paulo* 1º. Dez. 1996” (JST.02/164/12/1996),
- (578) “Queremos ser arquitetos de nosso próprio destino e deixar de ser oprimidos pelos ricos” (JST.EE/04/2004),
- (579) “Estamos fazendo a Assembléia Popular em todo país, simultaneamente, para planejar o caminho do MST, de formar que este seja, também um momento de confraternização para reafirmar os princípios e valores socialistas” (JST.EE.01/04/2004),
- (580) “A nossa força vem da organicidade” (JST.EE.01/04/2004),
- (581) “A importância da formação política na base” (JST.EE.01/04/2004),
- (582) “A luta empreendida pelo MST só foi possível por causa do patrimônio organizativo acumulado. Desta forma, adotamos princípios de distribuição de tarefas, planejamento, amor ao estudo, direção política e profissionalismo” (JST.EE.01/04/2004),
- (583) “Trabalhadores discutem projeto para o Brasil” (JST.01/175/12/1997-01/1998),
- (584) “Manifesto Comunista faz 150 anos” (JST.01/175/12/1997-01/1998),
- (585) “O governo se obriga a tentar enganar a opinião pública através da propaganda de falsas saídas para a reforma agrária” (JST.02/175/12/1997-01/1998),
- (586) “Construir com as demais organizações sociais, do movimento sindical, das igrejas, dos intelectuais e dos militantes em geral para a construção de um projeto popular para o Brasil” (JST.02/176/02/1998),
- (587) “MST realiza mobilização nacional” (JST.01/177/03/1998),
- (588) “Reforma agrária: uma alternativa para o país” (JST.01/177/03/1998),
- (589) “Com o objetivo de nos isolar da sociedade, que tem nos prestado amplo apoio, o governo também tentou nos caracterizar de violentos. As ocupações de prédios públicos – pressão legítima que ocorre todos os anos – passou a receber espaços na mídia como algo novo” (JST.02/177/03/1998),
- (590) “Nos últimos meses vem ocorrendo um ascenso significativo das lutas sociais. A resistência dos camelôs, último refúgio dos desempregados no grandes centros urbanos; a greve dos professores universitários; os saques nas regiões da seca nordestina: as ocupações de prédios públicos e terrenos pelos movimentos de luta pela moradia; as manifestações dos motoristas de transportes urbanos; as mobilizações da luta pela Reforma Agrária e de pequenos proprietários agrícolas” (JST.02/179/05-06/1998),
- (591) “Devemos aproveitar esse clima para discutir um novo projeto para a nossa sociedade” (JST.02/179/05-06/1998),
- (592) “saque fomético não é crime” (JST.01/180/07/1999),

- (593) “Os mitos da globalização” (JST.01/180/07/1999),
- (594) “O Brasil é o campeão mundial da concentração de renda, riqueza e desigualdade social. Somente aqui os 10% mais ricos são donos de 48% de tudo que é produzido” (JST.02/180/07/1999),
- (595) ““A ordem é ninguém passar fome”” (JST.02/181/08/1988),
- (596) ““A diferença entre um pobre e um sem terra do MST é o brilho nos olhos, que o pessoal do MST tem” Luiz Inácio Lula da Silva” (JST.02/181/08/1988),
- (597) “Vencer, pois, é a única tarefa que a História nos colocou. Alimentar este sonho escrito é a razão maior de nossa militância. / Vencer é a arte de saber combinar os passos. Nas pegadas ficam os exemplos. Assim seguiremos até a vitória final” (JST.02/181/08/1988),
- (598) “Marcha pelo Brasil discute projeto popular” (JST.01/182/09/1998),
- (599) “Queremos um Brasil para o povo brasileiro. Para isso precisamos tirar os destinos do nosso país das mãos das tradicionais elites nacionais e internacionais. É hora do povo construir uma Nação” (JST.02/182/09/1998),
- (600) “MST lança semente agroecológica” (JST.01/183/10/1998),
- (601) ““Sei que o pessoal do MST é meio subversivo, mas eu aí dar o maior valor se eles viessem invadir terras aqui. Isso aqui não vai pra frente enquanto não tiver terra para trabalhar””, (JST.02/183/10/1998),
- (602) “Não devemos nos esquecer nunca, que em toda a história da humanidade, não houve nenhuma mudança social que não fosse obra de grandes mobilizações de massa. Essa deve ser nossa prioridade” (JST.02/183/10/1998),
- (603) “Para cada sem terra enterrado, devemos plantar uma árvore na cabeceira da sepultura colocando o nome da pessoa nela para que esta renasça através da natureza e continue visivelmente entre nós” (JST.02/183/10/1998),
- (604) “Com certeza teremos um ano quente e vermelho” (JST.02/184/11/1998),
- (605) “Durante os quatro anos desse governo [FHC] forma assassinatos em torno de 150 trabalhadores do campo” (JST.02/185/12/1998),
- (606) “Continuam ocorrendo casos de tortura, como recentemente registrado contra o companheiro Cícero membro da direção estadual do MST de Tocantins. E as prisões se multiplicam, foram em torno de 180 casos em todo Brasil” (JST.02/185/12/1998),
- (607) “Metalúrgicos ocupam fábrica pelo emprego” (JST.01/186/01-02/1999),
- (608) “**Setores que se dizem de esquerda e oposição em nosso país.** / Estes, nas últimas eleições presidenciais, nos deixaram órfãos de propostas alternativas e nos tiraram as bandeiras (vermelhas) de lutas e o sonho de um Brasil melhor. Preocupados em manter a imagem de civilizados e modernos que a elite lhes deu, se afastaram do povo, dos movimentos sociais e traíram os compromissos com a luta. De que adiante a votação expressiva que obtiveram, se a população, por causa da sua prática, os confunde com os parlamentares da elite?” (JST.02/186/01-02/1999),
- (609) “É hora de nos mobilizarmos, de reafirmarmos, com clareza, que temos alternativas e que nos propomos a governar o Brasil. É hora de lutarmos por um *Projeto Popular para o Brasil*. Lutarmos em defesa do povo e da Nação” (JST.02/186/01-02/1999),
- (610) “**Povo vai às ruas contra FHC e FMI**” (JST.01/188/04/1999),
- (611) “O mesmo tratamento dado aos petroleiros e aos sem terra foi dispensado aos professores. A intransigência e o autoritarismo foram a marca registrada do governo” (JST.02/188/04/1999),
- (612) “É preciso esclarecer ao povo sobre a gravidade da crise e a natureza desse governo. Exigir mudanças radicais em sua política, com o imediato rompimento dos acordos com o FMI e a imediata suspensão do pagamento da dívida externa. Os movimentos populares, sindicais, pastorais sociais e partidos políticos de esquerda podem enfrentar esses desafios e desencadear as lutas populares. Fora FMI. Fora FHC” (JST.02/188/04/1999),
- (613) “MST recebe a medalha Tiradentes” (JST.01/189/05/1999),
- (614) “Governo do Paraná: prisões e torturas” (JST.01/190/06/1999),
- (614) “Governo recua e recebe movimento” (JST.01/191/07/1999),
- (615) “Lutadores marcham em defesa do Brasil” (JST.01/192/08/1999),
- (616) “5º Grito dos Excluídos: manifestações em todo o Brasil” (JST.01/193/09/1999),
- (617) “As forças populares e políticas conseguem articular uma grande mobilização social, que aponte para a mudança radical do modelo econômico e a implementação de um projeto popular, que reorganize a economia de acordo com os interesses populares” (JST.02/193/09/1999),
- (618) “Mas ficar revoltado não basta. É preciso agir. Cada pessoa deve manifestar sua revolta de alguma forma. Organizar comitês, ir às ruas. Protestar” (JST.02/195/11/1999),

- (619) “Será preciso continuar organizando o povo para fazermos grandes mobilizações de massa, que consigam romper com esse governo, e com esse modelo econômico” (JST.02/195/11/1999),
- (620) “Governo do Paraná é o maior repressor de sem terra de 1999” (JST.01/196/12/999-01/2000),
- (621) “Mas há também o Brasil das lutas e resistência popular. Já no ano passado, as mobilizações em Brasília (DF), a Marcha Popular pelo Brasil, o número recorde de ocupações e acampamento, as ocupações urbanas dos sem teto, a greve dos caminhoneiros, o Grito dos Excluídos e as mobilizações do professores, deram provas de que a população está disposta a lutar para mudar a história do nosso país” (JST.02/196/12/999-01/2000),
- (622) “Será a vez de dizer que a classe trabalhadora tem um projeto de desenvolvimento para o nosso país. Um projeto popular enraizado na luta de um Sepé Tiarajú, Zumbi dos Palmares, Cabanas, Canudos, Constestado, Ligas Camponesas, e tantos outros exemplos que enriquecem a história de luta e resistência do povo brasileiro” (JST.02/196/12/999-01/2000),
- (623) “O ano de 2000 também será marcado por Congresso da classe trabalhadora, como o do MST, CUT, MAB, CPT e Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais. Serão os momentos de marcar os verdadeiros desafios e avançar na unidade da luta” (JST.02/196/12/999-01/2000),
- (624) “A necessidade de um novo modelo agrícola” (JST.01/197/02/200),
- (625) “Ocupar terra não é crime” (JST.01/197/02/200),
- (626) “Deixamos de ser sevos. Deixamos de ser jecas-tatus. Deixamos de ser apenas os simplórios caipiras, com queria o Presidente, e passamos a ser atores ativos da história de nosso país” (JST.01/197/02/200),
- (627) “Devemos nos esforçar também para construir um novo modelo de assentamento, que se transforme em referência não só para os trabalhadores rurais explorados, mas, sobretudo para toda a sociedade” (JST.02/197/02/200),
- (628) “Esse processo de aliança, de construção de um novo modelo agrícola, de um novo assentamento, deve estar fundamentado na continuidade da luta de massas. Por isso, devemos ampliar nossa capacidade de seguir ocupando os latifúndios e ao mesmo tempo nos somar com outras categorias sociais, do campo e da cidade, para levar adiante as mudanças que são imprescindíveis” (JST.02/197/02/200),
- (629) “Determinou [Governo FHC] a repressão aos sem terra; através de processos, de prisões, de medidas que tentam impedir as ocupações de terra, censura na televisão. E até justificou o assassinato em Curitiba, como um mero aviso...” (JST.02/200/05/2000),
- (630) “O que está em jogo são as formas de luta do MST. O que está em jogo são dois projetos para a economia brasileira. Dois projetos para agricultura brasileira” (JST.02/200/05/2000),
- (631) “MST recebe prêmio internacional por inovação tecnológica” (JST.01/202/07/2000),
- (632) “**SEM TERRA DE TODO PAÍS ACAMPAM EM BRASÍLIA**” (JST.01/203/08/2000),
- (633) “**Nosso país tem jeito?** Respondemos que sim. Mas será necessário que o povo brasileiro se levante, se organize e vá para as ruas, para luta por seus direitos históricos. É possível sim construir um outro projeto para o Brasil” (JST.02/203/08/2000),
- (634) “**Sem terrinha realizam jornada por escola, terra e dignidade**” (JST.01/205/11/2000),
- (635) “**SOCIEDADE SAI EM DEFESA DO MST**” (JST.01/205/11/2000),
- (636) “Liberdade aos presos do MST / Show em prol dos presos políticos do MST” (JST.01/205/11/2000),
- (637) “Bentido seja o MST” (JST.01/205/11/2000),
- (638) “Camponeses protestam em todo mundo” (JST.01/210/05/2001),
- (639) “Por isso, nosso país precisa de mudanças radicais. Precisa de um novo modelo que reorganize a economia em função da necessidade do povo brasileiro” (JST.02/211/06/2001),
- (640) “9 mil famílias ocupam área em Guarulhos” (JST.01/212/07/2001),
- (641) “Camponeses reúnem-se no 3º Congresso da CLOC no México” (JST.01/214/09/2001),
- (642) “**MST realiza jornada nacional para exigir reforma agrária**” (JST.01/214/09/2001),
- (643) “Via Campesina que OMC longe da agricultura” (JST.01/216/11/2001),
- (644) “Sem terrinha realizam jornada nacional pela vida” (JST.01/216/11/2001),
- (645) “OEA condena o Brasil por crime contra sem terra” (JST.01/218/02/2002),
- (646) “Esperamos que os candidatos de oposição se elejam e que realmente estejam comprometidos verdadeiramente com a mudança do modelo econômico” (JST.02/218/02/2002),
- (647) “Nossa tarefa é, acima de tudo, organizar o povo, animar o povo e se preparar para a retomada das lutas massa, que serão de fundamental importância, com o agravamento da crise, que virá muito em breve” (JST.01/222/07/2002),
- (648) “Três mil sem teto do MTST ocupam terreno em Osasco – SP” (JST.01/223/08/2002),
- (649) “**POVO VOTA EM MUDANÇAS E ELEGE LULA PRESIDENTE**” (JST.01/225/11/2002),

- (650) “**Carta do MST ao povo e ao presidente Lula**” (JST.01/225/11/2002),
- (651) “É preciso informar, conscientizar e mobilizar o povo” (JST.02/225/11/2002),
- (652) “Temos a certeza de que os próximos anos poderão representar grandes avanços para o combate ao latifúndio, a pobreza, a fome, ao desemprego e a desigualdade social. E estaremos juntos nessas batalhas permanentes” (JST.02/225/11/2002),
- (653) “A eleição abriu caminho, mas a luta continua” (JST.01/226/12/2002-01/2003),
- (654) “Movimentos sociais criam rede mundial” (JST.01/227/02/2003),
- (655) “Camponeses do mundo reafirma luta contra a OMC e a Alça” (JST.01/227/02/2003),
- (656) “**Lula precisa ser firme: vamos organizar o povo para a luta**” (JST.02/227/02/2003),
- (657) “Mas não basta a vontade do presidente. É preciso potencializar a participação do povo brasileiro nas grandes decisões do país. É preciso convocar o povo para que ele se manifeste sobre as questões que dizem respeito a justiça social e sobremaneira do nosso país. Caberá o presidente Lula fazer essa convocatória” (JST.02/227/02-03/2003),
- (658) “**TRABALHADORES RURAIS LUTAM CONTRA O LATIFÚNDIO**” (JST.01/228/04/2003),
- (659) “Polícia Federal monitora sem terra” (JST.01/228/04/2003),
- (660) “Na questão da Reforma Agrária, as ocupações irão continuar cada vez mais convictos de que apenas mobilização social são capazes de fazer frente ao reacionarismo das elites e fazer o governo Lula realmente seja um governo de mudanças” (JST.02/228/04/2003),
- (661) “As mudanças sociais dependem da própria mobilização do povo. Esta é a nossa tarefa – organizar e mobilizar o povo – na construção de um Brasil socialmente justo e igualitário” (JST.02/228/04/2003),
- (662) ““É hora de romper com a estrutura do latifundiário”” (JST.01/229/05/2003),
- (664) “**AGRICULTORES EXIGEM REFOR AGRÁRIA**” (JST.01/229/05/2003),
- (655) “Sem terra ocupam latifúndio de multinacionais” (JST.01/230/06/2003),
- (666) “Carta da terra une plataforma de luta dos movimentos do campo” (JST.01/230/06/2003),
- (667) “**Lula diz que Reforma Agrária é prioridade** / Durante audiência com representantes do MST, governo promete agilizar assentamentos de famílias no próximo semestre” (JST.01/231/07/2003),
- (668) “Sem teto de São Bernardo são despejados, mas continuam lutando” (JST.01/232/08/2003),
- (669) “**Campanha contra latifúndio mobiliza sociedade** / Mesmo com a manipulação do noticiário pela imprensa burguesa, os brasileiros reafirmam seu apóio à reforma agrária” (JST.01/232/08/2003),
- (670) “Perseguição política ao MST resulta em trabalhadores rurais presos em vários Estados” (JST.01/233/09/2003),
- (671) “Movimentos sociais e países pobres saem fortalecidos de Cancun” (JST.01/233/09/2003),
- (672) “Lutadores do povo contra Alca, OMC e FMI” (JST.01/233/09/2003),
- (673) “É preciso agilizar a Reforma Agrária” (JST.02/233/09/2003),
- (674) “As ocupação de latifúndios improdutivos são uma legítima pressão popular para incentivar o avanço da Reforma Agrária” (JST.02/233/09/2003),
- (675) “Quanto às milícias armadas, não há necessidade de uma CPI. Basta a imediata ação do Poder Judiciários e da Polícia Federal” (JST.02/233/09/2003),
- (676) “**Reforma Agrária: só com mobilização social**” (JST.01/235/11/2003),
- (677) “Durante este ano [2003], quase não tivemos desapropriações” (JST.02/235/11/2003),
- (678) “**Povo organizado é garantia de conquistas**” (JST.01/236/12/2003-01/2004),
- (679) “Governo da Venezuela coloca em prática seu processo de Reforma Agrária” (JST.01/236/12/2003-01/2004),
- (680) “Somos herdeiros das lutas históricas dos povos indígenas. Somos herdeiros das lutas pela liberdade. Somos herdeiros dos primeiros movimentos camponeses de Canudos, Contestato, Caldeirão e tantos outros que a história oficial nem sequer registrou. / Somos frutos da luta camponesa com consciência de classe desenvolvida pelas ULTABs, pelas Ligas Camponesas e pelo sindicalismo rural combativo” (JST.02/236/12/2003-01/2004),
- (681) “Agora é hora de construir uma ampla aliança das forças populares. Organizar os trabalhadores desempregados, mulheres, juventude, aposentados, sem terra, sem teto, atingidos por barragens, pequenos agricultores, enfim, todos os pobres excluídos” (JST.02/237/02/237),
- (682) “**Mulheres sem terra** lutam e semeando novas relações de gênero!” (JST.01/238/03/2004),
- (683) “É preciso mudanças já, mas elas só virão com mobilização” (JST.02/238/03/2004),
- (684) “Nossa tarefa com militantes sociais e do MST é nos envolvermos de corpo e alma nessa campanha. Conscientizar e organizar o povo, assim como preparar um grande 1º. De Maio em todas as cidades do Brasil” (JST.02/238/03/2004),

(685) “**MST se mobiliza em todo Brasil** / Sem luta, não há conquista. Por isso, mais de 100 ocupações, em 17 estados, foram realizadas em abril para pressionar o governo Federal a cumprir sua promessa de assentar 400 mil famílias até 2006” (JST.01/239/04/2004),

(686) “A Reforma Agrária não será feita no grito e muito menos fora do que estabelece a lei, porém, ela precisa ser feita. Nossas lutas, nossas mobilizações acontecem exatamente para que a Constituição federal seja cumprida” (JST.01/239/04/2004),

(687) “Vamos somar à luta pela Reforma Agrária a luta contra o desemprego, por moradia, saúde e saneamento básico, a defesa das terras indígenas, a luta por um ensino público gratuito e de qualidade. / É importante unificar todas as lutas” (JST.01/239/04/2004),

(688) “As milhares de famílias de trabalhadores rurais Sem Terra que participaram das caminhadas, das ocupações de latifúndios e dos acampamentos nas grandes cidades mostraram a disposição de lutar para permanecer no campo, produzindo alimentos” (JST.02/239/04/2004),

(689) “**Movimentos sociais unificam luta por trabalho**” (JST.01/240/05/2004),

(690) “NOSSA LUA CONTRA O IMPÉRIO” (JST.02/240/05/2004).